

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DEMÉTRIO DE AZEREDO SOSTER

**O JORNALISMO EM NOVOS TERRITÓRIOS CONCEITUAIS:
INTERNET, MUDIATIZAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO
DOS SENTIDOS MUDIÁTICOS**

SÃO LEOPOLDO

Janeiro de 2009

DEMÉTRIO DE AZEREDO SOSTER

**O JORNALISMO EM NOVOS TERRITÓRIOS CONCEITUAIS:
INTERNET, MEDIATIZAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO
DOS SENTIDOS MEDIÁTICOS**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Orientador: professor-doutor Antônio Fausto Neto

SÃO LEOPOLDO

Janeiro de 2009

DEMÉTRIO DE AZEREDO SOSTER

**O JORNALISMO EM NOVOS TERRITÓRIOS CONCEITUAIS:
INTERNET, MEDIATIZAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO
DOS SENTIDOS MIDIÁTICOS**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Aprovada em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jairo Ferreira - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Elias Machado – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Marcos Palácios – Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Christa Berger – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Antônio Fausto Neto - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Aos que, como eu, sabem que ser jornalista é, antes,
construir-se, e, neste, aprender que é preciso antes trabalho
que inspiração para sobreviver nesta
paradoxalmente tão árida quando fértil
forma de se estar no mundo.

Escrevia no espaço.
Hoje, grafo no tempo,
na pele, na palma, na

pétala
luz do momento.

Paulo Leminski

RESUMO

Esta tese examina as transformações que estão ocorrendo no âmbito do jornalismo a partir de sua imbricação com outros sistemas. A pesquisa observa o que representam, ao jornalismo, estes novos territórios conceituais a partir de uma reflexão teórica do fenômeno da midiatização e por meio de estudo empírico de dois acontecimentos – o "Escândalo da Arbitragem" e o "Acidente da Gol" – que, em sua processualidade, emprestam materialidade à análise proposta. O trabalho está estruturado em três movimentos: o desenvolvimento do cenário em que a midiatização se estabelece, a complexificação deste cenário e, finalmente, a processualidade da midiatização. Entendemos que a midiatização, em sua processualidade, acaba por afetar seus próprios dispositivos, neste caso os jornalísticos, midiatizando-os. Complexificam-se, assim, formas e processos desenvolvidos ao longo de pelo menos 300 anos de evolução, o que requer novas gramáticas interpretativas.

Palavras-chave: jornalismo, midiatização, jornalismo midiatizado

ABSTRACT

This thesis examines the changes that have been occurring in the journalistic field with regards its connection to other systems. The research observes what these new conceptual fields represent from a theoretical reflection of the mediatization phenomenon, and through an empirical study of two events known as "The scandal of arbitration" and "Gol's accident", which generated the content for this analysis. The work is structured in three parts: the scenario development, in which the mediatization is set; the complexity of this scenario; and finally, the process of mediatization. We understand that this process ends by affecting its own mechanisms, in this case, the journalistic ones, by mediatizing them. Forms and processes that have been developing throughout the last 300 years of journalistic evolution are becoming more complex and require new interpretations.

Key-words: journalism, mediatization, mediatized journalism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 MUDANÇAS NO JORNALISMO	21
1.1 O CENÁRIO DA MUDANÇA	30
1.2 A TÉCNICA TRANSFORMADA EM MEIO	35
1.3 INTERAÇÕES DIFERENCIADAS	41
1.4 UM NOVO PARADIGMA SOCIAL?	43
1.5 ESTRUTURAS EM REDE	46
1.6 ESPAÇOS DIFERENCIADOS	51
2 O CENÁRIO DA MUDIATIZAÇÃO	61
2.1 PROCESSUALIDADES DIFERENCIADAS	66
2.2 A GERAÇÃO DE SENTIDOS NA INSTÂNCIA MEIOS	76
2.3 AINDA SOBRE A CREDIBILIDADE JORNALÍSTICA	85
2.4 A GERAÇÃO DE SENTIDOS NO INTERIOR DA UC	89
2.5 ACONTECIMENTOS DIFERENCIADOS	94
3 DOIS ACONTECIMENTOS DIFERENCIADOS	97
3.1 ESTRATÉGIAS ANALÍTICAS	101
3.2 CRISE NO FUTEBOL BRASILEIRO	103
3.3 TEMPORALIDADES DISTINTAS	114
3.3.1 A informação migra para os demais sistemas	119
3.3.2 Deflagração da processualidade midiática	124
3.3.3 A midiatização dos dispositivos jornalísticos	126
3.3.4 A midiatização dos demais campos sociais	128
3.4 A TRAGÉDIA DO VÔO 1907.....	131
3.4.1 Três momentos distintos	143
3.4.2 Deflagração da processualidade midiática	143
3.4.3 A midiatização dos dispositivos jornalísticos	144
3.4.4 A midiatização dos demais campos sociais	146
3.5 PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS	149
3.5.1 A deflagração da processualidade	149
3.5.2 Outras afetações do sistema midiático	152
3.5.3 A afetação dos demais sistemas sociais	153
NOTAS EM CONCLUSÃO	156
REFERÊNCIAS	178

INTRODUÇÃO

A tese aqui apresentada é o resultado de um processo reflexivo cujo marco inicial é o ano de 1995, quando, no Brasil, os jornais impressos sofrem injunções de novos processos ao serem transpostos para a Internet, marcando o princípio de uma nova complexificação do jornalismo. Ou, por outras palavras, quando as formas de se fazer jornalismo, à revelia da instância, – se em termos de produção, circulação ou recepção –, começaram a se transformar, aos nossos olhos de forma poucas vezes vista até então; desta vez a partir de um quadro de profunda imersão tecnológica da sociedade, cujas marcas também eram de natureza sócio-discursivas. Não se trata de dizer que, à época, assim como hoje, – e isso explica a expressão “poucas vezes vistas até então” –, as mudanças no jornalismo representavam uma novidade, visto que, para compreender o desenvolvimento da atividade, é preciso, também, observar a sociedade se realizando, à medida que uma não existe sem a outra¹, mas pontuar que o cenário que se apresentava era substancialmente distinto do que se tinha até então.

No centro destas transformações estavam, em um primeiro momento, os primeiros computadores e suas lógicas binárias², e, mais recentemente, para além das máquinas, mas em decorrência destas, uma forma operacional em rede, que, além de complexificar os processos produtivos, emprestava forma a uma nova ambientação no cenário midiático-comunicacional em que nos inseríamos. Ambientação marcada, entre outros, pela virtualização do trabalho e pela ligação física entre os dispositivos, em especial a partir da chegada da World Wide Web, ou simplesmente *web*. E, se os processos produtivos passaram a se tornar mais complexos, os aspectos de ordem social, – ligados ao trabalho e à forma de ser dos jornalistas –, bem como os discursivos, – afeitos aos seus enunciados –, também passaram a se complexificar gradativamente, provocando afetações as mais diversas.

O período representado pela chegada dos primeiros computadores às redações se insere naquela que *Ciro Marcondes Filho* (2002) classificou como a segunda grande

¹ Partimos do pressuposto que a atividade jornalística acompanha, desde sua origem, o desenvolvimento da sociedade; assim, cada vez que esta se transforma acaba por afetar o jornalismo também e vice-versa.

² “A palavrinha bit havia sido ‘construída’ (...) a partir das palavras ‘binário’ e ‘digital’ por John Stuke, um estatístico de Princeton, em 1946” (BRIGGS; BURKE, 2002, p. 272).

revolução do jornalismo³, que se inicia no mundo na década de 1970 e dez anos mais tarde no Brasil. Já as operações por meio dos nós e conexões da *web* estão de acordo, cronologicamente falando, com a mudança de paradigma da sociedade, em que um modelo de produção de natureza mecânica, próprio da Modernidade, é substituído por outro, de matizes informacionais, que Castells (2003) chamou de Sociedade em Rede.

À medida que estes movimentos ocorriam, estávamos buscando compreender, em uma perspectiva acadêmica, o cenário jornalístico-comunicacional em que nos inseríamos. Preocupava-nos particularmente a impressão de que a mesma tecnologia que possibilitava vôos mais largos à prática do jornalismo – por meio da criação de um novo suporte, os webjornais⁴, e, mais tarde, os blogs, por exemplo –, acabava aparentemente por fragilizá-la. Esta percepção, trabalhada em nossa dissertação de mestrado (SOSTER, 2003), nascia da constatação que a tecnologia estava interferindo na forma por meio da qual a notícia ganhava materialidade e em alguns de seus valores mais caros, caso da credibilidade.

Ou, por outras palavras, que, quanto mais rápido a veiculação se fizesse, – e as “novas tecnologias” estavam escoradas sobre a perspectiva de velocidade instantânea –, mais erros seriam cometidos, haja vista a impossibilidade de o homem, neste caso o jornalista, acompanhar a velocidade das máquinas. Em havendo mais erros, a consequência natural seria o comprometimento de credibilidade, o que ajudava a explicar porque o jornalismo feito em internet, à época, parecia menos crível que o jornalismo praticado em suportes impressos, ou mesmo eletrônicos (rádios e televisões). Já possuíamos algum escopo teórico, baseado principalmente nas leituras introdutórias de Pierre Lèvy e Jean Baudrillard, – de um lado uma visão “integrada”, afeita às benesses que a tecnologia possibilitaria à humanidade; enquanto que, de outro, um olhar “apocalíptico”, que colocava o ser humano refém do desenvolvimento tecnológico. Mas ambas pareciam insuficientes para explicar o que estava ocorrendo, basicamente porque centradas apenas no que a tecnologia possibilitava, portanto uma visão mecanicista linear, para o bem e para o mal.

O eixo-norteador da pesquisa passou então a se concentrar no que a aceleração espaço-temporal, decorrência da multiplicação dos dispositivos midiáticos em escala planetária, estava representando em termos de sistema midiático. Passamos a inferir, seminalmente, que

³ A primeira foi a invenção da rotativa e da imprensa de massa, em 1850.

⁴ Denominaremos de Webjornais os jornais com base na World Wide Web (WWW).

os grandes paradigmas jornalísticos – e a credibilidade era apenas a face mais visível – pareciam cada vez menos encontrar lugar neste novo cenário em que a tecnologia imprimia uma nova dinâmica ao mundo, afetando, com isso, o jornalismo. O desenvolvimento tecnológico não foi desconsiderado de nossas inquietações a partir de então, mas passou a dividir lugar em escala de importância com questões de ordem social e discursiva.

Acreditávamos, à época, que esta influência se devia principalmente ao fato de a velocidade ter sofrido⁵, ao longo dos séculos, um deslocamento de vetor, – deixando de se tornar um objetivo a ser alcançado para se transformar, mais tarde, ela própria em valor. Com isso, a informação de natureza jornalística ficaria gradativamente relegada a um segundo plano, ficando o chegar mais longe e mais rápido em primeiro lugar na escala de importância do processo jornalístico-comunicacional. Em a velocidade de veiculação se transformando no primeiro objetivo a ser alcançado, estaria se abrindo margens para matérias com muitos erros, imprecisões as mais diversas, informações não escoradas em fontes etc; problemas que, juntos, acabariam por se refletir na relação entre quem produzia e quem recebia as notícias, e, por tabela, na veiculação/circulação das informações. O raciocínio se justifica à medida que, em jornalismo, a veiculação/circulação de informações está diretamente relacionada à “qualidade” técnica das informações, ou seja, aos quesitos discursivos que lhe são exigidos para que seja considerada uma matéria de natureza jornalística.

No entanto, ao propor a investigação, a exemplo do que havia ocorrido com a perspectiva tecnológica e a velocidade, uma vez mais nos deparamos com barreiras epistemológicas substanciais, à medida que não considerávamos em nossas análises, por exemplo, as complexificações de natureza social e discursiva decorrentes das novas relações que se apresentavam. Ou, por outra, sob esta angulação, emprestavamos aos jornalistas, – ou os agentes individuais –, um papel monolítico na processualidade da informação jornalística, em especial nos suportes tradicionais, relegando a um segundo plano as demais instâncias, e, principalmente, o que ocorria dentro e na intersecção destas. O mesmo em relação aos webjornais – e aos blogs, poderíamos acrescentar: o olhar estava dirigido ao objeto em seu aspecto funcional-normativo, e não à geração de sentidos que se estabelecia em decorrência

⁵ “A velha fórmula segundo a qual a informação é praticamente a única mercadoria que não vale mais nada ao fim de vinte e quatro horas merece, portanto reflexão. No século 19 e no início do século 20, em pleno auge da imprensa, trata-se (...) menos de “produzir informações” que antecipá-las, de alcançá-las em movimento, para finalmente vendê-las antes que sejam literalmente ultrapassadas. Os assinantes passam a comprar menos notícias cotidianas que adquirir instantaneidade, ubiquidade, ou em outras palavras, compram sua participação na contemporaneidade universal, no movimento da futura cidade planetária” (VIRILIO, 1996, p. 49).

da processualidade das operações destes. A alternativa encontrada foi abordar, então, a questão a partir de uma perspectiva sistêmica. Isso não significa desconsiderar a relevância do campo⁶ como local analítico, mas entender que se está diante de uma nova dinâmica de funcionamento da sociedade, – baseada antes em fluxos que em tensões –, e que esta dinâmica exige instrumental adequado de análise. Inferíamos, portanto, que a entrada sistêmica se prestava melhor a nosso propósito analítico à medida que permitia observar estas transformações em uma perspectiva voltada aos fluxos informacionais que às tensões inerentes ao próprio campo. Sistema, no sentido proposto por Luhmann (1997), é uma forma de diferenciação fundamentada na comunicação como vetor de operação social e que possui dois lados: interno (o sistema propriamente dito) e externo (o ambiente em que ele se encontra).

Se, de um lado, a perspectiva retira dos agentes individuais e coletivos a responsabilidade exclusiva da transformação social – e suas decorrências –, à medida que ele passa a ser visto como uma unidade constitutiva do ambiente, que ajuda a dar forma ao sistema (não é possível pensar sistema sem ambiente), sob outro ângulo projeta o olhar, como dissemos, em direção aos processos e transformações que ocorrem nos mais diferentes sistemas que compõem a sociedade. O eixo condutor, neste caso, é a comunicação. Por outras palavras, passamos a estudar as mudanças que se verificavam no jornalismo – e as imbricações destas – a partir dos processos de transformação a que este vinha sendo submetido gradativamente a partir de sua intersecção com outros sistemas, e não apenas quanto à sua especificidade funcional-normativa. Não se trata de dizer que o conceito de campo tenha deixado de existir: ele segue existindo, evidentemente. O que muda é sua localização na geração de sentidos do cenário que nos propúnhamos analisar.

Com isso, tendo-se optado por uma perspectiva de análise de sistêmica, um novo cenário analítico passou a se delinear em nossa pesquisa: compreendermos o que significava, à informação de natureza jornalística, estar inserido em um contexto onde a processualidade parecia ser mais importante que os jornalistas, seus jornais ou mesmo a notícia, ainda que não prescindisse destes. A chave hermenêutica foi abordar a questão pelo viés da midiaticização, ou seja, pela compreensão que nos encontramos às voltas, nas palavras de Gomes (2006, p. 25),

⁶ “O campo jornalístico constitui-se como tal no século 19, em torno da oposição entre os jornais que ofereciam antes de tudo “notícia”, de preferência “sensacionais”, ou melhor, “sensacionalistas”, e jornais que propunham análises e “comentários”, aplicados em marcar sua distinção com relação aos primeiros afirmando abertamente os valores da objetividade” (BOURDIEU, 1997, p. 2-3).

com um princípio diferenciado de “(...) integridade social, um novo modo de ser no mundo”. Um novo modo que, não obstante sua natureza social e discursiva, é marcado por uma profunda imersão tecnológica da sociedade, que se inicia mais visivelmente a partir da digitalização, na década de 1970, e se consolida mais tarde com as redes telemáticas, dando forma e autonomia do campo comunicacional. Esta triangulação, – tecnologia, sociabilidade e discursividade –, que sinaliza e empresta contornos ao “lugar diferenciado” da midiaticização, não apenas interfere como passa a regular a sociedade em suas mais diferentes instâncias, integrando esta. Estamos falando, portanto, de um *bios* específico, neste caso um *quarto bios*⁷, na nomenclatura sugerida por Sodré (2006).

A explicação para este *quarto bios* passou a se tornar possível a partir do momento em que passamos a ter contato com os postulados que dão sustentação à midiaticização, e o que eles passaram a representar em nossas inquietações de pesquisa, – a chave hermenêutica a que nos referimos anteriormente –, em especial a partir de nosso ingresso no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCom) da Unisinos. Mas também quando começamos a observar com mais atenção qual o papel desempenhado pelos dispositivos comunicacionais. Papel este complexificado, entre outros, por pesquisadores como Mouillaud (1997), Rodrigues (1999) e Jesús Martín-Barbero (1997; 2004), quando sugeriram, cada um a seu tempo e modo, que o ecossistema comunicativo em que nos inserimos estaria se reconfigurando por meio de mediações de natureza sócio-técnicas, mas também discursivas, e que os dispositivos possuíam lugar central nesta processualidade. Ou seja, passamos a constatar que este novo ambiente, a que chamamos de midiaticizado, era formado a partir da ação de dispositivos de natureza comunicacional que, por meio de suas operações e enunciados, não apenas regulavam como ajudavam a explicar a sociedade em que nos inserimos.

A presença de uma estrutura em rede, personificada nos nós e conexões da *web*, ajudou-nos a dar forma a este sistema, que chamamos de midiático-comunicacional, porque também formado por dispositivos jornalísticos. Entendemos que são estes dispositivos –

⁷ Sodré (2006) classificou este novo lugar instaurado pela midiaticização como um *bios* específico; na verdade o quarto em uma escada sugerida por Aristóteles: o primeiro é o *bios theoretikos*, ou vida contemplativa; o segundo, *bios politikos*, ou vida política; enquanto que o terceiro chamava-se *bios apolaustikos*, ou vida prazerosa.

jornais e revistas impressos, rádios, televisões, webjornais e blogs –, por meio de suas operações –, e uma vez interligados em rede, que fazem funcionar a processualidade da midiáticação, provocando complexidades, como, por exemplo, as novas formas de produção de noticiabilidade. A mais evidente delas é o fato de o sistema midiático-comunicacional, uma vez amalgamado em rede, voltar suas operações, em primeiro lugar, para seu próprio interior, em uma perspectiva auto-referencial, e somente então para o ambiente em que se encontram os demais sistemas.

É neste movimento, que se torna possível por meio da irritação, – uma forma de operação por meio da qual o sistema estabelece suas relações a) com os demais sistemas, b) com o ambiente e que se insere, e, finalmente, c) com ele próprio, por meio de reentradas –, que a processualidade da midiáticação têm lugar. Também é aqui que sentidos são gerados nesta perspectiva, criando, portanto, novas e sucessivas realidades. Por este viés, são os dispositivos midiáticos-comunicacionais os responsáveis pela instauração desta nova ambientação que chamamos de midiáticação, e que possui, como sabemos, natureza sócio-técnica, mas também discursiva.

Mas e o que dizer, – e com isso chegamos ao problema que move nossa pesquisa –, quando, mais do que vetores da midiáticação, os próprios dispositivos midiáticos-comunicacionais são afetados por sua processualidade, midiaticando-se? A hipótese inicial, que passou a guiar nossa atenção, é que, quando isso ocorre; quando os mecanismos por meio dos quais a midiáticação da sociedade se realiza são atingidos por sua processualidade, complexifica-se uma forma de se fazer e pensar o jornalismo que possui pelo menos 300 anos de tradição. Maneira esta que já não parece mais suficiente para explicar uma atividade que se volta cada dia mais para suas próprias operações. Há de ser observar, evidentemente, as pistas que nos levam a pensar desta maneira neste momento, mas também o percurso metodológico que elaboramos para tentar elucidá-las. Isso para que possamos atingir nosso objetivo de pesquisa, qual seja, compreendermos o que significa ao jornalismo estar midiaticado.

Assim, com base nestas constatações, e a título de introdução a esta pesquisa, partiremos do pressuposto que o fazer jornalístico afeta e é afetado em suas mais diversas instâncias – emissão, circulação e recepção – pela midiáticação. Trata-se de um fenômeno cujo conceito discutiremos mais adiante o da midiáticação, mas que pode ser entendido preliminarmente como a criação de uma nova ambientação na sociedade a partir do momento

em que esta se encontra imersa em um ambiente altamente tecnologizado. Ocorre que, ao fazê-lo, este novo lugar que se estabelece, – porque midiaticizado –, acaba também ele por sofrer alterações, cambiando seus próprios vetores. A questão que se coloca, portanto, é compreendermos o que representa “este novo lugar” de fala do jornalismo e o que significam as alterações a que ele vem sendo submetido enquanto prática de sentido imersa em um contexto altamente tecnologizado.

A problematização da tese se justifica à medida que o fazer jornalístico afeta e é afetado em suas mais diversas instâncias pela midiaticização, em especial naqueles suportes que se encontram imersos em um contexto altamente tecnologizado, – caso dos blogs e dos webjornais⁸, mas também as revistas, os jornais impressos, as rádios e televisões. Com isso, conceitos e teorias da comunicação que possuam intersecção com o jornalismo e que são usualmente utilizados para explicar a forma por meio da qual o jornalismo estabelece seus vínculos – *Agenda Setting* e *Newsmaking*; não apenas, mas principalmente –, parecem não mais dar conta de uma lógica que agora opera em rede, cada vez mais voltada para suas próprias operações, o que aponta nosso olhar para cenários que se redesenhem.

Entendemos que nossa pesquisa é pertinente, de um lado, ao cenário dos estudos do jornalismo e da midiaticização à medida que estabelece diálogos mais estreitos com as teorias do jornalismo, por exemplo, emprestando a estas, quem sabe, novos horizontes epistemológicos. Entendemos que sua pertinência também reside no fato de ela possibilitar, no cenário que se estabelece, aquilo que chamamos de chave hermenêutica para a compreensão das mutações que passa o jornalismo neste seu momento evolutivo. Ou seja, por meio delas objetivamos compreender de que jornalismo estamos falando neste momento evolutivo. Inverteremos, desta forma, a estratégia de Édipo; e, ao invés de voltarmos nossa atenção em primeiro lugar aos enigmas, buscaremos na própria Esfinge a origem de seus mistérios, o que requer uma atenção especial às questões de ordem metodológica utilizadas para perseguir o problema, que descreveremos a partir deste momento.

Ato contínuo, se, do ponto de vista conceitual, inserimos nossa pesquisa na perspectiva das teorias do Jornalismo e da Midiaticização, do ponto de vista metodológico nossa opção recai sobre o Estudo de Caso, que nos permite, de um lado, analisar, por meio do

⁸ Webjornalismo como sinônimo de jornalismo feito na World Wide Web, ou simplesmente Web.

uso de métodos e técnicas diversas, de forma abrangente determinado fenômeno enquanto que, de outro, teorizar a respeito do assunto (BECKER, 1999). Trata-se, como sinaliza Duarte (2006), de uma abordagem metodológica que contribui para a compreensão de fenômenos sociais complexos. “É o estudo das peculiaridades, das diferenças daquilo que o torna único e por esta mesma razão o distingue ou o aproxima dos demais fenômenos.” (2006, p. 234). Com isso, como sugere Ford (2002), teremos condições de estabelecer as bases para uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado, em nossa pesquisa representado pelo jornalismo midiaticizado.

Serão em número de três os movimentos que faremos para diagnosticar nosso problema: no primeiro, além da elaboração de um quadro teórico que dê base para o que nos propomos observar, sinalizaremos algumas das principais mudanças que se verificaram no jornalismo. Mudanças estas que agudizaram o processo de midiaticização e a conseqüente autonomização da prática. Em seguida, no segundo capítulo, buscaremos observar o cenário em que a midiaticização se estabelece e como isso se dá. No terceiro capítulo da tese, propomos a análise empírica de dois acontecimentos publicizados a partir da cobertura jornalística e que, a nossos olhos, ilustram com precisão nosso problema de pesquisa. Os três momentos devem ser vistos como um constructo por meio do qual identificamos, em primeiro lugar, o desenvolvimento do cenário em que o objeto se estabelece, suas complexificações, e, finalmente, os indicativos de como se dá a processualidade da midiaticização.

Assim, o caminho metodológico que elaboramos para dar conta de nosso problema de pesquisa se inicia, no primeiro capítulo, com um mapeamento de algumas das principais mudanças que se verificaram no jornalismo a partir dos processos de transformação a que este vem sendo submetido ao longo de sua evolução. Interessa-nos, neste momento, observar como se estabelecem as bases daquela que consideramos uma transição paradigmática da sociedade, de natureza mecânica para informacional (CASTELLS, 2003), a partir do qual as relações do homem com seu entorno se traduzem (COHN, 2001), entre outros, pela produção e circulação de sentidos decorrentes de uma profunda imersão tecnológica da sociedade. A entrada analítica é de cunho sistêmico, nos moldes propostos por Luhmann (1997), à medida que o cenário analítico sugere um novo local de observação em que a ênfase recai antes na processualidade que nas tensões e conflitos que ocorrem no interior do campo comunicacional.

Neste momento da pesquisa, o olhar estará voltado para a compreensão do lento e gradativo processo que acabará por fazer, mais tarde, com que o sistema midiático-comunicacional se distinga dos demais sistemas a partir de sua autonomização, que é decorrência da midiatização. Ou seja, do momento em que ele possa a ser visto em sua especificidade em relação aos demais sistemas a partir de uma nova ambiência da sociedade, de natureza sócio-técnica, mas também discursiva. Partiremos do pressuposto que o jornalismo começa a se autonomizar à medida que, a partir de seus dispositivos, começa a se estabelecer um processo diferenciado de circulação de informações, e que esta que se traduz, principalmente, na relação entre o meio e o uso que se faz dele. A tecnologia possui um papel fundamental neste processo, à medida que, lenta e gradativamente, acaba por se transformar em meio, interferindo, com isso, na forma de funcionamento da sociedade e, nela, do jornalismo.

Os conceitos de território e descontinuidade serão utilizados para que possamos compreender estas transformações. O primeiro porque permite, a partir da concepção de que o sucessor do território não é a falta dele, ou seja, um “desterritório”, mas sim um novo território (HAESBAERT, 2004), observar o local que se estabelece a partir da midiatização da sociedade e do jornalismo. Ou seja, a forma da sociedade midiatizada. O segundo conceito – descontinuidade, baseado na forma como o homem se percebe em sua relação com o planeta (MAZLISH, 1995) –, trabalha uma perspectiva mais ampla, à medida que, por meio dele, encontramos condições de situar, no processo evolutivo da humanidade, a importância deste novo paradigma em que os jornalistas se inserem.

A internet será vista neste momento como o marco das transformações a que nos referimos, haja vista que é a partir dela, – em 1980 no mundo e dez anos mais tarde no Brasil –, que se estabelecem as bases para o que Castells (2003) chamou de Sociedade em Rede, ou seja, uma sociedade interligada por nós e conexões, cuja estrutura de funcionamento, – rizomática (muitos para muitos), em contrapartida à noção de axioma (um para muitos), próprios da Modernidade –, acaba por complexificar formas secularmente instituídas nas mais diversas instâncias de funcionamento da sociedade, caso do jornalismo.

Tendo dito, no primeiro capítulo, da forma por meio da qual a midiatização, e a autonomização da atividade jornalístico-comunicacional se agudizaram, buscaremos analisar, no segundo capítulo, o cenário em que a midiatização da sociedade se estabelece. Partiremos

do pressuposto que a midiaticização se instaura na sociedade com mais visibilidade quando esta já se encontra imersa em um ambiente altamente tecnologizado, estruturado em rede. Com isso, estabelecem-se matizes simbióticas à relação homem-máquina, ou formas tecnológicas de vida, à medida que fica cada vez mais complicado distinguir o que é da ordem social e o que diz respeito especificamente ao tecnológico (LASH, 2005). A leitura da obra de Niklas Luhmann mostrou-se fundamental neste processo, haja vista que nos baseamos em sua releitura da Teoria dos Sistemas para compreendermos nossas premissas, particularmente no que diz respeito ao processo de geração de sentidos que se estabelece a partir das operações do sistema midiático-comunicacional.

Por meio deste viés, e considerando que as operações do sistema são de natureza auto-referencial, partiremos do pressuposto, neste segundo capítulo, que, em um contexto midiaticizado, os dispositivos jornalísticos geram sentido principalmente no diálogo que se estabelece entre os dispositivos. Trata-se de um fenômeno semelhante ao que Johnson (2003) classifica como *feedback*, ou seja, interação que se estabelece entre os dispositivos midiáticos a partir da midiaticização, ainda que ele não se refira especificamente a esta. Trata-se de uma tentativa de compreensão da ambiência que se estabelece a partir da midiaticização da sociedade e que acaba por afetar instâncias como produção, circulação e recepção, tornando modelos produtivos de inspiração fordistas e, depois, keyneseanistas, insuficientes para dar conta da nova problemática que se estabelece.

Ainda no segundo capítulo, vamos buscar em Eliseo Verón (1997) a chave hermenêutica para compreendermos a processualidade da midiaticização e, a partir dela, propormos um novo modelo analítico. Por esta perspectiva, a midiaticização produz sentido na intersecção relacional existente entre as instâncias meios, instituições e atores individuais, produzindo zonas de afetação que interferem nas práticas institucionais. Com base neste ponto de vista, e considerando que os dispositivos dialogam entre si em uma perspectiva midiática, proporemos observar, no sistema midiático, o fenômeno da midiaticização também no interior da instância meios, ou seja, nos lugares em que se localizam e interagem os dispositivos. Chamamos de Unidades Constituintes (UCs) da instância meios cada um dos dispositivos que compõem o sistema midiático, e consideramos que a geração de sentidos da midiaticização se dá tanto entre as UCs como no interior destas.

Para que possamos pensar desta forma, é preciso observar, em primeiro lugar, como se disse, que tais operações estão inseridas em uma lógica sistêmica, de natureza auto-referencial, e que têm, portanto, o objetivo de reduzir a complexidade do sistema. Ocorre que este movimento acaba por complexificar a atividade jornalística, à medida que se torna cada vez mais difícil reconhecê-la nos moldes do que vínhamos fazendo há pelo menos três séculos. Neste novo ambiente, como veremos nesta tese, as gramáticas utilizadas até então para explicar o jornalismo parecem não conseguir mais abarcar as novas dinâmicas de funcionamento deste, basicamente porque sua estrutura, em rede, desaconselha olhares lineares sobre o fenômeno jornalístico-comunicacional. Mas não apenas as teorias: também a gênese da notícia muda substancialmente, haja vista que, agora, ela parece se construir ao longo do fluxo de informações, e não mais apenas no acontecimento se realizando no ambiente em que o sistema se insere.

Estas e outras considerações serão observadas empiricamente no terceiro capítulo, por meio da análise de dois acontecimentos, “O Escândalo da Arbitragem” e o “Acidente da Gol”. Entendemos que ambos, cada um a seu modo, são relevantes em nossa tentativa de compreendermos a midiaticização e suas complexificações, neste caso a midiaticização do jornalismo. No primeiro caso, – O Escândalo da Arbitragem –, a relevância fica por conta do fato de as acusações de manipulação de resultados terem se dado em meio ao Campeonato Brasileiro de futebol, uma das mais complexas disputas desta natureza em termos de Brasil, capaz de mobilizar multidões. Entendemos que o Acidente da Gol é relevante, por sua vez, à medida que não apenas representou uma das maiores tragédias aéreas do País como sua repercussão foi capaz de afetar as mais diversas instâncias da vida social e administrativa do País.

No primeiro exemplo, – “O Escândalo da Arbitragem” –, envolvendo denúncias de corrupção na arbitragem do Campeonato Brasileiro a 23 de setembro de 2005, um sábado, podemos observar a processualidade da midiaticização se estabelecendo a partir de uma reentrada, ou, segundo Luhmann (1997), da capacidade que os sistemas têm de provocar suas próprias irritações. O acontecimento se inicia a partir do momento em que uma *newsletter* expedida pela revista Veja, dando conta que a revista abordará o assunto, irrita todo o sistema midiático-comunicacional. Enquanto a versão impressa da revista não era disponibilizada, o que viria a ocorrer somente no início da semana, o site da revista antecipava o conteúdo da matéria e era utilizado pelos demais dispositivos como fonte de informação.

O segundo evento, – o “Acidente da Gol” –, diz respeito ao Boeing 737-0800, da companhia aérea Gol, que desapareceu quando a aeronave se dirigia de Manaus para o Rio de Janeiro, por volta das 16 horas no dia 29 de setembro de 2006, com 154 pessoas a bordo – 148 passageiros e seis tripulantes. Neste acontecimento, o sistema midiático-comunicacional é irritado por uma informação que tem origem no ambiente, – e que é transmitida em primeiro lugar por um radioamador –, e, uma vez absorvida, a exemplo do que ocorreu no acontecimento anterior, passa a circular em todo o sistema midiático-comunicacional, afetando e sendo afetado por este. Os dois acontecimentos interferiram nos demais sistemas sociais, mas o “Acidente da Gol” fez isso de forma diferenciada, à medida que acabou por se transformar em evento completamente diferente do que lhe deu origem, neste caso o “Apagão Aéreo”. O “Apagão Aéreo” foi o nome que se deu à série de incidentes envolvendo atrasos e cancelamentos nos vôos da malha aérea brasileira, provocados a partir das operações realizadas pelos controladores aéreos em resposta às acusações de que eles teriam sido negligentes no episódio da queda do avião da Gol.

Observaremos, em nossa análise, os dois acontecimentos se realizando em sua processualidade já a partir do momento em que irritam o sistema midiático-comunicacional, seja em sua intersecção com o ambiente (Acidente da Gol) ou pelo viés de reentradas (Escândalo da Arbitragem). Por meio do uso de dois modelos de tabelas teremos condições de analisar, de um lado, o fluxo dos acontecimentos, enquanto que, de outro, descrever com mais atenção as operações que se estabelecem nestes locais. A metodologia foi inspirada em estudo anterior de Verón (1995), onde se buscava examinar a forma por meio da qual os dispositivos comunicacionais construía os acontecimentos no espaço das mídias. Buscaremos compreender, com estes movimentos, como se estabelecem as afetações do jornalismo em uma perspectiva de midiatização, ou seja, a geração de sentidos da midiatização no interior do sistema midiático-comunicacional. Já os gráficos nos ajudarão a tornar mais visíveis as zonas de afetação da midiatização tanto no interior do sistema como nas UCs que compõem este.

Resumidamente, o caminho metodológico busca, por meio de Estudo de Caso, e de três movimentos analíticos – desenvolvimento do cenário em que a midiatização se estabelece; complexificações deste cenário com a midiatização; e, finalmente, a processualidade da midiatização –, observar como se desenvolve e estabelece o fenômeno que chamamos de jornalismo midiatizado. Utilizamos, ainda, instrumentos analíticos, neste caso tabelas e gráficos, que nos permitem observar, no fluxo das informações, por meio de

indicadores, a construção dos acontecimentos a partir do diálogo que se estabelece nos fluxos informacionais entre os dispositivos. As descobertas desta pesquisa serão descritas e interpretadas no quarto e último momento desta tese, a título de conclusão.

Cumpramos observar desde já, no entanto, – e não obstante a lógica inerente a trabalhos desta natureza sugerir que se tratem de considerações finais –, que estas são, antes, indicativos seminais de pesquisa, haja vista que propõe a interpretação de fenômenos a nossos olhos ainda pouco analisados em sua relação com o jornalismo. É nosso desejo que esta abordagem permita compreender o que ocorre com a prática quando seus dispositivos, mais do que vetores de mediação, são eles próprios afetados pela processualidade desta, mediando-se, e sugerindo, desta forma, que novas gramáticas de produção se fazem necessárias para a compreensão deste momento evolutivo do jornalismo.

1 MUDANÇAS NO JORNALISMO

O capítulo que aqui se inicia se propõe a examinar as mudanças que se verificam no jornalismo, compreendido como uma prática social de sentido, – e as imbricações destas –, a partir dos processos de transformação a que este vem sendo submetido ao longo de sua evolução, em especial a partir de sua intersecção com outros sistemas, sejam eles sociais, técnicos, discursivos etc. Com isso, e mesmo sem desconsiderá-lo, deslocamos desde já o foco analítico da perspectiva de campo, notadamente as processualidades deste, e passamos a observar o fenômeno em uma angulação sistêmica.

A opção por uma entrada analítica de cunho sistêmico deve-se ao fato de estarmos imersos em um novo paradigma, de natureza tecnológica (CASTELLS, 2003), mas com imbricações e transversalidades junto a outros sistemas (FERREIRA, 2008), que complexifica as relações do homem com seu entorno a partir de uma profunda imersão tecnológica da sociedade, e que é personificado em uma sociedade da informação, cujas transformações, como apontou Cohn (2001), são traduzidas principalmente pelo ângulo dos processos de produção e circulação de sentido. Com isso, a sociedade passa a ser cada vez mais formatada pela informação e a digitalização, que se inicia na década de 1970 (no Brasil, dez anos mais tarde), é parte determinante deste processo.

A plena manifestação disso somente se tornou possível em período recente, quando os processos informativos se instalam no cerne da sociedade, mediante um princípio técnico de alcance verdadeiramente revolucionário. O termo [digitalização] designa mais que uma equivalência numérica. Refere-se a processos regidos por escolhas redutíveis a alternativas paradigmáticas de zero e um. Esta, em termos estritamente técnicos, comanda seqüências de impulsos, e, no plano dos resultados, traduz-se na presença ou na ausência de um elemento significativo. Para além das meras definições, mas em termos históricos concretos, a informação distingue-se da comunicação (COHN, 2001, p. 17).

Neste sentido, a forma de sociedade que se engendra a partir da chegada dos primeiros computadores, que personificam a mudança de paradigma; a partir de agora marcado por conexões e fluxos, e se desenvolve mais intensamente quando as máquinas passam a operar em rede, encontra-se baseada em um mecanismo seletivo de inclusão ou exclusão, cuja forma é o sistema e que é próprio da sociedade da informação. As redes, por sua vez, são unidas por ligações sociais e técnicas; têm, portanto, natureza sócio-técnica:

A sociedade em rede é uma sociedade de fluxos, uma sociedade de comunicações globais. Os fluxos transportam muitas coisas, sobretudo informações. A sociedade industrial de Marx se embasava em máquinas transformadoras da natureza. As máquinas de nossos dias não se ocupam tanto de transformar a natureza, e nem sequer a cultura (informação), mas de transmitir cultura (comunicações). A sociedade de fluxos, a sociedade de rede, é menos uma sociedade de informação que uma sociedade de comunicação. (LASH, 2005, p. 50)

Vale lembrar, e voltaremos a este tema mais adiante, que a comunicação possui um caráter aditivo. O que passa a distinguir a informação da comunicação, que não deixa de existir em uma perspectiva sistêmica, é que esta, na figura das redes, passa a ser subordinada processualmente ao sistema de informação, tornando-se subsistema deste (COHN, 2001). Sistema será aqui entendido como uma forma de diferenciação fundamentada na comunicação como vetor de operação social e que possui dois lados: interno (o sistema propriamente dito) e externo (o ambiente⁹ em que ele se encontra). Sendo assim, a sociedade se apresenta como “(...) o sistema abrangente de todas as comunicações, que se reproduz autopoieticamente¹⁰, à medida que produz, na rede de conexões recursiva de comunicações, sempre novas (e sempre outras) comunicações” (LUHMANN, 1997, p. 83).

Interessa-nos, neste contexto, analisar a geração de sentidos que se estabelece em consequência de o aparato jornalístico-comunicacional, uma vez operando em rede, fechar-se estruturalmente e passar a estabelecer seus diálogos de forma sistêmica, portanto auto-referencial; os jornais, as rádios, as televisões, os webjornais e os blogs de natureza jornalística¹¹ dialogando hegemonicamente entre si e deixando o entorno em uma espécie de segundo plano, ainda que sem prescindir dele. Quando isso se verifica, quando os dispositivos passam a dialogar principalmente entre eles mesmos, observa-se a alteração de uma lógica operacional com pelo menos 300 anos de tradição, até então voltada principalmente para o que ocorre na intersecção do diálogo que se estabelece entre as instituições jornalísticas e seu entorno.

A opção sistêmico-analítica se deve ao fato de as transformações sugeridas acima indicarem a presença de um novo cenário de observação, em que a ênfase reside antes na processualidade do que no próprio campo comunicacional-jornalístico; campo visto aqui como espaço de jogo concorrencial (BOURDIEU, 1983, p. 121), tensional, – “(...) uma

⁹ Sistemas não podem ser pensados sem eu entorno, haja vista que é na relação entre entorno e sistema que se estabelece a identidade de um e outro.

¹⁰ Sistemas autopoieticos (ou auto-referenciais) têm a capacidade de produzir as unidades que necessitam para continuar operando, dispensando elementos externos.

¹¹ Por blogs de natureza jornalística vamos entender, doravante, os blogs cujos conteúdos sejam jornalísticos.

instituição dotada de legitimidade indiscutível, publicamente reconhecida e respeitada pelo conjunto da sociedade (...)". Sob este ângulo, o campo opera em uma perspectiva estruturalmente autônoma em relação aos demais campos sociais. Equivale a dizer, como afirma Rodrigues, que, sob esta perspectiva, a presença do campo emerge como forma reguladora dos mais diversos domínios da experiência.

Um campo social é o resultado ou o efeito de uma gênese, de um processo de autonomização secularizante bem-sucedido, graças à aquisição da capacidade de impor, com legitimidade, regras que devem ser respeitadas num determinado domínio da experiência, baseada numa indagação racional metodicamente conduzida (RODRIGUES, 2000, p. 192).

É preciso, no entanto, e não desconsiderando os avanços nas reflexões de Bourdieu a respeito do conceito de campo, levarmos em conta, por exemplo, a ausência de estudos empíricos sobre a natureza do campo das mídias. Trata-se, a nossos olhos, de uma problemática de natureza sociológica a perspectiva de campo, mas, quando se torna instrumento de análise dos fenômenos midiáticos, destaca-se principalmente como constructo teórico, em detrimento do olhar empírico sobre o objeto, aos nossos olhos, necessário para a análise do fenômeno jornalístico, à revelia da ferramenta utilizada na análise. A afirmação se justifica à medida que este, enquanto forma específica de conhecimento (MEDITSCH, 1997), que revela, em suas operações, a singularidade do mundo a partir de um nível de conhecimento que se estabelece no senso-comum, torna-se identificável, entre outros, como já havia pontuado Adelmo Genro Filho (1987), observando-se, de um lado, seus aspectos teóricos; de outro, a face empírica do fenômeno; bem como a soma de ambas as instâncias, em uma perspectiva dialética.

O novo paradigma parece deslocar da perspectiva de campo bourdieuiana, de natureza comunicacional, a hegemonia na geração de sentidos. Esta segue existindo, mas como forma constituinte de um sistema mais amplo, de matizes informacionais. Como sugere Lash (2005), isso nos permite compreender o mundo também por meio do sistema tecnológico, que agora se encontra imerso em uma espécie de interface orgânica e tecnológica ao mesmo tempo. “Opero como interface homem-máquina, – como uma forma tecnológica de vida natural –, porque devo navegar necessariamente pelas formas tecnológicas de vida social. Como natureza tecnológica, devo navegar pela cultura tecnológica” (2005, p. 42-43). Por conta desta mudança de forma operacional na cena contemporânea em que nos inserimos, acreditamos, como dissemos anteriormente, que a visada sistêmica preste-se melhor, ainda que não de

forma excludente ao campo, porque complementar, a nosso propósito analítico, à medida que permite uma leitura diferenciada dos processos de transformação a que vêm sendo submetido o jornalismo neste momento evolutivo.

Se, de um lado, a opção metodológica retira do indivíduo (e sua coletividade) a responsabilidade exclusiva pela geração de sentidos, – e suas decorrências –, à medida que eles passam, assim, a se tornar uma unidade constitutiva – não central; constitutiva – do ambiente, que ajuda a dar forma e legitima o sistema (não é possível pensar sistema sem ambiente), sob outro ângulo projeta o olhar em direção aos processos e transformações que ocorrem no interior dos sistemas e que têm como eixo condutor a comunicação. A este movimento chamamos auto-referencialidade, ou a capacidade que o sistema possui de referenciar a si mesmo em suas operações.

Em todos os tipos de auto-referência nos encontramos diante de uma circularidade fechada, que não nega a existência do entorno: este é o pressuposto das seleções do sistema. Os sistemas auto-referenciais são sistemas autônomos no sentido que utilizam este fechamento para sua própria autopoiesis e para suas próprias observações. O conceito de autonomia não indica independência do entorno, mas um fechamento auto-referencial: o entorno pode limitar ou ampliar o âmbito de possibilidades operativas do sistema, porém isso não anula o fato de que as operações sejam produzidas e conectadas somente pelo e no sistema. (...) As influências externas sobre o sistema se referem à sua capacidade de irritabilidade, ou às exigências dos demais sistemas, porém não sobre sua autonomia ou clausura. Por autonomia, então, entende-se a relação entre dependências e independências, entre sistema e entorno; distinção esta que pode se realizar somente no sistema, de forma auto-referencial¹². (BARALDO; CORSI; ESPOSITO, 1996, p. 36-37).

A distinção entre auto e heterorreferência está diretamente relacionada a uma característica do sistema chamada de reentrada, ou *re-entry*. Trata-se, como define Luhmann (2005-c), da capacidade que os sistemas têm de introduzir a distinção entre sistema e meio no interior de si mesmos, e de utilizar esta diferenciação em suas próprias operações.

Uma consequência importante (...) é que um cálculo deste tipo já não pode ser entendido como instrumento para constatar verdade “objetiva” de forma representacional; ele torna-se, antes, algo “bioestável” e assim gera o próprio tempo, que, como um computador, “consome” na seqüência de suas próprias operações. A indeterminação produzida internamente dilui-se assim numa sucessão de operações que conseguem realizar seqüencialmente uma variedade de coisas. O sistema se dá tempo e constitui cada operação com a expectativa de que outras a sucedam, (LUHMANN, 2005-c, p. 28-29)

É também por meio do conceito de reentrada que opera o sistema jornalístico-

¹² Tradução do autor.

comunicacional, que Luhmann chama de “sistema dos meios de comunicação”. Ele, o sistema, supõe que suas próprias comunicações tenham continuidade, à revelia do espaço temporal entre uma e outra; um programa/notícia remetendo a outro. Esta característica se evidencia, como veremos no terceiro capítulo desta tese, à medida que uma notícia, uma vez absorvida pelo sistema midiático-jornalístico, – e a tecnologia transformada em meio é crucial neste processo –, tende a circular pelos demais dispositivos sem maiores preocupações quanto à sua procedência que não ligeiras referências. Mas não “(...) se trata da representação de mundo, da forma como ele se apresenta agora” (LUHMANN, 2005-c, p. 29), à medida que, na perspectiva sistêmica, a distinção entre o mundo como ele é e como é observado deixa de existir.

O estado do sistema entra na comunicação seguinte como irritação, surpresa, novidade, sem que o mistério da procedência, da origem da novidade do novo seja esclarecido pelas operações do sistema. O sistema pressupõe a si mesmo como irritação auto-produzida, sem ser atingível por meio de suas próprias operações, e então ocupa-se com a transforma-se de irritação em informação que ele produz para a sociedade (e para si mesmo na sociedade). Exatamente por isso que a realidade de um sistema é sempre correlata às próprias operações, sempre uma construção própria. (LUHMANN, 2005-c, p. 30).

O que assegura, por outro lado, que não haja um desacoplamento, – o sistema separando-se de seu entorno, o que implicaria na desconfiguração de um e outro –, e mesmo considerando que o conceito de acoplamento é da ordem da circulação, são os temas, que personificam a heterorreferência da comunicação sistêmica.

Eles [os temas] organizam a memória da comunicação. Eles atam as colaborações a contextos complexos de tal forma que na comunicação habitual pode-se reconhecer se um tema será mantido e continuado ou se está sendo trocado. No plano temático chega-se por isso a uma sintonia contínua entre heterorreferência e auto-referência dentro da comunicação do próprio sistema. (...) Os temas servem por isso ao acoplamento estrutural dos meios de comunicação com outras áreas da sociedade (...). O sucesso dos meios de comunicação em toda a sociedade deve-se à imposição dos temas, independentemente se as posições tomadas são positivas ou negativas em relação às informações, às proposições de sentido, às nítidas valorizações. (LUHMANN, 2005-c, p. 31).

Por outras palavras, propomos estudar as mudanças que se verificam no jornalismo – e as imbricações destas – tendo em vista os processos de transformação a que vem sendo submetido gradativamente a partir de sua intersecção com outros sistemas, e não apenas quanto à sua especificidade funcional-normativa. Processos estes que se instauram quando à ação humana junta-se, não mais na condição de acessório, suporte ou vetor, mas de elemento constituinte daquela, um sistema tecnológico complexo, de contornos pouco visíveis, cujas

operações, no entanto, emprestam-lhe um caráter hegemônico e onipresente na sociedade. E que afeta todos os sistemas, sejam eles sociais ou não, incluindo nestes o jornalístico-comunicacional.

Entendemos que esta tecnologia, desenvolvida desde as grandes invenções que se sucederam principalmente entre os séculos 18 e 19, – períodos em que Castells (2003) localizou as duas revoluções industriais¹³ –, e reconfiguradas mais tarde, na década de 70, por meio da digitalização e das redes telemáticas, acabou por instaurar, a partir da natureza de sua relação, uma nova dinâmica processual no jornalismo, exigindo-lhe novas gramáticas de reconhecimento. É o que se verifica, por exemplo, quando o processo de produção de notícias começa a prescindir, mesmo que não de forma consciente, por parte de seus agentes, de critérios como imparcialidade e credibilidade. A afirmação se torna visível, a título de ilustração, quando matérias são simplesmente reproduzidas em sites a partir de outros sites, sem checagem das informações, por questões que vão desde a facilidade de acesso (bastam alguns cliques para se chegar às notícias) até o tempo de operação, via de regra muito dinâmico.

Observe-se, antes mesmo de abordá-las, que este movimento; esta nova dinâmica operacional, não é condicionada pelo desenvolvimento tecnológico, apesar de se estabelecer com ele e não poder prescindir deste, notadamente de sua estrutura em rede, e sim pela geração de sentidos que se inicia a partir das novas processualidades que se inauguram com a conjunção entre o que é da ordem do social e do tecnológico em um mesmo plano. Isso permitiu ao que antes era mero suporte; mecanismo por meio do qual se atingia este ou aquele objetivo/fim, se transformasse em *medium*; no sentido atribuído por Régis Debray (1995), e que se distingue de meio, o elemento que, pelo viés da uma organização social, condiciona a “semântica dos vestígios” (DEBRAY, 1995, p. 26). Sob esta perspectiva, um *medium* pode ser compreendido a partir de quatro sentidos antes complementares que sobrepostos, ou mesmo excludentes:

- 1) um procedimento geral, de simbolização (palavra escrita, imagem analógica, cálculo digital); 2) um código social de comunicação (a língua natural na qual a mensagem verbal é pronunciada: latim, inglês ou tcheco); 3) um suporte material de

¹³ A primeira se iniciou nos últimos 30 anos do século 18 e foi caracterizada por tecnologias como a máquina a vapor e a fiadeira. Ou seja, pela substituição das ferramentas manuais pelas máquinas. A segunda, cem anos depois, destaca-se pelo desenvolvimento da eletricidade e do motor a combustão interna, para ficarmos em dois. (CASTELLS, 2003, pág. 71)

inscrição estocagem (argila, papiro, pergaminho, papel, banda magnética, tela); 4) um dispositivo de gravação conectado a determinada rede de difusão (gabinete de manuscritos, tipografia, foto, televisão, informática). Vamos chamar de *medium*, no sentido pleno, o sinal dispositivo-suporte-procedimento, ou seja, aquele que organicamente é posto em movimento por uma revolução midiológica. (DEBRAY, 1995, p. 23).

Debray utiliza o adjetivo midiológico¹⁴ para se aproximar do conceito de mediação e, por meio deste, sugerir a criação de uma categoria conceitual, – a midiosfera –, definida como

(...) meio de transmissão e transporte das mensagens e dos homens. Esse meio, estruturado por seu procedimento capital de memorização, estrutura, por sua vez, um tipo de credenciamento dos discursos, uma temporalidade dominante e um modo de reagrupamento, ou seja, as três faces de um triedro formando (o que poderíamos resumir como) a personalidade coletiva ou o perfil psicológico característico de um período midiológico (DEBRAY, 1995, p. 40).

Concordamos com Debray quando este alerta que a midiosfera não afeta e nem elimina os códigos que lhe antecederam, e que seria “reducionista promover o *medium* (...) como agente causal único (DEBRAY, 1995, p. 24)” das transformações referidas. Basicamente porque, a exemplo do que se verifica no sistema, não é possível pensar o *medium* sem considerar o ambiente em que ele se insere. Equivale a dizer que, se admitirmos a existência de uma disciplina chamada midiologia, como pretende Debray, – que não representa apenas o estudo das mídias, dos dispositivos como jornais, rádios e televisões, mas também as relações que se estabelecem a partir e com estas estruturas técnicas de transmissão –, é porque houve, antes, períodos que lhe antecederam.

Por si só, a tipografia não fabricou um novo suporte material: já existia o papel de trapos; nem uma forma original: o ‘codex’ fora criado alguns séculos antes, e as formas do livro – como foi lembrado por Roger Chartier – permaneceram, durante quase um século após Gutenberg, as do manuscrito. No entanto, além das inércias, e tendo em conta os períodos de latência, a técnica de Gutenberg devia transformar, se não as modalidades de leitura, pelo menos o estatuto simbólico e o alcance social do documento escrito por meio da alfabetização de massa. O caráter móbil do chumbo tinha necessidade de papel, mas este teria vegetado, se é possível falar assim, sem o primeiro. A dinâmica foi a do par chumbo-papel, mas o operador quantitativo e qualitativo da reviravolta na ecologia medieval do signo é, em última instância, a invenção tipográfica. Máquina motriz e motriz de uma nova estrutura antropológica, caracterizada como ‘modernidade’ (DEBRAY, 1995, p. 24).

Ao sugerir, portanto, que a midiosfera, mais que uma relação decorrente da convivência entre homens e máquinas, “é uma relação mental ao espaço e tempo físicos”

¹⁴ “Midio não significa mídia nem médium, mas mediação, ou seja, o conjunto dinâmicos dos procedimentos e corpos intermediários que se interpõem entre uma produção de signos e uma produção de acontecimentos” (DEBRAY, 1995, p. 29).

(2005, p. 42); e que “o espaço de uma mídiósfera não é objetivo, mas trajetivo” (p. 43), dividindo-se entre “onírico e maquinal” (p. 44), – e considerando que nos valem de Debray principalmente como percurso para a construção do que entendemos por *médium* –, podemos inferir que estamos diante de uma forma de se estar no mundo diferenciada. O diferenciada fica por conta do fato de que, assim, as fronteiras entre o que é do homem e de suas máquinas se tornam menos visíveis, estas confundindo-se com aquele em sua forma de ser e estar no mundo.

Verón (1997), de uma outra perspectiva, e mesmo não se mostrando totalmente refratário à perspectiva de Debray, à medida que dialoga com este, o que não lhe impede de se utilizar de alguma ironia, – “(...) a ‘midiologia’ de Régis Debray busca ocupar o lugar vago da velha semiologia em seu rol totalizador de imperialismo disciplinário” –, sugere que se proceda uma problematização de outra ordem ao conceito de *medium* proposto por Debray, “(...) evitando-se uma pertinência tão ampla que acabe por incluir todos os avatares simbólicos da humanidade”¹⁵ (1997, p. 11).

O que parece estar em jogo neste diálogo é uma delimitação conceitual: a proposta de Verón sugere o uso da expressão *meio de comunicação social*, ou “(...) um dispositivo tecnológico de produção-reprodução de mensagens associado a determinadas condições de produção e a determinadas modalidades (ou práticas) de recepção de mensagens” (1997, p. 12-13). Esta perspectiva nos parece a mais adequada porque instala o dispositivo tecnológico no contexto dos usos sociais e distingue tecnologias de comunicação de meios de comunicação. Um meio, para Verón, comporta a articulação de uma tecnologia de comunicação a modalidades específicas de utilização. Para Debray, é representado pelos instrumentos de transmissão e de circulação simbólicas, ou seja, a tudo o que produz sentido.

Como nosso objeto de estudo concentra-se especificamente no jornalismo, e este, via de regra, encontra sua materialidade conceitual nas operações realizadas pelos e com os dispositivos jornais impressos, revistas, rádios, webjornais e blogs em processos de produção e recepção, no que eles têm de jornalístico; e considerando, ainda, que são meios de comunicação social da mesma forma que o é o cinema ou o vídeo, por exemplo, vamos nos

¹⁵ Tradução do autor.

referir a eles, doravante, como jornalístico-comunicacionais, ou simplesmente *mídia*¹⁶. A diferenciação, ou especificização, nos permite observar que a mídia possui um papel central na forma como o mundo, e nele o homem, organizam-se. A esta chamaremos de *mediatização*, ou “a reconfiguração de uma tecnologia comunicacional”:

Noutras palavras, a *mediatização* é a chave hermenêutica para a compreensão e interpretação da realidade. Neste sentido, a sociedade percebe e se percebe a partir do fenômeno da mídia, agora alargado para além dos dispositivos tecnológicos tradicionais. Por isso, é possível falar da mídia como um *lócus* de compreensão da sociedade (GOMES, 2006, p. 121).

A *mediatização* será trabalhada com mais especificidade no segundo capítulo. Por hora, partiremos do pressuposto que o fazer jornalístico afeta e é afetado em suas mais diversas instâncias – emissão, circulação e recepção – por sua processualidade. Ou seja, ele não é apenas vetor de *mediatização*, à medida que, ao *mediatizar*, *mediatiza-se*. Este novo lugar que se estabelece, porque *mediatizado*, acaba fazendo com que os mecanismos por meio dos quais os jornais impressos (mas também os telejornais, radiojornais, e, mais recentemente, os webjornais e os blogs de natureza jornalística) e os jornalistas sempre se utilizaram para estabelecer seus vínculos; reconhecer e serem reconhecidos, sofram complexificações substanciais.

Isso se verifica, por exemplo, a partir do momento em que critérios como credibilidade já não pareçam suficientes para explicar a nova forma de se fazer jornalismo que se estabelece em dispositivos como sites e blogs, ou quando o próprio papel dos jornalistas é posto em xeque diante de uma forma de se exercer a profissão acessível a qualquer pessoa. O mesmo pode ser dito em relação aos receptores que dialogam com estes suportes: há muito eles podem interferir no conteúdo jornalístico, tornando-se, com isso, emissores. Estamos, portanto, diante de um problema de fluxo de informação, em que a processualidade deste parece interferir de forma diferenciada nas mais diversas instâncias de funcionamento do aparato midiático, complexificando-as.

A mais evidente destas complexificações diz respeito aos lugares secularmente reconhecidos, – do emissor e do receptor principalmente, mas também no que ocorre no entorno destes dois pólos: imersos em um ambiente altamente sócio-tecnologizado, parecem

¹⁶ “Grafia aportuguesada da palavra *media*, conforme é pronunciada em inglês. Alguns dicionários preferem a forma *media*. *Media* é o plural de *medium* (palavra latina que significa “meio”). Designa os meios (ou o conjunto dos meios) de comunicação: jornais, revistas, tevê, rádio etc.” (BARBOSA; RABAÇA; 1995, p. 401).

adquirir novas funções e processos; identidades diferenciadas, o que exige novas gramáticas de reconhecimento. É o que se verifica, por exemplo, quando se observa que, em um contexto de redação, e à revelia do suporte em que se esteja falando, torna-se cada vez menos visível a histórica diferença funcional entre repórteres e editores, muitas vezes os primeiros exercendo funções até há pouco exclusivas dos segundos (FELLIPI; SOSTER; PICCININ, 2006). Ou quando a mídia abre cada vez mais espaço para a participação de seus leitores/videntes/ouvintes, permitindo a estes que interfiram no processo produtivo e redirecionem pautas e grades de programação.

E é por isso que, em nossa perspectiva, o fenômeno da midiaticização pode ser compreendido como uma espécie de nova referência em relação às formas por meio das quais a questão jornalístico-comunicacional vem sendo observada desde há muito.

1.1 O CENÁRIO DA MUDANÇA

Um caminho possível para começarmos a estabelecer uma compreensão do que representa este “novo lugar” de fala do jornalismo, porque midiaticizado, e o que representam as alterações a que ele vem sendo submetido enquanto prática social geradora de sentido, é observarmos o cenário a partir do momento em que a atividade começa a se autonomizar, objetivo deste capítulo. O conceito de autonomização será doravante utilizado na perspectiva sugerida por Rodrigues (1997), segundo a qual a máquina discursiva da mídia, onde o jornalismo se encontra, torna-se não apenas necessária à existência dos demais campos sociais, mas imprescindível a estes. Se isso se dá desta forma, é porque o desenvolvimento técnico empresta aos “(...) *media* [ou mídia] uma dimensão individualizante, que os torna quase imperceptíveis e omnipresentes, infiltrando-se em todos os interstícios da vida privada, isolando os indivíduos à medida que os ecos do mundo chegam em catadupa aos recônditos da vida doméstica” (RODRIGUES, 1997, p. 43).

Entendemos que compreender o início do processo de autonomização da atividade equivale a observar, metodologicamente, como, em sua evolução, o campo jornalístico passa a se distinguir dos demais campos sociais; mas também o movimento por meio do qual a atividade começa a voltar suas operações para o interior do sistema midiático-comunicacional, em uma lógica operacional auto-referencial. Ou seja, entendemos que a autonomização do campo jornalístico-comunicacional se estabelece a partir do momento em

que este começa a se midiaticizar¹⁷. Isso se torna mais visível, por exemplo, quando a atividade jornalístico-comunicacional passa a dialogar de forma mais estreita com a sociedade, o que é possível, em primeiro lugar, graças à estrutura em rede dos dispositivos midiáticos; enquanto que, em segundo, à sempre nova e sucessiva oferta de sentidos.

No primeiro caso, – observar como, em sua evolução, o campo jornalístico começa a se distinguir dos demais campos sociais –, implica abandonar, como sugere Fausto Neto (2006), a perspectiva por meio da qual o jornalismo é visto apenas como “(...) um relato veiculador de cenas que ocorreram em outros campos sociais” e entender a atividade como um processo que gera sentidos a partir “(...) de operações e gramáticas da própria economia midiática” (2006, p. 50). Sob esta perspectiva, o papel dos dispositivos jornalísticos não se resume a reconstituir/reproduzir realidades: olhando-se desta forma, o jornalismo pode ser observado em um contexto mais complexo, envolvendo os demais campos sociais; e também porque a natureza discursiva aflora como sua competência específica. Quando há competência discursiva, tem-se produção de sentidos, portanto de realidades. Assim,

Sem abandonar a especificidade do trabalho da enunciação jornalística, alarga-se o conceito de dispositivo, não só enquanto uma problemática de linguagem, mas como um a questão de maior complexidade, e que diz respeito à existência de uma natureza sócio-técnica. Aprofunda-se a compreensão que se tem do *status* do campo dos mídias e da midiaticização, procurando-se mostrar que o trabalho enunciativo dos *media* já não se restringe mais a “construir realidades”, mas deslocar a ênfase desta tessitura para evidenciar a “realidade em construção”. De uma maneira sintética, se passa de uma preocupação sobre o discurso jornalístico que centra sua atenção no trabalho textual, como operador de produção de realidades, para um novo momento em que se afirma que uma ênfase do trabalho da noticiabilidade está assim na própria narrativa em que se engendram as condições de “realidade de construção” (FAUSTO NETO, 2006, p. 51).

Equivale a dizer que, se o jornalismo começa a se autonomizar, é também porque seus especialistas, lenta e sucessivamente, passam a produzir discursos segundo regras que lhes são próprias, e que são inerentes às formas por meio das quais os recursos enunciativos dos dispositivos jornalísticos se estabelecem. A questão inicial que se coloca, portanto, é compreendermos como começa a se estabelecer o processo de autonomização da atividade jornalística. Ou seja, a partir de que momento da Modernidade¹⁸ – e em decorrência de quais

¹⁷ O campo jornalístico-comunicacional repete, com isso, uma lógica operacional que é própria do processo de autonomização dos diferentes espaços que compõem a sociedade. O que muda com a midiaticização é que, com ela, o campo jornalístico-comunicacional passa a se distinguir em sua especificidade dos demais campos sociais, individualizando-se em relação a estes.

¹⁸ Qual Giddens, entenderemos modernidade como o momento equivalente ao mundo industrializado, “(...) desde que se reconheça que o industrialismo não é sua única dimensão institucional.” (2002, p. 21)

fatores – o aparato jornalístico-comunicacional começa a se tornar identitariamente distinto em relação a outros campos. Mas, também, a um tempo “imperceptível” e “onipresente” à sociedade, interferindo, assim, na forma de ser desta. Isso ao ponto de se constituir ele próprio em um campo de operações que interfere em si próprio e em seu entorno e sem o qual os demais campos sociais não existiriam ou se manifestariam em condições públicas.

Ao afirmar que a experiência humana, seja ela qual for, é mediada pela socialização e pela aquisição da linguagem, Giddens (2002) nos fornece dois importantes subsídios para compreendermos como se estabelece esta processualidade. O primeiro deles, estudado desde as pesquisas seminais de Harold Innis e, mais tarde, de Marshall McLuhan, analisa as alterações espaço-temporais decorrentes da observância do papel exercido pelo meio na condução da mensagem. Ou seja, desde há muito o meio também é entendido como mensagem, e não apenas como suporte desta. Mais do que registrar palavras, os livros, e mais tarde as revistas e os jornais, – para ficarmos em apenas alguns exemplos –, no que eles têm de material, e à revelia de seu propósito ou linguagem, imprimiram novas e sucessivas dinâmicas ao mundo. Transformaram-se eles próprios em componentes das mensagens.

Mas não apenas. Com o surgimento destes dispositivos midiáticos se estabeleceu um modelo diferente de transmissão de informação, que se traduz na relação entre o meio e o uso que se faz dele e se personifica na palavra registrada, própria da Modernidade, pelo viés da memória. Com isso, tempo e espaço sofrem modificações substanciais e eis que surge uma nova forma de linguagem, diferente da que lhe antecede na pré-modernidade (oral) e distinta daquela que passa a ser identificável a partir de Innis e McLuhann. Uma mensagem, que é o meio, mas também linguagem, em uma relação de simbiose com as duas primeiras e com seu entorno. O aparato midiático-comunicacional ocupa um lugar central nesta discussão.

A Modernidade é inseparável de sua “própria” mídia: os textos impressos, e, em seguida, o sinal eletrônico. O desenvolvimento e expansão das instituições modernas estão diretamente envolvidos com o imenso aumento da mediação da experiência que estas formas de comunicação propiciaram. Quando os livros eram feitos a mão, a leitura era seqüencial: o livro tinha de passar de pessoa para pessoa. Os livros e textos das civilizações pré-modernas estavam substancialmente atrelados à transmissão da tradição, e eram quase sempre de caráter essencialmente “clássico”. (...) Apenas meio século depois do aparecimento da Bíblia de Gutenberg, centenas de casas impressoras se espalhavam pela Europa. Hoje, a palavra impressa continua no centro da modernidade e de suas redes globais (GIDDENS, 2002, p. 29).

Concordamos com Giddens quando este afirma que não é prudente se observar o

surgimento, expansão e consolidação da palavra impressa apenas como uma fase anterior à comunicação eletrônica, ainda que cronologicamente o seja, personificada nos dispositivos rádio e televisão, em um primeiro momento. Antes destes, e concomitantes à presença hegemônica dos jornais, havia o telégrafo e os cabos submarinos, por exemplo. Mais tarde, quando surge o rádio e a televisão, o cinema e o vídeo, novas texturas de experiência são oferecidas para além daquelas possíveis com a palavra impressa. “Como modalidades de reorganização do tempo e do espaço, as semelhanças entre os meios impressos e os eletrônicos são mais importantes que suas diferenças na constituição das instituições modernas” (GIDDENS, 2002, p. 31).

Em momento anterior (2000), o mesmo Giddens afirmava que

Muitos autores falam do surgimento, hoje, de uma sociedade da informação em sentido amplo, porém, há vários séculos já existe uma “sociedade da informação”, graças à imprensa e à produção em massa de material escrito, bem como o desenvolvimento relativamente precoce da comunicação eletrônica. Isso modifica não apenas o modo como as pessoas se comunicam, mas também o modo como as sociedades se organizam. A invenção, em meados do século 19, da primeira forma de comunicação eletrônica, o Código Morse, trouxe mais uma vez, algo inteiramente novo. Antes dele era preciso que alguém levasse a informação de um ponto para outro – esse foi o início da era eletrônica (2000, p. 76).

Equivale a dizer que o paradigma tecnológico abriga, em seu âmago, amplos e complexos processos históricos, sociais, discursivos e culturais. Juntos, eles transformam as tecnologias em meios e nos ajudam a compreender os mecanismos por meio dos quais começa a se estabelecer a autonomização das práticas e operações. É esta nova ambiência midiática, onde, cada vez mais, “(...) os dispositivos de informação moldam os valores culturais do nosso tempo, não só às suas próprias regras de funcionamento, mas sobretudo às suas estratégias de legitimação (...) (RODRIGUES, 1999, p. 34)”, que passa a dar forma à vida espaço temporal dos demais campos sociais, afetando sua forma de ser no mundo:

A midiatização é uma processualidade na qual os meios – técnicas e ofícios – estão compreendidos. Entenda-se esta configuração como ambiência ou como sistema. Mas, de qualquer forma, trata-se de um novo dispositivo, que pela sua autonomia, para realizar operações próprias de construção de inteligibilidades, apresenta-se como uma instância onde a realidade é engendrada. São tais propriedades que levam o campo das mídias, e particularmente as práticas sociais, a se apresentarem como um sistema autônomo (FAUSTO NETO, 2006, p. 52).

Com isso; com esta nova configuração, – que Fausto Neto chama de “contextos de leitura” –, a atividade jornalística-comunicacional aos poucos vai deixando de lado a condição

de local de acesso e passa a interferir mais sistematicamente nos demais campos sociais, ao ponto de se tornar imprescindível ao funcionamento destes. A afirmação pode ser verificada, por exemplo, por meio da análise do que ocorreu durante recente operação da Polícia Federal brasileira conhecida pelo nome de “Operação Satiagraha”.

A investigação, cujo foco eram crimes de lavagem de dinheiro, envolvia, entre outros, o nome do sócio-fundador do Grupo Opportunity, o banqueiro Daniel Dantas, acusado de chefiar uma quadrilha especializada neste tipo de delito. As imagens divulgadas pela televisão, em que Dantas e personalidades do porte de Celso Pitta, ex-prefeito de São Paulo, apareciam algemadas como criminosas comuns usualmente o são provocaram um acirrado debate, envolvendo, entre outros, o ministro da Justiça, Tarso Genro. A polêmica não dizia respeito apenas aos movimentos de natureza jurídica e policial dos envolvidos na Operação Satiagraha, mas principalmente à veiculação de imagens das ações da polícia.

À época, a Polícia Federal, por meio do ministro da Justiça, alegou que as reportagens da Globo, emissora que teve acesso exclusivo às imagens das principais prisões, acabaram por ferir o código de conduta da Polícia, por terem sido feitas sem permissão e exposto o modo de operação dos policiais. A crítica provocou reação imediata da emissora, em primeiro lugar, que evocou o artigo 1º do Código de Ética dos Jornalistas, – segundo o qual todos têm direito à informação –, mas também das demais emissoras, à medida que estas se sentiram subtraídas de seu direito de informar por não terem tido acesso às imagens.

Todos os passos da Operação Satiagraha, – prisões, diligências, crises institucionais –, foram mediados pelos dispositivos comunicacionais, em especial a televisão, que pautaram desde o evento relatado acima como acabaram por provocar a intervenção do presidente da República no caso a partir das discussões envolvendo a troca de comando da operação. O que se observa com isso, como havia sublinhado Rodrigues (1999), ainda que não especificamente a este caso, é que, a partir do momento em que os dispositivos comunicacionais passam a mediar as relações com mais intensidade, estes acabam por se apropriar de lugares tradicionalmente ocupados pelos agentes responsáveis pelas relações institucionais, por exemplo.

Isso se verifica, em nosso exemplo, quando decisões são tomadas a partir do que é narrado pelos dispositivos comunicacionais em seus informes.

1.2 A TÉCNICA TRANSFORMADA EM MEIO

Se podemos admitir, portanto, que o princípio de autonomização do jornalismo se deve, principalmente, ao desenvolvimento técnico da sociedade, é preciso esclarecermos o que entendemos por técnica. A expressão representa, entre outros, “(...) o universo dos meios (as tecnologias), que em seu conjunto compõem o aparato técnico, quanto à racionalidade que preside o seu emprego, em termos de funcionalidade e eficiência” (GALIMBERTI, 2006, p. 8). Por esta perspectiva, trata-se de uma espécie de “remédio” à insuficiência biológica humana; nas palavras de Galimberti, a “essência do homem”, basicamente porque, sem ela, o ser humano não teria sobrevivido biologicamente e se desenvolvido culturalmente. Ou, como apontou Vizer (2006), “(...) técnica implica um estudo, o cultivo de um conhecimento, o processo de produção de um saber”, que se distingue da tecnologia pelo que esta é concebida como “(...) um meio material, como linguagem e como saber” (2006, p. 143).

A modernidade (nas figuras da burguesia e do estado) promoveu a institucionalização e a autonomização dos dispositivos cognitivos que operam com uma racionalidade técnica como instrumento de expansão e uma prática cultural de controle e transformação da (s) realidade (s). É precisamente o desenvolvimento auto-sustentado – e ilimitado? – da “racionalidade instrumental” para todos os ordenamentos da sociedade o que caracteriza os traços do que podemos denominar de “cultura tecnológica”. Como em toda tecnologia, seu valor e sua legitimação se determinam por seus usos, pelo contexto social e por suas conseqüências (VIZER, 2006, p. 143).

Há de se considerar, por outro lado, que a técnica também se vale como dado explicativo do espaço, e que, portanto, o conceito de técnica pode revelar anacronismos, modernismos ou mesmo situações intermediárias entre um ponto e outro (SANTOS, 1997). Equivale a dizer que o desenvolvimento da técnica não é um privilégio da Modernidade, haja vista que acompanha o desenvolvimento do homem desde sua origem mais remota, mas que, naquele momento evolutivo, adquire contornos diferenciados. Eles são diferenciados, em primeiro lugar, porque é a partir da Modernidade, com suas fábricas, novas invenções e produções em série, que a relação do homem com seu entorno passa a ser mediada com mais ênfase e amplitude a partir de instrumentos. Também porque esta simbiose instaura o princípio de uma idade tecnológica, que existe em função da idade (SANTOS, 1997) – e do desenvolvimento, diríamos – das técnicas presentes e utilizadas no mundo naquele momento. Mas também de uma idade organizacional, ligada, “(...) à forma como são dispostos, em termos de espaço e de tempo, os fatores de trabalho correspondentes aos dados técnicos em questão” (1997, p. 65). É na combinação destas duas idades que encontramos a gênese do que

Vizer chama de “racionalidade instrumental”, necessária à compreensão do que entendemos por cultura tecnológica, ou o tempo em que os homens não existem sem suas relações, sem seus instrumentos.

Transposta a perspectiva para o jornalismo, veremos que algo semelhante se verifica, com uma diferença: não é possível dissociarmos a atividade jornalística da técnica, basicamente porque se trata de uma especificidade funcional mediada pela tecnologia desde sua origem; que nasceu e se desenvolveu com ela. Por outras palavras, o modo de ser jornalístico-comunicacional, seja em termos de produção, circulação ou recepção, implica, desde seu alvorecer, em algum lugar da Europa Central, em uma simbiose profunda entre o que é da natureza do homem e o que é da natureza dos instrumentos que este sempre se valeu para garantir sua existência, de forma que ambas não possam se dissociar e tampouco serem pensadas em separado, transformando a própria técnica em meio.

Os meios de difusão podem fazer uso da escrita, mas também de outras formas de transmissão de informações. O efeito seletivo que exercem sobre a cultura é praticamente incalculável, já que ampliam enormemente a memória, ainda que pela sua seletividade limitem os dados disponíveis para comunicações ulteriores (LUHMANN, 2001, p. 47).

Observe-se que o meio a que Luhmann se refere, e que se personifica na técnica, abarca, de um lado, a linguagem – “(...) que emprega generalizações simbólicas para substituir, representar e combinar as percepções (...) –, e também os meios de comunicações simbolicamente generalizados, onde residem valores como verdade e credibilidade, para ficarmos em dois”. Se isso se dá desta forma, também podemos aceitar que a atividade jornalística-comunicacional, a técnica vista como meio, é uma forma de exercício de uma determinada forma de poder; poder aqui entendido como “(...) a capacidade de produzir ou contribuir para resultados – fazer com que ocorra algo que faz diferença para o mundo” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 580).

Poder este que sempre foi, sobretudo, de natureza discursiva, centrado nas linguagens e nos processos afins, por meio das quais o jornalismo, enquanto sistema, estabelece seus diálogos, consigo próprio e com os demais sistemas. Mas que agora parece adquirir natureza predominantemente informacional (LASH, 2005), à medida que o conhecimento narrativo e discursivo, por meio de suas formalizações, cede espaço gradativamente à informação. Ou, como sugere Luhmann, um catalisador que viabiliza processos (2005-b, p. 18). Técnica esta

que se inicia mais visivelmente a partir do momento em que os jornais livres da censura, passam a circular sistematicamente, no século 17, mas que se evidencia de forma mais contundente quando os jornalistas se valem dela não apenas para garantir as edições de seus jornais, mas principalmente quando a atividade começa a se autonomizar.

Sendo assim, parece-nos natural entender que o poder não deva ser entendido como um ser em si, de caráter ôntico, mas como parte integrante da prática humana (RUIZ, 2004), que se insere nas relações e que se articula com um modo de ser da ação. Ou, nas palavras de Foucault, “(...) uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância produtiva que tem por função reprimir” (1979, p. 8) Ação que existe somente em decorrência da intenção: “A ação é racional à medida que segue premissas que sustentam e justificam sua realização” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 3). Poder, assim como a ação, é uma dimensão própria do homem quando este faz “(...) de sua prática uma criação e de sua relação uma forma exclusiva de interação”. Mas que não existe enquanto materialidade, por ser tratar “(...) de um símbolo, (...), uma palavra pela qual designamos um conjunto de significações polimorfos que pode adquirir diversos sentidos segundo as circunstâncias e o modo como se realizam as práticas humanas” (RUIZ, 2004, p. 10).

Podemos estabelecer, ainda, alguns limites operacionais para o poder, neste caso o jornalístico, não obstante suas fronteiras pouco precisas e seu caráter de elemento redutor de complexidade sistêmica (LUHMANN, 2005-b). A começar, como já observado, pelo fato de ele decorrer da ação social, que por sua vez não existe sem racionalidade. Para que haja racionalidade, é preciso que haja agentes inseridos nos processos por meio dos quais as ações são coordenadas (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). A estes agentes denominamos jornalistas. Neste sentido, poder resulta da natureza do trabalho dos jornalistas que compõem o aparato midiático. Ou seja, o poder só existe como tal porque decorre de um movimento de mediação – neste caso os jornalistas ao longo do processo de produção de jornais (ação social) –, cuja face mais visível, nem por isso menos complexa, é a transformação de significados nas sociedades em que se inserem.

Visto desta forma, portanto, não há problemas em afirmarmos que as relações jornalísticas são mediadas pelo poder decorrente da ação destes mesmos jornalistas e suas máquinas desde há muito. Um jornal, por si só, sob esta perspectiva, não poderia ser vetor de poder, à medida que o modo operacional tomaria para si o papel da racionalidade, que é

própria do homem. Em outras palavras, jornais não pensam: veiculam. Contudo, mesmo que não raciocinem, há de se convir que estes dispositivos – e seus sucessores – provocam sensações, criam ambientações e geram tensionamentos, porque interferem em resultados e modificam realidades. Então, os veículos de comunicação e suas operações também podem ser vistos como vetores de poder, pois possibilitam a produção de sentidos.

Por muito tempo, a transformação de significados a partir da interação entre os mecanismos de natureza jornalístico-comunicacional e a sociedade foi interpretada de forma relativamente linear, em que se colocava os jornais, as revistas, e, mais tarde, as rádios e as televisões, em uma posição de vetor, relegando a quem era alcançado por suas palavras, imagens ou sons a condição de receptor. Havia transformações, é evidente, mas estas eram usualmente entendidas como decorrência do que provocavam os então chamados “meios de comunicação de massa”.

Foi em decorrência da Modernidade, – ou do momento evolutivo da humanidade em que as máquinas passaram a interagir de forma mais aguda com os homens –, que os meios gradativamente deixaram de ser vistos apenas como mecanismos de viabilização de processos, hegemônicos ou não, e passaram a ser observados a partir da interação diferenciada que estabeleciam com as demais dinâmicas sociais. Esta nova realidade sugere, como já havia observado Jesús Martín-Barbero, que a perspectiva histórica em que nos encontramos deva ser observada culturalmente em termos de articulação.

As invenções tecnológicas no campo da comunicação acham aí sua *forma*: o sentido que vai tomar sua *mediação*, a mutação da materialidade técnica em potencialidade socialmente comunicativa. Ligar os meios de comunicação a este processo (...) não implica em negar aquilo que constitui sua especificidade. Não estamos subsumindo as peculiaridades, as modalidades de comunicação que os meios inauguram, no fatalismo da “lógica mercantil” ou produzindo seu esvaziamento no magma da “ideologia dominante”. Estamos afirmando que as modalidades de comunicação que neles e com eles aparecem só foram possíveis na medida em que a tecnologia materializou mudanças que, a partir da vida social, davam sentido a novas relações e usos (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 191).

Trata-se de um ângulo seminal, por meio da qual os dispositivos são situados como estruturadores sócio-simbólicos, e não mais apenas como viabilizadores de processos, geradores de dogmas ou formas, em uma transformação “(...) cultural que não se inicia e nem surge por meio deles, mas na qual eles passarão a desempenhar um papel importante a partir de um certo momento (...)” (1997, p. 191). Este “papel importante” ao qual se referia Martín-

Barbero dizia respeito, de um lado, ao rápido desenvolvimento dos meios de comunicação, notadamente nas sociedades desenvolvidas tecnologicamente, mas também, – e principalmente –, ao que surgia a partir do momento em que a sociedade começava a ser amalgamada por estes dispositivos. Em um texto mais recente, Martín-Barbero retoma a discussão a respeito do papel desempenhado pela técnica, com ênfase particular ao que ela está representando neste momento evolutivo da sociedade. Sob esta perspectiva, a tecnologia não é mais apenas uma questão de meios, porque acaba provocando novas formas de se estar no mundo e percebê-lo. Se isso se dá desta forma é porque

(...) estamos diante de uma nova configuração de um ecossistema comunicativo formado não apenas por novas máquinas ou meios, mas também por novas linguagens, sensibilidades, saberes e escritas, pela hegemonia da experiência audiovisual sobre a tipográfica, e pela reintegração da imagem no campo da produção do conhecimento (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 36).¹⁹

Ou seja, trata-se de um momento de transição, em que as máquinas que ajudaram a construir esta mesma sociedade agora se integram a ela não mais na condição de apêndice, ou suporte, mas de elemento constituinte dela, alterando toda uma ecologia comunicacional. Se destacamos a originalidade do caminho apontado por Martín-Barbero em suas reflexões, é porque, como já havia sugerido Fausto Neto (2006), ele representa um momento particularmente importante nas discussões a respeito da midiaticização. Ou seja, porque desloca o determinismo usualmente atribuído à tecnologia, personificada na forma de dispositivos como jornais, rádios e televisões, quando da interação entre estes e a sociedade, e lhes observa enquanto elementos constituintes do meio em que se inserem. Isso de tal forma que não seja mais possível pensar, desde então, a sociedade se realizando sem considerar, também, seus dispositivos. Ocorre que esta “descentralização” não se refere apenas ao que é da natureza do produto midiático e ao que toca a quem se relaciona com este quando de sua interação com a mídia e a partir de seu universo cognitivo pessoal. Ela parece possuir espectros mais largos.

Antes de prosseguirmos, e considerando que este conceito estará presente em todos os momentos de nossa pesquisa, é preciso esclarecer o que entendemos por dispositivo. Usaremos a expressão, de uma maneira mais ampla, como sinônimo de mediações que contemplam aspectos situacionais e tecnológicos, mas também “(...) discursivos, normativos, simbólicos, funcionais e referenciais que incidem nas interações, no tempo e espaço propiciadas pela conexão de suportes tecnológicos” (FERREIRA, 2003, p. 89-90). Observe-se

¹⁹ Tradução do autor.

que o cuidado de Ferreira em não limitar o conceito de dispositivo aos aspectos situacionais e tecnológicos, ou mesmo a suportes inertes do enunciado, tem razão de ser: dispositivos são, antes, “formas de enunciação que nos permitem observar o sentido daquilo que é enunciado” (RODRIGUES, 1999). É o que busca delimitar Mouillaud (1997) quando descreve sete características que nos permitem observar o que são os dispositivos:

- 1 Os dispositivos são lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos (despachos de agências, jornal, rádio, televisão etc.).
- 2 Chamamos de textos qualquer forma (de linguagem, icônica, sonora, gestual) de inscrição.
- 3 O dispositivo tem uma forma que é sua especificidade, em particular, um modo de estruturação do espaço e do tempo.
- 4 O dispositivo não é um “suporte”, mas uma “matriz” que impõe sua forma aos textos (uma conversa “informação” se inscreve nas formas de conversa, como variante de um paradigma).
- 5 Os dispositivos se encaixam uns nos outros. O jornal se inscreve nas formas de conversa e contém, ele próprio, dispositivos que lhe são subordinados (o sistema de títulos, por exemplo).
- 6 Os próprios dispositivos pertencem a lugares institucionais: um anfiteatro de uma universidade não é apenas uma cena espacial, mas um subconjunto da instituição universitária. Os dispositivos e as instituições têm uma relativa autonomia entre si (um lugar institucional pode ser o mesmo com dispositivos diferentes, e um dispositivo pode funcionar em diferentes lugares). Entretanto, o dispositivo e o lugar são indissociáveis do sentido no qual só se atualizam um pelo outro.
- 7 Considerado do ponto de vista genético, o dispositivo e o texto se precedem e determinam-se de maneira alternada (o dispositivo pode aparecer como uma segmentação do texto, e o texto, como uma variante do dispositivo, por exemplo, um número de jornal diário e sua coleção). (MOUILLAUD, 1997, p. 34-35)

É preciso observar, por outro lado, que o sentido que se estabelece com e a partir dos dispositivos não está restrito aos códigos deste, mas na relação enunciação/enunciado:

É precisamente pelo fato de se situar sempre aquém e além dos enunciados que o dispositivo da enunciação adquire o status de quadro de sentido. Podemos compará-lo à moldura que cerca a tela do pintor, este espaço de delimitação entre o mundo que está dentro do quadro e o mundo exterior, ao palco da representação teatral, espaço que autonomiza o jogo ficcional dos atores em relação ao mundo real e ao mundo em que se situam os espectadores, à capa e à dedicatória que indica e delimita o domínio próprio do livro e dá sentido à obra que ele encerra (RODRIGUES, 1999, p. 146).

É nesta perspectiva, – de mediação com natureza sócio-técnico-discursiva –, que utilizaremos a expressão dispositivos doravante. Assim, quando falarmos de dispositivos de natureza jornalística, estaremos nos referindo aos jornais e às revistas impressas, mas também às rádios, às televisões e aos webjornais e blogs.

1.3 INTERAÇÕES DIFERENCIADAS

Retomando o raciocínio, é preciso observar que as discussões a respeito do conceito de mediação não apontam apenas para reacomodações de ordem espacial, em que papéis são deslocados dos lugares que usualmente ocupavam. Elas direcionam nossa atenção para o que julgamos ser uma importante alteração na forma com que o ser humano vinha se relacionando com o mundo, sugerindo a criação de novas territorialidades. Por território entenderemos o “(...) conjunto de nossas experiências, (...) relações de domínio e apropriações no/com/através do espaço (...)” (HAESBAERT, 2004). Relações estas que se alteram constantemente ao longo do tempo, o que nos permite afirmar que,

se a idéia de território como ‘experiência total do espaço’, que conjuga num mesmo local os principais componentes da vida social, não é mais possível, não é simplesmente porque não existe essa integração, pois não há vida sem, ao mesmo tempo, atividade econômica, poder político e criação de significado, de cultura. Trata-se assim de uma mudança de forma – de uma espécie de ‘deslocamento’ (HAESBAERT, 2004, p. 78-79).

Se isso se dá desta forma é porque o caráter dinâmico do território é regido pelo movimento de seus agentes²⁰. Assim, a cada novo agente, um novo território, até que este se desterritorialize e resulte em um novo território, em um fluxo contínuo e ininterrupto. É importante salientar que este deslocamento não ocorre de forma aleatória: “O território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento [de territorialização e desterritorialização], um ritmo (...) que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (HAESBAERT, 2004, p.127). Esta nova forma de se estar no mundo e sê-lo, que se personifica em uma sociedade mais que mediada por máquinas, imersa em um contexto altamente tecnologizado, sugere um deslocamento cada vez maior na forma como o homem tradicionalmente se relaciona consigo próprio e com o mundo.

Até há bem pouco tempo, quando as máquinas eram principalmente instrumentos de uso para obtenção de fins, o que determinava o fluxo das relações era, sobretudo, a vontade dos indivíduos e das comunidades humanas. Com o desenvolvimento tecnológico e social, esta relação, que é própria da Modernidade, indica a criação de “(...) uma nova modalidade de racionalidade, autônoma em relação às regras de legitimação enraizadas na experiência concreta das diferentes comunidades humanas” (RODRIGUES, 1999, p. 32). Equivale a dizer

²⁰ “Conjunto de partes conectadas que tem uma consistência” (GOODCHILD apud HAESBAERT, 2004, p. 117).

que, a partir do momento em que a sociedade se complexifica, tem-se, também, o princípio da instauração de uma nova racionalidade humana, em que os atos, os pensamentos e as palavras do homem passam a ser balizados também pelas relações que o aparato tecnológico instaura no meio social.

Bruce Mazlish (1995), em sua tentativa de compreender o período evolutivo da sociedade em que nos encontramos, classificou este momento como “quarta descontinuidade”, caracterizada fundamentalmente pela relação (ele chama de co-evolução) entre os homens e suas máquinas. Mazlish, um historiador, vale-se das palavras de Sigmund Freud e do psicólogo norte-americano Jerome Bruner para construir o conceito de descontinuidade, ligado à forma como o ser humano se percebe no mundo: “A crença que a natureza é um contínuo pode se formular por meio da criação de continuidades ou da eliminação de descontinuidades” (MAZLISH, 1995, p. 12). Descontinuidades, neste caso, são as rupturas, ou os “saltos”, que se verificam ao longo da existência dos fenômenos naturais na sociedade.

A primeira grande descontinuidade, – e aqui Mazlish se vale de um exemplo citado por Freud durante uma série de conferências realizadas por este na Universidade de Viena entre os anos de 1915 e 1917 –, contra o “amor próprio” dos homens foi dado por Copérnico, ao dizer que a terra não era o centro do universo, mas apenas um ponto minúsculo deste. A segunda descontinuidade ficou sob responsabilidade de Darwin, que, ao estabelecer a teoria da evolução, destruiu o lugar supostamente privilegiado que o homem ocupara na criação do universo. A terceira descontinuidade seria instaurada pelo próprio Freud, por meio da psicanálise, à medida que esta procura demonstrar que o ego não é sequer o dono de si, e deve se contentar com uma escassa informação a respeito do que ocorre na mente humana.

Ao sugerir a interação homem-máquina como uma quarta descontinuidade – ou um quarto “choque” no ego humano – Mazlish defende duas teses. A primeira delas é que a humanidade estaria começando a romper a descontinuidade representada pela interação homem-máquina à medida que percebe “(...) a própria evolução como inextricavelmente entrelaçado com o uso e desenvolvimento de ferramentas, das quais as máquinas modernas são a última extrapolação. Sendo realistas, já não podemos pensar em espécie humana sem máquinas” (MAZLISH, 1995, p. 17). Esta transposição da quarta descontinuidade, e eis a segunda tese, representaria, na verdade, o estabelecimento de uma nova continuidade, cuja

marca é a simbiose entre os homens e suas máquinas.

Se realizarmos um exercício projetual, e resguardando as perspectivas originais de cada autor, observaremos que a dinâmica de formação do conceito de continuidade/descontinuidade de Mazlish possui semelhanças com a de territorialização/desterritorialização de Haesbaert a que nos referimos anteriormente. Ou seja, ambas sugerem, cada uma a seu modo, que estamos imersos em uma processualidade onde o surgimento de novos fenômenos diz respeito, antes, a uma lógica operacional específica, do que necessariamente a uma dinâmica de caráter temporal-sucessório (antes-depois). Neste sentido, importaria antes o transcurso – e sua lógica – que o tempo histórico em que este se dá, ainda que não devamos desconsiderá-lo. Isso de forma que as diferenças, – e as semelhanças –, entre os conceitos residam, principalmente, no espaço de operação de cada um, neste caso o “local” em que eles encontram sua materialidade. Sob esta perspectiva, entendemos que as descontinuidades correspondem aos grandes ciclos evolutivos da humanidade; as desterritorialidades ao que ocorre em cada um dos momentos destes ciclos. Prestam-se, portanto, como ferramentas de análise em uma perspectiva sistêmica.

1.4 UM NOVO PARADIGMA SOCIAL?

Ainda que suas origens possam ser identificadas desde pelo menos a segunda metade do século 19, quando invenções como a tecnologia a vapor, a eletricidade, a telegrafia e os cabos submarinos, – para ficarmos em algumas das mais importantes –, tiveram lugar, reduzindo distâncias e acelerando processos²¹, acreditamos que a autonomização do jornalismo possa ser observada no momento em que se inicia a instauração de um novo paradigma na sociedade, neste caso tecnológico-informacional. Isso ocorre por volta da década de 70, com a chegada dos primeiros computadores às redações, e marca a substituição de uma cultura material, baseada em átomos, por um modelo “(...) que se organiza em torno da tecnologia da informação” (CASTELLS, 2003, p. 67).

A compreensão deste momento evolutivo é necessária porque entendemos que é a

²¹ Este período corresponde à segunda Revolução Industrial, que se caracterizou pelo “desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição eficiente de aço e pelo início das tecnologia de comunicação, com a difusão do telégrafo e a invenção do telefone” (CASTELLS, 2003, p. 71). A primeira revolução industrial, ocorrida cem anos antes, foi caracterizada, de uma forma geral, pela substituição de ferramentas manuais pelas máquinas.

partir dele, principalmente, que o aparato midiático passa a operar de forma auto-referencial, voltando suas operações para o interior do sistema midiático e instaurando, com isso, uma nova descontinuidade. Para Marcondes Filho (2000), esta descontinuidade representa o segundo²² grande impacto tecnológico sofrido pelo jornalismo ao longo de sua história evolutiva.

Por um lado, assiste-se ao acelerado desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, por outro, como corolário deste processo, o conceito de comunicação invade com furor extraordinário todos os domínios da vida social, da economia aos esportes, da biologia celular à astrofísica. O primeiro processo é técnico, relativo ao hardware, o segundo é sua tradução no campo do conhecimento e da cultura (MARCONDES FILHO, 2000, p. 33).

Esta mudança de paradigma – da cultura material para a tecnológica – se equivale, em termos de contundência, ao que se verificou quando da Revolução Industrial, em particular no que esta significou em termos de descontinuidade na sociedade do século 18 em suas mais diversas instâncias.

(...) o cerne da transformação que estamos vivendo na revolução atual refere-se às *tecnologias da informação, processamento e comunicação*. A tecnologia de informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial (CASTELL, 2003, p. 68).

Ainda segundo Castells, são em número de cinco as características do paradigma tecnológico, que acaba por transformar a tecnologia em meio, a saber:

- 1 A informação é sua matéria prima (trata-se de tecnologias para agir sobre a informação, e não o contrário);
- 2 Penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias (o meio tecnológico acaba por moldar – não determinar; moldar – os processos de nossa existência individual e coletiva);

²² A primeira foi, segundo esta classificação, a invenção da rotativa e da imprensa de massa, em 1850. Mais do que multiplicar números de exemplares, ou apenas “(...) reorientar a indústria jornalística no sentido de render lucros e se tornar economicamente auto-sustentável”, como sugere Marcondes Filho (2000, p. 32), entendemos que esta simbiose entre tecnologia, processos produtivos e agentes, neste caso os jornalistas, provocou alterações substanciais no fazer jornalístico e na forma como os dispositivos passaram a dialogar com seus públicos-alvo e entre eles próprios. A afirmação se justifica, por exemplo, quando observamos que é no final do século 19 que se iniciam as discussões do que mais tarde viria a ser conhecido como objetividade jornalística, “(...) com a lenta e persistente adoção e discussão dos princípios de imparcialidade e equilíbrio como componentes determinantes da ética profissional de captação e transmissão de notícias. (AMARAL, 1996, p. 25). Ou seja, o fazer jornalístico, a partir deste período, deixa cada vez mais de lado o perfil de “imprensa politizada”, de cunho fundamentalmente opinativo, e passa a se expressar de maneira que a opinião deste ou daquele fique cada vez mais relegada a nichos específicos.

3 Lógica das redes (a morfologia da rede parece estar bem moldada à crescente complexidade de interação);

4 Flexibilidade (não apenas os processos são reversíveis, mas as organizações e as instituições podem ser modificadas);

5 Convergência de tecnologias (as trajetórias tecnológicas “antigas” – em que cada processo ocorre de forma isolada – são integrados em um mesmo sistema).

Ao observarmos como se deu a chegada dos primeiros computadores às redações, torna-se possível pontuar boa parte destas características, em especial a primeira, segunda, terceira e quinta: as máquinas interferiram, em um primeiro momento, especificamente na rotina produtiva dos jornalistas. A matéria jornalística, que até então necessitava de pelo menos dois dispositivos para ser materializada, – uma máquina (analógica) de escrever e uma folha de papel –, a partir de então passou a ser feita diretamente na tela de um computador. Com isso, tem-se uma primeira alteração de ordem processual, que possui inferências culturais, cognitivas e técnicas as mais diversas.

As culturais e cognitivas ficam por conta da necessidade de os jornalistas terem, a partir daquele momento, de se adaptar rapidamente a uma lógica diferenciada de redação, em que a materialidade de seu trabalho – o texto redigido – deixava de ser registrada em uma folha para ser armazenada na memória de um computador. Não estamos falando apenas de armazenar informações, – as fitas k7 faziam isso havia muito tempo, o mesmo em relação aos blocos de rascunho, ou mesmo a memória humana –, mas sim o trabalho constituído em sua materialidade. Ou seja, um lugar que, para ser compreendido, passou a exigir uma elaboração projetual, virtualizada²³, para além do campo cognitivo habitual. Equivale a dizer que a tecnologia passa a ocupar um lugar antes delegado hegemonicamente à palavra escrita.

Efetivamente, mesmo que seja a mesma matéria editorial a fornecida eletronicamente, a organização e a estrutura da recepção são diferentes, na medida em que a paginação do objeto impresso é diversa da organização permitida pela consulta dos bancos de dados informáticos. A diferença pode decorrer de uma decisão do editor, que, em uma era de complementaridade, de compatibilidade ou de concorrência dos suportes, pode visar com isso diferentes públicos e diversas leituras. A diferença pode também estar ligada, mais fundamentalmente, ao efeito significativo produzido pela forma. Um romance de Balzac pode ser diferente, sem

²³ A palavra virtual vem do latim mediável *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência, e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou formal. A árvore está virtualmente presente na semente. (LÉVY, 1997, pp. 15-16)

que uma linha de texto tenha mudado, caso ele seja publicado em um folhetim, em um livro para os gabinetes de leitura, ou junto com outros romances, incluído em um volume de obras completas (CHARTIER, 1999, p. 138).

Analisada a questão de uma perspectiva sistêmica, observamos que uma operação interna do sistema jornalístico-comunicacional está em processo neste momento, e que esta se dá por meio de elementos que são próprios de um outro sistema, neste caso o tecnológico envolto em dinâmicas sócio-históricas. Se isso é possível, deve-se ao fato de o sistema, como salientamos anteriormente, não poder existir sem seu entorno, onde se localizam os demais sistemas, caso do tecnológico em sua relação com o sistema jornalístico-comunicacional, ou midiático. Ou seja, há uma condição de reciprocidade sistêmica, em que elementos de ambos os sistemas são utilizados por um e outro, ainda que as operações sejam internas e exclusivas de cada um.

1.5 ESTRUTURAS EM REDE

Retomando a problemática inicial, e admitindo que o processo de autonomização do jornalismo se intensifica desde o momento em que se verifica uma mudança de paradigma da sociedade, com suas complexificações, podemos inferir, também, que isso implica em alterações na forma por meio da qual os dispositivos comunicacionais estabelecem seus diálogos a partir de então, com seu entorno e com seus próprios pares. A afirmação nos sugere que, em especial a partir da década de 70, com os computadores e a decorrente digitalização, houve mudanças substanciais na forma de operação dos dispositivos midiáticos para além de sua versatilidade funcional, multiplicação numérica e sua acessibilidade. Mas também que esta mudança não serviu apenas para dinamizar processos. Ao fazê-lo, parece ter redefinido significados; instaurando novas e sucessivas territorialidades.

Como salientamos anteriormente, entendemos que a alteração na forma de operação dos dispositivos midiáticos se inicia de forma mais visível quando os primeiros computadores chegam às redações, ainda que esta processualidade houvesse se iniciado havia mais tempo. Em especial a partir do momento em que estes passam a estabelecer diálogos entre si, operando em rede, e não apenas pelo viés da transmissão de informações por meio das memórias móveis, caso dos discos flexíveis. Por rede vamos entender dois ou mais

computadores conectados entre si, mas também um conjunto de nós²⁴ interligados de forma rizomática. “Redes são estruturas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de empenho)” (CASTELLS, 2003, p. 566).

Em uma redação de jornal impresso, ou revista, por exemplo, à revelia do sistema operacional que se utilize, o repórter, após a apuração dos dados, usualmente redige seu texto em um computador, digitalizando-o. A matéria, uma vez concluída, é finalizada em outra máquina pelo subeditor, ou editor. A transmissão se dá por estruturas de banco de dados; cada arquivo correspondendo a uma matéria, ou por e-mail, sem necessidade de memória móvel, e se repete nas demais etapas de confecção do que mais tarde será o jornal. A este modo de diálogo damos o nome de rede. Observe-se que, nesta etapa evolutiva, “(...) as redes são concebidas como ferramenta auxiliar para a elaboração de conteúdos para os meios clássicos, ainda abastecidos com métodos clássicos de coletas de dados²⁵ (...)” (MACHADO, 2003, p. 22).

Instaura-se, com isso, o que podemos chamar de um novo local no jornalismo; ou um novo ambiente operacional: o ciberespaço²⁶ - espaço hipotético, imaginário, “(...) no qual se encontram imersos aqueles [espaços] que pertencem ao mundo da eletrônica, da informática” (MIELNICZUK, 2003, p. 42). Nas palavras de Machado, um lugar existente graças às mediações tecnologicamente estabelecidas, ainda que substancialmente diferente dos locais tradicionais (salas, escritórios, mesas etc.). Por esta perspectiva, o ciberespaço passa a existir a partir do momento em que um computador é ligado, à revelia do software e da operação que se realize, mas ganha mais amplitude, e novas processualidades, quando opera em rede. Com isso, o sistema jornalístico comunicacional ganha uma dimensão espacial de proporções planetárias, por meios dos nós das múltiplas e sucessivas conexões que se estabelecem.

²⁴ “Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. (...) são equipes de cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação” (CASTELLS, 2003, p. 566).

²⁵ Machado identifica a existência de um segundo modelo de rede telemática: neste, “(...) as redes são um ambiente diferenciado com capacidade de fundar uma modalidade distinta de jornalismo, em que todas as etapas dos sistemas de produção de conteúdos jornalísticos permanecem circunscritas nos limites do ciberespaço”. (2003, p. 19).

²⁶ A nomenclatura foi cunhada pelo escritor William Gibson, autor do livro *Neuromancer* (São Paulo: Aleph, 2001).

Trata-se, o ciberespaço jornalístico, de um lugar cuja definição parece não ser mais possível por meio dos critérios tradicionalmente utilizados para explicar nossas idéias de tempo e espaço, – historicidade e geograficidade (SANTOS, 2002, p. 77), principalmente, mas também filosoficidade e sociologicidade –, mas que, no entanto, inaugura uma cultura distinta da que estava em curso até então e que, apesar das diferenças, convive em ambientes muito próximos e com propósitos operacionais semelhantes. Por exemplo, o fato de os repórteres procurarem, no ciberespaço, as notícias que necessitam, quando o usual, até há pouco, era buscá-las no ambiente externo das redações. É o que nos sugeria Rodrigues, ainda que não se referisse especificamente ao jornalismo, quando afirmava que

À medida que se for desenrolando o processo de informatização generalizado de nossas sociedades, seremos levados a uma nova percepção de espaço, assistindo-se à implementação de uma nova modalidade de território, já não dependente da delimitação geográfica que, nos últimos três séculos, esteve na origem da constituição dos estados nacionais, mas transversal aos espaços em que nos habituamos a situar nossa experiência individual e coletiva. Por isso se tem generalizado o uso do termo ciberespaço para designar uma nova modalidade de território (RODRIGUES, 1999-b, p. 21).

Ou Alain Touraine (2007), quando chamava a atenção para, no âmago das mudanças encontrar-se uma questão de fundo cultural, relacionada ao modo com que a humanidade (e nela o jornalismo, acrescentaríamos) se relaciona com o mundo. Não precisamos concordar com sua proposição segundo a qual a humanidade está se estabelecendo em um paradigma cultural²⁷, para notarmos que, em comum com o que ele sugere e o que observamos – um paradigma de natureza informacional – há uma mudança substancial na forma de ser e estar nestes tempos marcados por grandes descontinuidades. E que a tecnologia não é mais apêndice deste processo, e sim elemento constituinte dele.

É nesta perspectiva que inserimos aquilo que Rodrigues sugere afirmando que, com a criação do ciberespaço, nascem novas formas de relação, que ele chama de relações reticulares. Elas são reticulares porque se fundam em conexões de redes, e não mais “(...) nas relações familiares, nas relações de vizinhança, na presença pessoal nem na partilha de um mesmo território geograficamente delimitado (...)” (RODRIGUES, 1999-b, p. 21). Observe-se que esta relação é antes simbiótica que excludente; os dois modelos de relação convivendo em um mesmo espaço geográfico.

²⁷ Que é decorrente da complexidade que os problemas culturais adquiriram na virada do século 20 para o 21.

Dois aspectos ganham especial relevo nesta forma de se estar no mundo:

1 se, de um lado, sabemos o que é espaço; e podemos identificar, ao menos conceitualmene, o ciberespaço, sob outro ângulo sabemos muito pouco sobre a constituição deste segundo e muito menos o que significa estar nele apenas parcialmente (ele se localiza no espaço geográfico e social, haja vista que, para acessá-lo, neste momento, precisamos de máquinas);

2 a criação de um novo ambiente operacional nas redações (o ciberespaço), em muitos aspectos distinto dos ambientes tradicionalmente encontrados neste meio, afeta e é afetado pelas demais instâncias do processo, incluindo nestas a recepção.

A primeira constatação nos remete a uma angústia próxima da que viviam os primeiros navegantes e seus barcos ao longo de oceanos desconhecidos, quando a maioria acreditava que havia apenas um abismo no final do mar. Ainda assim, era preciso navegar em direção a possíveis terras novas.

Estamos testemunhando o nascimento de um novo domínio, um novo espaço que simplesmente não existia antes. O ‘espaço’ interconectado da rede global de computadores não está se expandindo em nenhum domínio previamente existente; temos aqui uma versão digital da expansão cósmica do Hubble, um processo de criação de espaço (WERTHEIM, 2001, p. 163).

A segunda constatação nos ajuda a contextualizar um tensionamento muito comum em se tratando de rotina produtiva nas redações de jornais. A cultura que passa a se estabelecer a partir da chegada dos primeiros computadores – e considerando que, hoje, eles são hegemônicos, à revelia do porte da instituição – nem sempre conviveu pacificamente com a que estava em processo e que é vicária de uma tradição que se inicia quando da periodicidade jornalística, ou seja, no século 17²⁸. Desde então, fazer jornalismo sempre foi sinônimo, entre outros, de o repórter captar suas informações para além do ambiente de trabalho, neste caso a

²⁸ Segundo José Marques de Melo, “(...) a ausência de periodicidade nas publicações impressas que circularam na Europa antes do século 17 não é uma contingência meramente tecnológica, mas um fenômeno tipicamente político. É que a vigência da censura prévia em toda a Europa nos séculos 15 e 16, exercida pelos estados nacionais ou compartilhada pela igreja nas nações católicas, intimidava as iniciativas porventura existentes ou então impunha-lhes uma existência atribulada, dependendo da autoridade dos censores, naturalmente lenta e desconfiada, ou ousando a clandestinidade, o que ocasionava a efemeridade da aparição” (MELO, 1985, p. 13).

rua. Com a emergência das redes, em particular a internet²⁹, e a dinamização dos processos produtivos, os jornalistas passaram a buscar no ciberespaço as informações que necessitavam para dar conta de suas tarefas. Este “buscar na rede” por muitos momentos soou, e ainda soa eventualmente, com estranhamento, ocultando, muitas vezes, uma mudança cultural em curso. Adjetivos como “preguiça”, “comodismo” e até mesmo decretos de morte surgiram em decorrência deste tensionamento:

Os jornalistas estão todos confinados naquela categoria que os franceses chamam de “jornalista sentado”, em oposição ao “jornalista de pé”. O primeiro fica na redação, na “cozinha”, como se chamava antigamente. O segundo vai para a rua, para os corredores dos palácios, para as portas dos ministérios, para a selva amazônica, para a guerra, para o raio que o parta. (...) Qualquer que seja o veículo, impresso, audiovisual ou eletrônico, o bom jornalista é aquele que vai atrás da notícia. Não espera que ela chegue pelas assessorias, pelas mídias das fontes ou pelos sites concorrentes. Enquanto a mídia continua pendurada na Esplanada dos Ministérios fazendo jornalismo declaratório de segunda mão, a vida acontece lá fora. Assim, com certeza, a mídia não reflete a opinião pública nem a opinião popular. Porque o jornalista está morto (ADGHIRNI, 2006, On-line).

Ainda que o artigo de Adghirni, de onde a citação acima foi extraída, não seja um libelo contra o jornalismo praticado em internet; ele reflete, em seu âmago, uma mudança no modo de ser dos jornalistas. Nossa hipótese é que esta alteração é decorrência de uma mudança de cunho cultural e ambiental, onde a aceleração temporal passa a ser cada vez maior, quando não imediata, – em contraste com as tradicionais 24 horas dos jornais impressos –, e a informações, paradoxalmente, mais disponíveis. Equivale a sustentar que, a partir do momento em que os jornais passam a ser elaborados por meio de novas lógicas técnicas, tem-se início uma das mais profundas e radicais mudanças na forma de ser do jornalismo, que se intensifica a partir do momento em que duas máquinas são conectadas e que se radicaliza com a chegada da internet às redações. Isso ocorre, no Brasil, no final da década de 80, e dez anos depois no mundo.

Identificamos neste momento, – quando da chegada da internet é projetada sobre a cultura da mídia –, a consolidação do processo de autonomização da atividade jornalístico-comunicacional. É quando, constituído identitariamente, e por sua abrangência e

²⁹ Muito se disse, e com mais propriedade, a respeito da evolução da internet. Trata-se, como apontou Castells (2003, p. 82), da “(...) fusão singular de estratégia militar, grande cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural”. Neste sentido, sua origem mais remota se deu na Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA), do Departamento de Defesa dos EUA, por volta da década de 60. A primeira rede de computadores, que se chamava Arpanet, entrou em funcionamento a 1º de setembro de 1969. Após a sucessiva adesão do meio científico à Arpanet, por meio de “nós”, criou-se, na década de 80, a Arpanet-Internet, que mais tarde se transformaria na internet, tal como a conhecemos hoje.

disponibilidade, o sistema midiático passa a interferir em todos os aspectos da sociedade. Também por isso entendemos que a internet, dispositivo que possibilita esta consolidação, representa bem mais que a introdução de um novo suporte em uma lógica cultural específica, cultura aqui entendida como “(...) uma forma de atividade que implica alto grau de participação, na qual as pessoas criam sociedades e identidades” (KELNNER, 2002, p, 11). Estamos, quem sabe, diante de um momento evolutivo diferenciado, com acentuadas nuances tecnológicas e conseqüências sociais as mais diversas; cujo impacto afeta uma tradição³⁰ que se desenvolveu ao longo de pelo menos 300 anos de evolução e sugere novos caminhos.

Concordamos com Marcondes Filho (2000), quando este afirma que a história do jornalismo reflete de forma bastante próxima a história da humanidade. Ou com Werneck Sodré (1999), quando diz que a imprensa, – por ter nascido com o capitalismo e acompanhado seu desenvolvimento –, acabou por desenvolver mecanismos por meio dos quais pudesse viabilizar suas atividades, fossem eles de ordem política, tecnológica ou técnica. O que não se supunha é que estes mecanismos, particularmente os de ordem tecnológica, acabariam por se tornar, ao lado de questões sociais, técnicas e mercadológicas, vetores de novas ambientações, quando antes serviam principalmente como suporte.

1.6 ESPAÇOS DIFERENCIADOS

Os computadores, e as redes – em especial a internet –, como materialização de um longo e complexo processo técnico-evolutivo da sociedade, exercem papel fundamental na formação dos novos sentidos, basicamente porque eles, como afirmamos anteriormente, em sua processualidade, não apenas reorganizam espaços: possibilitam a criação de novos lugares, caso do ciberespaço. Se considerarmos, por outro lado, que “espaço não é reflexo da sociedade, mas sua expressão” (CASTELLS, 2003, p. 500), é preciso dimensionar, ainda que rapidamente, a extensão deste lugar; o que ele representa no contexto em que se insere. Por espaço, entenderemos o “(...) meio, o lugar material da possibilidade dos eventos” (SANTOS, 1977, p. 41).

³⁰ Tradição como uma forma de conhecimento cultural que é transmitido; que provém do passado –, e que se personifica de quatro formas: a) pela transmissão de um indivíduo ao outro ao longo das gerações; b) pela rotinização das práticas sociais; c) como elemento legitimador; e, finalmente, de forma identitária, que pode ser cultural ou coletiva (THOMPSON, 1998, p. 256-258).

Os dados do instituto Internet Usage World (2008, On-line) afirmam que, em dezembro de 2007, havia um total de 1,3 bilhões de usuários da internet no planeta, ou 20% da população, à época, de 6,6 bilhões de habitantes. Representa um crescimento de 265,6% no período de 2000 a 2007. Ásia (38,7%), Europa (26,4%) e América do Norte (18%) são continentes mais “conectados”. A América Latina ficava com 9,6% deste total. O Brasil, com 190 milhões de habitantes registrou, no mesmo período, 42 milhões de usuários – ou 34,7% da população. É o País com mais acessibilidade à rede da América Latina, seguido apenas do México, com 19,3% (população de 108,7%). Mas não é o que mais expandiu o acesso à internet nos últimos sete anos. Esta posição ficou a República Dominicana (3.718%), seguida da Guatemala (1.930%) e El Salvador (1.650%).

Os índices sugerem, de um lado, que a rede está mais presente nos locais mais populosos e desenvolvidos economicamente do planeta, caso de China, Europa e América do Norte. Mas também que cresce de forma vertiginosa em países até há pouco periféricos, caso da República Dominicana, Guatemala e El Salvador. Ou seja, que o lastro processual dos dispositivos midiático-comunicacionais por meio da estrutura em rede não se restringe mais apenas aos locais em que há maior concentração de renda e tecnologia.

Façamos um comparativo entre o crescimento da internet no continente europeu, com 801 milhões de habitantes, e africano, com 941 milhões. No caso da Europa, onde residem 12% da população do planeta, a internet cresceu 231% nos últimos sete anos. Em se tratando de África, com 14% da população mundial, este crescimento foi de 887%. É bem verdade que a rede, no tão amplo quanto desigual continente africano, alcança pouco mais de 4% da população, enquanto que, no uniforme mundo europeu, mais de 40%.

Concordamos com Castells (2003) quando sugere que a sociedade opera, cada vez mais, em rede, ainda que a tônica de sua análise esteja voltada para questões de cunho econômico, e não jornalístico-comunicacionais. E que, se isso se dá desta forma, é em decorrência de uma mudança de paradigma social – do material para o tecnológico –, por sua vez assentada em torno das tecnologias de informação. Com isso, quer nos parecer que a forma de ser da sociedade passa a ser cada vez mais assentada na comunicação, cujo processo de autonomização se acentua a partir da década de 70. Melhor dizendo, na transmissão de informações, que podem ou não se personificar em comunicação.

Habitualmente confundimos técnicas da informação com técnicas da comunicação. Esta confusão deve-se ao fato de a nossa maneira de falar estar ainda muito marcada pelas modalidades tradicional e maquínica da experiência técnica e de ainda não nos termos habituado a pensar em função das representações no mundo correspondentes às transformações introduzidas pela tecnicidade cibernética (RODRIGUES, 1999, p. 34).

Sob esta perspectiva, transmitir informação diz respeito, principalmente, à condução – seja de conhecimentos ou formas –, enquanto que comunicação consiste na criação, “(...) na manutenção e no restabelecimento de relações sociais, com vista à constituição de vínculos entre membros de uma comunidade ou de uma sociedade” (RODRIGUES, 1999, p. 35). Rodrigues nos alerta para o fato de haver, eventualmente, estabelecimento de vínculos no processo de transmissão de informações, mas que este é indiretamente visado pelo processo informativo. Note-se que a confusão que se estabelece entre o que é da ordem da comunicação e o que diz respeito à informação denota ela própria, uma vez mais, um processo de transição em andamento. Ou seja, que estamos imersos em um momento de mudança, substancialmente distinto de tudo o que tenhamos vivido até então e nem sempre de fácil visualização.

No caso específico do jornalismo, esta mudança se especifica, entre outros, na criação de modelos diferenciados, frutos de um longo processo evolutivo, que possuem nomes tão distintos quanto “jornalismo eletrônico”; “jornalismo digital”, “ciberjornalismo”, “jornalismo on-line” e “webjornalismo³¹”, e que se desenvolvem, via de regra, a partir das “novas”³² tecnologias, em um processo inverso ao que se verificou quando de seu surgimento enquanto especificidade funcional, há 300 anos. Trata-se de um momento evolutivo do jornalismo que complexifica, por exemplo, a relação entre repórteres e fontes, à medida que estas, muitas vezes, são os próprios dispositivos midiáticos. Mas, sobretudo, que se desenvolve a partir das necessidades de dispositivos sócio-técnicos, e não ao contrário. Quando surgem os webjornais, por exemplo, torna-se necessário “reinventar” o jornalismo a partir das especificidades do novo suporte, diferentemente do que ocorreu com o rádio e a televisão, por exemplo. É preciso lembrar que o jornalismo sempre agregou tecnologia, sendo desde então afetado por esta, e que este movimento muda de vetor, – a tecnologia afetando o jornalismo –,

³¹ Segundo Luciana Mielniczuk, jornalismo eletrônico se chama desta forma porque utiliza equipamentos e recursos eletrônicos; o digital – ou multimídia – porque se vale de tecnologia digital na forma de bits; ciberjornalismo, porque envolve tecnologias que se utilizam do ciberespaço; jornalismo on-line, porque é desenvolvido com transmissão de dados em tempo real, e, finalmente, webjornalismo, porque diz respeito à utilização de uma parte específica da internet, a web (2003, p. 44).

³² O adjetivo “novas” é grafado aqui com alguma ironia, à medida em que, não obstante este processo vir se realizando desde a década de 70, aqui e ali ainda se encontram referências às “novas tecnologias”.

a partir do momento em que a eletricidade passou a viabilizar o surgimento de novos formatos de comunicação (telégrafo, Código Morse, telefonia etc.), até alcançar o atual momento evolutivo.

A exemplo do que se verificou anteriormente, uma vez mais este processo – de implantação de novos formatos, ou suportes –, não se dá de forma pacífica. Caio Túlio Costa, em artigo à revista *Líbero* (2006, On-line), chama atenção para esta problemática, ainda presente nas discussões – nem sempre pacíficas – envolvendo “velhas” e “novas” formas de se fazer jornalismo.

A incapacidade da velha mídia em lidar com muita informação e o com muita transformação leva à desinteligência na adaptação para o novo modelo de comunicação. Essa incapacidade está aliada a uma leitura equivocada do mote o meio é mensagem (...). As comunidades virtuais formam-se e fundam-se numa maneira distinta de ver, escrever, interagir e aprender. Os métodos usados pela velha mídia fantasiada de nova teimam em reproduzir o clássico modelo da comunicação. (2006, On-line)

Mais do que uma perspectiva de veredas totalizante, partimos do pressuposto que a compreensão do que é jornalismo em um ambiente de profunda imersão tecnológica da sociedade, portanto midiaticizado, requer novas gramáticas de reconhecimento, que aparentemente não dispomos até então. Eis que surge o primeiro problema a ser resolvido caso pretendamos avançar em nosso propósito analítico: como delimitar, à luz do cenário em que nos encontramos, em constantes mudanças, de que jornalismo estamos falando?

De um lado, fazê-lo nos moldes sugeridos por pesquisadores de matizes iluministas, como Ramonet (1999), Marcondes Filho (2000) e Sylvia Moretzsohn (2007), para ficarmos em três, implica observar o jornalismo como uma atividade de natureza emancipatória do homem desde sua gênese, não obstante os tensionamentos que enfrenta da estrutura social em que se encontra, capitalista:

A rigor, uma remissão histórica permitirá perceber que, desde que se configurou como atividade industrial, em meados do século 19, o jornalismo vive sob uma permanente tensão, que freqüentemente se torna contradição, expressa no lema “get it first, but first get it right”, livremente traduzido no compromisso de “dar a verdade em primeira mão”: pois, entre a “verdade” – a informação verdadeira, objetiva, checada, confiável – e a velocidade – a necessidade empresarial de chegar antes do concorrente -, a “verdade” deveria ter prioridade, embora o que costume ocorrer seja o contrário, pois prevalece a lógica da concorrência. Daí a famosa definição de jornalismo como “aquilo que se publica entre anúncios”; daí também serem tão

comuns, no meio profissional, comentários como “jornalismo é pintar de preto papel branco” ou “matéria boa é matéria no ar” (MORETZSOHN, 2007, p. 239).

A “permanente tensão” a que se refere Moretzsohn residiria no fato de o jornalismo encontrar, na singularidade dos fatos (GENRO FILHO, 1987) do cotidiano, a razão de sua existência; ao passo em que estes mesmo fatos se localizam em um contexto imediatista; pouco afeito a reflexões e de alta imersão tecnológica, ligado, entre outros, à elevação da velocidade como valor (VIRILIO, 1996), – ou como fetiche (MORETZSOHN, 2002) –, o que deslocaria a informação jornalística para um segundo plano na escala de importância do que deve ou não ser perseguido por um jornal, à revelia de seu suporte. Ou, por outras palavras, em um ambiente pouco propício a pendores emancipacionistas, ainda que “possível” do ponto de vista da sobrevivência do homem.

Mas, se todo sistema tem fissuras, é justo supor a possibilidades de momentos em que essa suspensão ocorra, e que, nos seus limites, possa representar a realização desse ideal. Sobretudo no caso do jornalismo, defrontado com uma contradição permanente entre seus propósitos de esclarecimento e uma prática submetida a rotinas que conduzem à alienação, o que obriga o jornalista a interrogar-se – ou, mais propriamente, a ver-se interrogado – sobre o sentido de seu trabalho (MORETZSOHN, 2007, p. 246).

Outra possibilidade, ainda na tentativa de compreendermos de que jornalismo estamos falando neste momento evolutivo, é observarmos a atividade em uma perspectiva mais ligada ao desenvolvimento da sociedade para além dos valores específicos do homem, e sem desconsiderar estes, mas de nuances acentuadamente econômicas e sociais. Trata-se de um jornalismo da Modernidade, que se inicia no século 19; é marcado por invenções como as rotativas e as composições mecânicas por linotipo (1890) e a imprensa de massa; passa pela informatização (1970) e o surgimento das redes, e segue até os dias atuais (MARCONDES FILHO, 2000). Entendemos que é neste momento evolutivo, de 1890 a 1970, que se delineiam as principais características e valores do jornalismo, mas também o que está por ocorrer no futuro da prática.

Tomemos como exemplo da afirmação o paradigma da objetividade, tão complexo quanto polêmico e exaustivamente discutido; preceito aqui resumidamente entendido como a mistura de um estilo direto, com vistas à imparcialidade, factualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologias (AMARAL, 1996). Mais que estabelecer formas e valores, esta maneira de o jornalismo se relacionar com o mundo, que se

inicia no século 19 e que é resultado de uma gama complexa de fatores³³, esconde em sua gênese, entre outros, um modelo por meio do qual os jornais precisam, de um lado, se viabilizar institucionalmente, enquanto que, de outro, – e em decorrência do anterior –, constroem em torno de si uma aura de credibilidade. Isso para que se garantam enquanto negócio, conquistem leitores e anunciantes, e possam, assim, sobreviver por meio de uma relação de oferta e procura de suas narrativas.

Ou seja, um jornalismo que dialoga de forma mais complexa com a sociedade em que se insere. Por este modelo, de inspiração norte-americana, o jornalismo, em sua simbiose com o entorno tecnológico, econômico e social, reformulou, entre outros, a experiência do tempo nas sociedades ocidentais.

Na história do jornalismo, a consideração de fatores tecnológicos na produção jornalística diária não pode deslocar-se do processo de industrialização da sociedade e do fortalecimento das relações de mercado. (...) Tanto a tecnologia quanto a economia foram fatores estruturantes de um modo de vida urbano em que a rotina diária das atividades tinha, também, contornos próprios, resultantes de novas formas de interação e relações sociais: os deslocamentos pela cidade, os horários do trabalho, das refeições e do lazer demarcavam um cotidiano no qual o jornal se encaixava tanto para informar, orientar quanto para distrair, preenchendo horários ociosos como nos percursos dos trens (FRANCISCATO, 2004, p. 107).

Trata-se de uma discussão que não é recente esta, em especial quando o assunto é jornalismo na internet. Soster (2003), a partir de autores como Adghirni (2001); Prado (2002) e outros, teceu críticas substanciais aos momentos que se deram imediatamente após as primeiras transposições, em 1995. Entre estas o fato de que as notícias, em especial nos locais em que elas eram atualizadas constantemente, teriam menos credibilidade em decorrência do elevado número de erros que continham. Mas também as mudanças operacionais que passavam a se estabelecer, como o fato de as notícias, nos sites noticiosos, terem o formato *fast-food*, porque produzidas em série, o que afetava as rotinas produtivas dos próprios jornalistas, automatizando-as.

Entendemos que as críticas são relevantes, em especial se observadas em seu momento de origem, à medida que, à época, havia se passado não mais que seis anos desde que o primeiro jornal foi disponibilizado em dígitos. Tratava-se, portanto, de um momento de

³³ De acordo com Amaral (1996) estes fatores são decorrentes, principalmente, da industrialização (que incorporou novos processos à incipiente indústria jornalística); das duas guerras mundiais (por meio da tecnologia desenvolvida e incorporada ao jornalismo); a criação da publicidade e propaganda, o mesmo em relação às relações públicas; e, finalmente, das agências de notícias.

transição, em que tensionamentos desta natureza não eram apenas naturais como particularmente salutar, à medida que oxigenam o panorama em que nos encontramos e denotam os tensionamentos próprios do campo da comunicação em sua prática jornalística.

Não se trata, portanto, de negar, hoje, este momento, mas de observar que a discussão evoluiu e que estamos, quem sabe, em um novo estágio de desenvolvimento; nem melhor, nem pior, diferente. E que novas gramáticas de reconhecimento se fazem necessárias para que possamos identificar, permeados no jornalismo, fenômenos mais amplos, como o da midiaticização, que acaba por afetar a própria atividade, midiaticizando-a. É o que observa, por exemplo, Palácios (2003) quando amplia para seis as características sugeridas por Jô Bardeol e Mark Deuze, para quem o jornalismo feito na internet se distingue dos demais pela interatividade, customização de conteúdo, hipertextualidade e multimídia. Segundo Palácios, a estas se inserem duas outras potencialidades: memória e atualização contínua. Vejamos, de forma resumida, como se dão estas características:

Multimídia/convergência – Refere-se à convergência dos formatos das mídias tradicionais (imagem, som e texto) na narração do fato jornalístico. A convergência torna-se possível em função do processo de digitalização de informações e sua posterior circulação.

Interatividade – As possibilidades de diálogo entre leitores e jornalistas se ampliam, devido à versatilidade do suporte (e-mail, links no corpo da notícia etc.).

Hipertextualidade – Os textos podem ser interconectados entre si por meio de hiperligações.

Customização/Personalização – Os usuários podem passar a configurar tanto as notícias quanto os locais em que ela se encontra.

Memória – O acúmulo de informações é mais viável na web que nos demais suportes.

Atualização contínua – A atualização do material disposto nos sites torna-se muito mais ágil, graças à rapidez de acesso, facilidade de produção e disponibilização.

Mais do que diferenciais em relação a modelos operacionais anteriores, as características descritas acima singularizam um momento evolutivo específico, em que o jornalismo, por meio de seus dispositivos, adequa-se a uma determinada realidade processual. É o que explica, por exemplo, o item atualização contínua; próprio de uma estrutura que tem, no fluxo de informações, sua razão de ser: se a midiaticização afeta o próprio sistema jornalístico, como veremos no próximo capítulo, isso se dá, entre outros, porque os

dispositivos passam a dialogar principalmente entre seus pares, caracterizando um fechamento operacional.

Algo semelhante pode ser dito em relação à multimídia, ou convergência, para ficarmos em dois exemplos: à medida que a rede permite o contato processual entre os dispositivos, e este ocorre por meio de um médium específico – a internet –, com suas potencialidades tecnológicas, a tendência é que as fronteiras identitárias entre os suportes se diluam e prevaleçam os elementos de natureza discursiva. Ou seja, que as atenções estejam voltadas antes para a eficiência do fluxo de informações do que necessariamente para o local de onde estas partiram, circulam ou são recebidas, como teremos a oportunidade de observar no terceiro capítulo desta pesquisa, de natureza empírica.

Elias Machado (2006), por sua vez, sugere que se observe também as bases de dados como formas culturais típicas da cultura dos computadores, por meio das quais passam a se estruturar as informações em uma perspectiva organizacional e nos moldes do que ocorre em termos de web.

Até meados dos anos 90 do século passado, uma base de dados era um conjunto de valores alfanuméricos (cadeias de caracteres e valores numéricos). Hoje, uma base de dados costuma armazenar textos, imagens, gráficos e objetos multimídia (som e vídeo), aumentando muito as proporções das necessidades de armazenamento e a complexidade dos processos e recuperação e processamento de dados. A principal diferença existente entre as bases de dados modernas e a classificação mais antiga de coleção de arquivos suportados pelo sistema operacional reside na possibilidade de relacionamento dos dados entre si (MACHADO, 2006, p. 17).

De um lado, novos modelos de jornalismo; de outro, os computadores imprimindo novas formas de se estar nas redações: características que existem em decorrência dos diferentes momentos evolutivos que o jornalismo feito em base digital passou a partir da primeira transposição de suporte, em 1995³⁴. Pavlik (2005) classifica este momento como uma “transformação radical” da prática, que por sua vez suscita novas e crescentes dúvidas. Algumas delas, talvez as mais importantes, estão ligadas à manutenção dos valores que historicamente nos utilizamos para explicar o jornalismo, caso da credibilidade, e que usualmente escapam das análises realizadas neste sentido, ainda que eventualmente sejam referidas.

³⁴ A transposição se iniciou pelo Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, em 1995, seguido, no mesmo ano, pelos paulistanos Folha de São Paulo e depois O Estado de São Paulo. Ainda que O Globo, também do Rio de Janeiro, tenha entrado para a rede somente em 29 de julho de 1996, já estava parcialmente on-line antes disso.

Por muitos momentos, em especial quando de sua segunda geração³⁵, acreditava-se que o jornalismo feito em internet era pouco crível (SOSTER, 2003), em decorrência, principalmente, da velocidade com que as notícias eram disponibilizadas na rede pelos sites de notícia. Pensava-se, à época, que esta influência se devia principalmente ao fato de a velocidade ter sofrido³⁶, ao longo dos séculos, um deslocamento de vetor – deixando de se tornar um objetivo a ser alcançado para se transformar, mais tarde, em valor.

Com isso, a informação, aqui entendida como a matéria jornalística, ficaria gradativamente relegada a um segundo plano, ficando o chegar mais longe e mais rápido em primeiro lugar na escala de importância. Em a velocidade de veiculação se transformando no primeiro objetivo a ser alcançado, estaria se abrindo margens para matérias com muitos erros, imprecisões as mais diversas, informações não escoradas em fontes etc; problemas que, juntos, acabariam por afetar a relação entre quem produzia e quem recebia as notícias. Uma das faces por meio da qual podemos identificar este problema diz respeito à transformação que ocorre no conceito de credibilidade jornalística, um valor construído ao longo dos últimos 300 anos de evolução, e que se insere em um paradigma jornalístico mais amplo: a objetividade. Por credibilidade jornalística entendemos um constructo caracterizado, entre outros, pela a) força dos argumentos; b) pelo reconhecimento da autoridade do autor destes argumentos, c) pela evidência de se tratar de um algo elaborado por um ou mais agentes com acesso ao momento em que as ações/decisões ocorrem, e, finalmente, d) pela aceitação, ainda que difusa, de sua isenção (distanciamento dos interesses), que se relaciona a seu acesso ao fato como observador.

Note-se que o conceito de credibilidade acima elaborado aplica-se principalmente a jornais impressos, revistas, rádios e televisões; suportes que operam com uma lógica jornalístico-operacional em que a referencialidade é externa. Ou seja, onde o escopo; o alimento, encontra-se em algum lugar para além das redações. É preciso, portanto, buscá-lo na

³⁵ “(...) podemos identificar uma segunda tendência para o jornalismo on-line na web quando, mesmo ‘atrelado’ ao modelo do jornal impresso, começam a ocorrer experiências na tentativa de explorar as características específicas oferecidas na rede. (...) as publicações para a web começam a explorar as potencialidades do novo ambiente” (MIELNICZUK, 2003, p. 49). Entre estas, consta a seção “últimas notícias”, ou “breakingnews”, que, segundo a autora, é composta de informações no formato de notas e disponibilizado de forma imediata.

³⁶ “A velha fórmula segundo a qual a informação é praticamente a única mercadoria que não vale mais nada ao fim de vinte e quatro horas merece portanto reflexão. No século 19 e no início do século 20, em pleno auge da imprensa, trata-se (...) menos de “produzir informações” que antecipá-las, de alcançá-las em movimento, para finalmente vendê-las antes que sejam literalmente ultrapassadas. Os assinantes passam a comprar menos notícias cotidianas que adquirir instantaneidade, ubiqüidade, ou em outras palavras, compram sua participação na contemporaneidade universal, no movimento da futura cidade planetária” (VIRILIO, 1996, p. 49).

sociedade; elaborá-lo; para somente então torná-lo um produto jornalístico, o que torna a presença de jornalistas imprescindível no processo. Mas o que dizer dos webjornais³⁷, por exemplo, que desde sua origem valeram-se principalmente dos conteúdos fornecidos por outros dispositivos para viabilizar suas próprias operações, à revelia de questões como autorialidade, argumentação e referencialidade externa? Ou mesmo dos jornais impressos, quando se vale de seus pares na internet para buscar o conteúdo que necessitam? A resposta a estas questões pode ser mais facilmente encontrada se abordarmos o problema a partir de uma perspectiva sistêmica, portanto de matizes auto-referenciais; deslocando o foco da atenção para o interior do sistema jornalístico, mas também para o que ocorre na intersecção deste com os demais sistemas, à revelia de sua natureza, o que faremos nos capítulos seguintes.

Neste primeiro momento, buscamos observar como a atividade jornalístico-comunicacional está se transformando a partir da chegada dos primeiros computadores às redações e das posteriores operações em rede, instaurando, assim, um novo paradigma na sociedade e unindo os dispositivos que compõem o sistema midiático (televisões, rádios, jornais e revistas impressos, mas também webjornais e blogs de natureza jornalística), estabelecendo, com isso, novas processualidades e novas gerações de sentido. Mais do que uma perspectiva de natureza tecnicista, o que se observa a partir deste momento evolutivo da prática jornalística é a complexificação de um determinado modo de se estar no mundo, e suas decorrências, em nosso caso capaz de alterar uma lógica evolutiva com pelos menos 300 anos de tradição.

A remissão se fez necessária por outro lado, porque acreditamos que é a partir deste momento, por volta de 1980 no mundo e dez anos mais tarde no Brasil, que se estabelecem mais visivelmente as bases da midiatização, ou a instauração de uma nova ambiência na sociedade a partir de uma profunda imersão tecnológica desta. No próximo capítulo, portanto, iremos tratar com maior profundidade, em primeiro lugar, do fenômeno da midiatização, para, a partir daí, discorrermos sobre a midiatização do jornalismo.

³⁷ Jornais cujo suporte se localizam em uma parte específica da internet, neste caso a web (MIELNICZUK, 2003, p. 39).

2 O CENÁRIO DA MIDIATIZAÇÃO

No capítulo anterior, analisamos o processo por meio do qual a midiatização, e, nela, a autonomização da atividade jornalística-comunicacional, agudizaram-se, instaurando, assim, novas dinâmicas processuais à atividade. No presente capítulo observamos como o fenômeno da midiatização se estabelece neste cenário. Ou seja, o que ocorre a partir do momento que a sociedade passa a perceber e se percebe de forma mais aguda por meio de seus dispositivos de natureza sócio-técnica, mas também discursiva, que acabam por transformar a tecnologia em meio; um fenômeno de contornos ainda pouco delimitados³⁸ e que requer, portanto, algumas problematizações. Estas observações se farão necessárias para que, uma vez explicitado o que entendemos por midiatização, possamos observar como sua processualidade afeta o jornalismo, midiatizando-o, objetivo deste capítulo.

Iniciaremos admitindo a premissa segundo a qual a midiatização se estabelece na sociedade a partir do momento em que esta se vê estruturada em um contexto altamente tecnologizado e passa a dialogar em rede, estabelecendo matizes simbióticas à interação homem-máquina e suas complexificações. Ou seja, do período evolutivo em que as máquinas, por meio de suas operações e estando interconectadas, deixam de ser um mero suporte à atividade humana e se estabelecem relacionamente com esta em termos de processualidade, reconfigurando a ecologia comunicacional, nas palavras de Gomes (2006). Quando isso ocorre; quando uma processualidade desta natureza se estabelece, cria-se, na intersecção desta relação, novas e sucessivas realidades. E se há novas realidades, há novos processos de sentido, duas categorias que requerem conceituação.

Por nossa opção analítica se estabelecer em um cenário onde as transformações residem antes na processualidade entre os mais diversos sistemas que nas tensões existentes no interior do campo comunicacional-jornalístico, vamos buscar na angulação sistêmica as delimitações conceituais que necessitamos. Por este viés, e por meio de Niklas Luhmann e sua releitura da teoria dos sistemas, entenderemos que sentido é o mecanismo que permite a criação seletiva de todas as formas sociais e psíquicas, ou experiências. Torna-se, desta forma,

³⁸ Segundo Antônio Fausto Neto, a midiatização, enquanto conceito, encontra-se diluído “(...) em meio a resquícios de conceitos fundadores das teorias da comunicação e naqueles que não estão reunidos nas fronteiras clássicas deste estudo” (2006, p. 1). Surge usualmente associado a expressões significantes como dispositivo, ambiente, máquina, operador, sujeito, processos midiáticos entre outros.

a condição para a elaboração da experiência, por meio da qual o sentido irá ele próprio se reproduzir e atualizar.

Desta forma, o sentido empresta forma às experimentações dos sistemas sociais e psíquicos à medida que as comunicações e os pensamentos se realizam com base nele, tornando-se indispensável às operações dos sistemas, por permitir a redução e a manutenção simultâneas da complexidade³⁹. Sob esta perspectiva, sentido é parte fundamental da racionalidade humana e engendra-se a partir do momento em que formas específicas de realidade (como, por exemplo, o sistema das máquinas e o sistema social; dos homens) entram em contato e são afetados de alguma forma por esta interação, criando *exprimíveis*.

Ciro Marcondes Filho (2004), ao propor mais tarde uma releitura da comunicação a partir da tríade sentido, interpretação e sistema, atribui ao pensamento estóico grego a primeira formulação teórica a respeito do conceito de sentido. Trata-se de um atributo que os gregos chamavam de *exprimível*, que difere o objeto de seu significado, sem alterar a natureza do primeiro.

Para os estóicos, o pensamento é um corpo, assim como o som (a palavra). O corpo pode ser representado por uma palavra, que lhe adiciona um atributo incorpóreo, mas em nada lhe altera. Suprime-se, dessa forma, qualquer relação intrínseca entre a palavra e a coisa, uma vez que palavras e coisas são corpos de uma dimensão adicional: incorpórea. O incorpóreo na palavra é o seu sentido, na coisa são seus atributos (MARCONDES FILHO, 2004, p. 39).

Com base nestas ponderações, para fins deste trabalho, entenderemos sentido como o efeito de realidade resultante das operações sócio-tecnológicas e discursivas do próprio sistema. As operações do sistema são de natureza sócio-técnica e discursivas porque combinam, se um lado, o conhecimento científico, enquanto que, de outro, suas aplicações práticas, processo que se inicia mais visivelmente a partir da Modernidade. Isso porque ela, a Modernidade,

(...) promoveu uma penetração transversal das tecnologias em todos os âmbitos das práticas sociais e institucionais, até o ponto que, hoje, devemos nos referir às organizações sociais como sistemas sócio-técnicos, não apenas específicos da

³⁹ Para Luhmann, os sistemas sociais “(...) têm a função de captar e reduzir a complexidade do mundo. Pela formação dos sistemas sociais ocorre uma seleção de possibilidades, com exclusão de outras, permanecendo as excluídas ainda como oportunidades (...) O sistema, conforme Luhmann, é o mediador entre a extrema complexidade do mundo e a pequena capacidade do homem em assimilar as múltiplas formas de vivência” (LUHMANN, 1997, p. 12).

produção econômica (por mais “flexível” que esta seja), mas também como um modo de articulação das múltiplas dimensões da vida social em práticas sócio-técnicas. As práticas sociais não são “meramente” políticas, econômicas, educativas ou comunicativas, mas tendem a uma crescente incorporação das tecnologias tanto em “trans” *formações* que articulam as relações humanas como as relações eminentemente articuladas por meio da associação com tecnologias sobre as quais se sustentam por meio de dispositivos sócio-técnicos (VIZER, 2006, p, 142).

Tendo delimitado o que entendemos por sentido, e considerando que este produz realidade, é preciso observar, desde já, o que entendemos por realidade. Podemos buscar em Luhmann (2005), novamente, uma conceituação:

(...) um correlato das operações do sistema, – e não, digamos, uma qualidade pertencente aos objetos do conhecimento –, adicionalmente aquilo que os distingue como indivíduo ou espécie. Realidade não é nada mais que um indicador de que o sistema foi aprovado ao prestar provas de consistência. Realidade é obtida internamente no sistema pelo fato de ele atribuir sentidos (LUHMANN, 2005, p. 23).

Ao movimento que permite a criação de novas ambientações, ou realidades, a partir de operações entre os sistemas tecnológico, social e discursivo damos o nome de *mediatização*. Estas operações se tornam mais visíveis à medida que a sociedade passa a regular e ser regulada por dispositivos de natureza tecnológica-comunicacional, – e a internet é a face mais evidente desta simbiose –, de forma que não se possa pensar em separado em uma ou outra. Trata-se, segundo Fausto Neto, da “(...) combinatória de conhecimentos e operações estruturadas na forma de tecnologias de informação, que criam novos ambientes, nos quais se produzem novas formas de interações, que têm como referências lógicas processos discursivos voltados para a produção de mensagens” (2006, p. 9).

O caminho aponta, – e isso também é observado por Fausto Neto, com base nas ponderações de Gomes (2006) a respeito da possibilidade de surgimento de novas ambientações; de novas formas de ser no mundo a partir da *mediatização* da sociedade –, para um algo que também constituído “(...) de formas e de operações sócio-técnicas, organizando-se e funcionando com bases em dispositivos e operações constituídas de materialidades e imaterialidades” (FAUSTO NETO, 2006, p. 9), mas que não se restringe a elas.

Estas características são os lugares a partir dos quais a *mediatização* afeta o funcionamento de outras práticas sócio-institucionais, gerando complexidades.

Tais afetações são relacionais e geram, conseqüentemente, retornos de processos de

sentido das construções feitas pelos outros campos, e que se instauram nos modos de funcionamento da mediação. Isso significa dizer que a mediação produz mais que homogeneidades, conforme depreendem as teorias clássicas da comunicação, na medida em que, ao contrário, gera complexidades (FAUSTO NETO, 2006, p. 10).

Note-se que este ponto de vista vai adiante do conceito proposto por Muniz Sodré em sua interpretação do fenômeno, quando enfatiza que a mediação ocorre no momento em que o processo de comunicação passa a ser redefinido pela informação de forma técnica e mercadológica. Isso nos colocaria, sob esta perspectiva, diante de um “tipo particular de interação”, na verdade uma “tecnomediação” – espécie de prótese tecnológica – a mediação, o que deslocaria o sentido antropológico das relações sociais para uma nova perspectiva analítica, o que nos sugere um fechamento de sentidos.

Trata-se [a mediação] de fato da afetação de formas de vida tradicionais por uma qualificação de natureza informacional, cuja inclinação no sentido de configurar discursivamente o funcionamento social em função de vetores mercadológicos e tecnológicos é caracterizada por uma prevalência da forma (que alguns autores chama de “código”; outros, de “meio”) sobre os conteúdos semânticos (SODRÉ, 2006, p. 21)

Sodré observa, ainda nesta perspectiva, que

a astúcia das ideologias tecnicistas consiste geralmente na tentativa de deixar visível apenas o aspecto técnico do dispositivo midiático, da “prótese”, ocultando sua dimensão societal comprometida com uma forma específica de hegemonia, onde a articulação entre democracia e mercadoria é parte vital de estratégias corporativas. Essas ideologias costumam permear discursos e ações de conglomerados transnacionais e de ideólogos dos novos formatos de Estado (SODRÉ, 2002, p. 22).

Entendemos que potencializar vetores mercadológicos, tecnológicos e mesmo ideológicos como elementos determinantes da mediação, sobrepondo a forma ao conteúdo semântico, equivale a reduzir a complexidade do fenômeno, emprestando-lhe efeitos de causalidade, determinísticos. Concordamos com Muniz Sodré quando afirma que o fenômeno da mediação implica em “(...) uma qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo (...), a partir de um *bios*⁴⁰ específico. A discordância reside em olhar o fenômeno a partir da “(...) articulação hibridizante das múltiplas instituições” (2006, p. 22). Como salientamos anteriormente, a mediação

⁴⁰ “Em seu *Ética a Nicômaco*, Aristóteles concebe três formas de existência humana (*bios*) na Pólis: *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa). A mediação deve ser pensada como um novo *bios*, uma espécie de quarta esfera existencial, com uma qualificação cultural própria (uma ‘tecnocultura’), historicamente justificada pelo imperativo de redefinição do espaço público burguês.” (SODRÉ, 2006, p. 22)

(...) se constitui a partir de formas e de operações sócio-técnicas, organizando-se e funcionando com base em dispositivos e operações constituídas de materialidade e de imaterialidades. Seus processos de materialidade se passam em cenas organizacionais/produativas e em cenas discursivas. São em tais âmbitos que se realizam as possibilidades por meio das quais a mediação pode afetar as características e funcionamento de outras práticas sócio-institucionais. Mas isso não significa uma ação de natureza linear, determinística, pois a atividade da mediação se realiza de modo transversal e, ao mesmo tempo, relacional (FAUSTO NETO, 2006, p. 9).

Ou seja, estamos diante de operações de geração de sentido que servem de base para novas operações de sentido, que são alicerçados em mecanismos e agentes (em nosso caso, os dispositivos jornalísticos), mas que não são determinadas por estes. A compreensão deste modo de funcionamento deve levar em conta, como sugere Fausto Neto, o papel das linguagens, que “(...) dotadas de materialidade específica, que é a forma de matéria significante, e subordinadas a processos de produção inerentes à própria economia discursiva da mediação, põem a mediação em processo” (2006, p. 11).

Compreender este fenômeno implica observar, por outro lado, os processos midiáticos⁴¹, à medida que também é por meio destes que a mediação se estabelece.

(...) os processos midiáticos exigem que sejam estudados como modos de operação intrínsecos à mídia, para além dos conteúdos e seus efeitos. Deve-se buscar a racionalidade epistemológica da comunicação em seu modo de operação, que é peculiar e único. Isso porque os processos midiáticos possuem o imperativo de serem pensados em sua dinâmica interna de construção de sentido para a realidade. A mídia se apropria da realidade e exerce sobre ela um trabalho de reconstrução, por meio de seus diversos gêneros (GOMES, 2006-b, p. 67).

Sob esta perspectiva, o resultado das operações dos processos midiáticos representa uma realidade substancialmente distinta da original. Gomes se vale do exemplo do que ocorre com a televisão para corroborar seu ponto de vista: o que se apresenta ao público como retrato da realidade em um telejornal, é, antes, o recorte que a câmara captura dentro de um universo de possibilidades, que por sua vez representa a escolha de quem está por trás da câmara. Poderíamos acrescentar a este conjunto, ainda, as escolhas que o processo editorial estabelece quando da edição do telejornal, os critérios de noticiabilidade da emissora, os valores-notícia etc. Ou seja, trata-se, antes, de um nível de razão fundamentada na realidade, do que a realidade fenomenológica, não mediada. Ainda assim, realidade:

⁴¹ Por processos midiáticos devemos entender o conjunto de práticas comunicacionais que pertencem ao campo das mídias e que atuam, segundo diferentes linguagens, por meio de dispositivos tais como jornais, televisão, rádio, fotografia, publicidade, revista, produção editorial, eletrônica, comunicação organizacional, vídeo e demais processos emergentes. (GOMES, 2006-b)

(...) se aceitamos que o sentido não é produzido nem pelo pólo de recepção e nem pelo da produção, porém a partir da relação que se estabelece entre os dois, podemos concluir que o resultado dos processos midiáticos é uma realidade terceira que mantém semelhanças com a realidade original, mas que não se identifica totalmente com ela (GOMES, 2006, p. 67).

2.1 PROCESSUALIDADES DIFERENCIADAS

Algo semelhante pode ser dito em relação à realidade que se estabelece a partir do diálogo existente entre os dispositivos midiáticos quando estes operam em rede⁴² e passam a gerar complexidades no interior do sistema jornalístico-comunicacional. Com uma diferença: esta geração de sentidos, portanto de realidades, decorrente da processualidade midiática, não se verifica no espaço existente entre os pólos de emissão e recepção; como ocorre na intersecção do espaço social com o sistema midiático (a televisão capturando imagens de um acidente na rua, por exemplo), no exemplo sugerido por Gomes. Isso porque o sistema opera de forma auto-referencial, ou seja, encontra-se voltado para as operações do próprio sistema, vindo a se comunicar com seu entorno, neste caso os demais sistemas, somente quando for irritado por alguma informação.

Por outro lado, afirmar que os sistemas, e, neles, o jornalístico-comunicacional, operam em uma perspectiva auto-referencial, equivale a dizer que os dispositivos dos quais são formados estabelecem diálogos processuais com seus pares, de natureza intermediática, o que é particularmente possível em eles estando ligados por uma estrutura de rede. Estes diálogos, por sua vez, se estabelecem, em nosso objeto de estudo, por meio de operações discursivas, – pelo viés dos textos, mas também das imagens e dos áudios –, que, ao fluírem de um lugar a outro do sistema, acabam por diluir as fronteiras entre emissores e receptores. Desta forma, o papel de emissor e de receptor acaba por se tornar insuficiente para explicar o que se estabelece na processualidade da informação no interior do sistema jornalístico-comunicacional.

A afirmação pode ser percebida, por exemplo, quando os sites e blogs de natureza jornalística, mas também os jornais, revistas, rádios e televisões, servem de fonte um para

⁴² Segundo Castells (2003, p. 566), rede é um conjunto de nós interconectados. Nós, por sua vez, são pontos nos quais curvas se entrecortam. São estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que estes consigam comunicar-se dentro das redes, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Neste sentido, a internet é uma rede quando permite aos demais dispositivos jornalístico-comunicacionais dialogarem entre si.

outro, deixando em uma espécie de segundo plano seus leitores/ouvintes/videntes. Johnson (2003), ainda que não se refira, em sua análise, à midiatização, chama este fenômeno de feedback⁴³. “Atualmente, é comum comentar a disposição dos meios de comunicação em alimentar frenesi, em que a cobertura de uma história naturalmente gera mais cobertura, levando a um tipo de ambiente semelhante a uma casa de espelhos, onde pequenos incidentes ou declarações são ampliados para se tornar eventos significativos” (JOHNSON, 2003, p. 98).

Os feedbacks, uma vez ampliados em rede, geram os círculos de feedback, ou seja, o mesmo fenômeno, mas visto em uma dimensão proporcional ao tamanho da rede em que os dispositivos se encontram. O conceito de círculo de feedback nos é sugerido por Johnson a partir da forma de operação do cérebro humano, que é composto por redes neuronais. Apesar da diversidade de operações a que estas redes são submetidas a cada momento, – novas atividades mentais exigindo novos arranjos neuronais –, há movimentos que seguem um determinado padrão operacional, repetindo-se continuamente. É neste ponto que, de acordo com a neurociência, encontra-se a base do aprendizado, ou seja, na repetição desses circuitos. O porquê de estes círculos de feedback ocorrerem está relacionado à estrutura das redes neuronais.

Eles [os círculos de feedback] acontecem porque as redes neurais do cérebro estão densamente interconectadas: cada neurônio contém links – na forma de axônios e sinapses – relacionados a milhares de outros neurônios. Quando um dado neurônio dispara, envia esta carga para todas as outras células que, diante de determinadas condições, por sua vez a envia para suas conexões, e assim por diante. Se cada neurônio estendesse um link para um ou dois outros neurônios, a chance de se ter um canal de reverberação seria grandemente reduzida. No entanto, como estes neurônios atingem simultaneamente muitas direções, e bem mais provável que o disparo de um neurônio retorne à sua fonte original, recomeçando todo o processo. A probabilidade de ocorrer um círculo de feedback está diretamente relacionada à interconexão geral do sistema. (JOHNSON, 2003, p. 98-99)

Ou seja, mais que uma metáfora para se explicar a forma de operação das redes a partir de uma perspectiva de natureza biológica, o exemplo de Johnson permite que possamos compreender a ambiência em que se estabelece processualmente a midiatização, considerando que esta se torna mais visível na sociedade (e no jornalismo) a partir do momento em que as operações passam a se dar em rede. Ou seja, em ambiente complexos. E é por este motivo; pelo fato de a probabilidade de os círculos de feedback ocorrerem em ambientes complexos

⁴³ Processo de controle pelo qual o resultado (saída, output) do desempenho de um sistema é programado para atuar sobre o impulso alimentador (entrada, input) do mesmo sistema, estabelecendo correções a partir dos erros verificados (BARBOSA, RABAÇA, 1995, p. 260).

do ponto de vista estrutural, caso da redes, que Johnson salienta que, até 1990, ou seja, quando a internet em escala comercial dava seus primeiros passos, os círculos de feedback não eram inevitáveis. Eles

Apareceram graças a mudanças específicas no sistema subjacente dos meios de comunicação de massa, mudanças estas que trouxeram os primeiros sinais de emergência – e anteciparam os genuínos sistemas de bottom-up⁴⁴ que, desde então, floresceram na web. Que o feedback tenha sido crucial para o processo não é de se surpreender: todos os sistemas descentralizados baseiam-se extensamente no feedback, tanto para o crescimento como para a auto-regulação (JOHNSON, 2003, p. 98-99).

Se isso se dá desta forma é porque, em primeiro lugar, a natureza das estruturas em rede não é axiomática, – modelo um para muitos –, como ocorre nas estruturas organizacionais de natureza fordista, em que papéis, fluxos e processos são tão demarcados quando identificáveis (HARVEY, 1992). Nem flexível, de inspiração keynesiana, aqui entendida como aquela que se apóia na flexibilidade dos processos, – sejam eles de trabalho, mercados, produtos e padrões de consumo, para ficarmos em alguns. Ela é, antes, rizomática, ou seja, se baseia do modelo de muito para muitos, sem uma centralidade operacional, e operando a partir de uma lógica de fluxos, portanto sistêmica.

Em outras palavras, o sistema como um todo deu uma guinada impressionante na direção das redes distribuídas e afastando-se das hierarquias tradicionais top-down. E quanto mais a mídia contempla sua própria imagem, mais provável é que o sistema comece a realimentar a si mesmo, como uma guitarra Stratocaster inclinando-se sobre a amperagem na qual está ligada (JOHNSON, 2003, p. 99).

Sob outro aspecto, as realidades que se estabelecem com a mediação, ou a partir do momento em que os dispositivos dialogam em rede, também se diferenciam daquela resultante da geração de sentidos proposta por Verón (1997) na primeira matriz que se remete às novas relações de complexidade no ambiente da mediação. O esquema proposto por Verón, segundo a qual o meio, – visto como lugar central –, institui relações e também é instituído por estas mesmas relações, seja pelas instituições ou pelo viés dos atores sociais –, sugere que sejam em número de quatro as possibilidades relacionais em que o processo de mediação se estabelece⁴⁵.

⁴⁴ Sistemas bottom-up, ou sistemas de baixo para cima, portanto emergentes, são sistemas a partir dos quais os agentes localizados em uma determinada escala reproduzem o comportamento de uma escala acima deles. O sistema só é emergente quando todas as interações locais resultam em algum tipo de macrocomportamento observável. É o caso, por exemplo, das comunidades de relacionamento da web.

⁴⁵ Este esquema foi publicado originalmente no artigo Esquema para el analisis de la mediatización. In: *Revista Diálogos de la Comunicación*. n° 48. Lima: FELAFACS, 1997.

São eles⁴⁶:

A1 – Relação entre os meios e as instituições

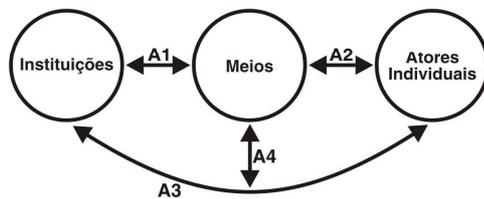
A2 – Relação entre os meios e os atores individuais

A3 – Relação entre as instituições e os atores individuais

A4 – Relação entre os meios, os atores individuais e as instituições.

Graficamente, a situação pode ser observada da seguinte maneira:

GRÁFICO 1 – Esquema proposto por Verón para explicar a mediação



Fonte: Esquema para el análisis de la mediación. In: *Revista Diálogos de la Comunicación*. nº 48. Lima: FELAFACS, 1997

Observe-se que o diagrama sugere que a processualidade da mediação se estabelece mais visivelmente na intersecção das instâncias instituições/meios/atores individuais e às afetações que as três constituem entre si, sendo que as relações se instituem e são instituídas pelos meios. Formam-se, desta maneira, quatro zonas de afetação: A1, A2, A3 e, finalmente, A4. E, com isso, “(...) afetam largamente práticas institucionais que se valem de suas lógicas e de suas operações para produzir as possibilidades de suas novas formas de reconhecimento nos mercados discursivos” (FAUSTO NETO, 2006, p. 11).

Quer nos parecer que, por meio desta projeção, enfatiza-se o ambiente, novas dinâmicas de interações, principalmente a geração de sentidos nos locais de intersecção, ou zonas de afetação, existentes entre A1, A2, A3 e A4, tornando o interior das instâncias instituições, meios e atores individuais locais analíticos relativamente fechados na processualidade da mediação, se comparados às suas intersecções. Diante desta constatação, e considerando

⁴⁶ É preciso observar que utilizaremos este modelo tão somente como ferramenta por meio da qual possamos estabelecer uma compreensão da processualidade em questão.

a) que nossa hipótese de pesquisa é que os dispositivos responsáveis pelo estabelecimento da processualidade da midiatização – rádios, jornais e revistas impressas, televisões etc. – também são afetados por esta,

b) que a representação esquemática, de acordo com o próprio Verón, apesar de simplificar a “extraordinária complexidade dos fenômenos da midiatização” (1997, p. 14-15), ajuda-nos a compreender melhor o fenômeno a que nos propomos analisar, deslocaremos nosso olhar para o que ocorre no interior da instância meios. A escolha deste local analítico diz respeito

1 ao fato de os meios também serem instituições, mas que se diferenciam destas pelo lugar central, porque de natureza auto-referencial, – o sistema estabelecendo diálogos com o interior do próprio sistema –, que ocupam na processualidade da midiatização;

2 e pelo fato de serem meios, o que não ocorre com as instituições. “O setor institucional designa os múltiplos ordenamentos organizacionais da sociedade, que não são meios⁴⁷” (VERÓN, 1997).

Admitiremos, ainda, em nosso esforço analítico, que a instância “meios” é composta de micro-unidades visíveis e distintas entre si, e que estas são formadas pelos dispositivos jornal, revista, rádio, televisão e internet. Estas micro-unidades também podem ser vistas como meios à medida que representam lugares a partir dos quais sentidos, realidades e representações são oferecidas. Estando, portanto, nosso olhar circunscrito ao interior da instância meios, a processualidade da midiatização passa a produzir sentido, relacionalmente, nas seguintes intersecções de suas micro-unidades:

A1 – relação entre o jornal impresso e o rádio;

A2 – relação entre rádio e a televisão;

A3 – relação entre jornal televisão e revista;

A4 – relação entre revista e internet;

A5 - relação entre jornal impresso, rádio, televisão, internet e revista;

A6 – relação entre jornal, rádio e internet;

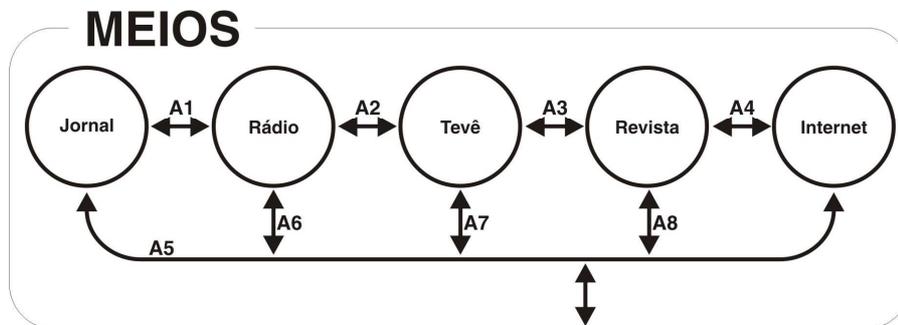
A7 – relação entre tevê, jornal e internet;

A8 – relação entre revista, jornal e internet;

⁴⁷ Verón afirma que as instituições não são meios à medida que um “(...) meio de comunicação social é um dispositivo tecnológico de produção-reprodução de mensagens associado a determinadas condições de produção e a determinadas modalidades (ou práticas) de recepção das ditas mensagens” (VERÓN, 1997, p. 12).

Ou, do ponto de vista projetual, da seguinte forma:

GRÁFICO 2 – Geração de sentidos no interior da instância meios



Fonte: elaboração do autor

Note-se que a processualidade descrita acima pode ser melhor observada quando, por exemplo, um determinado acontecimento é absorvido pelo sistema midiático, aqui representado pela instância meios, como veremos no capítulo 3. Como a centralidade desta instância encontra-se na processualidade relacional de seus dispositivos, – jornal, rádio, tevê, revista e internet –, a geração de sentidos pode se iniciar a partir de qualquer uma de suas intersecções. Ou seja, o lugar central se estabelece quando o fluxo de informações envolve todo o sistema midiático, à revelia do dispositivo que deflagrou o movimento. Para tanto, basta que o ambiente “irrite” o sistema, o que se dá por meio de uma informação, e esta seja processada como tal no interior do próprio sistema, como elemento constitutivo deste.

Segundo Luhmann, o ambiente não contribui para nenhuma operação do sistema, mas pode irritar o sistema quando os efeitos do ambiente aparecem no sistema como informações e podem ser processadas como tal. Por irritação vamos entender as perturbações que o ambiente provoca no sistema e que se estabelecem neste como informações, sendo processadas como tal. As irritações são sempre internas ao sistema, pois se estabelecem, inicialmente, a partir de diferenciações e comparações com estruturas internas ao sistema. São, portanto, assim como a informação, produtos do próprio sistema. Já informações são eventos que selecionam os estados de um sistema, provocando transformações neste. Informação é, portanto, uma diferença que provoca diferença. Ou, por outras palavras, quando a irritação se der por distinções próprias do sistema. No caso de um sistema social, haverá informação quando o evento for inesperado em relação ao próprio sistema. Neste sentido, o caráter de novidade é essencial para que se tenha informação.

A lógica circular interna, auto-referencial, em substituição ao esquema clássico usualmente utilizado quando da análise do fenômeno jornalístico-comunicacional, – os dispositivos interagindo principalmente com seu entorno –, desloca a produção e a oferta de sentidos para o interior da instância meios, que passa a operar processualmente dentro de seus próprios contornos, mas agora sem um lugar central. Ao fazê-lo, gera sentido, portanto realidade, de forma autonomizada em relação às demais instâncias.

Há de se observar, por outro lado, que a midiatização, quando afeta seus próprios dispositivos no interior da instância meios, não estabelece sua processualidade apenas na intersecção relacional existente entre os dispositivos de que esta é formada, a exemplo do que é sugerido no diagrama envolvendo as intersecções entre meio/instituições/agentes. Ela parece repetir a mesma lógica no interior das intersecções existentes entre as unidades constituintes de cada um dos dispositivos, neste caso jornal, rádio, televisão, revista e internet. Chamaremos de unidades constituintes dos dispositivos o espaço geográfico, tecnológico, discursivo e social de natureza jornalística-comunicacional constituído pelos atores que trabalham nestes dispositivos (agentes); o local onde exercem suas atividades (ambiente), bem como a materialidade do trabalho destes (suporte). Assim,

GRÁFICO 3 – Formação das Unidades Constituintes



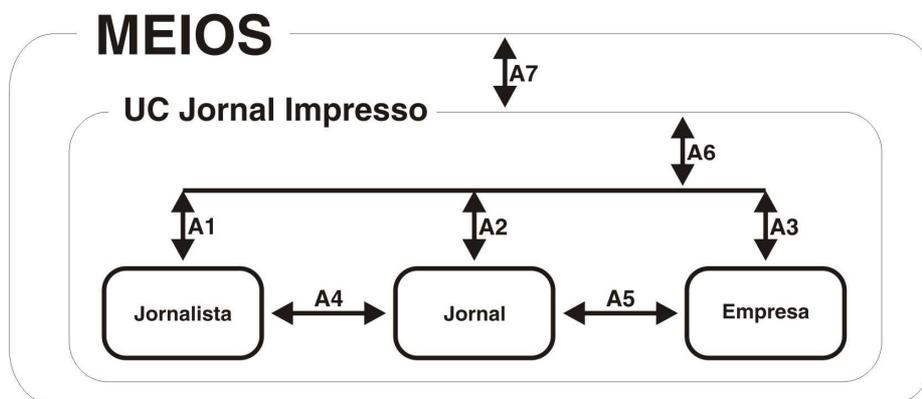
Fonte: elaboração do autor

Tomemos, a título de exemplo, o dispositivo jornal impresso da instância meios. Observada projetualmente, esta unidade constituinte é formada por jornalistas (agentes), pela instituição jornal, que possui um local espacial e identitário de operação (que chamaremos de ambiente interno da UC), e, finalmente, pelo resultado do trabalho destes jornalistas neste local: o dispositivo jornal propriamente dito (suporte). Neste modelo, não consideramos os demais agentes que trabalham nos setores administrativo, comercial e de circulação dos jornais, por exemplo, não obstante sua importância à operação em que se inserem. O mesmo em relação a quem se dirige o jornal por meio de seu conteúdo editorial. O olhar, neste momento, está centrado no diálogo que ocorre entre os elementos que compõem o interior da UC jornal impresso.

Há de se observar, ainda, que, comparada com a instância meios, a UC jornal distingue-se daquela, apesar de estar em seu interior, à medida que não ocupa um lugar central na processualidade da midiatização. O que também não significa que esta centralidade não exista: a exemplo do que ocorre com as partículas atômicas, onde o conjunto de prótons, nêutrons e elétrons formam uma unidade chamada genericamente de átomo, que, sabemos, é divisível, a centralidade das UCs da instância meios em uma perspectiva de midiatização se torna visível quando estas estabelecem diálogos entre seus pares de forma processual. Os dispositivos sócio-tecnológicos e discursivos têm um papel fundamental neste processo, uma vez que são eles, principalmente quando operam por meio de redes, que unem cada um dos três pólos anteriormente descritos, tornando-se meios.

Graficamente, esta redistribuição espacial da UC jornal impresso se dá da seguinte forma:

GRÁFICO 4 – Formação das Unidades Constituintes



Fonte: elaboração do autor

A processualidade da midiatização na UC Jornal Impresso, por esta perspectiva, se estabelece nas seguintes intersecções:

A1, A2 e A3 – relação entre jornalistas, jornais e empresas⁴⁸;

A4 – relação entre jornalista e jornal;

A5 – relação entre jornal e empresa;

A6 – local onde se estabelece a centralidade da midiatização na UC jornal, no

⁴⁸ Empresas como sinônimo de instituições.

momento de sua processualidade;

A7 – intersecção com a instância meios e com as demais UCs desta.

A análise da forma de operação da instância meios, e de sua unidade constituinte jornal impresso, permite-nos observar, de um lado, que a mediação, ao afetar o aparato jornalístico-comunicacional, mediando-o, não o faz da mesma forma, e nem o processo se estabelece de maneira homogênea. Quando o interior da instância meios se media, este fenômeno ocorre, como dissemos anteriormente, na intersecção entre suas UCs. Ou seja, no espaço dialogal que se estabelece sempre que um jornal impresso, revista, rádio, televisão, blog ou webjornal estabelece diálogos, por meio da troca de informações, com outro jornal impresso, revista, rádio, televisão, blog ou webjornal, não necessariamente nesta ordem ou sentido. Mas também se estabelece no interior das UCs que compõem a instância meios. A relacionalidade processual, neste caso, desloca-se para o interior de cada uma de suas micro-unidades, fazendo com que a centralidade da operação, uma vez mais, não se localize neste ou naquele ponto, mas no processo em si. É neste momento processual que se alteram as formas e linguagens; e onde a mediação do aparato midiático-comunicacional pode ser mais perceptível. Por meio deste modelo que buscaremos observar, no próximo capítulo, nosso problema em uma perspectiva empírica, por meio da análise de dois acontecimentos: o “Escândalo da Arbitragem” e o “Acidente da Gol”.

Antes disso, podemos observar o que ocorre quando o interior de uma UC é afetada pela processualidade da mediação em um evento ocorrido no primeira quinzena de abril de 2008, envolvendo um dos principais jornais do País – a Folha de São Paulo. À época, Mário Magalhães, então ombudsman do jornal, pediu desligamento da função que exercia havia cerca de um ano, apesar das prerrogativas⁴⁹ que o cargo lhe oferecia, sob a alegação que estaria sendo pressionado pela direção da empresa a mudar o conteúdo de seu comentário. Em seu lugar assumiria o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva. Segundo a empresa, a crítica interna que Magalhães vinha realizando, – e posteriormente publicizando por meio da versão on-line de sua coluna semanal⁵⁰ –, “(...) vinha sendo utilizada pela concorrência e

⁴⁹ Segundo a Folha de São Paulo, o ombudsman possui mandato de um ano, renovável por mais dois. Não pode ser demitido durante o exercício da função e tem estabilidade por seis meses após deixá-la. Suas atribuições são criticar o jornal sob a perspectiva dos leitores, recebendo e verificando suas reclamações, e comentar, aos domingos, o noticiário dos meios de comunicação.

⁵⁰ Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/foalha/ombudsman/>] Acesso em: [10 de maio de 2008]

instrumentalizada por jornalistas ligados ao governo federal⁵¹”.

No texto em que se despede do cargo, Magalhães explicava que

A Folha condicionou minha permanência ao fim da circulação na internet das críticas diárias do ombudsman. A reivindicação me foi apresentada há meses. Não concordei. Diante do impasse, deixo o posto. Oitavo jornalista a ocupar a função, torno-me o segundo a não prosseguir por mais um ano. Todos foram convidados a ficar. Sou o primeiro a ter como exigência, para renovar, o retrocesso na transparência do seu trabalho⁵².

O texto prosseguia afirmando que, a partir daquele momento, os comentários produzidos pelo ombudsman seriam conhecidos apenas por “audiência restrita, de funcionários do jornal e da empresa, que os recebe por correio eletrônico⁵³”. Com isso, ainda de acordo com Magalhães, os leitores da Folha de São Paulo perderiam o direito de estarem informados, o que existia desde os primórdios do cargo, criado em 1989, quando a internet “engatinhava”.

O exemplo nos sugere que o interior da UC Jornal Impresso (representada pela redação da Folha de São Paulo) foi afetado pelo diálogo que os dispositivos vinham mantendo entre si, diferente do que ocorrera até então. Ou seja, até pouco tempo, a crítica que a Folha de São Paulo expunha, de forma inédita⁵⁴, ao sistema midiático-comunicacional, aos demais sistemas sociais e ao ambiente em torno destes operava, por exemplo, – e para ficarmos em apenas uma hipótese –, como um mecanismo por meio do qual novos critérios de credibilidade eram oferecidos, nos moldes sugeridos por Fausto Neto (2006). Por este viés, os dispositivos passam a referenciar suas próprias operações como forma de estabelecer suas relações. A partir do momento em que a internet se instaura como médium, intensifica-se o fluxo de informações e se alteram, com isso, formas, processos e sistemas, entre estas as de natureza operacional.

Neste sentido, o círculo de feedback provocado a partir de informações referentes à forma de operação da UC Folha de São Paulo deixou de ser interessante operacionalmente a

⁵¹ Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/brasil/ult96u392587.shtml>] Acesso em: [10 de maio de 2008]

⁵² Disponível: [<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om0604200801.htm>] Acesso em [10 de maio de 2008]

⁵³ Idem

⁵⁴ O cargo de ombudsman foi instituído no Brasil pela Folha de São Paulo, ainda em 1989. O primeiro a ocupar a função foi o jornalista Caio Túlio Costa.

esta, que optou pelo redimensionamento do processo de visibilização do mesmo. Não nos ateremos com mais profundidade neste exemplo, apesar de reconhecermos sua importância para a discussão que propomos, o que viremos a fazer em um momento posterior a esta tese. Por hora, nos utilizaremos dele para observar que, no interior das UCs, os sentidos que são gerados pela midiatização dialogam relacionalmente, em um primeiro momento, com o próprio sistema midiático, para somente depois fazer o mesmo com seu entorno, onde se encontram os demais sistemas. E que as complexificações decorrentes destas interações são capazes de afetar as UCs, repetindo, de certa forma, o que ocorre com o sistema quando uma informação é absorvida por este: o sistema passa a operar no sentido de reduzir sua complexidade, garantindo a manutenção do mesmo.

Note-se que, em jornalismo, as operações dos jornais impressos, revistas, televisões e rádios, personificadas nas formas de notícias, sempre estiveram voltadas, em primeiro lugar, para o ambiente externo ao sistema em que se inseriam. Somente quando as notícias haviam irritado os demais sistemas (político, econômico, social etc.) é que eram novamente absorvidas, por meio de novas irritações, pelo sistema de origem por meio do diálogo com os demais dispositivos. É o que ocorria, por exemplo, quando um jornal impresso veiculava uma notícia em primeira mão em relação aos seus pares. Antes da internet, era preciso, em primeiro lugar, que a notícia circulasse por meio das páginas impressas para somente então ser veiculada nos demais dispositivos.

Ocorre que estes não se limitavam a repetir o que estava posto a título de novidade: era preciso, sobretudo, acrescentar novas informações, que eram buscadas junto aos demais sistemas sociais. Somente então, – os demais sistemas já tendo sido irritados pela informação –, a informação circularia novamente. A internet, ao amalgamar o sistema jornalístico-comunicacional, passou a permitir que os dispositivos dialogassem em primeiro lugar entre si, para somente então afetar os demais sistemas. Este movimento provoca uma importante alteração em um dos pontos mais caros ao jornalismo, a necessidade de se ser o mais inédito possível em relação aos pares como forma de se estabelecer diferenças.

2.2 A GERAÇÃO DE SENTIDOS NA INSTÂNCIA MEIOS

Quando admitimos que a instância meios é composta por dispositivos de natureza jornalístico-comunicacional, e que a geração de sentidos, nela, se estabelece no fluxo de

operações que se verifica entre estes, também estamos dizendo que aquele que, até há pouco, era, sobretudo, um emissor, agora também opera como um receptor; algumas vezes recebendo mais que emitindo – ou, pelo menos, fazendo-o na mesma proporção. Ou seja, que os lugares de emissão e recepção, a partir da mediação, como frisamos anteriormente, encontram-se particularmente complexificados neste momento evolutivo. Como apontou Lemos (2005), representa uma afetação das paisagens comunicacional e social contemporânea em decorrência da cibercultura, aqui entendida como as relações “(...) entre as tecnologias informacionais de comunicação e informação e a cultura, emergentes a partir da convergência informática/telecomunicações na década de 1970. Trata-se de uma nova relação entre as tecnologias e a sociabilidade, configurando a cultura contemporânea” (2005, On-line).

Estas afetações, de natureza sócio-técnicas-discursivas, provocam transformações as mais diversas no modo de ser jornalístico, problematizando, entre outros, teorias tradicionalmente utilizadas para explicar o fenômeno jornalístico. Vale lembrar que

Até bem pouco tempo, o que entendíamos genericamente por mídia – o complexo aparato jornalístico-comunicacional representado pelos jornais impressos, revistas, rádiojornais e telejornais –, dialogava basicamente entre dois pólos em suas operações: os meios, ou os locais institucionais onde as notícias eram geradas e posteriormente distribuídas; e o público-alvo, esta entidade de contornos pouco visíveis, personificada pelos agentes a quem os veículos usualmente se dirigiam, fossem eles individuais (as pessoas) ou coletivos (os atores sociais, que se personificam quando o indivíduo, por meio de sua identidade social, representa um conjunto de pessoas). Ou seja, uma relação assentada basicamente no binômio emissão/recepção (SOSTER, 2007, p. 66).

Desta forma, quer nos parecer que seja legítimo imaginarmos, em um contexto de alta imersão tecnológica, que a adoção de uma perspectiva mediada de análise implica em readequarmos os instrumentais analíticos disponíveis, sem com isso desconsiderarmos sua importância. Isso porque, à medida que a mediação passa a incidir sobre o aparato jornalístico-comunicacional, mediando-o, parece também afetar os conceitos e teorias que nortearam a profissão a partir do século 17, quando os jornais, livres da censura, passam a adquirir periodicidade⁵⁵ e se estabelecer identitariamente como tal. Tomemos como exemplo o caso do *agenda setting*, ou Teoria do Agendamento.

⁵⁵ Segundo José Marques de Melo, “(...) a ausência de periodicidade nas publicações impressas que circularam na Europa antes do século 17 não é uma contingência meramente tecnológica, mas um fenômeno tipicamente político. É que a vigência da censura prévia em toda a Europa nos séculos 15 e 16, exercida pelos estados nacionais ou compartilhada pela igreja nas nações católicas, intimidava as iniciativas porventura existentes ou então impunha-lhes uma existência atribulada, dependendo da autoridade dos censores, naturalmente lenta e desconfiada, ou ousando a clandestinidade, o que ocasionava a efemeridade da aparição (MELO, 1985, p. 13).

O conceito de *agenda setting*, ou o “(...) modelo que estabelece uma relação de causa entre a importância que certos meios dão a certos temas (*issues*) e a percepção que têm os consumidores de notícias da importância destas questões⁵⁶” (CHARRON, 1998, p. 72), usualmente se aplica como instrumento analítico em uma perspectiva de emissão/recepção de informações, com suas problematizações. Caso pretendamos utilizá-lo em uma perspectiva em que a mídia fala para a própria mídia, e entendermos como destinatários das notícias não o público-alvo dos veículos, mas os demais veículos, o modelo inicialmente proposto por Maxwell McCombs e Donald Shaw⁵⁷ encontra limitações consideráveis, para além das que lhe são peculiares e já amplamente estudadas.

A começar pelo fato de não levar em conta a perspectiva “meio”, ou o local em que as relações se estabelecem. Para a teoria do agendamento, desde os estudos seminais de seus fundadores, e os que lhe sucederam, o meio, que também é instituição, apresenta-se desprovido de complexidade. Por outras palavras, os olhares estão voltados principalmente para o que ocorre nas instâncias da circulação e da recepção, emprestando ao local de emissão uma posição monolítica, quase estanque.

Por outro lado, até bem pouco tempo, podíamos entender por notícia, entre outros, principalmente “(...) uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível⁵⁸” (ALSINA, 1996, p. 185). Representação social, neste sentido, significa uma dimensão psicológica particular, que cumpre uma função específica; ou, por outras palavras, um mecanismo por meio do qual o indivíduo (ou o grupo) apreendem seu entorno. Já a produção institucional está ligada ao ser-se jornalista para além do mero exercício da atividade, à medida que [o jornalista] “(...) cumpre na sociedade um rol socialmente institucionalizado que o legitima para exercer uma determinada atividade” (1996, p. 187). No que toca ao conceito de “construção de um mundo possível”, diz respeito aos três mundos distintos e interrelacionados que se estabelecem quando do processo de construção das notícias: a) o mundo “real” (dos fatos, dados e circunstâncias); b) mundo de referência (onde se localizam os acontecimentos do mundo real)

⁵⁶ Tradução nossa.

⁵⁷ Por esta perspectiva, “Ao selecionarem e divulgarem as notícias, os editores, os profissionais de redação e os meios de difusão desempenham um papel importante (...). Os leitores não só ficam a conhecer um determinado assunto, como também ficam a saber qual a importância a atribuir a este mesmo assunto (...)” (TRAQUINA, 2000).

⁵⁸ Tradução do autor

e, finalmente, c) mundo possível. “Este será aquele mundo que o jornalista constrói tendo em conta o mundo “real” e o mundo de referência escolhidos” (1996, p. 189).

Jorge Pedro Souza (2007, On-line), por sua vez, ao propor uma teoria específica do jornalismo a partir da notícia, sugere que esta deva ser compreendida como um somatório de causas formadas por a) forças pessoais (as pessoas e suas intenções), b) sociais (as notícias são frutos das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social); c) ideológicas (surtem do conjunto de idéias que moldam processos sociais); d) culturais (o sistema cultural condiciona perspectivas de mundo); e) dos meios (o meio físico, neste caso, em que se inserem), f) dos dispositivos tecnológicos (para o fabrico e a difusão) e, finalmente, g) históricas. A diferença, comparada à proposição de Alsina, deve-se principalmente ao fato de Souza considerar a influência dos dispositivos tecnológicos – “para o fabrico e difusão” – como elementos que ajudam a dar forma ao que entendemos por notícia. Neste sentido, ensaia um diferencial em relação às conceituações que buscam explicar a notícia a partir do jornalista.

Mas o que dizer da informação de natureza jornalística cuja processualidade não se encontra mais centrada principalmente nas percepções dos agentes e suas inter-relações de natureza social, mas principalmente no diálogo que se estabelece entre dispositivos de natureza jornalística? É o que ocorre com frequência, por exemplo, nos sites e blogs de natureza jornalística: neles, dado principalmente à velocidade de transmissão, que acaba por transformar velocidade em valor (VIRILIO, 1996), o papel dos jornalistas parece sofrer uma espécie de deslocamento. Estes deixam de ser atores principais do processo em que se inserem para se tornarem coadjuvantes, à medida que, de um lado, sua presença ainda é necessária, mas, de outro, ela não representa mais a única maneira de se disponibilizar as informações.

A observação sugere que, para elaborarmos uma conceituação satisfatória do que entendemos por notícia, em especial em um contexto de profunda imersão tecnológica, é preciso desviarmos o foco da atenção do papel representado pelos agentes, sem no entanto desconsiderá-lo, e nos concentrarmos também no fluxo da informação, ainda que não apenas. Uma estratégia possível, como sugere Ferreira (2008), é pensarmos um conceito de notícia a partir do conceito de mediatização. Ou seja, a partir de relações e intersecções entre dispositivos, processos sociais e processos de comunicação. Equivale a dizer que podemos elencar, neste percurso, não apenas o fluxo em si, mas também as lógicas dos campos sociais que a informação atravessa, interferindo e sendo interferido por estas. “Esta observação nos

leva à idéia de que a notícia é o acontecimento. Desse acontecimento em si nascem os outros dois enquanto notícia: aquele do qual ela se cria, e os por ela criados” (FERREIRA, 2008, p. 57). Em nosso objeto de estudo, esta estratégia será aplicada, conforme veremos mais adiante, para observarmos as transformações que a notícia sofre na trajetória que percorre no interior do sistema midiático-comunicacional.

A perspectiva sugere que, em um contexto de rede, onde as informações circulam de um local a outro do sistema por meio de fluxos; portanto não necessariamente a partir de vetores de causalidade (como, por exemplo, querer transmitir algo a alguém), devemos pensar a notícia, em primeiro lugar, principalmente como um componente do ambiente em que se encontra. Isso não permite, por exemplo, vermos na notícia, – e no querer transmiti-la, ou recebê-la –, a razão por meio da qual o sistema jornalístico-comunicacional existe, o que dificulta, desde já, pensarmos uma teoria do jornalismo a partir de uma teoria da notícia, como Souza (2007) sugere. Mais que deslocarmos a importância da notícia a um segundo plano, menos “honroso” em relação ao que sempre ocupou até há pouco, estamos salientando, com isso, o processo no qual ela se insere em uma perspectiva sistêmica, e onde não apenas afeta como é afetada pelo fluxo dos acontecimentos, transformando-se em cada novo movimento.

Importante salientar que, em momento anterior de nossa pesquisa (SOSTER, 2007), e ainda que não nos referíssemos especificamente à notícia, buscamos chamar atenção para os novos cenários que estavam se estabelecendo a partir da midiaticização e nela, na midiaticização do jornalismo. Contribuiu para isso, entre outros, o desenvolvimento tecnológico, econômico e social, mas também o tempo diferenciado de operação dos suportes jornalísticos; o rádio e a televisão, instantâneos; o jornal, preso a um período de 24 horas; enquanto a revista, via de regra, semanal.

Assim, quem trabalhava na redação de um jornal diário, por exemplo, em especial na edição e na elaboração da pauta, sabia que precisaria estar atento ao que dizia o rádio e a televisão, para, sempre que necessário, a partir destas informações, elaborar conteúdo de seu próprio jornal. O mesmo pode ser dito em relação a quem trabalhava em televisão, haja vista a existência, desde há muito, da função de rádio-escuta, que também existe em redações de rádio, e o fato de os programas usualmente repercutirem as notícias veiculadas nos jornais impressos em suas grades de programação (SOSTER, 2007, p. 67).

Esta lógica operacional segue até os dias de hoje, evidentemente, mas começou a se complexificar a partir do momento em que a internet, inicialmente por meio dos webjornais, e, mais tarde, pelo viés dos blogs de caráter jornalístico, passou a fazer parte do sistema

jornalístico-comunicacional não mais como forma-acessório, mas como elemento constituinte dele. Com uma diferença: acabou por representar bem mais que novas possibilidades operacionais (novos suportes) à atividade, como se pensou em seu início, e diferentemente do que houve até então em termos de rádio e televisão, quando de seu surgimento. À época, estas tecnologias tomaram para si formatos anteriores e os adaptaram às suas peculiaridades de forma seletiva, tendo como elemento regulador questões de cunho mercadológico, voltadas à audiência, bem como discursivos, até finalmente desenvolverem características que os permitissem serem identificados em sua peculiaridade.

A questão dos gêneros jornalísticos ilustra o que estamos afirmando. Se o jornal impresso e as revistas, no que eles têm de opinativo, comportam, por exemplo, editoriais, análises e artigos (mesmo que na forma de ensaios), os radiojornais e os telejornais aparentemente não representam um suporte adequado para os artigos (SOSTER, 2007). Se isso se dá desta forma, deve-se basicamente ao fato de a discursividade e a temporalidade, nestes formatos, estarem estreitamente relacionadas com questões de cunho estratégico-mercadológico. O discursivo fica por conta de a natureza do artigo exigir que os fatos, as idéias e as argumentações que o compõem sejam elaborados à semelhança de um editorial: introdução, discussão, argumentação e conclusão. De forma prolixa, portanto. Assim, necessita de tempo e de uma narrativa diferenciados para sua explicitação, assunto de primeira grandeza em suportes que fracionam suas atividades em minutos, segundos.

Há de se perguntar, no entanto: mas se rádios e televisões veiculam editoriais, por que não o fazem com artigos, já que são estruturalmente tão próximos àqueles? Entre as respostas possíveis, basicamente porque o editorial é constituído de uma instância que chamaremos institucional-normativa. Ou seja, vem carregado de uma carga de intencionalidade ligada à instituição em que está sendo gerado (no caso, em defesa dos interesses da empresa em questão, por meio do que pensam as forças que estão por trás dela), o que não exige os mesmos critérios de noticiabilidade, com suas complexificações, que é cobrado de seus pares. O mesmo não ocorre com o artigo, que não tem este compromisso, – pode ser escrito por qualquer pessoal, jornalista ou não –, e que necessita, portanto, justificar-se em termos de conteúdo para além da informação antes de ser veiculado.

Quando surgiram os webjornais, paradoxalmente, o artigo finalmente parece ter encontrado espaço nos meios eletrônicos. Mesmo que, potencialmente, o suporte possua uma

dinâmica semelhante à do rádio e da televisão em termos de atualização, permite, por meio de sua constituição identitária, mas também pelo viés da memória, a veiculação de artigos nos moldes como os autores fundadores o descreveram em sua estrutura funcional. Trata-se, portanto, de um efeito antes de acomodação do que de versatilidade funcional, o que sugere que o foco da atenção, neste caso, considere a instância meio também como instituição, e não apenas como viabilizadora de processos.

Retomando o raciocínio inicial, a internet, por sua abrangência e características, – fundamentalmente tecnológicas, mas também sócio-culturais e discursivas –, acabou por amalgamar o aparato jornalístico-comunicacional de tal forma que, lenta e gradativamente, e por meio dela, este voltou suas operações para o interior do próprio sistema em que se insere. Com isso, alterou uma lógica operacional voltada para além do lugar onde as operações dos dispositivos se realizavam e passou a dar lugar a perspectivas auto-referenciais, centradas no interior do campo jornalístico em seu aspecto produção e estabelecida no diálogo entre os veículos que dele fazem parte.

Por outras palavras, lenta e gradativamente os dispositivos comunicacionais de natureza jornalística passaram a estabelecer diálogos cada vez mais escorados no que a própria mídia oferecia em termos de notícia, ao invés de se basearem hegemonicamente no diálogo entre os suportes e seus públicos-alvo por meio das operações de circulação/veiculação. Com isso, o papel dos agentes viabilizadores deste processo, em especial os jornalistas, e suas gramáticas operacionais, também se transformou substancialmente a partir deste que chamaremos de um fechamento estrutural, porque voltado para o próprio interior do sistema jornalístico-comunicacional. Este movimento acabou por complexificar o próprio papel da notícia.

Vejamos, ainda que sucintamente, como este processo se estabelece na prática a partir de uma notícia que chegou ao nosso conhecimento por meio de um programa agregador de “feeds”⁵⁹ enquanto esta pesquisa estava sendo elaborada. Uma janela no canto inferior do computador informava, por meio de um título e uma linha de apoio que

⁵⁹ O feed, também conhecido como *feed RSS*, *feed XML*, *conteúdo agregado* ou *feed da Web*, é um conteúdo frequentemente atualizado e publicado por um site. Geralmente ele é usado em sites de notícias e blogs, mas também serve para distribuir outros tipos de conteúdo digital como imagens, áudio e vídeo. Neste caso, foi utilizado o Feed Reader 3

Homem esfaqueia duas pessoas em sessão de filme de terror
Crime ocorreu durante a exibição de The signal, do diretor David Bruckner

A notícia foi veiculada às 8h53 do dia 27 de fevereiro de 2008, por meio da editoria de Mundo do site Zerohora.com⁶⁰, de Porto Alegre. O conteúdo da matéria veiculada no site dizia o seguinte:

Um homem esfaqueou duas pessoas durante a sessão de um filme de terror na noite de domingo, na cidade de Fullerton, Califórnia, Estados Unidos. De acordo com o jornal Los Angeles Times, o crime ocorreu durante exibição do filme The signal, do diretor David Bruckner, que fala de uma transmissão de rádio que induz o ouvinte a cometer crimes.

A polícia da Califórnia procura o suspeito, que foi visto sozinho indo em direção ao cinema AMC por volta das 19h, antes da sessão começar. Um homem chegou a ser preso, mas a polícia ainda não confirmou se ele é o autor. Uma das vítimas foi esfaqueada no braço e a outra nos braços e no tórax. Nenhuma delas corre risco de morrer, segundo informações do site G1.

Observe-se, de um lado, que a matéria do site Zerohora.com surgiu, originalmente, do jornal Los Angeles Times, e foi veiculada posteriormente pelo site de notícias G1 às 20h34 do dia 26 de fevereiro de 2008, do portal Globo.com, do Rio de Janeiro,⁶¹ que distribuiu a notícia ao longo do sistema midiático por meio da internet. Este se apropriou dela e a fez circular em outros locais da web também, caso do blog Tudo Online⁶², de Fortaleza, à 1h08 do dia 27 de fevereiro; ou, ainda, do site Gazeta On Line⁶³, do Espírito Santo.

A matéria sofreu ligeiras modificações entre um local e outro, mas manteve a síntese de seu conteúdo. A Gazeta On Line, do Espírito Santo, por exemplo, que recebeu a matéria

⁶⁰ Disponível em:

[http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=capa_online] Acesso em: [27 de fevereiro de 2008]

⁶¹ Disponível em: [<http://g1.globo.com/Noticias/Cinema/0,,MUL323853-7086,00.html>] Acesso em: [27 de fevereiro de 2008]

⁶² Disponível em: [<http://tudoonline.blogspot.com/2008/02/homem-esfaqueia-duas-pessoas-em-sesso.html>] Acesso em: [27 de fevereiro de 2008]

⁶³ Disponível em:

[http://gazetaonline.globo.com/noticias/minutoaminuto/internacional/internacional_materia.php?cd_matia=408969&cd_site=843] Acesso em: [27 de fevereiro de 2008]

seis minutos após ela ter sido veiculada pelo G1 (às 20h40, portanto), diz que a matéria surgiu originalmente do site do Los Angeles Times e faz referência ao local em que as facadas foram desferidas (braços e tórax) nas vítimas. Há referência, ainda, ao nome do policial neste (Tom Basham).

A polícia da Califórnia procura um homem que esfaqueou duas pessoas dentro de uma sala de cinema na cidade de Fullerton, na noite do domingo (24), informa o site do jornal Los Angeles Times. O crime aconteceu durante exibição do filme de terror “The signal”, do diretor David Bruckner, que fala de uma transmissão de rádio que induz o ouvinte a cometer crimes.

O suspeito foi visto sozinho indo em direção ao cinema AMC por volta das 19h, pouco antes do filme “The Signal” começar. O homem esfaqueou uma das vítimas braço e a outra nos braços e no tórax. Apesar da gravidade dos ferimentos, as pessoas não correm risco de vida.

As vítimas dizem não conhecer o homem que as atacou, informou o policial Tom Basham, do departamento de polícia de Fullerton. “Nós acreditamos que se trata de um agressor qualquer”, explicou o policial afastando a suspeita de que o homem seja um assassino em série cuja ação esteja sendo motivada pelo filme.

Um homem suspeito de cometer o crime foi detido, mas a polícia ainda não confirmou se ele é mesmo o autor dos ataques.

Esta versão é idêntica à veiculada no site do G1:

A polícia da Califórnia procura um homem que esfaqueou duas pessoas dentro de uma sala de cinema na cidade de Fullerton, na noite do domingo (24), informa o site do jornal Los Angeles Times. O crime aconteceu durante exibição do filme de terror “The signal”, do diretor David Bruckner, que fala de uma transmissão de rádio que induz o ouvinte a cometer crimes.

O suspeito foi visto sozinho indo em direção ao cinema AMC por volta das 19h, pouco antes do filme “The Signal” começar. O homem esfaqueou uma das vítimas braço e a outra nos braços e no tórax. Apesar da gravidade dos ferimentos, as pessoas não correm risco de vida.

As vítimas dizem não conhecer o homem que as atacou, informou o policial Tom Basham, do departamento de polícia de Fullerton. “Nós acreditamos que se trata de um agressor qualquer”, explicou o policial afastando a suspeita de que o homem seja um assassino em série cuja ação esteja sendo motivada pelo filme.

Um homem suspeito de cometer o crime foi detido, mas a polícia ainda não confirmou se ele é mesmo o autor dos ataques.

Observando-se os exemplos citados acima, veremos que o fato de os dispositivos jornalístico-comunicacionais oferecerem seus relatos a partir do que a própria mídia diz, tendo como elemento condutor a internet, que neste caso é suporte e *médium*, possui algumas implicações na forma como a notícia é veiculada. É preciso deixar claro, antes de explicitá-las, que o diálogo entre dispositivos não representa uma novidade no período pré-internet. O que muda, com a rede, é a velocidade por meio da qual os fluxos de informação têm lugar. Discorreremos sobre isso mais adiante. As implicações a que nos referimos estão relacionadas, entre outros, à aparente ausência do jornalista como agente viabilizador deste processo.

Ou seja, ainda que estejamos falando de um acontecimento com ênfase em uma determinada lógica discursiva, – neste caso, o *lead* da notícia; pelo menos algumas de suas questões –, característica de determinado ofício, o agente responsável por este parece estar deslocado do contexto discursivo. Esta impressão ganha corpo à medida que a matéria se repete em seu fluxo pelos dispositivos, o que sugere que critérios como originalidade, até há pouco essenciais à prática jornalística, parecem não ter mais a mesma relevância quando o assunto é observar a processualidade das informações ao longo do aparato midiático.

2.3 AINDA SOBRE A CREDIBILIDADE JORNALÍSTICA

Retomemos agora, ainda que brevemente, ao que dissemos no capítulo anterior a respeito do conceito de credibilidade, um constructo que se insere em uma perspectiva paradigmática mais ampla – a objetividade – e que se estabelece do ponto de vista jornalístico, entre outros, pela força dos argumentos; pelo reconhecimento da autoridade do autor destes argumentos; pela evidência de se tratar de um algo elaborado por um ou mais agentes com acesso ao momento em que as ações/decisões ocorrem, e, finalmente, pela

aceitação, ainda que difusa, de sua isenção (distanciamento dos interesses), que se relaciona a seu acesso ao fato como observador.

Tomado o exemplo acima, – *a notícia sobre o homem que esfaqueou duas pessoas* –, observa-se, em primeiro lugar, que a força dos argumentos, – elemento constituinte da credibilidade –, tende a se reduzir à medida que esta circula pela internet, pois a matéria, neste meio, repete-se e sofre alterações à medida que circula. Ou seja, perde a autoridade. A afirmação pode ser observada no site Wenz, voltado à tecnologia e ao entretenimento. A matéria⁶⁴, veiculada às 20h34 do dia 26 de fevereiro, na verdade um título e duas linhas, de acordo com a natureza agregadora do site⁶⁵, dizia o seguinte:

Homem esfaqueia duas pessoas em sessão de filme de terror

Crime aconteceu em uma sala de cinema da Califórnia.

Filme 'The signal' fala de assassinatos em série após transmissão de rádio.

Ao invés de um enunciado longo, a opção recaiu sobre uma síntese do assunto e à oferta de links, este sim para a matéria completa, cujo conteúdo é o mesmo que o veiculado no feed do G1⁶⁶ às 20h34 do dia 20 de fevereiro de 2008:

Homem esfaqueia duas pessoas em sessão de filme de terror

Crime aconteceu em uma sala de cinema da Califórnia.

Filme 'The signal' fala de assassinatos em série após transmissão de rádio.

É bem verdade que o fato de o enunciado acima estar veiculado em sites como o G1, que por sua vez se liga às organizações Globo, um dos mais importantes conglomerados de mídia do Brasil e do mundo, favorece o reconhecimento da autoridade do autor destes argumentos. Assim como é possível afirmar que não há como saber se o conteúdo da matéria

⁶⁴ Disponível em: [http://www.webdez.com.br/2008/02/26/homem-esfaqueia-duas-pessoas-em-sessao-de-filme-de-terror/] Acesso em: [27 de fevereiro de 2008]

⁶⁵ **Webdez** é um site agregador de conteúdo disponível em arquivo RSS ou ATOM. Utilizando ferramentas para leitura de fontes RSS, o **Webdez** disponibiliza por meio de sua interface as novidades disponíveis em vários canais RSS, permitindo acesso instantâneo às principais notícias em diversos websites. Isso explica porque a matéria foi veiculada simultaneamente ao G1.

⁶⁶ Disponível em: [http://g1.globo.com/Rss2/0,,AS0-7086,00.xml] Acesso em: [27 de fevereiro de 2008]

foi elaborado por um ou mais agentes com acesso ao momento em que as ações/decisões ocorreram.

Algo semelhante pode ser dito quando observamos que o conceito de credibilidade está ligado, em sua gênese, pela aceitação, ainda que difusa, do distanciamento do observador em relação aos seus interesses no trato com a coisa observada: se estamos diante de reprodução, o sentido de observação parece mudar de vetor; deixando o objeto (o acontecimento) original de lado e se concentrando em suas múltiplas e sucessivas interpretações.

Estaríamos reduzindo a complexidade do problema se afirmássemos, a partir do exemplo acima, que o jornalismo, quando em rede, – neste caso, por meio das conexões da internet –, possui mais ou menos credibilidade. Incurriríamos igualmente em erro, por outro lado, se aplicássemos conceitos como o de credibilidade, tal como o conhecemos, a esta forma de operação (rede), sem considerarmos que ela, no que tem de tecnologicamente estabelecida, difere-se, em muito, dos modelos operacionais eu lhe antecederam, porque de natureza sistêmica. Mal comparando, é como tentar inserir uma chave na fechadura errada: em tese, trata-se de uma chave e de uma fechadura, mas a comunhão entre uma e outra possui chances remotas de se estabelecer devido às suas diferenças. A questão que se coloca, portanto, é saber qual a chave correta para a porta que se pretende abrir.

Antônio Fausto Neto (2006) ensaia uma aproximação neste sentido ao discorrer sobre a forma por meio da qual, em uma perspectiva de midiatização, novos critérios de credibilidade se estabelecem. Ainda que sua análise recaia sobre editoriais de revistas, pode-se observar que a midiatização, – “com a incidência de suas formas gerando e tecendo a experiência contemporânea” (2006, p. 48) –, acaba fazendo com que sejam criados novos dispositivos de produção de sentido. Trata-se de

Um novo dispositivo que opera segundo um tipo de ação baseado em operações, funda a própria realidade midiática, que se reporta às realidades de outros sistemas, mas valendo-se, sempre, de uma autonomia de suas ‘regras de produção’ para produzir o seu dizer. Tal mecanismo chama-se a capacidade auto-referencial que tem a mídia jornalística em dispor dos meios para construir a inteligibilidade sobre o mundo, ou seja, ‘construir a realidade’ (FAUSTO NETO, 2006, p. 48).

Este fenômeno ganha materialidade quando, por exemplo, os editoriais, – até há pouco marcados pela impessoalidade e pelo fato de servirem fundamentalmente de vetores a uma polifonia de vozes, como sugerem os estudos seminais de Beltrão (1980), Melo (1985) e outros – discorrerem, em primeiro lugar, sobre as operações dos próprios veículos em que se inserem, para somente então se referirem ao entorno. Ao fazê-lo, observa-se novamente uma processualidade de ordem sistêmica, à medida que este, agindo desta forma, faz referência a “(...) um estágio próprio de informação, ao que ele [sistema] considera novidade e surpresa, para conferir-lhe um valor de informação (...)” (LUHMANN, 2000, p. 20). Toda vez que isso ocorre, a linguagem jornalística é transformada em experiência, gerando realidade. “Mas, a condição para constituí-la é que tais operações de engendramento, ao mesmo tempo em que são tomadas como regras, sejam faladas no próprio instante em que estão a serviço do processo de engendramento desta realidade” (FAUSTO NETO, 2006).

Estabelece-se, desta forma, um novo contrato de confiança. A confiança, nas palavras de Luhmann (2005), representa uma forma de relação social que se estabelece no interior de determinado sistema de regras e que tem por objetivo viabilizar as operações do sistema por meio da redução de sua complexidade. “A confiança se dá dentro de um marco de interação que está influenciado tanto pela personalidade como pelo sistema social, e não pode estar associado simultaneamente com um e outro” (LUHMANN, 2005, p. 9) Equivale a dizer que há, no mundo, de um lado, conexões intrínsecas à complexidade deste, enquanto que, de outro, processos regulares que selecionam e conectam as possibilidades. É nestes lugares, ainda que não simultaneamente em um e outro, que se estabelecem os processos de construção de confiança.

A confiança se diferencia da credibilidade à medida que a primeira não existe sem familiaridade, ou seja, as condições por meio das quais se estabelecem as possibilidades (LUHMANN, 2005).

A familiaridade e a confiança são, portanto, formas complementares para absorver a complexidade e estão unidas uma à outra da mesma forma que o passado e o futuro. A unidade de tempo, no presente, separa o passado e o futuro, e, sem dúvida, mostra-nos um e outro, permitindo esta relação entre produtos complementares, um dos quais, a confiança, pressupõe ao outro, a familiaridade (LUHMANN, 2005, p. 33).

Neste sentido, por se estabelecer em uma perspectiva de natureza trajetivo-relacional, ou seja, durante o processo de construção de sentidos que se verificam no interior dos sistemas, podemos afirmar que a confiança é uma operação de natureza auto-referencial. A credibilidade, a exemplo do que ocorre com a confiança, também pressupõe familiaridade para que se estabeleça, mas esta não é decorrência de relações complementares identificadas por marcas de tempo (passado, presente e futuro): ela se move por uma lógica de oferta, de natureza instrumental, por meio do qual os sistemas viabilizam suas operações.

2.4 A GERAÇÃO DE SENTIDOS NO INTERIOR DA UC

Algo semelhante se verifica na processualidade da mediação quando observada no interior das UCs. Se a premissa segundo a qual a geração de sentidos, neste local, estabelece-se também na intersecção do diálogo existente entre agentes (jornalistas), ambiente (a empresa) e suporte (o jornal em sua materialidade, seja ele impresso ou não), caracterizando um fechamento operacional e emprestando centralidade a toda UC, podemos pensar que ela, – a geração de sentidos –, é que definirá a UC do ponto de vista identitário-dialogal em relação a ela mesma, ao seu entorno e às demais UCs.

Esta perspectiva nos ajuda a entender, por exemplo, porque os jornais impressos são substancialmente distintos entre si, – desde a linguagem que utilizam, passando pela forma até a orientação editorial –; ainda que todos sejam veículos de natureza jornalística. Mas também o que ocorre em seu interior quando, em um contexto de alta imersão tecnológica, um tema diferenciado chega ao conhecimento dos agentes da UC, é absorvido por esta e faz funcionar a processualidade da mediação. É este movimento, de natureza centrífuga e restrito ao interior da UC, que determinará, em última instância, se a mediação do aparato jornalístico-comunicacional se estabelecerá processualmente em termos de rede no interior da instância meios, onde os demais dispositivos e suas UCs se encontram, e desta para as demais interseções possíveis entre e no interior das instâncias meios, instituições e agentes.

Observe-se, por outro lado, que o verbo “chegar” utilizado anteriormente é um indicativo de que há algo diferente, – nem melhor, nem pior: diferente –, no cenário jornalístico-comunicacional; e que este algo está relacionado ao amalgamento deste por meio da internet. Antes da web se estabelecer, o verbo mais adequado, em se tratando de redação jornalística, seria “apurar”, “checar”. Ou seja, o repórter buscava fora das redações o conteúdo

temático de suas matérias. Eventualmente estas “chegavam” de forma espontânea, carregadas ou não de intencionalidade⁶⁷, às redações, mas esta não era a regra: o natural, o corriqueiro, era buscar, junto aos acontecimentos externos ao sistema a matéria jornalística. Esta lógica ainda existe, naturalmente, mas parece não ser mais hegemônica.

Tratava-se, portanto, de uma operação de natureza heterorreferencial, caso consideremos, a partir de Luhmann (2000), que, apesar do fechamento operacional dos sistemas, eles não existem sem a sociedade, e que ambos, – sistema e sociedade –, estão ligados por meio dos temas, que representam a heterorreferencialidade do sistema. Sob esta perspectiva, os temas “(...) servem para realizar o acoplamento estrutural dos meios com outros campos da sociedade” (LUHMANN, 2000, p. 18).

Por outras palavras, até bem pouco tempo, sempre que um acontecimento deflagrava a operação das redações, – o que ocorria, via de regra, por meio da relação que os jornalistas estabeleciam em suas rotinas produtivas com suas fontes, invariavelmente localizadas no ambiente externos às redações –, este servia principalmente como indicativo de uma série de operações a serem realizadas. Era preciso, portanto, checá-las, apurá-las; tê-las por inteiro, até finalmente serem transformadas em produto jornalístico, especificado na forma de notícia. Uma operação em que o objeto das preocupações se localizava, portanto, em um primeiro momento, no entorno do sistema midiático-comunicacional, ou seja, para além dos locais em que as matérias eram feitas.

A partir do momento que a sociedade, e nela o jornalismo, passam a operar em rede, esta rotina se altera. As notícias passam cada vez mais a serem oferecidas aos jornalistas principalmente pelos demais dispositivos que compõem o sistema midiático, e não apenas pelo contato destes com os demais sistemas sociais, invertendo uma lógica operacional secular resumida em um adágio bastante conhecido nas redações: “Lugar de jornalista é na rua”. Ou seja, o acoplamento estrutural entre os mais diversos sistemas sociais se dava por meio do auscultamento temático que o sistema midiático sempre realizou em seu entorno como forma de construir sua própria autonomia frente a estes. Se isso sempre foi assim é porque os temas

⁶⁷ Em jornalismo, um adágio traduz bem esta situação: “Não existe almoço grátis”. Ou seja, sempre há uma intenção por parte de quem procura os veículos de comunicação, à revelia do suporte que se esteja falando.

(...) em razão de sua elasticidade e diversidade, podem alcançar a toda a sociedade por meio dos veículos de comunicação, ainda que os demais sistemas, situados no entorno da sociedade (política, ciência, direito), tenham dificuldade para apresentar seus temas aos meios de comunicação e, assim, alcançar uma recepção adequada⁶⁸ (LUHMANN, 2000, p. 18).

À medida que os temas passam a ser captados pelo sistema midiático não em seu entorno, mas no interior do próprio sistema, possibilitando, assim, a criação de uma nova ambientação estruturada na presença massiva de dispositivos midiáticos (jornais, revistas etc.) na sociedade, a forma de funcionamento dos dispositivos acaba por se midiaticizar. No caso dos jornais impressos isso muda, por exemplo, a rotina produtiva dos agentes (sejam eles repórteres ou não): se não é preciso mais apenas apurar – pode-se agora também capturar – significa que o repórter passa cada vez mais a ser responsável também pela edição do material que tem em mãos, considerando a UC jornal impresso. A afetação se dá, neste caso, pelo viés do tensionamento de valores funcionais secularmente instituídos, sejam de ordem funcional ou hierárquica.

(...) se até então, para se tornar um editor, um repórter demorava alguns anos de aprendizado; a partir do momento em que os computadores entraram para as redações isso passou a ocorrer cada vez mais prematuramente, à revelia do suporte midiático. Hoje, basta que o repórter tenha algum conhecimento de tecnologia (...) e logo será solicitado a exercer o papel de editor, pois a lógica produtiva assim o exige (SOSTER, 2006, p. 13).

A forma de diálogo com o ambiente externo também se complexifica com a midiaticização das UCs. Muito recentemente, em termos de Brasil, deparamo-nos com uma novidade no que tange à relação das UCs com seus leitores/ouvintes/videntes. Sob a alcunha genérica de “jornalismo cidadão”, estes dispositivos, até então relativamente herméticos em relação à participação do público-alvo em seus processos, passaram a dialogar mais intensamente com estes. Ao possibilitar, segundo estas condições, a “entrada” dos receptores ao processo de emissão, acabaram por transformá-los em emissores, invertendo lógicas operacionais seculares e gerando novos sentidos.

Em termos impressos, os exemplos mais conhecidos são a criação da função de *ombudsman*, pela Folha de São Paulo, seguido dos *conselhos de leitores*, caso de Zero Hora, no Rio Grande do Sul, e, mais recentemente, da confecção de pautas e conteúdos (fotografias, matérias etc.) por meio de sugestões enviadas por quem está do lado de fora das redações. Os

⁶⁸ Tradução do autor

meios eletrônicos também perguntam, com cada vez mais frequência, o que sua audiência gostaria de ver/ouvir. Ainda que outras formas de diálogo entre redações e leitores ainda se verifiquem neste processo, – telefonemas, fac-símiles e cartas –, a forma que predomina são os textos enviados por e-mails, o que é incentivado por meio de endereços eletrônicos grafados junto ao nome dos autores das matérias ou durante os programas.

No entanto, é nos blogs de natureza jornalística e nos webjornais, portanto por meio da internet, que o *jornalismo cidadão* encontra seu espaço natural: em 2000, o site de notícias OhmyNews, da Coreia do Sul⁶⁹, nasceu e acabou por se tornar referência deste modelo de jornalismo de fonte aberta. Neles, as pessoas não são apenas informadas: elas criam a informação, transformando-se em repórteres também elas. Para tanto, recebem pagamento pelas notícias e fotos que enviam ao sítio, que são previamente avaliadas por editores antes de serem veiculadas.

Os blogs já faziam – e fazem – isso desde há muito, mas há uma diferença: no caso do OhmyNews, não se trata de agregar conteúdo a um modelo pré-estabelecido, mas sim de um formato que se recria a partir na participação de quem usualmente esteve em uma condição de passividade em relação à notícia. O OhmyNews foi criado por Oh Yeon Ho, jornalista, em fevereiro de 2000. Inicialmente, o site trabalhou com 727 colaboradores, número que atualmente oscila em torno de 35 mil, responsáveis pelo envio de aproximadamente 200 notícias por dia. No Brasil, a experiência foi imitada, entre outros, pelo site BrasilWiki⁷⁰, que opera nos mesmos moldes do OhmyNews.

Na internet, que, além de amalgamar o sistema midiático-comunicacional, serve de suporte para os webjornais, portais e blogs de natureza jornalística, as complexificações se dão por muitos vieses. Concha Edo (2007, On-line) sugere que, para se descrever as características, categorias e capacidades da narrativa digital nestes locais é preciso considerar, antes, a fragmentação da audiência que se verifica em decorrência da forma massiva que esta relação é usualmente tratada nos suportes tradicionais.

Nos encontramos diante de um modelo de jornalismo que, sem perder o melhor de uma profissão que já escreveu páginas memoráveis, precisa observar que a informação digital é interativa, pois permite a participação direta e imediata; é personalizada, porque torna possível a seleção dos conteúdos; é documentada,

⁶⁹ Disponível em: [<http://english.ohmynews.com/>]. Acesso em: [28 de abril de 2007].

⁷⁰ Disponível em: [<http://www.brasilwiki.com.br/sobre.cfm>]. Acesso em: [28 de abril de 2007].

graças ao hipertexto e aos links; é atualizada, porque as notícias são publicadas no momento em que se produzem, mudando o conceito de periodicidade; integra todos os formatos jornalísticos – textos, áudio, vídeo, fotos – em um só ambiente, que é multimídia; e requer uma nova concepção de layout que vai muito além da estática e deve, sobretudo, facilitar a navegação⁷¹ (2007, On-line).

A autora salienta que, junto com a interatividade, uma das principais novidades na forma de se fazer jornalismo em dígitos é o hipertexto, que reproduz a lógica funcional da mente humana para relacionar idéias, fatos e dados por meio de links.

Uma das chaves da nova narrativa está em dividir com critérios jornalísticos todo o conjunto noticioso e documental em elementos menores e manejáveis para facilitar a navegação e a visualização do texto e imagem que integra a leitura. É o próprio leitor quem escolhe como quer ver o conteúdo; é ele quem decide a trajetória e a ordem com que quer ler a mensagem, ou o conjunto de mensagens por onde pode navegar⁷². (2007, On-line)

Esta estrutura de funcionamento acaba por fazer que os textos, – das matérias, legendas e títulos, entre outros –, sofram modificações: ao invés de prolixos, curtos; os títulos sem preocupações maiores de ordem temporal (infinitivo/passado/futuro) e com ligações para outros textos. Mesmo o anonimato, até há pouco um tabu em termos jornalísticos, passa a fazer parte das discussões neste formato:

O anonimato, em boa parte consequência da atualização constante, da substituição ou variação das notícias na redação, representa uma dificuldade porque a ausência do autor que se responsabilize pessoalmente pelo conteúdo supõe, em muitas ocasiões, baixa qualidade formal do trabalho e um possível abuso no sistema de cortar/colar que tanto desvaloriza os textos digitais. (EDO, 2007, On-line)

É nesta direção que se encaminha a tese de doutorado de Thaís de Mendonça Jorge (2007), ao afirmar que a informação de natureza jornalística, – a notícia –, está em processo de transformação (ela se vale da expressão mutação, como fenômeno que se manifesta de forma súbita pressupondo um longo processo). Dentre as conclusões, a autora observa que “(...) a mutação a um suporte mais flexível e mais maleável, como a tela do computador, torna a escrita mais visual e, com os recursos multimídias, mais adaptada ao movimento do pensamento, em tudo o que ele tem de associações livres” (JORGE, 2007). No cerne desta crítica encontra-se o fato de a notícia, uma vez se realizando em rede, estar uma vez mais em processo de transformação, cuja gênese se divide de em a) sócio-históricas (ligadas à

⁷¹ Tradução nossa.

⁷² Idem.

produção, processamento e transmissão) e b) tecnológicas (novos suportes, novas formas de se ler e lidar com a notícia).

Essas transformações envolvem dispositivos digitais hoje já incorporados às rotinas do ser humano e naturalizados: a internet, o hipertexto, o computador. A notícia é um organismo vivo, pulsante, envolto em contradições. Como é fruto de ruptura, seu equilíbrio é sempre instável. O que não quer dizer que não busque equilibrar-se – um movimento tão forte como o renovar-se. Ao tentar se equilibrar, ela já procura novamente a mudança, o rompimento, o novo – e *muta* (JORGE, 2007, p. 318).

João Canavilhas (2007), da Universidade da Beira Interior, por sua vez, analisa as mudanças no cenário sob outro ângulo: a forma de apresentação das notícias. Para ele, o jornalismo feito com base na internet, portanto em dígitos, diferencia-se dos demais modelos basicamente pela finitude: se, nos formatos tradicionais, o espaço de uso é limitado por circunstâncias tais como falta de espaço nas páginas e tempo limitado nos programas eletrônicos, de rádio e televisão, no jornalismo feito para a internet esta limitação deixa de existir a partir do hipertexto. Ou seja, por meio das ligações que se estabelecem a partir das matérias e pelo viés dos links. Com isso, a estrutura de pirâmide invertida, segundo a qual o assunto mais importante vem por primeiro e os demais em ordem decrescente ao longo da matéria – que é decorrência do paradigma da objetividade –, não encontra mais razão de ser.

A proposta de Canavilhas é deitar a pirâmide, – horizontalizando sua estrutura de funcionamento –, ao invés de invertê-la. A alteração, de ordem espacial e, portanto, estrutural, possui implicações no campo da intencionalidade, à medida que, com isso, a oferta de sentidos não passa a ser sugerida a partir daquilo que o emissor julga mais importante, por meio do lead, ficando esta decisão aos cuidados de quem acessa a notícia. Mantém-se a estrutura informativa. O que muda é a forma de relação. Desta maneira,

Embora estejam claramente definidos os níveis de informação, não há uma organização dos textos em função de sua importância informativa, mas uma tentativa de assinalar pistas de leitura. Tal como acontece com a pirâmide invertida, o leitor pode abandonar a leitura a qualquer momento sem perder o fio da história. Porém, neste modelo, é-lhe oferecida a possibilidade de seguir apenas um dos eixos de leitura ou navegar livremente dentro da notícia (CANAVILHAS, 2007, On-line)

2.5 ACONTECIMENTOS DIFERENCIADOS

À revelia da forma por meio da qual o acontecimento chega à redação, – buscado ou oferecido –, em um contexto de midiatização, o efeito de produção de realidade, portanto de

sentido, parece estar ligado necessariamente à deflagração de determinados tipos de acontecimentos que, de alguma forma, possuem a capacidade de irritar o modo de funcionamento dos locais onde os processos de midiatização têm lugar. Admitindo, por outro lado, que o acontecimento é um componente da narrativa, podemos aceitar que o acontecimento terá mais chances de deflagrar o processo de midiatização se for “atualizado” por um dispositivo midiático sob a forma de intriga. “A intriga é o conjunto das combinações pelas quais há acontecimentos que são transformados em história ou, correlativamente, uma história é tirada do acontecimento” (RICOEUR apud CORREA, 1995, p.7).

Isso estaria de acordo, em um primeiro momento, com o que Elihu Katz sugere ao dizer que “(...) a transmissão [ou veiculação] de acontecimentos torna os próprios acontecimentos não só diferentes como mais importantes” (1993, p. 59). Mas também ao fato de o campo dos media não se limitar a mediar dos diferentes domínios da experiência e os demais campos sociais. Ele agora faz também emergir

(...) nas fronteiras dos campos sociais instituídos, novas questões, como a droga, o sexismo, o aborto, a ecologia, para as quais nenhum dos campos detém legitimidade indiscutível nem consegue encontrar soluções consensuais e impô-las ao conjunto da sociedade. São doravante estas questões que irão mobilizar o debate público que o campo dos media se encarrega de promover e publicizar. (...) É no campo dos média que estas novas questões se irão refletir e problematizar (RODRIGUES, 1999, p. 24).

O fenômeno pode ser observado, por exemplo, quando nos damos conta que uma notícia veiculada por meio de uma *newsletter*, que partiu, por meio da internet, originalmente da redação de uma revista semanal, foi capaz não apenas de interferir na grade de programação de televisões, rádios e webjornais, como mudar processos já em fase adiantada de elaboração no interior destas UCs. Ou uma como uma mensagem inicialmente transmitida por meio de um radioamador foi capaz não apenas de alterar lógicas e processos organizacionais em andamento, mas alterar substancialmente os demais campos da sociedade.

Foi o que aconteceu no dia 23 de setembro de 2005, quando os sites noticiosos de todo o País veicularam notícias, a partir da *newsletter* da revista *Veja*, – a maior em termos Brasil, com circulação acima de 1 milhão de exemplares –, dando conta que a edição daquele final de semana traria uma reportagem a respeito de um escândalo envolvendo pagamento de propina à arbitragem no futebol brasileiro em nível nacional. Outro caso curioso foi o do Boing 737-0800, da Gol, que desapareceu quando se dirigia de Manaus para o Rio de Janeiro, por volta

das 16 horas no dia 29 de setembro de 2006, com 154 pessoas a bordo – 148 passageiros e seis tripulantes. Observaremos estes dois fenômenos com mais atenção no próximo capítulo.

Por hora, cumpre observar que, neste capítulo, nossos esforços estiveram voltados à formatação da matriz configurativa de uma nova dinâmica de fluxos, necessária para se enfrentar a complexidade do jornalismo em uma perspectiva de midiatização. Isso foi possível, em primeiro lugar, por meio de angulações de cunho sistêmico, o que nos possibilitou analisar processualidades diferenciadas em termos de fluxos, – como as que se estabelecem no diálogo entre os dispositivos no interior do sistema midiático (e que os complexificam) –, e elaborarmos, a partir de então, projeções visuais como as descritas nos gráficos 1, 2 e 3. Mais que reduzir a complexidade do fenômeno aqui analisado, estas projeções serão utilizadas como “mapas” por meio dos quais nossos caminhos metodológicos serão guiados doravante.

3 DOIS ACONTECIMENTOS DIFERENCIADOS

No primeiro capítulo desta pesquisa, observamos as mudanças que se verificam no jornalismo a partir dos processos de transformações a que este vem sendo submetido ao longo de sua evolução, em especial quando de sua intersecção com outros sistemas – sociais, técnicos, discursivos etc. Partimos no pressuposto que o atual momento evolutivo da profissão é diferenciado dos demais em decorrência de a sociedade, e nela o jornalismo, encontrarem-se imersos em um paradigma de natureza tecnológica, que complexifica as relações do homem com seu entorno e que dá mais visibilidade, na sociedade, ao fenômeno da midiatização, o que acaba por provocar, entre outros, a autonomização da profissão.

A digressão se fez necessária para que, no capítulo seguinte, pudessemos observar de forma mais específica a midiatização como processo, ou seja, o que ocorre quando a sociedade, e nela o jornalismo, passam a perceber e serem percebidos principalmente pelo viés de seus dispositivos de natureza sócio-técnica, mas também discursivas, que acabam por transformar a própria tecnologia em meio. Para tanto, buscamos desenvolver, a partir de um esquema seminal proposto por Verón para explicar a processualidade da midiatização (cap. 2, gráfico 1, p. 69), representações por meio das quais pudessemos analisar a geração de sentidos tanto no interior da instância meios quanto nas unidades constituintes (jornais, sites, revistas etc.) que compõem esta. A opção se deve ao fato de estarmos, quando o assunto é midiatização, diante de operações de cunho sistêmico, portanto voltadas para o que ocorre no interior do próprio sistema em termos de geração de sentidos, o que requer gramática de reconhecimento específica.

As relações destas problemáticas em manifestações de natureza empírica serão observadas neste capítulo. Elegeremos como cenário de observação dois eventos, – que denominaremos doravante de “O Escândalo da Arbitragem” e o “Acidente da Gol” –, que consideramos particularmente relevantes neste percurso analítico. Eles são relevantes em relação aos nossos propósitos à medida que podemos identificar, na processualidade de um e de outro, as questões de fundo que perpassam nossa pesquisa, entre estas o que muda no fazer jornalístico, incluindo nestes, suas bases teórico-explicativas, neste cenário de midiatização. Significa entender o que ocorre com os dispositivos do sistema midiático-comunicacional quando estes, por meio de suas operações sócio-técnicas e discursivas, mais que vetores,

passam a ser atingidos pela processualidade da midiaticização, midiaticizando-se. Com isso, verifica-se não apenas a complexificação de formas, fluxos e processos secularmente instituídos, mas também a afetação dos demais sistemas pelas operações do sistema midiático-comunicacional. Entendemos, para além da relevância social dos acontecimentos, que “O Escândalo da Arbitragem” e o “Acidente da Gol” ilustram, cada um a seu modo, as complexificações que ocorrem com o jornalismo em uma perspectiva de midiaticização.

O primeiro objeto empírico a ser analisado, – o “Escândalo da Arbitragem” –, ocorreu a 23 de setembro de 2005, diz respeito a denúncias veiculadas inicialmente por meio de uma *newsletter*, envolvendo pagamento de propina à arbitragem no futebol brasileiro em nível nacional, alterando resultados de jogos e a formatação do Campeonato Brasileiro. O segundo caso, – o “Acidente da Gol” –, diz respeito ao Boing 737-0800, da companhia aérea Gol, que desapareceu quando a aeronave se dirigia de Manaus para o Rio de Janeiro, por volta das 16 horas no dia 29 de setembro de 2006, com 154 pessoas a bordo, – 148 passageiros e seis tripulantes. Cada um à sua maneira, os dois acontecimentos provocaram ampla repercussão não apenas em termos de Brasil, mas para além das fronteiras do País.

Uma tarefa de tamanha complexidade envolve opções metodológicas adequadas. Em princípio, e considerando que estamos diante de dois acontecimentos, entendemos que o estudo de caso representa uma ferramenta apropriada a este propósito, à medida que nos permite, de um lado, uma compreensão abrangente do fenômeno analisado, enquanto que, de outro, elaborações teóricas a partir de regularidades e estruturas observadas no processo (BECKER, 1999). É preciso lembrar, por outro lado, em consonância com Ford (2002), que, no estudo de caso, o que está em foco não é necessariamente a individualidade do objeto, ainda que adquira relevância por este viés, mas a relação deste com princípios mais amplos. Ou seja, observar a particularidade do objeto nos permite compreender o que ocorre em um cenário mais amplo.

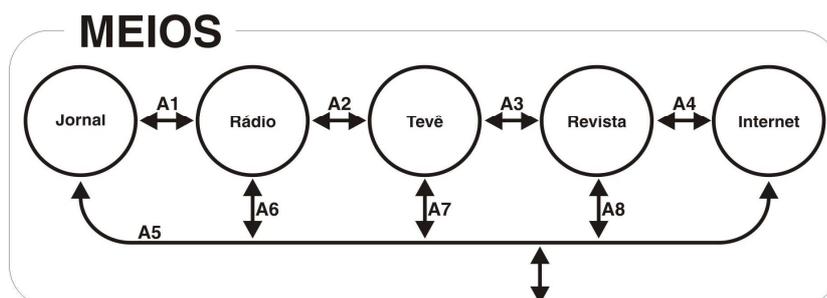
Os conceitos de dialética ascendente/descendente, nos moldes propostos por Jacques Marre (1991), serão úteis em nosso percurso de estudo. O ascendente fica por conta do fato de a escolha do tema estar relacionado a um problema que consideramos relevante em seu aspecto jornalístico-comunicacional, a partir de vivências acadêmicas e profissionais. Assim, o que era inquietação ganha corpo, amadurece e se torna objeto de pesquisa. A dialética descendente se justifica à medida que o problema de pesquisa poderá ser observado a partir de

atos específicos, por meio dos quais se tornará possível elaborar premissas e hipóteses a partir de dimensões operacionais identificadas.

A observação dos atos específicos se dará, em um primeiro momento, por meio da análise empírica do diálogo processual que se estabelece entre dispositivos de natureza jornalística-comunicacional –, em especial os sites noticiosos e os jornais impressos –, envolvendo notícias a respeito do escândalo da Arbitragem e do Acidente da Gol. Para tanto, rastreamos o caminho das notícias relacionadas a estes dois temas e distribuídas ao longo do sistema midiático, particularmente da internet. A idéia é que, por meio do percurso, tenhamos condições de observar a geração de sentidos que se estabelece a partir da processualidade. Em um segundo momento, interpretaremos os dados encontrados. Como estratégia, optaremos por estudar como, no fluxo de informações, a processualidade da midiatização se estabelece. Por fluxo entenderemos o movimento por meio do qual o sistema, tendo como vetor a informação, estabelece seus diálogos, com seu interior e com os demais sistemas sociais, transformando e sendo transformado por este movimento. A questão inicial que se coloca, portanto, é como, – onde e de que forma –, observar o fluxo da informação.

Um caminho possível, e considerando que a informação é um conceito por demais amplo para nossos propósitos, é circunscrevermos nosso objeto, que possui natureza jornalística-comunicacional, e que, portanto, encontra na notícia uma possibilidade de interpretação. O objetivo pode ser alcançado por meio dos dois gráficos, o primeiro descrevendo a geração de sentidos no interior da instância meios, enquanto que o segundo descrevendo a formação das unidades constituintes. Estes diagramas, como vimos no capítulo anterior, foram desenvolvidos a partir do modelo proposto por Verón (cap. 2, pág. 69) para explicar os lugares em que a midiatização se estabelece.

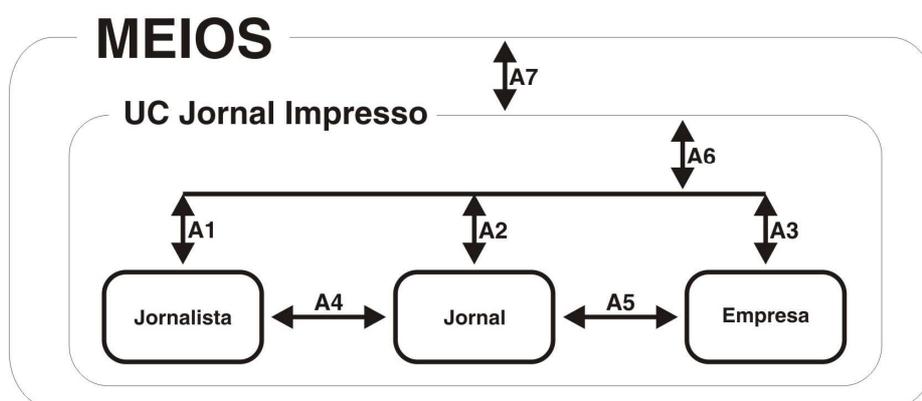
GRÁFICO 5 – Geração de sentidos no interior da instância meios



Fonte: elaboração do autor

O gráfico de número 5, como podemos observar acima, nos permite analisar a geração de sentidos no interior da instância meios. Ou seja, os lugares a partir dos quais a midiatização se estabelece no contato processual entre os dispositivos. Por meio desta ferramenta poderemos interpretar o que ocorre com os acontecimentos quando estes circulam no interior da instância meios. Estes lugares são representados, no gráfico 5, na intersecção de A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7 e A8.

GRÁFICO 6 – Formação das Unidades Constituintes



Fonte: elaboração do autor

Já o gráfico de número 6, acima, faz uma leitura semelhante ao modelo anterior, com a diferença que permite analisar a processualidade da midiatização no interior de cada um dos dispositivos que compõem a instância meios, aqui chamados de Unidades Constituintes (UCs) desta. No caso da UC Jornal Impresso, ilustrada acima, por exemplo, a processualidade da midiatização se estabelece na intersecção de A1 a A7. É nestes lugares, portanto, que a geração de sentidos têm lugar no interior da UC.

Tendo definido, no capítulo anterior, o que entendemos por notícia⁷³, a opção por uma análise desta natureza encontra razão à medida que, por meio do rastreamento das informações de caráter jornalístico que faremos ao longo deste capítulo, acreditamos que possamos identificar os novos movimentos da midiatização jornalística e suas novas imbricações. A notícia, portanto, será entendida como elemento revelador do que ocorre ao longo de sua processualidade. Isso porque acreditamos que é por meio dela que podemos mapear a processualidade da midiatização em sua materialidade, pelo viés das ofertas de

⁷³ Também utilizaremos notícia como sinônimo de informação de caráter jornalístico.

sentido que surgem a partir dos contatos que esta realiza e das afetações que se estabelecem, para ficarmos em dois.

Com isso, a notícia deixará de ser observada em sua especificidade funcional-normativa e nos ateremos ao que significa sua presença ao longo das, – e nas –, mais diferentes instâncias em que a processualidade da midiatização do jornalismo se estabelece. É preciso reiterar que a opção metodológica admite, deste o início – e em especial a partir do momento em que a internet se estabelece como *médium* e feedback de seus fluxos –, que a notícia, como elemento constituinte do jornalismo, tal como a conhecemos, também sofre alterações a partir da midiatização. É o que procuraremos demonstrar em nossa análise empírica.

Se isso se dá desta forma, é porque ela, em sua gênese, e mesmo operando como elemento-revelador de processualidades, complexifica-se quando circulando imersa em um cenário predominantemente tecnológico. Nesta perspectiva, nosso objeto empírico partirá do acontecimento se realizando jornalisticamente se realizando a partir da notícia, e gerando, com isso, sentido, posteriormente circulando pelos demais dispositivos, transformando-os e sendo transformada por eles, gerando, com isso, novos e sucessivos sentidos, até finalmente começar a afetar os demais sistemas antes de ser novamente reabsorvido pelo sistema midiático. A newsletter, neste caso, funciona como uma espécie de protocolo “para-notícia”, e que visa preparar os dispositivos jornalísticos e suas cercanias.

Este caminho será possível por meio da descrição do que ocorre, ou imbricações possíveis, entre os sistemas e a maneira como estes se relacionam com os dispositivos e as disposições enunciativas. Dispositivos serão aqui entendidos como mediações que contemplam aspectos situacionais e tecnológicos, mas também “(...) discursivos, normativos, simbólicos, funcionais e referenciais que incidem nas interações, no tempo e espaço propiciadas pela conexão de suportes tecnológicos” (FERREIRA, 2003, p. 89-90). Já as disposições referem-se às rotinas de produção das organizações.

3.1 ESTRATÉGIAS ANALÍTICAS

Conforme já aludimos, analisaremos dois casos específicos: o “Escândalo da Arbitragem” e o “Acidente da Gol”. Ambos ocorreram em setembro de 2005 e 2006,

respectivamente. Por sua importância, afetaram substancialmente não apenas o sistema midiático em suas mais diversas instâncias, mas seu entorno social. No “Escândalo da Arbitragem”, o assunto em questão dizia respeito a fraudes cometidas por um esquema envolvendo a arbitragem de futebol, que foram trazidas a público inicialmente por meio da internet, durante a realização do Campeonato Brasileiro⁷⁴, – um dos maiores e mais importantes do mundo –, em 2005. No segundo, – “Acidente da Gol” –, estamos nos referindo ao acidente de avião que, em 2006, matou uma centena de pessoas no Norte do país a partir de um choque entre duas aeronaves, e que, mais tarde, tomou nuanças de crise institucional, cujos reflexos observam-se até os dias que se seguem.

Em suas diferenças, os dois casos nos permitem observar a forma por meio da qual a notícia, como elemento constituinte do jornalismo, complexifica-se em uma perspectiva de midiatização e tendo como *médium* vetorial um dispositivo como a internet. Para tanto, observaremos, em um primeiro momento, a evolução dos acontecimentos por meio de uma perspectiva que nos permita identificar, de um lado, o fluxo das notícias e, de outro, demarcar os movimentos que se verificam dentro destes mesmos fluxos, por meio da delimitação de operadores. Para uma melhor compreensão dos mesmos, estes dados serão dispostos em duas grades analíticas: à direita localizaremos o fluxo dos acontecimentos, enquanto que, à esquerda, a interpretação do que sugerem os operadores. A análise dos mesmos terá lugar a partir da exposição de alguns exemplos.

A metodologia aqui adotada foi inspirada em estudo anterior de Eliseo Verón (1995), onde foi realizada a análise da forma por meio da qual os dispositivos comunicacionais, – notadamente a televisão, o rádio e o jornal, à época considerados, juntos, uma rede “complexa” – repercutiram o acontecimento “acidente nuclear em Three Mile Island”, a 28 de março de 1979. O evento teve ampla repercussão social não apenas nos Estados Unidos, palco do acidente, mas também em países que dispunham de energia nuclear, caso da França.

Resguardadas as épocas, acreditamos que o modelo seja importante porque nos permite observar, em um primeiro momento, como se estabelece a dinâmica de construção do

⁷⁴ O Campeonato Brasileiro, ou Brasileirão, é o principal torneio entre clubes de futebol do Brasil. Sucedeu os torneios Roberto Gomes Pedrosa (que tinha o mesmo modelo de um campeonato nacional) e a Taça Brasil (que tinha o mesmo modelo da Copa do Brasil, eliminatório) como o principal torneio nacional do esporte. O Campeonato Brasileiro define os representantes brasileiros nas competições sul-americanas ao lado da Copa do Brasil, cujo campeão também representa nos torneios continentais.

acontecimento no espaço das mídias. Ao fazê-lo, torna possível, por meio da análise dos objetos empíricos, identificar não apenas as zonas de contato entre os acontecimentos, mas também, nestas, as especificidades de cada um deles. Em terceiro lugar, porque as contribuições de Verón, mesmo tendo sido feitas em um outro tempo, servem como alicerces para nossa análise, pois é em sua explicação do acontecimento social que encontramos a justificativa para a adoção do modelo: “Os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram prontos em alguma parte da realidade e cujas propriedades e avatares não são possíveis se conhecer de forma imediata pelos meios com maior ou menos fidelidade. Eles somente existem à medida que estes [os meios] os elaboram” (VERÓN, 1995, p. 2). Por esta perspectiva, eles, os meios, não são apenas vetores por meio dos quais os acontecimentos se realizam, mas sim decorrência da existência destes.

Nesta perspectiva, acreditamos que o modelo analítico de Verón, resguardando-se as épocas e as decorrentes complexificações da sociedade que se estabeleceram desde então, em especial no que toca à existência de novos dispositivos de comunicação, caso dos sites e dos blogues, presta-se a nosso propósito à medida que nos empresta as ferramentas possíveis à análise que propomos. Isso porque se propõe a observar a construção dos acontecimentos a partir do diálogo entre dispositivos comunicacionais, e o papel que estes ocupam na construção das novas ambientações nas quais construímos nossas realidades.

3.2 CRISE NO FUTEBOL BRASILEIRO

Por volta das 23 de setembro de 2005, sexta-feira, uma notícia divulgada a partir da *newsletter* expedida pela redação da revista *Veja*, – a maior do gênero em termos de Brasil, com circulação acima de 1 milhão de exemplares –, dando conta que a próxima edição traria uma reportagem a respeito de um escândalo envolvendo a arbitragem no futebol brasileiro em nível nacional, foi amplamente absorvida pelos dispositivos jornalísticos, em especial os eletrônicos em um primeiro momento. Se isso se deu desta forma, deve-se ao fato de a *newsletter* ser transmitida ao sistema midiático-comunicacional a partir da revista *Veja*, cujo site antecipava o conteúdo da matéria desde aquele final de semana, por meio de e-mail, o que permite à mesma alcançar seus destinos sem maiores defasagens temporais. A partir do momento em que a *newsletter* foi encaminhada, passou a interferir em todo o sistema midiático, afetando mais tarde os demais campos sociais. No gráfico “Fluxo dos acontecimentos”, abaixo, temos o registro da matéria, enquanto que, à direita – “Descrição

das operações” – as marcas por meio das quais a identificamos a processualidade da mediação.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

Seção Últimas Notícias do site UOL Esporte, às 23h01:

Manipulação de resultados chega ao Brasil e envolve árbitro da Fifa, diz revista

Da Redação / Em São Paulo
Manipulação de resultados em jogos do Campeonato Brasileiro para beneficiar sites de apostas ilegais. De acordo com reportagem publicada na edição desta semana da revista "Veja", uma quadrilha de apostadores de São Paulo e Piracicaba faz parte do esquema ilegal, ajudada por pelo menos dois árbitros. Entre eles está Edilson Pereira de Carvalho, que apita sob a chancela da Fifa (Federação Internacional de Futebol Association) e comandou 11 jogos no Nacional 2005. Outro suspeito é Paulo José Danelon, ligado à Federação Paulista de Futebol. *(leia mais no site da Veja)* A revista apurou que a fraude foi causada por sites de apostas ilegais, em uma espécie de loterias eletrônicas, cujas apostas chegariam a R\$ 200 mil. Para que o esquema tivesse sucesso, dois árbitros eram subornados, entre eles, Carvalho.

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

O UOL, por meio da newsletter, busca subsídios no site da revista *Veja*.

A matéria afirma, já a partir do título, que quem está denunciando o escândalo é a revista; quem “diz” é a *Veja*, enquanto enunciador. A impressão ganha corpo à medida que a matéria é assinada “Pela redação/em São Paulo”, ou seja, é impessoal.

Os beneficiados com a fraude, segundo a matéria, são “sites de apostas ilegais” e quem denuncia a fraude é “a reportagem publicada na edição desta semana da revista *Veja*”. O que se tem em termos de materialidade não é a revista, o que ocorrerá no final de semana, mas sim o conteúdo da *newsletter*.

São citados – e acusados – “pelo menos” dois árbitros: Edilson Pereira do Santos e Paulo José Danelon. Mais informações a respeito do assunto estão disponíveis no site da *Veja*, o que é sugerido por meio de um link grafado em *italic*, enquanto o restante do texto está em normal: “*(leia mais no site da Veja)*”.

Novamente é reiterado que quem apurou a fraude “causada por sites de apostas ilegais” foi a revista *Veja*, o que era possível graças ao suborno de dois árbitros.

Caso seja respeitado o CBDJ (Código Brasileiro de Justiça Desportiva), todos os 11 jogos que tiveram Carvalho como árbitro podem ser cancelados.

Botafogo, Corinthians, Fluminense, Internacional, Santos, São Paulo e Vasco foram os times que tiveram partidas comandadas pelo juiz. Até o momento, o presidente do STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva), Luiz Zveiter, não se manifestou sobre o conteúdo da revista. O UOL tentou contatar Zveiter, mas seu celular estava na caixa postal.

Para que o escândalo viesse à tona, a "Veja" baseou sua matéria em gravações telefônicas. Em uma delas, Nagib Fayad, empresário, reclama do desempenho de Carvalho nos jogos Juventude 1 x 4 Figueirense, e Santos 4 x 2 Corinthians. O teor da conversa baseia-se no duelo entre Vasco e Figueirense.

O árbitro é taxativo ao responder ao "desânimo" do empresário. "O Figueirense joga sem cinco titulares. E o Vasco tem de ganhar de qualquer jeito (...). Vou marcar falta no meio-de-campo. Se o cara reclamar, meto para fora", disse Carvalho.

O Vasco venceu por 2 a 1, e o jogo, disputado no dia 7 de agosto, teve dois pênaltis marcados. O primeiro, a favor do time do Rio, convertido por Romário. O outro foi anotado no início da segunda etapa, quando a equipe de São Januário venceu por 2 a 0, e Michel Bastos descontou.

Além disso, Carvalho, que faz parte do quadro da FPF (Federação Paulista de Futebol) e foi recentemente acusado pelos jogadores Sebá e Tevez de ofensas racistas, está sob suspeita de ter falsificado diploma para conseguir apitar.

A matéria sugere que medidas devem ser tomadas a partir das denúncias. Vale-se, para tanto, de referência ao CBDJ (Código Brasileiro de Justiça Desportiva).

O texto sugere, no parágrafo seguinte, que o "conteúdo da revista" (não da matéria) ainda não foi comentado pelo presidente do STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva), Luiz Zveiter. Quem tenta tornar isso possível, por meio "de seu celular" é o "UOL", ou seja, o site de notícias, um braço midiático.

Na seqüência, a matéria do *UOL* explica as operações por meio das quais as denúncias foram tornadas públicas: "gravações telefônicas"

Também afirma que o *UOL* tentou contatar Zveiter, mas seu celular estava na caixa postal.

A matéria comenta a forma por meio da qual a matéria de *Veja* foi realizada: gravação telefônica, com transcrições entre aspas de falas do principal envolvido no escândalo.

O processo de apuração posto é disposição do acontecimento do primeiro leitor, ou seja, o jornalista do sistema.

Os trechos da fala do juiz Carvalho são selecionados

A matéria é acompanhada de uma tabela com o retrospecto dos 11 jogos da rodada.

A conduta anterior do árbitro é posta em xeque à medida que novas informações a respeito de sua vida pregressa vêm à tona, ainda que nenhuma fonte se responsabilize por elas ou identifique sua origem: racismo e falsificação de documentos.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

Dia 23 de setembro de 2005

Seção Futebol do site
Globoesporte.com, às 23h15:

*Árbitro é acusado de manipular resultados
Edilson Pereira de Carvalho estaria
envolvido com apostadores*

Fonte: das agências de notícias

RIO DE JANEIRO - A revista 'Veja', que chega às bancas neste fim de semana, faz uma revelação sobre um suposto esquema de combinação de resultados que envolve árbitros de futebol, entre eles o paulista Edilson Pereira de Carvalho, do quadro da Fifa.

A quadrilha de apostadores, que agiria em São Paulo e Piracicaba, estaria fraudando resultados de partidas de futebol para lucrar em sites de apostas ilegais. O esquema funcionaria, pelo menos, desde o início deste ano.

As apostas, que chegariam a R\$ 200 mil, seriam feitas em sites especializados, um tipo de loteria esportiva eletrônica. Segundo a revista, todos os 11 jogos que foram apitados por Edilson Pereira de Carvalho nesta edição do Brasileiro podem ser anulados, caso seja comprovada sua participação no esquema e se o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) for cumprido à risca.

A 'Veja', cuja manchete é "A Máfia do Apito", publica a transcrição de conversas telefônicas em que os envolvidos combinam o resultado de um dos jogos fraudados. Na véspera da partida entre Vasco e Figueirense, Edilson Pereira de Carvalho conversou como o empresário Nagib Fayad. (segue)

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

O *Globoesporte.com*, por meio da newsletter, busca subsídios no site da revista *Veja*.

O texto foi criado na sexta-feira, 23/09/2005, 23h15m, e atualizado em 24/09/2005, às 16h54m

A veiculação do conteúdo da própria revista é dado como certo, ou seja, é o que ocorrerá, mesmo que a fonte sejam "agências".

Novamente a revelação é da revista *Veja*.

Os título da matéria e a linha de apoio referem-se ao fato na condicional. O título afirma que o árbitro "é **acusado**". A linha de diz, por meio de um verbo na condicional, que ele "**estaria envolvido**".

Não há referência exata para a origem da informação, salvo um genérico "das agências de notícias", que aparece na abertura da matéria como "fonte"

Diferentemente do que o título afirma, a matéria sugere a presença de mais de um árbitro no esquema de corrupção.

A notícia atribui à revista *Veja* a revelação sobre "um suposto esquema que envolve árbitros de futebol"

O matéria veiculada no site é composta por dados da matéria veiculada na revista.

Na segunda frase do terceiro parágrafo, isso fica claro por meio da expressão "Segundo a revista"

Há uma referência ao uso da internet para a manipulação dos resultados, como pode ser percebido no terceiro parágrafo: "As apostas (...) seriam feitas em sites especializados".

A matéria sugere que os resultados da rodada podem ser anulados a partir da denúncia, ainda que não atribua esta informação a uma fonte específica além da revista.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

Dia 23 de setembro de 2005

Seção Esporte do site Terra, às 23h16:

Corrupção no Futebol

Revista denuncia suposta fraude em resultados do Brasileiro

A revista *Veja* que chega às bancas neste fim de semana traz uma reportagem sobre um suposto esquema de combinação de resultados que envolve árbitros de futebol, entre eles o paulista Edilson Pereira de Carvalho, do quadro da Fifa. A quadrilha de apostadores, que agiria em São Paulo e Piracicaba, vem fraudando resultados de partidas de futebol para lucrar em sites de apostas ilegais. O esquema estaria funcionando, pelo menos, desde o início deste ano.

As apostas, que chegariam a R\$ 200 mil, seriam feitas em sites de internet especializados, um tipo de loteria esportiva eletrônica.

Segundo a revista, todos os 11 jogos que foram apitados por Edilson Pereira de Carvalho neste Brasileiro podem ser anulados, caso seja comprovada sua participação no esquema e se o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) for cumprido à risca.

A *Veja*, cuja manchete é "A Máfia do Apito", publica a transcrição de conversas telefônicas em que os envolvidos combinam o resultado de um dos jogos fraudados.

O árbitro já esteve envolvido em outro escândalo anteriormente. Ele foi pego com um diploma falsificado, usado para garantir seu ingresso no quadro de árbitros da Federação Paulista de Futebol.

De acordo com o site da *Veja*, entre os times que podem ter jogos anulados, estão Fluminense, Corinthians, Santos, Botafogo, Vasco, Internacional e São Paulo.

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

O site *Terra*, por meio da *newsletter*, busca subsídios no site da revista *Veja*.

A matéria, veiculada um minuto após a anterior, praticamente repete o conteúdo da primeira, veiculada pelo site *Globoesporte.com*. Ou seja, faz referência a outra mídia.

Não há referência à fonte da informação.

A responsabilidade pela denúncia é atribuída, já a partir do título, à revista *Veja*.

Diferente da matéria anterior, no entanto, é atribuída à revista a informação a respeito de uma eventual anulação dos jogos em decorrência das fraudes.

É feita novamente menção a um site de apostas ilegal.

As expressões, no texto, "suposto", "chegariam", "podem" e "estaria" colocam as informações na condicional. No título, isso é garantido pela palavra "suposta".

A matéria afirma que Edilson Pereira de Carvalho, o árbitro, já esteve envolvido em escândalos.

É feita referência, pela primeira vez, à manchete da revista *Veja*.

A matéria do *Terra* também se refere, pela primeira vez, ao site da revista *Veja*, de onde as informações que vêm suprindo os demais sites estão sendo retiradas a partir do aviso da *newsletter*, em um processo de co-validação da notícia provocado pelo fluxo.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

Quem chefiava a quadrilha de apostadores é Nagib Fayad, de 39 anos, o Gibão. Seus três sócios, que bancam as apostas, são donos de bingo e suas identidades ainda não foram reveladas. O valor do prêmio de uma aposta dependia sempre da cotação dos sites para cada resultado. Ou seja: se um time era favorito para um jogo, mais pessoas apostariam nele e, conseqüentemente, o prêmio tinha cotação menor, em torno de 1,5 vez o valor apostado. Um jogo mais arriscado, numa equipe com menos chances de vitória, pagava até mais de seis vezes o valor apostado.

A tática da máfia era 'cautelosa': jogar quase sempre nos favoritos, mas em grandes quantias, entre 150 e 200 mil reais. Caberia aos árbitros, apenas, garantir que não haveria as chamadas 'zebras'. Até porque um juiz ladrão consegue interferir nos resultados, mas não faz milagres.

Em muitas partidas, Edílson não conseguiu garantir o resultado pedido por Gibão e teve de dar explicações ao chefe sobre isso. A Polícia Federal e o Ministério Público devem levantar nos sites de aposta todos os jogos que Edílson apitou e que Gibão apostou. Mesmo sem conversas grampeadas em todos os jogos apitados por Edílson, a simples coincidência entre esses jogos apitados e apostados é suficientemente suspeita.

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

A matéria segue em tom didático.

São feitas, novamente, referências a envolvidos no esquema. A matéria diz que Nagib Fayad, de 39 anos, é o chefe da quadrilha de apostadores.

A matéria utiliza-se da expressão “máfia” para designar os envolvidos no esquema.

O narrador do texto parece conhecer a personalidade dos envolvidos, à medida que afirma que a “tática da máfia” era “cautelosa”. Isso porque, mesmo diante da possibilidade de se interferir nos resultados, um “juiz ladrão” não faz “milagres”.

A matéria novamente atribui culpa ao juiz à medida em que afirma, no último parágrafo, que em “muitas partidas, Edílson não conseguiu garantir o resultado pedido por Gibão e teve de dar explicações ao chefe sobre isso.”

Verifica-se uma espécie de antecipação do que está por ocorrer na Polícia Federal e no Ministério Público, à medida que estes “devem levantar nos sites de aposta todos os jogos que Edílson apitou e que Gibão apostou”.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

Seção Ataque do Jornal O Dia Online, em Esportes do site Yahoo, às 11h04:

Árbitro Edílson Pereira de Carvalho é preso

Mylene Neno

Rio - O árbitro Edílson Pereira de Carvalho foi preso pela Polícia Federal nesta madrugada em Jacareí (SP). Ele é acusado de manipular resultados do Brasileirão em prol de uma quadrilha de apostadores, da qual faz parte do empresário Nagib Fayad - que também foi preso na mesma operação.

De acordo com denúncia da revista **Veja**, que circula neste fim de semana, além de Edílson Pereira de Carvalho, o árbitro Paulo José Danelon também faz parte do esquema de suborno na arbitragem nacional.

Danelon também tem prisão temporária decretada, mas ainda não foi localizado

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

A fonte ainda é *Veja*.

Observe-se que o Yahoo serve de suporte para a versão on-line do jornal *O Dia*.

Pela primeira vez a matéria é assinada por alguém.

A procedência é o Rio de Janeiro

São citados os nomes no árbitro Edílson Pereira de Carvalho e do empresário Nagib Fayad.

O árbitro aparece como “acusado”, enquanto que o empresário como integrante de uma quadrilha de apostadores.

A denúncia é da revista *Veja*, cujo nome aparece em bold.

A matéria se refere à Revista *Veja* para citar o nome de um segundo envolvido no esquema: Paulo José Danelon

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

Matéria publicada no site
Globoesporte.com, às 16h59

Escândalo de arbitragem repercute pelo mundo

RIO DE JANEIRO - A prisão do árbitro Edilson Pereira de Carvalho e do empresário Nagib Fayad, acusados de envolvimento no esquema de manipulação de resultados no Campeonato Brasileiro, já repercute na imprensa mundial.

Em sua edição online, o jornal português "Record" classifica de quadrilha os "empresários e dois árbitros de futebol, um deles dos quadros da Fifa, que manipulavam resultados de jogos no Brasil para lucrar com apostas milionárias na Internet".

O italiano "Gazzetta dello Sport" também registra a prisão feita Polícia Federal na madrugada deste sábado e informa que os árbitros já foram afastados pela CBF. A agência de notícias espanhola EFE também divulgou a fraude, considerada como o "maior golpe na paixão dos brasileiros pelo futebol".

A denúncia, feita pela revista "Veja", lembra o caso revelado pela revista "Placar" em 1982, quando um esquema com árbitros, jogadores, dirigentes e jornalistas foi feito para arranjar resultados na loteria esportiva. A Europa também viveu casos semelhantes recentemente.

Na Alemanha, o juiz Robert Hoyzer foi preso em janeiro acusado de estar ligado a apostadores e de ter manipulado cinco jogos das divisões inferiores. Na década de 80, a Itália também teve um esquema de armação de jogos desmontado. E ele envolvia o atacante Paolo Rossi, carrasco do Brasil na Copa de 82. Na época, Milan e Lazio acabaram rebaixados para a Série B.

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

O fluxo agora chega ao *Gloesporte.com* e à mídia estrangeira.

Ainda no sábado, 24, a notícia já estava amplamente divulgada pelos dispositivos eletrônicos brasileiros, mas também de países estrangeiros, caso de Portugal, Itália e Alemanha.

Estes países são classificados como "imprensa mundial".

A matéria chega e é absorvida pelo sistema midiático europeu, em primeiro lugar por meio da internet – a versão on-line do português *Record* – sugere isso, e também por meio de *agências de notícia*, neste caso a espanhola *EFE*, que se vale da internet para transmitir seus comunicados.

Eles não fazem referência à revista, apenas ao conteúdo da denúncia.

Esta passa a existir quando o narrador da matéria se refere ao futebol brasileiro.

Os envolvidos são citados como quadrilheiros, e não como acusados.

A *EFE* fala em "maior golpe na paixão dos brasileiros pelo futebol"

Uma referência à origem da matéria – a revista *Veja* – que neste momento ainda não possui materialidade é realizada pelo italiano *Gazzetta dello Sport*.

A matéria faz referência a um escândalo semelhante, levantado pela revista *Placar* em 1982, em como as conseqüências que este teve

Surgem novas referências aos demais campos sociais, neste caso o policial e o jurídico italianos.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

Seção Ataque do Jornal O Dia Online, em Esportes do site Yahoo, às 20h34:

Edílson Pereira de Carvalho confessa que manipulou resultados de sete partidas

O esquema comandado por uma máfia que fraudava resultados e lucrava com isso por meio de sites de loteria eletrônica não se limitou às competições nacionais. Atingiu também a Libertadores da América.

Segundo o promotor José Reinaldo Carneiro de Bastos, procurador da Gaeco (Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo), o árbitro Edílson Pereira de Carvalho, detido no sábado, confirmou em depoimento à Polícia Federal que houve manipulação de resultados em sete partidas, incluindo jogos do Paulista, Brasileiro e Libertadores deste ano. "A Polícia Federal tem certeza que ao menos sete jogos tiveram resultados manipulados. Mas não queremos revelar isso (quais os jogos) por enquanto", afirmou Carneiro de Bastos.

O promotor confirmou apenas que um desses jogos foi Vasco 2 a 1 Figueirense. Essa partida, inclusive, foi mencionada em reportagem da revista **Veja**. "Foram interceptadas ligações, inclusive do Edílson, dentro do vestiário, acertando valores dos jogos, o quanto eles ganhariam em cima do resultado", afirmou Roberto Porto, também procurador da Gaeco. "Os valores eram em torno de R\$ 10 mil para o árbitro e, no geral, os caras que apostavam ganhavam de R\$ 200 mil e R\$ 400 mil por rodada", completou Porto.

Trechos do grampo

Antes de Vasco x Juventude, Nagib Fayad reclama de falha no esquema com Edilson. Entretanto, o árbitro tenta animar o empresário:

Edilson: "Amanhã eu faço Vasco e Figueirense. O Vasco tem de ganhar de qualquer jeito. Vou marcar falta no meio de campo. Se o cara reclamar, meto pra fora".

Fayad: "Faz o seguinte: deixa eu ligar pra 'ocê' até meia-noite".

Edilson: "Tá jóia, o que você quiser. Pode jogar até os carros que você tem que amanhã eu saio de escolta do jogo".

Fayad acerta com seus sócios uma aposta de R\$ 150 mil. Em seguida liga novamente para Edilson: "Edilson? Olha só: vamos fazer, então. Tem R\$ 15 mil".

Edilson: "Tá certo. Conversei com o bandeira, chamei ele, pra garantir, e tem uns trocados pra ele também... Pediu R\$ 5 mil".

Fayad: "Cinco mil?! Dá R\$ 2 mil".

Edilson: "Eu disse que dava por R\$ 3 mil...Mas vou falar por R\$ 2 mil então. Fayad: "Então, tá fechado".

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

O fluxo retorna ao *Yahoo* por meio de *O Dia Online*.

As denúncias agora se referem a uma "máfia" que fraudava resultados.

A competição Libertadores da América passa a ser citada

A denúncia segue envolvendo o sistema policial e o Ministério Público, por meio da fala de um promotor

O conteúdo da matéria da revista *Veja* é citado

A palavra *Veja* aparece em negrito

É transcrito um trecho da conversa entre os envolvidos, o mesmo que vem sendo publicado nos demais sites deste o início das denúncias.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

No despacho em que concede as prisões, a juíza diz que há indícios suficientes para apontar os acusados como responsáveis pela fabricação de resultados no futebol.

Comportamento, diz ela, que frustra o divertimento, corrompe a fé no esporte e desgasta o povo brasileiro.

A Confederação Brasileira de Futebol informou que vai pedir o afastamento do juiz Edilson Pereira de Carvalho. A nota da CBF foi divulgada no site oficial da entidade. O presidente, Ricardo Teixeira, informou que vai afastar do quadro nacional de arbitragem o árbitro, acusado de integrar um suposto esquema de manipulação de resultados de jogos do campeonato brasileiro.

Ricardo Teixeira, que também é vice-presidente da Comissão de Árbitros da Fifa, informou ainda que na segunda-feira vai enviar um comunicado pedindo também o afastamento de Edilson dos quadros da federação.

A produção do **Jornal Hoje** conseguiu localizar o presidente da CBF, mas Ricardo Teixeira não quis gravar entrevista. Disse que só vai se manifestar na semana que vem.

Em São Paulo, a prisão de Edilson Pereira de Carvalho foi recebida com surpresa e a Federação Paulista de Futebol já decidiu: todos os jogos do Campeonato Paulista, arbitrados pelo juiz, vão ser analisados.

O presidente da Federação Paulista de Futebol, Marco Pólo Del Nero, recebeu com surpresa e indignação a notícia sobre o escândalo no futebol. Ele estava no interior de São Paulo, mas retornou à capital para acompanhar de perto o caso.

Ele quer saber se nos próximos depoimentos de Edilson à Polícia Federal vão aparecer nomes de outros árbitros ligados à Federação Paulista. A federação já instituiu uma comissão, que está analisando cuidadosamente as 12 partidas que foram arbitradas por Edilson Pereira de Carvalho no Campeonato Paulista deste ano.

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

É feita referência ao despacho judicial concedendo a prisão do árbitro.

A CBF se manifesta oficialmente sobre o assunto por meio de seu site

É feita referência à forma de trabalho do Jornal Hoje, por meio do trabalho realizado pela equipe de reportagem: “A produção do **Jornal Hoje** conseguiu localizar o presidente da CBF, mas Ricardo Teixeira não quis gravar entrevista. Disse que só vai se manifestar na semana que vem.”

Não há uma linha sequer sobre a edição da *Veja*.

O fluxo dos acontecimentos acima detalhado pode ser melhor observado por meio de uma primeira sistematização, descrita abaixo, que se inicia por meio da revista Veja e chega ao sistema midiático conduzido por uma newsletter,

GRÁFICO 7 - 1ª Sistematização da processualidade

HORA	23/09/2005	DISPOSITIVO	TÍTULO
23 horas		Newsletter	<i>Sem registro</i>
<i>Sem registro</i>		Veja On-line	<i>VEJA revela o maior escândalo já visto no futebol brasileiro(...)</i>
23h01		UOL Esporte	<i>Manipulação de resultados chega ao Brasil e envolve árbitro da Fifa, diz revista</i>
23h15		Globoesporte.com	<i>Árbitro é acusado de manipular resultados</i>
23h16		Site Terra	<i>Revista denuncia suposta fraude em resultados do Brasileiro</i>

HORA	24/09/2005	DISPOSITIVO	TÍTULO
01h26		Yahoo	<i>Escândalo na arbitragem: como funcionam as apostas</i>
11h04		O Dia Online	<i>Árbitro Edílson Pereira de Carvalho é preso</i>
16h59		Globoesporte.com	<i>Escândalo de arbitragem repercute pelo mundo</i>
19h07		Estadao.com	<i>CBF é contra paralisar o Brasileirão</i>
20h34		Yahoo	<i>Edílson Pereira de Carvalho confessa que manipulou resultados de sete partidas</i>

Fonte: elaboração do autor

Observe-se que a sistematização acima sugere que, entre as 23 horas de sexta-feira, 23 de setembro de 2005, até as 20h34min de sábado, 24 de setembro de 2005, o acontecimento “Escândalo da Arbitragem” estava sendo referenciado constantemente pelos sites jornalísticos, mas também por dispositivos eletrônicos como as rádios e televisões⁷⁵. Ou seja, pelos dispositivos que, no sistema midiático, não apenas estão amalgamados por meio da internet – o que também ocorre com os jornais impressos e as revistas, diga-se –, mas que

⁷⁵ Por uma questão operacional, ou seja, impossibilidade técnica de registra o fluxo dos acontecimentos em termos de rádio e televisão, nossa análise estará centrada fundamentalmente na análise de sites, revistas e jornais impressos.

permitem, dado a suas dinâmicas operacionais, veicular informações assim que elas são recebidas, quando necessário. Neste momento da processualidade da midiática, o fluxo do acontecimento faz com que se estabeleça, entre outros, principalmente um processo de co-referenciação entre os dispositivos, desde a emissão da newsletter pela revista Veja até o momento em que o conteúdo desta alcança o site UOL Esporte, às 23h01.

3.3 TEMPORALIDADE DISTINTAS

Os dispositivos do sistema midiático presos a uma temporalidade distinta dos eletrônicos, caso dos impressos, passam a ser afetados pela midiática a partir do dia 24 de setembro, sábado. É o que ocorreu no início da tarde daquele dia na redação no Jornal ABC Domingo, a face dominical do Grupo Editorial Sinos – o terceiro do Sul do País, com tiragem aproximada de 70 mil exemplares. A opção pelo jornal ABC Domingo como local analítico se justifica por pelo menos três motivos: 1) porque a maior parte dos jornais impressos brasileiros “fecha” suas edições de domingo por volta do meio dia de sábado, reservando pouco espaço às notícias deste dia, que são veiculadas somente na segunda-feira; e o ABC Domingo encerra a edição de domingo por volta das 23 horas de noite; 2) o segundo motivo diz respeito ao referido jornal estar localizado em uma região geográfica distante do eixo Rio de Janeiro-São Paulo; ainda que economicamente relevante, longe do cenário onde usualmente a midiática se manifesta com mais visibilidade, dada a imersão tecnológica em que se encontra, o que o tornar particularmente interessante do ponto de vista analítico; e, finalmente, 3) o terceiro diz respeito ao fato de, por meio deste exemplo, termos condições de demonstrar como a midiática afeta também o interior das Unidades Constituintes da Instância Meios, neste caso a UC Jornal Impresso.

A informação já havia chegado à redação do jornal ABC Domingo no início da tarde do dia 23 de outubro, sábado, por meio da newsletter enviada pela revista Veja. Quando o editor gráfico Gilmar Tatsch chegou à redação, por volta das 13 horas, disse que soubera do ocorrido em sua casa pela televisão, por volta do meio-dia, e havia acompanhado o assunto no rádio a caminho do jornal. Após uma reunião informal, ele e o editor-chefe combinaram que o assunto seria manchete da edição do dia seguinte e que ocuparia as páginas usualmente dedicadas à reportagem especial da edição. Para tanto, o assunto que havia sido previsto para este propósito, e que estava sendo trabalhado desde o início da semana pela equipe do jornal, foi deixado de lado e as atenções se voltaram para a cobertura do evento “Escândalo da

Arbitragem”. Com isso, editores e repórteres que estavam de plantão naquele dia precisaram rever seus planos: ainda que os critérios de noticiabilidade do jornal ABC Domingo estejam voltados principalmente para o que ocorre em sua área de circulação – os 36 municípios que compõem os vales do Sinos, Caí e Paranhana, além da capital Porto Alegre – o fato de o assunto dizer respeito ao futebol; que possuía, portanto, repercussão local, mostrou-se decisivo para alterar os conteúdos inicialmente previstos para compor a edição daquele domingo. Outro agravante foi que, dos 11 jogos postos sob suspeição, pelo menos quatro haviam ocorrido envolvendo times do Rio Grande do Sul⁷⁶.

Uma vez tomada a decisão, e considerando que aquele era uma matéria exclusiva do site da revista *Veja*, esta se tornou a principal fonte da informação já a partir da capa (ilustração 1). Ao repórter que redigiu o texto, Eduardo Andrejew, coube buscar subsídios junto ao site da revista, onde o conteúdo da matéria havia sido antecipado (a edição impressa circularia dia 28 de setembro de 2005, quarta-feira). Desta forma, o conteúdo da revista se transformou na principal fonte da matéria (ilustração 2), inclusive com cópia das entrevistas divulgadas originalmente no site. O único ponto da matéria que não se baseou na internet como fonte foi uma tentativa de repercutir o assunto, por parte da redação, junto aos árbitros gaúchos, o que ocorreu por meio de duas entrevistas com árbitros locais e em cuja abertura o nome do ABC Domingo aparecia referendado como o responsável pela elaboração daquela informação.

Do ponto de vista imagético, o jornal se utilizou de uma fotografia muito próxima em termos de conteúdo da veiculada em *Veja*, onde aparecem em destaque o atacante do Vasco da Gama Romário e jogadores do Figueirense, em uma partida cujo resultado teria sido manipulado em favor do Vasco pelo juiz. Além disso, o jornal reproduz uma foto da capa de *Veja* e dois infográficos⁷⁷. Nestes, uma vez mais o jornal se vale do site da revista para compor o esquema de imagens. Ao ilustrador Gabriel Renner coube a tarefa de co-referenciar o infográfico publicado nas páginas 78 e 79 da revista, ainda que em proporção menor, nas páginas 3 do jornal. Na versão original, o site reproduzia o mesmo infográfico que seria veiculado nas páginas da revista na semana seguinte, onde ocuparia quase duas páginas. A co-referência feita pelo ilustrador nas páginas do ABC Domingo ocupava o espaço de três

⁷⁶ São eles: Juventude 1 x 4 Figueirense, em 24 de julho; Juventude 2 x 0 Fluminense, em 14 de agosto; além de Internacional 3 x 2 Coritiba, em 21 de agosto.

⁷⁷ Gráfico elaborado com auxílio de computador, por meio de softwares como o CorelDRAW! e o Photoshop.

colunas por cerca de 15 centímetros de altura. Além das informações textuais comuns a um e outro gráfico, estes eram semelhantes imageticamente. Ou seja, usavam a foto do juiz envolvido nas denúncias no centro do infográfico e o desenho de um apito no canto superior esquerdo.

Algo semelhante ocorreu quando da confecção da capa. Ainda que a manchetes veiculadas no site – *Jogo sujo. VEJA revela o maior escândalo já visto no futebol brasileiro: em conluio com empresários, dois juízes – um deles árbitro da Fifa – fraudavam resultados de partidas para lucrar com apostas* –, e prometida na edição da Veja por meio da reprodução da capa – *EXCLUSIVO. A MÁFIA DO APITO. Como uma quadrilha de apostadores comprava juízes para “fabricar” resultados em partidas dos campeonatos Brasileiro e Paulista* – fossem diferentes da manchete do jornal – *A lama chega ao futebol brasileiro* – o jornal buscou referências uma vez mais no conteúdo da revista para compor seus enunciados. A começar pelo uso de uma foto do juiz em primeiro plano pela revista e pelo jornal, mas também pela transcrição, no jornal, de trechos da matéria veiculada tanto pelo site como pela revista Veja. A capa do ABC Domingo do dia 25 de setembro de 2005 chegou aos seus cerca de 70 mil de assinantes e às bancas da seguinte forma:

ILUSTRAÇÃO 1 – ABC Domingo de 25 de setembro de 2005



Observe-se que, logo abaixo da manchete principal – *A lama chega ao futebol brasileiro* – havia a transcrição de diálogos entre o juiz Edílson Pereira de Carvalho e o empresário Nagib Fayad:

Edilson: *Pode jogar até os seus carros pra gente tirar um pouco a diferença, pra mim e pra você, alguma coisa. Porque um jogo que você jogar forte, você recupera alguma coisa, né?*

Fayad: *Não tá fácil. Agora complicou um pouco, mas tem de buscar devagar agora.*

Edilson: *Sim, devagar. Mas se você quiser jogar o que você quiser amanhã, pra você recuperar uma boa parte... Vê o limite que você pode jogar e mete ferro, que eu meto ferro dentro de campo. Que eu tô invocado e você também, né?*

Ao centro havia uma foto do juiz, com um texto ligado a esta por uma retícula em vermelho reproduzindo uma frase atribuída ao juiz:

Vê o limite que você pode jogar e mete ferro, que eu meto ferro

À direita, por fim, em uma coluna, a matéria era explicada em três blocos e em destaque:

Edilson Pereira de Carvalho (foto), juiz da Fifa, é acusado de ter manipulado resultados de pelo menos 11 jogos do Campeonato Brasileiro. O esquema, flagrado pela Polícia Federal, pode chegar até a Libertadores.

A quadrilha seria integrada por pelo menos mais um árbitro – Paulo José Danelon, da Federação Paulista de futebol – dois bandeirinhas e o empresário Nagib Fayad, de Piracicaba, em São Paulo.

Resultados das partidas eram pré-combinados entre Pereira de Carvalho e Fayad, que movimentava apostas de até R\$ 200 mil. Juiz recebia até R\$ 15 mil por partida. Páginas 2 e 3

Já a reportagem das páginas internas, total de duas páginas, apresentava uma variação

da manchete – **ESCÂNDALO: Lama também atinge o futebol** –, e vinha acompanhada de fotos e infográficos, onde era realizada a cobertura do evento em questão:

ILUSTRAÇÃO 2 – Páginas 2 e 3 do jornal ABC Domingo

ESPORTES ESPECIAL ABC Domingo 18 de setembro de 2005 2

Escândalo

Lama também atinge

Rafaelman dá notícia: Veja, através de fontes internas, que o futebol também é atingido pelo escândalo

Escândalo

Uma terceira reportagem sobre o escândalo envolvendo o futebol brasileiro foi publicada nesta sexta-feira (16) no jornal ABC Domingo. A reportagem foi assinada por Rafaelman e trata do caso de corrupção envolvendo o futebol brasileiro. O texto revela que o futebol brasileiro também é atingido pelo escândalo envolvendo o futebol brasileiro. O texto revela que o futebol brasileiro também é atingido pelo escândalo envolvendo o futebol brasileiro.



“You marcar falta no meio-de-campo. Se o cara reclamar, meto pra fora”

JOGOS PROMETIDOS ENTREGUES

Os jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2005 foram entregues aos clubes. O texto revela que o futebol brasileiro também é atingido pelo escândalo envolvendo o futebol brasileiro.

Edilson admitiu ter manipulado até jogos da Libertadores

Edilson admitiu ter manipulado até jogos da Libertadores. O texto revela que o futebol brasileiro também é atingido pelo escândalo envolvendo o futebol brasileiro.

A MAFIA DO APITO

A MAFIA DO APITO. O texto revela que o futebol brasileiro também é atingido pelo escândalo envolvendo o futebol brasileiro.

ESPORTES ESPECIAL ABC Domingo 18 de setembro de 2005 3

futebol

“Acreditamos nos nossos árbitros”

JOGOS DO BRASILEIRÃO APITADOS POR EDILSON PEREIRA DE CARVALHO

Edilson Pereira de Carvalho admitiu ter manipulado jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2005. O texto revela que o futebol brasileiro também é atingido pelo escândalo envolvendo o futebol brasileiro.

“Isso aí é um caso isolado”

“Isso aí é um caso isolado”. O texto revela que o futebol brasileiro também é atingido pelo escândalo envolvendo o futebol brasileiro.

Edilson admitiu ter manipulado até jogos da Libertadores

Edilson admitiu ter manipulado até jogos da Libertadores. O texto revela que o futebol brasileiro também é atingido pelo escândalo envolvendo o futebol brasileiro.

A MAFIA DO APITO

A MAFIA DO APITO. O texto revela que o futebol brasileiro também é atingido pelo escândalo envolvendo o futebol brasileiro.

A maior parte das informações utilizadas pelo jornal na edição do domingo, 25 de setembro de 2005, seja na capa ou nas páginas internas, foram retiradas da internet, por meio dos sites noticiosos – entre este a Veja On-line –, que reproduzia a notícia de Veja, com foto, a partir da seguinte chamada:

Especial: jogo sujo
VEJA revela o maior escândalo já visto no futebol brasileiro: em conluio com empresários, dois juízes – um deles árbitro da Fifa – fraudavam resultados de partidas para lucrar com apostas

Aos repórteres, editores, diagramadores e ilustradores da redação do jornal ABC Domingo o trabalho se resumiu em buscar conteúdo junto à internet. Os únicos momentos em que a operação não se valeu das informações dos demais sites disseram respeito às tentativas

de repercussão local, ou seja, ao trabalho que os repórteres tiveram de auscultar, junto a juízes e dirigentes de futebol do Estado, os resultados das denúncias feitas pela reportagem da revista por meio de um trabalho de investigação da Polícia Federal e do Ministério Público de São Paulo. Quando a Veja finalmente chegou às bancas, a 28 de setembro de 2005, trouxe a seguinte capa:

ILUSTRAÇÃO 3 – Capa da Revista Veja



Em nove páginas, a matéria assinada pelos repórteres André Rizek e Thaís Oyama, descrevia as denúncias que já estavam circulando por meio da internet desde sexta-feira.

3.3.1 A informação migra para os demais sistemas

Gradativamente, a informação, que a esta altura já afeta todos os dispositivos do sistema midiático, migra para os demais sistemas. Este fluxo é possível porque, entre um dispositivo e outro, há uma rede estruturando fisicamente o sistema midiático, neste caso representada pela internet. À medida que a internet também permite a ligação física entre sistemas diferentes, caso do midiático em relação ao jurídico, como veremos no exemplo abaixo, lenta e gradativamente a informação passa a afetar os demais sistemas sociais por este

meio.

Alguns exemplos:

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

Site Consultor Jurídico, veiculado a 9 de outubro de 2005, sem horário

UM-ZERO-ZERO

Último escândalo do apito no futebol não deu em nada

Apesar dos escândalos não serem novidade no futebol, uma eventual punição aos acusados de manipular resultados dos campeonatos deste ano será algo novo. No escândalo anterior a este não houve qualquer punição para os acusados, tanto na Justiça Desportiva como na comum. Na Justiça Federal, os citados sequer foram denunciados, por falta de provas.

O caso aconteceu em 1997 quando a Rede Globo denunciou em Jornal Nacional um esquema em que o diretor de arbitragens da CBF Ivens Mendes oferecia facilidades dos árbitros para os times cujos dirigentes se dispusessem a contribuir para seu caixa de campanha para se eleger deputado federal. Na época, ficou famosa a maneira como Mendes se referia às cifras das propinas que pedia: “Um-zero-zero”, dizia ele pelo telefone grampeado dando o seu preço. (...)

As conversas entre Mendes e os cartolas foram divulgadas pela Rede Globo de Televisão, em uma época que as gravações de conversas telefônicas não era tão comum como atualmente. Os jornalistas que revelaram os diálogos chegaram a ser denunciados por terem divulgado conversas gravadas ilegalmente. A prescrição os livrou do processo. Nunca se chegou ao responsável pelo grampo telefônico, que não teve valor de prova pois foi feito ilegalmente. (...)

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

O site *Consultor Jurídico* é especializado em direito.

Não possui horário de veiculação

O texto não está assinado.

O artigo, opinativo, faz referência a um escândalo de natureza semelhante, ocorrido anteriormente, em 1997.

À época, a denúncia foi feita pelo *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*.

Os envolvidos na denúncia de 1997 manipulavam resultados para arrecadar verbas à campanha do então diretor de arbitragens da CBF Ivens Pacheco, candidato a deputado federal.

A informações, em 1997, também foram obtidas por meio de grampos.

À época, os jornalistas foram denunciados judicialmente por terem se utilizado de grampos telefônicos, mas o processo prescreveu.

Até hoje não se sabe que instalou os grampos telefônicos em 1997.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

Site do Jornal Regional Notícia Online, de Cordeirópolis, São Paulo. Dia 25 de setembro de 2005, às 06h01

Despacho da juíza diz que são otários na Máfia do Apito

Ironicamente, o despacho da juíza que determinou o escândalo da arbitragem chama a todos de otários. Edílson Pereira de Carvalho e Nagib Fayad tiveram a prisão decretada pela juíza de 1ª Instância Antônia Brasilina de Paula Farah. Em seu despacho, a magistrada escreveu:

“O povo e a imprensa, notadamente a crônica esportiva, fazem papel de otários. A imprensa, porque acredita estar trabalhando com gente séria. E o povo, porque tem no futebol a esperança de uma vida melhor.”

O árbitro e o empresário detidos serão acusados de crimes de estelionato (art. 171), induzimento à especulação (art. 174, crime contra a economia popular) e falsificação ideológica (art. 299), todos em concurso material com formação de quadrilha (art. 288 do Código Penal). Eles permanecerão, a princípio, detidos na PF por cinco dias, podendo ter o prazo prorrogado por mais cinco dias.

O delegado Vitor Hugo Rodrigues Alvez, da Divisão de Operações de Inteligência da PF, está convicto de ter posto as mãos em uma “organização criminoso bem estruturada e que comprava e vendia resultados de jogos de futebol.”

A operação funcionava da seguinte maneira: o árbitro informava em qual jogo iria trabalhar e dizia quem iria vencer.

“A preferência era fazer com que os favoritos ganhassem os jogos, para não despertar desconfiança”, disse o delegado da PF. Com o resultado arranjado, Nagib apostava de R\$ 200 mil a R\$ 400 mil nas partidas. E Edílson Pereira de Carvalho ganhava de R\$ 10 mil a R\$ 15 mil.

As investigações entram agora em sua segunda fase, com os interrogatórios. O árbitro Paulo José Danelon, da Federação Paulista, também está sendo procurado. Novos mandados de prisão podem ser decretados no começo da semana.

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

A matéria comenta teoria do despacho da juíza que decretou a prisão dos principais envolvidos no escândalo.

Faz referência, de forma jocosa, ao papel exercido pelo “povo” e pela “imprensa esportiva” – “de otários” – frente ao problema.

A matéria nomina os crimes praticados pelos empresários: estelionato, indução à especulação, falsificação ideológica e formação de quadrilha.

O texto se refere, ainda, à polícia federal, por meio de depoimento do delegado responsável pela Divisão de Operações de Inteligência da PF

Novos mandatos de prisão são anunciados.

Não há referências à fonte de informação.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

Site Observatório de Imprensa, dia 26 de setembro de 2005, sem horário

MÁFIA DO APITO

A mídia sabe apurar. Falta querer

Foi surpresa? Não. Alguns (muitos!) brasileiros acompanham pela mídia tanto a política quanto o esporte, com a mesma intensidade, assiduidade e paixão, e não se surpreenderam com nosso mais recente escândalo. Desta vez – outra vez... – no país do futebol, sobre a manipulação de resultados das partidas do Campeonato Brasileiro. Desta vez – outra vez... – foi a *Veja* (edição 1.924) que denunciou. Mas, desta vez, houve uma diferença, digamos, filosófica, no sentido mais geral, aquele da busca de compreensão da realidade em sua totalidade: a revista apurou.

Alvíssaras! A *Veja* estava investigando o assunto desde "abril", informa a reportagem de capa, intitulada "Jogo sujo", de André Rizek e Thaís Oyama, ambos repórteres e editores. (...) Na segunda-feira (26/9), no programa *Linha de Passe*, a mesa-redonda da ESPN Brasil, os comentaristas lembraram que Edilson Pereira de Carvalho apita desde 1996. Paulo Vinicius Coelho, o comentarista-enciclopédia que conhece, além de datas e nomes, táticas de jogo como nenhum outro, disse que os resultados dos jogos apitados por Edilson estão sob suspeita "pelo menos" a partir de setembro de 2004, e é preciso anular e repetir as partidas em que ele atuou, e em vários campeonatos – não há como tergiversar. O diretor de jornalismo da emissora, José Trajano, fez as perguntas que não podiam calar: "Mas ele vem aprontando isso há um tempão e ninguém desconfia de nada? Se não fosse o site de apostadores desconfiar, ficaria tudo por isso mesmo?"

Sim, leitor. O site canadense em que o esquema se apoiava desconfiou e suspendeu as apostas nos dias dos jogos em que Edilson apitava. Quem acompanha a ESPN Brasil viu em 28 de agosto o especial "Paraná de prata e de lama", episódio da série *Brasil Futebol Clube*, uma seção do programa *Histórias do Esporte*. O episódio mostrou a corrupção na Série Prata (segunda divisão) do Campeonato Paranaense, com manipulação de resultados. Em 7 de setembro, no rastro da denúncia, caiu toda a Comissão de Arbitragem do Paraná.

O presidente da Federação Paranaense de Futebol, Onaireves Moura, declarou à ESPNb, energicamente, que tudo será apurado. Seu braço direito na Federação, Johelson Pissaia, o "Bruxo", operador que controlava a manipulação com um tal de *Cidão* (no Brasileiro é um tal de *Gibão*...), continua preso. (..)

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

O *Observatório de Imprensa* é um site por meio do qual a mídia comenta a própria mídia.

Veja é referida como veiculadora usual de denúncias: "Desta vez – outra vez... – foi a *Veja* (edição 1.924) que denunciou".

Neste artigo, assinado por Marinilda Carvalho, a articulista destaca, com alguma ironia, que não se tratou de apenas uma denúncia, mas sim de uma apuração.

Pela primeira vez os repórteres são citados como responsáveis pela apuração das informações.

O artigo faz referência a um programa de uma emissora de rádio – Linha de Passe, da *ESPN Brasil* – que comentou o assunto.

Os membros do programa afirmam que o esquema funciona desde 2004.

Com alguma ironia, e depois de os membros do programa dizerem que o assunto era conhecido, os integrantes do programa da *ESPN* concluem que o assunto veio à tona porque um site de apostas canadense desconfiou do esquema e suspendeu as apostas.

Estes exemplos nos permitem observar que um acontecimento diferenciado, – a manipulação dos resultados das partidas de futebol por parte de juízes e de apostadores –, transformado em intriga, serviu para deflagrar o processo de midiaticização em suas mais diversas zonas de afetação. Ou seja, um acontecimento, uma vez tendo sido absorvido pelo sistema midiático, e tendo circulado amplamente no interior deste, passa a irritar os demais sistemas. A internet funciona, neste sentido, como uma espécie de espinha dorsal dos diálogos intersistêmicos, ou seja, ela não apenas faz com que as unidades constituintes de cada sistema dialoguem mais rapidamente entre si, movimento que se repete inclusive no interior das unidades constituintes, como permite que o diálogo entre os mais diferentes sistemas ocorra a partir do sistema midiático. Observe-se que a natureza do acontecimento em questão, o futebol, é diferente, porque de caráter hegemônico em termos de imaginário social. Uma vez transformado em intriga, neste caso a reportagem prometida para a edição da *Veja* por meio de e-mail, foi absorvida largamente pelo sistema midiático – e a internet se mostrou decisiva neste processo –, que não apenas foi afetado como também se mostrou capaz de afetar a si próprio e aos demais campos sociais, neste caso o jurídico, o policial e o político, para ficarmos em três.

A criação de sentidos se inicia já no momento em que o acontecimento (o escândalo da arbitragem) é percebido pelos atores individuais (jornalistas) e se transforma em intriga ao ser recriado pelo meio jornalístico (por meio do dispositivo revista). Uma vez posto em circulação, por meio de rede, e antes mesmo de ser absorvido pelos receptores tradicionais (leitores), este acontecimento passa a irritar outras instâncias do sistema midiático, gerando sentido a cada novo contato: a notícia veiculada inicialmente por meio de uma *newsletter* irrita, em um primeiro momento, as unidades constituintes representadas pelos webjornais, mas também as UCs rádios e televisão; produzindo novas realidades. Mas afeta, também, as UCs que têm uma temporalidade distinta dos dispositivos eletrônicos, caso dos jornais impressos. Nestas, as alterações não se dão apenas em termos de fluxo de informações: elas interferem nas rotinas dos veículos, alterando processos e instaurando novas lógicas de funcionamento no interior destas. A presença da internet é fundamental neste sentido, principalmente porque ela permite, por meio de seus nós e conexões, que o processo de co-referencialidade se estabeleça com mais amplitude entre todos os dispositivos do sistema, à revelia de suas peculiaridades operacionais. Posteriormente, o acontecimento irá irritar, pelo mesmo viés, ou seja, pela rede, os demais campos sociais (jurídico e político).

Antes de ser devolvido à sociedade, no entanto, o acontecimento estará de tal forma afetado pelo processo de mediação que será ofertado como uma realidade de matizes perfeitamente identificáveis. Ou seja, um juiz pertencia a um esquema que permitia a fraude nas partidas e por isso será punido, a exemplo do que ocorrerá com os demais envolvidos. O entorno, neste caso a corrupção no sistema esportivo, parece se diluir em alguns personagens e situações visivelmente identificáveis; neste caso o juiz, o site de apostas e quem estava por trás deste. Em alguns momentos, quando, por exemplo, são lembrados casos de corrupção semelhantes a este, parecem ter antes um caráter meramente ilustrativo que esclarecedor. Isso ocorre, por exemplo, quando o site Consultor Jurídico afirma, em matéria veiculada a 9 de outubro de 2005, que o “último escândalo do apito no futebol não deu em nada”. Foi a primeira e última vez que este caso foi citado. É como se, para operar em sua processualidade, a mediação necessitasse uniformizar ao extremo os acontecimentos para garantir sua funcionalidade em termos de circulação.

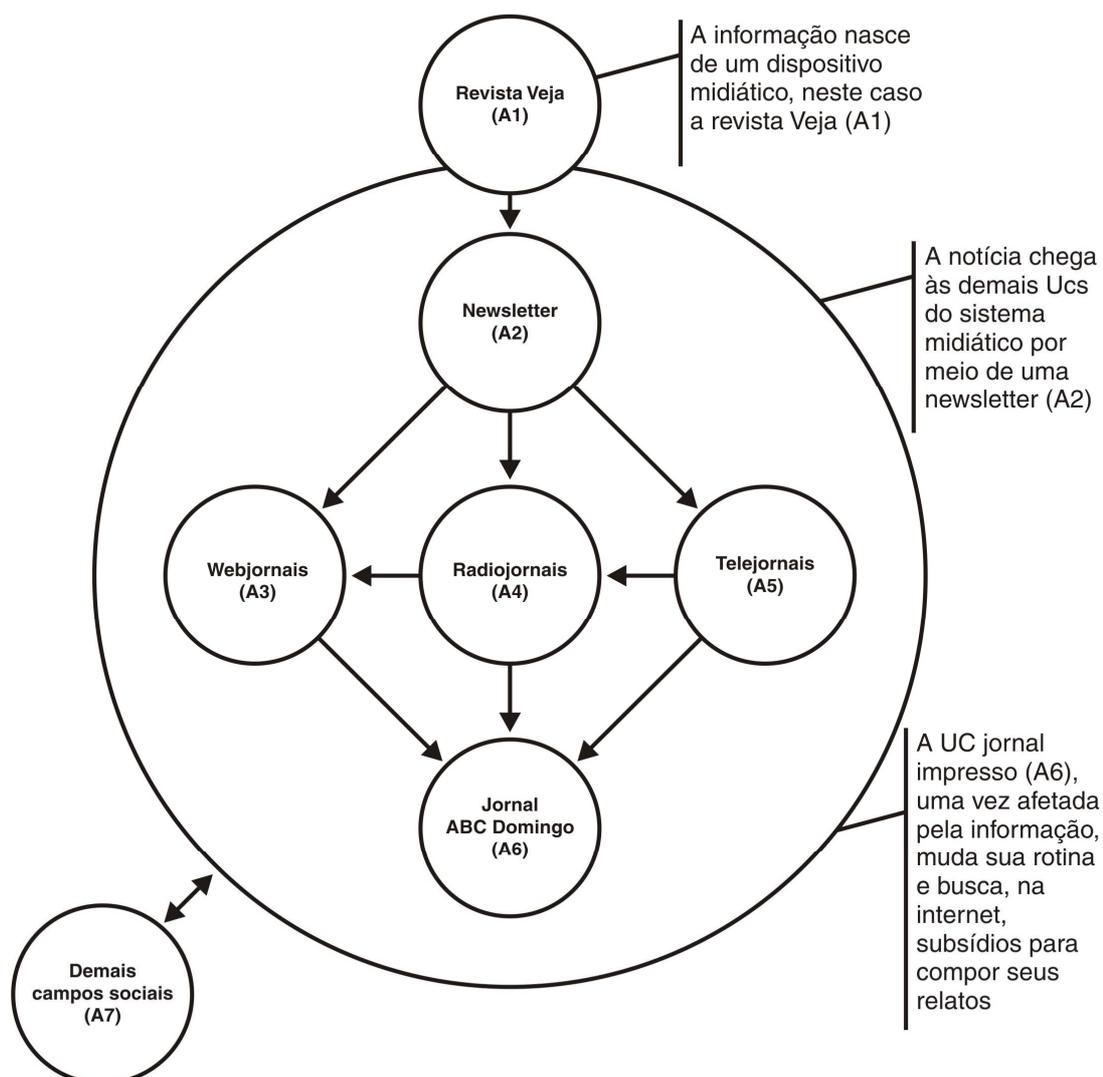
Por outras palavras, as operações dos sistemas se encarregarão de tornar as notícias uniformes, facilmente compreensíveis. Isso se dá desta forma porque o sistema, ao se apropriar do acontecimento, precisa reduzir ao máximo sua complexidade para que haja condições de operacionalidade. Para tentarmos compreender esta processualidade, podemos tentar interpretar graficamente o que ocorreu em termos de Escândalo da Arbitragem. Vamos dividir o exercício projetual em três momentos: a) a deflagração da processualidade midiática, b) a mediação dos dispositivos jornalísticos, e, finalmente, a c) a mediação dos demais campos sociais.

3.3.2 Deflagração da processualidade midiática

A deflagração da processualidade midiática se inicia quando a revista Veja apura o assunto Escândalo da Arbitragem, disponibiliza-o em seu site, e faz com que ele circule na internet, a 23 de setembro de 2005, por meio de uma *newsletter*. A partir deste momento, torna-se cada vez mais complicado pensar o fluxo da informação em uma perspectiva de emissão-recepção, basicamente porque os dispositivos que compõem o sistema estão articulados em rede. Ou seja, se, em um primeiro momento, a processualidade parece operar em outro ritmo quando a *newsletter* “avisa” os demais dispositivos da existência do assunto. Uma vez absorvida pelo sistema midiático, torna-se gradualmente menos possível identificar o emissor/receptor da notícia a partir de cada nova apropriação por parte dos dispositivos. Por

apropriação entenderemos o momento em que o dispositivo tem conhecimento da informação e se apropria dela antes de devolvê-la novamente ao sistema midiático. Graficamente, o esquema pode ser visto da seguinte forma neste momento:

GRÁFICO 8 – Deflagração da processualidade midiática



Fonte: elaboração do autor

Se observarmos mais detalhadamente, veremos que, em A1, A2, A3, A4 e A5, a geração de sentido da midiatização se dá, principalmente, no espaço processual entre os dispositivos. Em A6, no entanto, ela não apenas se estabelece no espaço processual entre a UC Jornal Impresso (ABC Domingo) e as demais UCs, como, também, no interior de A6. Isso se verifica, como frisamos anteriormente, a partir do momento em que a rotina do jornal é alterada a partir de uma informação que nasce do sistema midiático e que é apropriada pela

UC. Por outro lado, mesmo em a UC Jornal Impresso sendo subsidiada em termos de conteúdo principalmente pelo site da Veja, as informações são co-validades pelos demais dispositivos. É neste ambiente, o sistema midiático, que a UC Jornal Impresso vai buscar subsídios para compor seus conteúdos (capa, mais páginas 2 e 3) e, assim, dialogar com os demais dispositivos do sistema midiático.

3.3.3 A midiatização dos dispositivos jornalísticos

O processo de midiatização dos dispositivos jornalísticos toma forma diferenciada, portanto, a partir do dia 24, sábado, quando passa a provocar afetações para além dos dispositivos eletrônicos e não apenas em termos de produção e circulação de informações, mas também de recepção, ainda que, neste caso, especializada. Ou seja, quando os dispositivos analógicos, ligados a uma temporalidade diferenciada, começam a ser afetados pela midiatização.

O que ocorreu no jornal ABC Domingo ilustra o que estamos querendo dizer. Ao passo em que a notícia já estava irritando a face eletrônica do sistema midiático, o dispositivo jornal impresso (A6) não passava incólume a este movimento, pois já havia sido “informado” pela *newsletter* da Veja, ainda que o fenômeno fosse mais visível, naquele momento, em termos de produção. Equivale a dizer que, quando a revista Veja, a internet, as rádios e as televisões passaram a trabalhar o assunto, este acabou por alterar significativamente a rotina produtiva do dispositivo jornal impresso, produzindo sentido especialmente no âmbito da produção, e fazendo com que este dialogasse de forma intensa com os demais dispositivos. Isso ocorreu, por exemplo, quando a decisão de alterar o conteúdo inicialmente previsto foi tomada: o recurso utilizado pelos editores e diagramadores à época foi buscar, no site da revista Veja, subsídios – textuais e imagéticos – à matéria que seria impressa nas páginas do jornal. A decisão de optar pela transposição de conteúdo está ligada a uma série de fatores. A questão geográfica teve importância fundamental neste processo: por se tratar de um incidente ocorrido em São Paulo, distante mais de mil quilômetros da sede do Jornal ABC Domingo, os elementos envolvidos na cobertura da revista Veja, ainda que dialogassem eventualmente com o Rio Grande do Sul por meio do Campeonato Brasileiro, não estavam disponíveis. Há de se considerar, por outro lado, que a matéria havia se originado de uma reportagem conduzida por um veículo – a revista Veja – o que restringia em muito a possibilidade de checagem das informações para além desta fonte naquele sábado. Assim, coube principalmente aos sites

noticiosos fornecer conteúdo, incluindo neste as fotos e os eventos de natureza semelhante ocorridos anteriormente. É a partir deste momento, quando todos os dispositivos do sistema midiático estão dialogando – afetando e sendo afetados pela midiatização – que os demais campos sociais começam a ser afetados por sua processualidade. Este movimento se inicia no domingo, quando o jornal ABC Domingo circula, mas principalmente a partir de quarta-feira, quando os demais dispositivos, entres estes a revista Veja, já estão dialogando com os demais sistemas sociais, públicos e privados. Observe-se que os blogs ainda não fazem parte desta processualidade, pelo menos não de forma tão visível, o que virá ocorrer mais tarde, quando o tema for de domínio público. Isso não obstante sua proximidade genealógica com os webjornais, pois também aqui estamos diante de um dispositivo exclusivo da internet⁷⁸. Entre as hipóteses para esta aparente exclusão neste primeiro momento consta o fato de os blogs interagirem de forma diferenciada com seu entorno, seja ele tecnológico ou social. Contribui para isso, como veremos mais adiante, o fato de os blogs serem de caráter fundamentalmente opinativos, e não hegemonicamente informativos, como os webjornais, o que exige que operem não necessariamente a partir da deflagração dos acontecimentos, mas antes na repercussão destes, ainda que não haja impeditivos para que o primeiro movimento ocorra. Pode-se pensar, portanto, que os blogs radicalizam, em uma perspectiva de operação em rede, o gênero opinativo em seus mais diversos formatos – crônica, artigo, editorial etc. Isso ao ponto de problematizá-los quanto a questões como perspectiva de emissão, autorialidade e outros. Mas mantém, no entanto, a essência a perspectiva que o fato precisa antes ter ocorrido para que encontre espaço nos blogs⁷⁹.

Por hora, cabe ressaltar, no caso analisado, como observamos anteriormente, que a midiatização afeta, desde o início, os próprios dispositivos jornalísticos-comunicacionais, à medida que altera rotinas de agendas de veiculação, e que isso se dá de forma mais visível no que o sistema tem de virtual. Ou seja, por meio da *web*. A internet ocupa lugar central neste processualidade, pois tudo ocorre com e em decorrência dela. Se os dispositivos eletrônicos são os primeiros a serem afetados, para após afetar seus pares, deve-se, evidentemente, ao aparato tecnológico em que se inserem, mas também à temporalidade operacional dos webjornais, telejornais e radiojornais, instantânea. A notícia original mantém-se, na maioria das vezes, muito próxima ao formato original da *newsletter*. A informação se verifica por meio da observância do conteúdo das tabelas acima descritas.

⁷⁸ Ambos são sites.

⁷⁹ Basicamente porque não há opinião sem informação; neste caso de natureza jornalística.

O fato de os jornais analógicos estarem presos a uma lógica operacional diferenciada, de 24 horas em média, faz com que a midiaticização incida sobre estes, em um primeiro momento, mais visivelmente no âmbito da produção. Isso se dá, e o caso analisado busca ilustrar este movimento, por meio da alteração das rotinas produtivas, em grau maior do que se verifica nos dispositivos eletrônicos. Este movimento é diferente do que ocorre usualmente em uma redação, quando pautas de última hora alteram manchetes, por exemplo, à medida que o elemento deflagrador, mesmo se configurando na forma de uma notícia, é ofertado pelo entorno midiático, o que projeta a perspectiva analítica sobre uma estrutura de natureza sócio-tecnológica, de matriz sistêmica.

3.3.4 A midiaticização dos demais campos sociais

Se, por outro lado, a midiaticização opera de forma auto-referencial, portanto voltada antes para suas próprias operações que ao seu entorno – valendo-se de fluxos informativos como vetor desta processualidade – ela acaba por afetar o seu entorno para além de suas fronteiras. Quando isso ocorre, tem-se, de um lado, a criação de novas ambientações, à medida que o aparato midiático passa a regular o meio, e, por outro, a formação de novas configurações, que acabam por possibilitar que o sistema midiático siga operando processualmente de forma sistêmica. Mal comparando, pode-se pensar que, além de buscar colocar em andamento suas próprias operações, o sistema midiático é capaz de gerar novos acontecimentos para, por meio deles, garantir sua própria operacionalidade.

A afirmação pode ser confirmada quando, como vimos anteriormente, os demais sistemas, caso do político e do judiciário, passam a ser irritados pela midiaticização. É o que pode ser observado por meio da notícia veiculada na Câmara de Vereadores de Belém, veiculada dia 26 de setembro⁸⁰:

Escândalo no futebol brasileiro é comentado e repudiado pelos vereadores

O escândalo no futebol envolvendo o árbitro de futebol da Fifa, Edilson Carvalho, acusado de manipular os resultados dos jogos da atual temporada paulista, inclusive, do Campeonato Brasileiro, teve repercussão, nesta segunda-feira, 26, na Câmara

⁸⁰ Disponível em:

[http://www.cmb.pa.gov.br/eportal/index.php?option=com_content&task=view&id=321&Itemid=53] Acesso em 6 de junho de 2007.

Municipal de Belém, através de pronunciamento do vereador e presidente do legislativo municipal, Raimundo Castro (PTB), que alertou: “Há possibilidade da máfia ser muito maior do que se pensa”.

Ou no site do Ministério Público de São Paulo⁸¹, a 6 de outubro:

Máfia do futebol

MP-SP abre inquérito por indenização de torcedores lesados

O MP-SP (Ministério Público de São Paulo) determinou a abertura de um inquérito civil para que a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e a FPF (Federação Paulista de Futebol) indenizem os torcedores que compareceram aos jogos dos campeonatos Paulista e Brasileiro deste ano. (...)

De acordo com a Fundação Procon, a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e empresas de TV por assinatura que comercializaram a transmissão de jogos apitados por árbitros ligados á máfia são responsáveis pelo ressarcimento ao consumidor, nas hipóteses em que ficar caracterizado o vício de qualidade dos mesmos. A Máfia do apito foi descoberta no final de setembro, e envolve os árbitros Edilson Pereira de Carvalho e Paulo José Danelon, envolvidos em um escândalo de manipulação de resultados de jogos para benefício de apostadores

Ou seja, o assunto deixa de ser tratado auto-referencialmente em um primeiro momento (porque deixa o sistema midiático) e passa a afetar os demais sistemas, neste caso por meio do Ministério Público de São Paulo – Judiciário – e a Câmara dos Vereadores – Legislativo – de Belém, no Norte do País. Os exemplos nos sugerem que estes também se valem da internet, por meio de seus próprios sites de notícias, como forma de “resposta” ao tema posto em pauta na sociedade naquele momento. Ocorre que, mesmo aqui, esta resposta se processa de forma auto-referencial, o que nos leva a inferir que a lógica operacional da midiaticização é voltada seminalmente para sua próprias operações, deslocando a importância do meio, o que se torna mais possível somente em um contexto de alta imersão tecnológica. Isso está posto na notícia veiculada no dia 16 de outubro por meio de artigo do Consultor Jurídico⁸², cujo título era:

⁸¹ Disponível em: [<http://www.mp.ms.gov.br/principal/notall.php?pg=1&id=1306>] Acesso em: [6/6/2007]

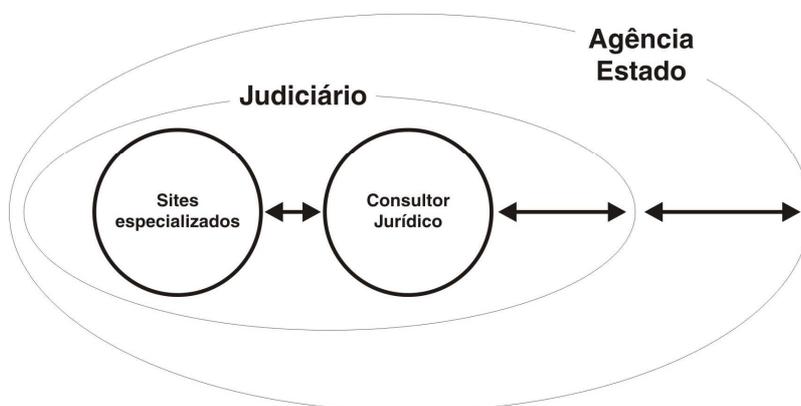
⁸² Disponível em: [<http://conjur.estadao.com.br/static/text/38713,1>] Acesso em: [07/06/07]

A lei do jogo

O esporte também tem de seguir o devido processo legal

O site buscou o tema “crise no futebol” no aparato midiático e passou a discuti-lo em seu próprio interior, seja por meio de artigos veiculados em suas telas, ou, ainda, pelo viés de mecanismos de interatividade, caso dos fóruns de discussão. Com isso, observamos que a midiaticização, já tendo afetado o aparato midiático, volta-se à sociedade, mas parece afetar de forma diferenciada alguns campos sociais em sua especificidade. Em nosso exemplo, o campo judiciário. Isso tendo ocorrido, os campos localizados no entorno do sistema midiático tomam para si o assunto em pauta e o projetam para o interior de seu próprio sistema. O diálogo se estabelece por meio de sites especializados, que dinamizam as operações no interior do próprio sistema. Estes, por sua vez, parecem se valer de formas-acessório para legitimar suas operações, caso das matérias assinadas e da referência a logomarcas reconhecidas. No caso do Consultor Jurídico, este se encontra ancorado no portal da Agência Estado⁸³, ligado ao jornal Estado de São Paulo, um dos mais importantes do País.

GRÁFICO 9 – A midiaticização dos demais campos sociais



Fonte: elaboração do autor

No esquema acima, a Agência Estado possibilita acesso a sites especializados na esfera jurídica, caso do Consultor Jurídico e outros de natureza semelhante.

⁸³ <http://www.estadao.com.br/>

3.4 A TRAGÉDIA DO VÔO 1907

Algo semelhante ao “Escândalo da Arbitragem” ocorreu quando, a 29 de setembro de 2006, um avião da Gol – o vôo 1907, desapareceu dos radares. A aeronave havia partido de Manaus às 15h35 e se dirigia a Brasília, onde deveria chegar às 18h12. Havia 155 pessoas no Boeing, entre tripulação e passageiros. A primeira informação dava conta de um acidente, por meio de um alerta à polícia do Distrito Federal feito por um operador de rádio amador, que transmitiu a notícia de que uma grande explosão havia ocorrido na floresta, próximo de sua casa, momentos depois que dois aviões (Noing e Legacy, soube-se mais tarde) haviam sido vistos voando baixo. Segundo o site G1, “O radioamador Laudir Benevides, 56 anos, de Alexânia (GO), que fica a 74 quilômetros de Brasília, foi quem avisou sobre o desaparecimento da aeronave da GOL esta tarde. Benevides disse ao **G1** que estava falando com outros radioamadores quando a frequência foi interrompida por um rapaz da região onde teria acontecido o acidente, próximo das cidades de Matupá e Peixoto de Azevedo, em Mato Grosso”⁸⁴.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS	DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES
<p>29 DE SETEMBRO DE 2006</p> <p>20h56 - Site do Jornal O Globo</p> <p><i>Avião da Gol desaparece após colidir com outra aeronave no Pará</i></p> <p>BRASÍLIA - O presidente da Infraero, José Carlos Pereira, confirmou o acidente aéreo envolvendo uma aeronave da Gol, com 155 pessoas a bordo, que saiu de Manaus e teria como destino Brasília, onde deveria pousar às 18h10m.</p> <p>O acidente foi provocado por uma colisão entre o avião da Gol e um avião Legacy, de pequeno porte, na região da Serra do Cachimbo, no Pará.</p> <p>Mesmo com a ponta da asa e parte da cauda destruídas, o Legacy conseguiu posar na Serra do Cachimbo.</p> <p>O avião da Gol, segundo José Carlos Pereira informou há pouco ao jornal "O Globo", continua desaparecido. Segundo ele, um fazendeiro da região teria visto um avião de grande porte voando baixo.</p>	<p>O site faz referência ao jornal <i>O Globo</i></p> <p>Notícia entra no sistema por meio de um dispositivo (webjournal) localizado na internet.</p> <p>A Infraero convalida ao jornal <i>O Globo</i> que houve um acidente aéreo; a notícia é veiculada do site do jornal.</p> <p>A matéria fala da colisão entre as duas aeronaves.</p> <p>O horário previsto de pouso era 18h10.</p> <p>Observe-se que não é a reportagem de <i>O Globo</i> quem busca a informação junto ao presidente da Infraero, mas “<i>O Globo</i>”. Ou seja, não são os jornalistas quem buscam a informação, mas sim o dispositivo jornal <i>O Globo</i></p> <p>É feita referência a um fazendeiro da região.</p> <p>O radioamador não é citado.</p>

⁸⁴ Disponível em: [<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1292059-5598,00.html>]

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

23h30 – Comunicado oficial, desta vez da GOL:

A GOL informa que o voo 1907, que partiu hoje às 15h35 (horário de Brasília) do aeroporto de Manaus e tinha chegada prevista às 18h12 ao aeroporto de Brasília, não teve o pouso confirmado até o momento. O último contato com a aeronave ocorreu às 17h00. O Boeing 737-800 foi recebido novo do fabricante no último dia 12 de setembro e tem apenas 200 horas de voo. Embarcaram 155 pessoas, das quais 149 eram passageiros e 6, tripulantes. Estamos aguardando informações oficiais das autoridades aeronáuticas sobre o voo. A GOL divulgará mais informações assim que estiverem disponíveis. A empresa faz questão de manter a transparência com os familiares, a imprensa e o público em geral. Os familiares dos passageiros dispõem do seguinte telefone gratuito para obter informações adicionais: 0800-2800749.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

22h36 - Site Folha Online

Desaparecimento de Boeing da Gol mobiliza mídia estrangeira

da Folha Online

A notícia do desaparecimento de um Boeing da companhia aérea Gol na região da Amazônia mobilizou a mídia internacional, que costuma, nestes casos, correr para checar suspeitas de seqüestros de aeronaves por terroristas. Logo após a confirmação pela Infraero, a CNN, rede norte-americana de televisão, entrou ao vivo com o relato de "breaking news" (notícia urgente). A CNN exibiu um mapa do Brasil localizando Brasília, destino do Boeing, informando que 154 passageiros e tripulantes estavam a bordo da aeronave. A barra de notícias da TV americana também mostrou detalhes da apuração do caso. O jornal americano "The New York Times" também já noticiou o caso, em seu site, reproduzindo um despacho da Associated Press. Sites de jornais argentinos, como o "La Nación", também destacaram o desaparecimento do avião na Amazônia, em seu noticiário on-line.

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

A GOL afirma que o voo não chegou no horário previsto (18h12).

É feita referência ao último contato: 17 horas.

Em uma linha, é dito que o avião é novo.

A composição da tripulação é detalhada: 149 passageiros e seis tripulantes.

Em outra, diz o número de passageiros e frisa seu compromisso com a transparência na relação entre ela e seus passageiros;

Um telefone é disponibilizado pelos familiares para mais detalhes.

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

A *Folha Online* se refere à CNN, ao *The New York Times*, *Associated Press* e *La Nación*

A notícia da *Folha Online* se refere aos desdobramentos do acidente.

A mídia se refere à forma de a mídia estrangeira agir em casos como estes, neste caso com suspeitas de terrorismo

A notícia deixa o território brasileiro, por meio da internet (site da *Folha Online*).

O sistema midiático brasileiro se refere ao sistema midiático internacional.

O que, no Brasil, era tratado como um acidente passa a ter a possibilidade de ser ataque terrorista por meio da rede de televisão CNN.

O site do *The New York Times* também noticia, a partir de um despacho da agência de notícias da *Associated Press*.

O site do *La Nacion*, argentino, também destaca o desaparecimento do avião.

GRÁFICO 10 - 2ª Sistematização da processualidade

HORA	29/09/2006	DISPOSITIVO	TÍTULO
20h56		Site do O Globo	Avião da Gol desaparece após colidir com outra aeronave no Pará
21h50		Newsletter	Comunicado oficial da Infraero
22h30		Site Folha de Londrina	Avião da Gol com 155 pessoas desaparece do radar
22h36		Site Folha Online	<i>Desaparecimento de Boeing da Gol mobiliza mídia estrangeira</i>
23h30		Newsletter	Comunicado oficial da Gol

Fonte: elaboração do autor

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS

DIA 30 DE SETEMBRO DE 2006

9h54 – Comunicado da GOL

A GOL, profundamente comovida, cumpre com o dever de informar que ocorreu um acidente com o voo 1907, que partiu ontem, sexta-feira (29), às 15h35 (horário de Brasília) do aeroporto de Manaus e tinha chegada prevista ao aeroporto de Brasília às 18h12. O último contato com a aeronave ocorreu às 17h00. A aeronave, um Boeing 737-800, foi recebida nova do fabricante no último dia 12 de setembro e tem apenas 200 horas de voo.

Estavam a bordo 155 pessoas, sendo que 149 delas eram passageiros e 6 tripulantes. Os destroços da aeronave foram localizados 30 km a leste do município de Peixoto Azevedo (MT). Ainda não há confirmação de sobreviventes.

As autoridades aeronáuticas estão apurando as circunstâncias do acidente. A GOL vai divulgar continuamente informações assim que elas estiverem disponíveis.

A GOL Linhas Aéreas iniciou suas operações em 15 de janeiro de 2001, tendo voado mais de 650.000 mil horas sem nenhum acidente fatal.

A empresa faz questão de manter a transparência com os familiares, imprensa e com o público em geral. Para tanto, as informações atualizadas sobre o ocorrido poderão ser encontradas neste site, no link últimos boletins.

Os familiares dos passageiros dispõem do seguinte telefone gratuito para obter informações adicionais: 0800-2800749

A empresa desde já se solidariza com os familiares e amigos das vítimas.

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

O acidente é comunicado oficialmente.

É reiterado que o avião era novo

É lembrado que este é o primeiro acidente da companhia.

Desta vez, o local do acidente é o município de Peixoto Azevedo, no Mato Grosso.

Não há notícias a respeito de sobreviventes.

É feita referência à quantidade de horas voadas pela companhia sem nenhum acidente, ou seja, 650 mil horas desde 15 de janeiro de 2001.

Promete divulgar constantemente as informações

Reitera a disponibilidade do site e do telefone anteriormente divulgados

A idéia de transparência encontra-se novamente vinculada ao uso de internet.

Como a notícia chegou tarde às redações de jornais impressos – perto das 21 horas do dia 9 de setembro de 2006 – e a lógica produtiva destas UCs está umbilicalmente atrelada a complexos processos de manufatura e circulação, as edições de sábado restringiram-se a divulgar o assunto por meio de matérias enviadas pelas agências de notícias, que se vale da

internet para divulgar suas informações. Ainda, assim, diferentemente do que ocorreu no caso anterior, a UC Jornal Impresso foi afetada pelo fluxo de informações provenientes do sistema midiático por meio da internet no mesmo dia em que as demais UCs começaram a trabalhar o evento. Isso ocorreu, por exemplo, na página 37 do Jornal NH, de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, a partir de um texto enviado por meio da Agência Estado.

ILUSTRAÇÃO 4 – Página 37 de Jornal NH

Avião da Gol some com 155 pessoas

Boeing 737-800 da Gol desapareceu com 155 pessoas em direção à Brasília

SAIBA MAIS

Meirelles faz defesa da política monetária

Varig anuncia na próxima semana o novo presidente

A notícia, em duas colunas, dava conta do sumiço do avião e resumia, em um texto com cerca de 2 mil caracteres, o que havia sido noticiado por meio da internet na noite anterior. A matéria vinha acompanhada de duas fotos de arquivo: uma maior, em destaque, de um Boeing 737-800 da Gol, semelhante ao que estava desaparecido. Em uma foto menor, sobreposta à primeira, uma foto do jato executivo da Legacy. Uma legenda, na condicionante, sugeria que o boeing *teria* se chocado com o Legacy quando o primeiro se dirigia a Brasília, onde deveria pousar às 18h10 do 29 de setembro. Abaixo das fotos, e ao lado do texto, um infográfico intitulado *Saiba mais* reproduzia o roteiro de partida e chegada do avião da Gol.

A decisão de publicar a matéria foi tomada pelo editor-chefe do veículo, Sérgio

Pereira, após ser consultado pelo editor de País/Mundo, Cláudio Bender, a respeito do assunto. Até este momento, o assunto era tratado como relevante, haja vista que acidentes aéreos não são comuns, mas não o suficiente para alterar substancialmente as rotinas de trabalho. Os dados que compuseram a matéria foram fornecidos por agências de notícia por meio da internet.

ILUSTRAÇÃO 5 – Infográfico do Jornal NH



Se, de um lado, os sites noticiosos seguiram fornecendo informações sobre o movimento de busca dos destroços, os jornais impressos resumiram, em sua edição de domingo, 1º de outubro de 2006, o que havia sido veiculado até então sobre o assunto. O jornal ABC Domingo, de Novo Hamburgo, fez isso por meio de uma reportagem de capa e em duas páginas internas em que, além dos textos, veiculava um infográfico intitulado, em bold, *Vôo 1907*, estilizado, e informando a rota do avião da Gol, dados sobre sua tripulação, a lista dos passageiros que estavam a bordo e a cronologia do acidente. A decisão de se publicar o assunto em uma proporção maior que a anterior deveu-se ao fato de, por meio dos comunicados da empresa aérea com a divulgação dos nomes dos mortos, constarem dois moradores da região de circulação do jornal. A manchete secundária de domingo era: “TRAGÉDIA NO AR: Dois gaúchos da região entre os passageiros”.

ILUSTRAÇÃO 6 – Capa do ABC Domingo



ILUSTRAÇÃO 7 – Páginas 2 e 3 do Jornal ABC Domingo



A exemplo do que ocorreu com o escândalo da arbitragem, esta notícia alterou novamente a lógica de funcionamento da redação do jornal ABC Domingo. A diferença é que, neste caso, sabia-se com um dia de antecedência do evento, haja vista que, no sábado pela manhã, ele já vinha sendo veiculado. O que fez com que os editores optassem pela mudança foi, principalmente, a dimensão que o assunto tomou, o que pôde ser percebida por meio dos sites de notícia da internet, mas também o fato que, entre os mortos, havia moradores da área de cobertura do jornal. Esta informação foi possível porque a empresa, ao oficializar o acidente, divulgou, por meio da *web*, a lista dos que morreram.

A mudança de pauta exigiu da redação esforços similares ao do escândalo da arbitragem, em especial no que diz respeito à composição de elementos imagéticos – infográficos, fotografias etc. – e informações sobre a cronologia do acidente, que seriam utilizados na elaboração das páginas. Também aqui informações foram retiradas da internet. Mas não apenas. A tonalidade da matéria, já a partir do título principal – *Sem esperanças* –, acompanhado de uma foto em duas colunas onde três pessoas demonstravam estar sofrendo, sugeria que muitas mortes haviam ocorrido entre as pessoas que estavam a bordo do Vôo 1907. Por outro lado, a reportagem, já a partir da chamada de capa, procurava relacionar o

acidente com a área de circulação do jornal, neste caso os municípios de Canoas e Novo Hamburgo. Além de fotos de dois moradores destas cidades, na região metropolitana de Porto Alegre, a matéria veiculava também uma página do Orkut, site de relacionamentos, em que o filho de um dos passageiros do Boeing recebia apoio de internautas solidários com a família da vítima do acidente. O proprietário da página do Orkut, filho do desaparecido, lamentava a falta de informações: “Só temos informações pela internet, rádio e tevê”.

As revistas, ligadas a uma temporalidade diferenciada dos jornais impressos (24 horas) e dos eletrônicos (instantâneos), e com fechamento editorial usualmente às sexta-feira – circulam a partir dos finais de semana – não conseguiram alterar suas edições na semana imediatamente posterior ao acidente, como o fizeram os demais. No caso da Veja, isso viria a ocorrer somente a 11 de outubro de 2006, que, a partir da capa, e por meio de uma tarja no canto superior esquerdo da página, enunciava:

ILUSTRAÇÃO 8 – Capa da Revista Veja



Nas páginas internas, amplamente ilustradas por fotos do resgate, das vítimas e dos aviões envolvidos no acidente, a matéria, já a partir do título e da linha de apoio, optava por um tom mais voltado à explicação do que havia ocorrido a 29 de setembro de 2006:

Especial

O risco é de 1 em 200 milhões

Essa é a possibilidade matemática de que dois aviões se choquem a mais de 10 quilômetros de altura. No caso do Boeing da Gol, começa-se a elucidar a seqüência de erros que culminou na pior tragédia da aviação brasileira

ILUSTRAÇÃO 9 – Páginas internas de Veja

REVISTA VEJA Edição 1577 - 11 de outubro de 2006

veja

Especial

O risco é de 1 em 200 milhões

Essa é a possibilidade matemática de que dois aviões se choquem a mais de 10 quilômetros de altura. No caso do Boeing da Gol, começa-se a elucidar a seqüência de erros que culminou na pior tragédia da aviação brasileira

Rafael Corêa e Rozana Zakab

DESTA EDIÇÃO

- Índice
- Brasil
- Internacional
- Geral
- Ciência
- Artes e Espectáculos

COLUMNAS

- Hilda
- Claudio de Moura Castro
- Diego Nairardi
- André Petry
- Reinaldo Azevedo
- Roberto Pompeu de Toledo

SEÇÕES

- Carta ao leitor
- Entrevista
- Cartas
- Radar
- Infográfico
- Cartões
- Dicas
- Conteúdo
- VEJA.com

Enchido Duro LP



Destroços do Boeing na selva do Mato Grosso: o avião se despedaçou no ar e 138 corpos se espalharam num raio de 20 quilômetros

Até este momento, o entorno do sistema midiático – ou os demais campos sociais – ainda não haviam sido afetados substancialmente pela seqüência de informações produzidas e reproduzidas pelo sistema midiático. Isso ocorreria mais tarde, em decorrência, principalmente, da suspeita de que o acidente havia ocorrido devido a falhas humanas – levantadas nas investigações posteriores ao desastre – no sistema de monitoramento via satélite, dos vôos.

FLUXO DOS ACONTECIMENTOS	DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES
<p>23 DE NOVEMBRO DE 2006</p> <p>23 horas – Site Estadão.com.Br</p> <p><i>Controladores de vôo dizem que há 'zona cega' na Amazônia</i> <i>Profissionais relatam área onde não há vigilância nem visualização de aviões</i></p> <p><i>BRASÍLIA - Os três últimos controladores de vôo ouvidos nesta quinta-feira pela Polícia Federal declararam inocência no choque entre o jato Legacy e o Boeing da Gol, no qual morreram 154 pessoas. Eles puseram a culpa pelo acidente nos pilotos do Legacy e no sistema de monitoramento do espaço aéreo brasileiro adotado pela Aeronáutica, o qual definiram como "obsoleto". Os controladores repetiram a mesma versão dos dez outros colegas ouvidos nos dias anteriores e alegaram que foram induzidos a erro por falhas do equipamento de radar e de comunicação. Segundo relato dos advogados Normando Cavalcante e Fábio Souza, que acompanharam os depoimentos, os controladores, unanimemente, garantiram que existe uma zona cega na Amazônia, que começa 200 milhas ao Norte de Brasília e se estende até a Serra do Cachimbo, no Sul do Pará, onde já ocorreram outros acidentes porque os radares e os sistemas de comunicação falham. (...)</i></p>	<p><i>Internet oferece desdobramentos para o evento.</i></p> <p>A matéria chama, já a partir do título, a existência de uma zona não coberta pelo sistema de vigilância. Chama de Zona Zega.</p> <p>O campo jurídico começa a ser afetado a partir do momento em que os controladores se valem de advogados para elaborar suas defesas.</p> <p>O mesmo em relação ao campo policial, por meio da presença de um delegado da Polícia Federal.</p>

A partir deste momento, e sempre com base em informações veiculadas por meio dos sites noticiosos, e depois assimiladas pelos dispositivos eletrônicos e analógicos, os demais campos sociais passam a ser afetados pela processualidade da mediação. Tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado, ambos na esfera política, instauraram Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para apurar as responsabilidades do acidente, que caíram invariavelmente sobre os controladores de vôo. Estas investigações, antecedidas pelas que a Polícia Federal vinha realizando desde quando do acidente, acabaram por deflagrar uma crise sem precedentes na aviação brasileira. O motivo desta, segundo a Wikipédia, enciclopédia online de fonte aberta, foi o fato de os oito controladores de vôos que estavam trabalhando no dia 29 de setembro de 2006 terem sido afastados para investigação a respeito de possíveis falhas operacionais⁸⁵. Outros tiveram que trabalhar em seu lugar. O resultado foi a

⁸⁵ Diz a Wikipédia: “Em 27 de outubro de 2006, os controladores de tráfego aéreo começaram a se organizar para promover uma greve branca, que seria uma forma de pressionar o governo a atender reivindicações por melhores salários, menor carga horária e a contratação de mais profissionais. Entretanto, a maioria dos controladores, por serem militares subordinados à disciplina da Força Aérea Brasileira (FAB), não aderiu à greve. Mesmo com a FAB negando que tal reunião tivesse existido, a greve branca ou operação-padrão foi iniciada”. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_no_setor_a%C3%A9reo_brasileiro]. Acesso em [08/06/07]

deflagração de uma operação-padrão, que acabou por afetar todo o sistema de tráfego aéreo civil, provocando caos nos aeroportos de todo o País.

<p>FLUXO DA INFORMAÇÃO</p> <p>DIA 28 DE OUTUBRO DE 2006</p> <p>02h50 – Site G1, Globo.com</p> <p><i>PASSAGEIROS SE REBELAM E IMPEDEM DECOLAGEM EM SP</i></p> <p><i>Eles souberam que avião estava cheio a caminho do embarque. Polícia Federal teve de retirar os passageiros da pista.</i></p> <p>Passageiros tentaram evitar que o voo JJ 3508, da TAM, partisse do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, rumo ao Aeroporto dos Guararapes, no Recife, em Pernambuco, na tarde desta quarta-feira (27). Os viajantes rebelados reclamam que fizeram check-in e chegaram a entrar em um ônibus que os levaria ao avião. Foi quando receberam a notícia de que não havia mais lugares na aeronave. (...).</p>	<p>DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES</p> <p>Problema começa a afetar os passageiros de forma mais contundente, com manifestações de protesto nos aeroportos de todo o país.</p> <p>Quem informa isso é a <i>internet</i>, por meio do site <i>G1</i></p>
---	---

<p>FLUXO DA INFORMAÇÃO</p> <p>DIA 27 DE OUTUBRO DE 2006</p> <p>18h36 – Site G1, Globo.com</p> <p><i>AERONÁUTICA MANDA ATRASAR VÔOS; CONTROLADORES NÃO FARÃO GREVE</i></p> <p>Na manhã desta sexta-feira (27), o Departamento de Controle de Tráfego Aéreo, vinculado ao comando da Aeronáutica, determinou que vários vôos que saíram de Brasília com destino a Cuiabá, Campo Grande, São Paulo e região Sul tivessem a decolagem retida ou atrasada. O presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, informou que 32 vôos sofreram com o problema, das 6h47 às 10h42, no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek</p>	<p>DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES</p> <p>Informação surge por meio do site <i>G1</i></p> <p>A primeira notícia sugere que há sobrecarga de trabalho por parte dos controladores de voo.</p> <p>A estratégia utilizada é atrasar os vôos</p> <p>Não há referência de autoria da matéria, salvo o fato de ela ter sido veiculada pelo site de notícias <i>G1</i></p>
--	--

As notícias, amplamente divulgadas, dando conta de pessoas dormindo em aeroportos; vôos cancelados e funcionários de companhias aéreas sendo espancados por passageiros encolerizados acabaram por fazer que o governo federal interviesse na situação. Isso foi feito, inicialmente, pelo Ministério da Defesa, conforme notícia distribuída pela Reuters a todo o sistema midiático⁸⁶:

Ministério da Defesa faz reunião de emergência

Autoridades do setor aéreo foram convocadas para tratar da crise dos controladores. Representante do movimento diz que manifestação vai se expandir para outras cidades.

O problema acaba por afetar o próprio presidente da república, que, em abril de 2007, chama de “irresponsáveis” os controladores devido à crise que se estabeleceu ainda em 2006, conforme informa o site Estadão.com.br⁸⁷:

Lula ordena, de novo, medidas para normalizar tráfego aéreo

‘Brasil não pode ficar refém de movimentos irresponsáveis’, disse o presidente Leonencio Nossa e Expedito Filho

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou nesta noite, em uma reunião com os ministros Waldir Pires, da Defesa, e Dilma Rousseff, da Casa Civil, e com o comandante da Aeronáutica, Junito Saito, a adoção de medidas para garantir o retorno a plena normalidade das operações de tráfego aéreo brasileiro.

Lula designou o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para continuar as negociações com os controladores de vôo, informou a assessoria de imprensa do Planalto. Nesta terça-feira, 3, Paulo Bernardo receberá os controladores de vôo para tratar da edição de uma medida provisória retirando a função da carreira militar. Este foi um dos pontos negociados pelo próprio Paulo Bernardo com os controladores de vôo no auge da crise, na última sexta-feira. O presidente e os ministros fizeram um

⁸⁶ Disponível em: [<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL16233-5598,00.html>] Acesso em: [08/06/07]

⁸⁷ Disponível em: [<http://www.estadao.com.br/ultimas/nacional/noticias/2007/abr/02/367.htm>]. Acesso em [08/06/2007]

balanço da situação nos aeroportos. "O Brasil não pode ficar refém de movimentos irresponsáveis como este", disse Lula, referindo-se à paralisação dos controladores de vôo, segundo informações da assessoria do presidente. (...)

3.4.1 Três momentos distintos

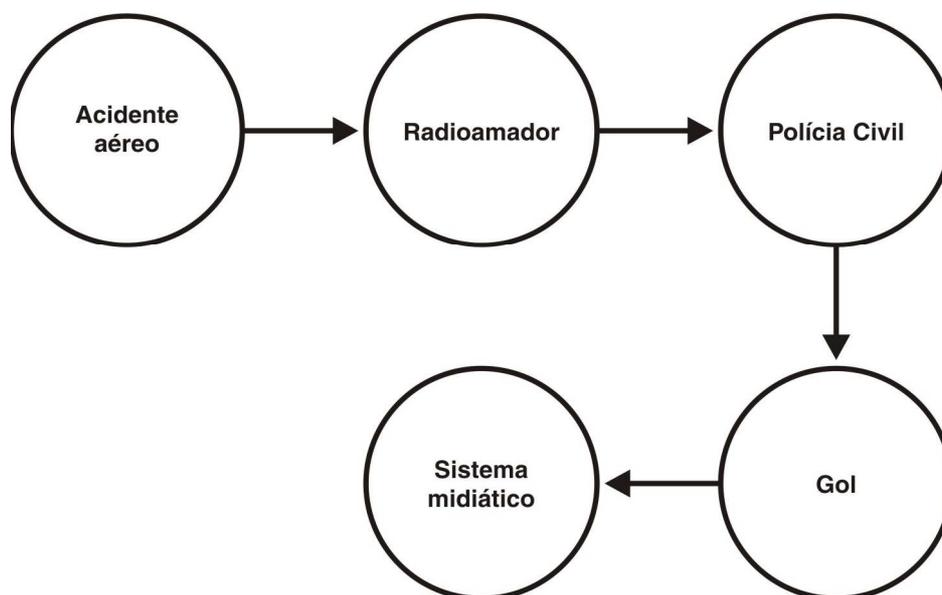
A exemplo do que houve com o “Escândalo da Arbitragem”, a análise do caso envolvendo a queda de um avião da Gol pode ser observada a partir de três momentos distintos, que se iniciam pela deflagração da processualidade midiática (inicialmente por meio de um rádio amador); passa pela midiatização dos dispositivos jornalísticos, e alcança, finalmente, a sociedade, para depois ser reabsorvida novamente pelo sistema midiático. Em todas elas a internet exerce um papel fundamental.

3.4.2 Deflagração da Processualidade Midiática

A processualidade midiática é deflagrada novamente por meio de um acontecimento diferenciado – neste caso um acidente aéreo. Mais tarde se saberá que ele resulta do choque de dois aviões, o que amplia seu potencial de noticiabilidade. Este acontecimento – o acidente aéreo – foi transmitido inicialmente por meio de dois operadores de rádio de uma fazenda localizada no interior de Goiânia. Eles emitiram um alerta, captado pelo radioamador Laudir Benevides, 56 anos, em Alexânea, a 74 quilômetros de Brasília. A informação dava conta que um avião havia caído a cerca de 20 quilômetros do local em que eles se encontravam. Benevides repassou as informações à Polícia Civil de Brasília. A polícia entrou em contato com a Gol, que confirmou o desaparecimento da aeronave e emitiu uma nota às 23h30, por meio da internet, dando conta do desaparecimento da aeronave.

Os movimentos iniciais podem ser vistos da seguinte forma:

Gráfico 11 – A processualidade da informação



Fonte: elaboração do autor

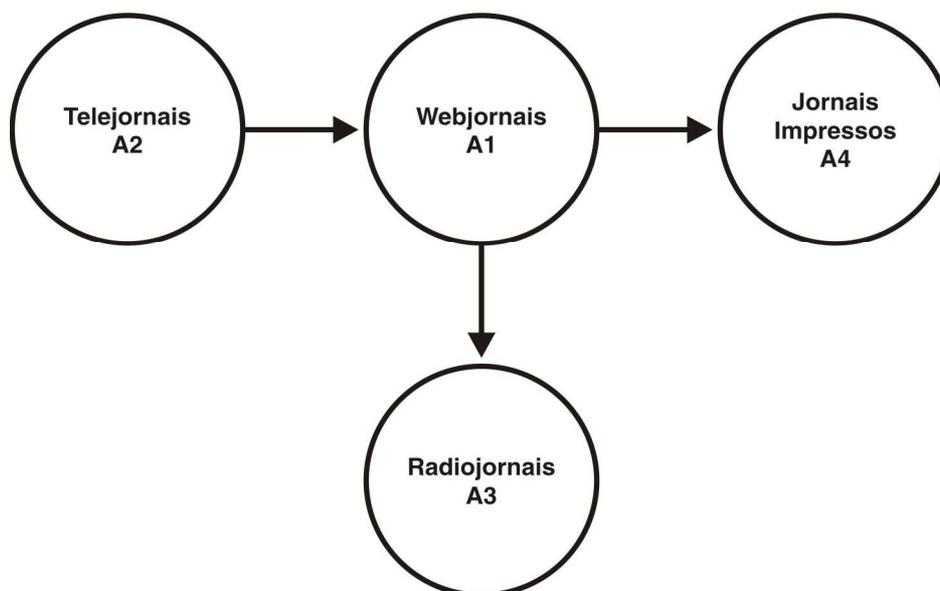
Por esta perspectiva, os relatos sobre o acidente aéreo seguem de forma relativamente linear quando são transmitidos do radioamador para a polícia civil e desta para a empresa Gol. A partir do momento em que são captados pelos webjornais, e, por meio destes, alcançam o sistema midiático, o acontecimento passa a ser transformado a partir da internet, midiaticizando-se.

3.4.3 A Mdiatização dos Dispositivos Jornalísticos

Se, no primeiro exemplo estudado, a processualidade midiática incidiu hegemonicamente sobre os dispositivos eletrônicos em um primeiro momento, para somente no dia seguinte irritar também os analógicos, no caso do avião da Gol esta afetação mostrou-se relativamente uniforme desde o início quanto à participação dos jornais impressos. Isso se deu desta forma devido ao fato de o acidente ter ocorrido no início da tarde do dia 29 de setembro de 2006, uma sexta-feira, e as primeiras notícias terem sido enviadas às redações, por meio da internet, em tempo hábil de serem inseridas nas rotinas produtivas dos jornais impressos. A mesma temporalidade, no entanto, acabou por impedir que as revistas semanais, que já estavam prontas – e o caso da *Veja* ilustra a situação –, veiculassem a notícia, como ocorreu com o Escândalo da Arbitragem. Isso viria a acontecer somente na semana seguinte, o que obrigou a revista a tratar o assunto de forma diferenciada, mas voltada à análise que

necessariamente ao acidente no que ele tem de factual. Graficamente, pode ser vista da seguinte maneira:

GRÁFICO 12 – A processualidade da midiatização



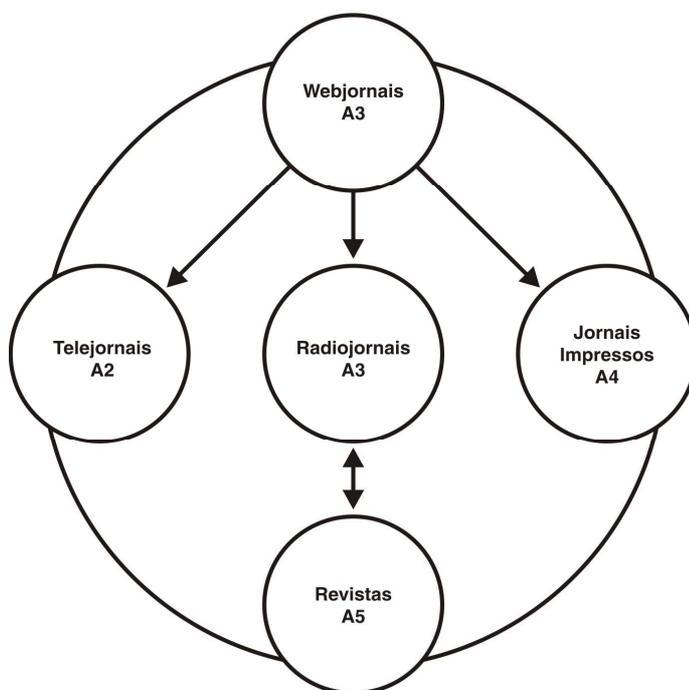
Fonte: elaboração do autor

A partir do momento em que a notícia é absorvida pelos webjornais (A1), estes deflagram a processualidade da midiatização por meio do diálogo que estabelecem com A2 (telejornais), A3 (radiojornais), e, finalmente, A4 (jornais impressos). A diferença, observados cada um dos dispositivos, é que, em A1, A2 e A3, as interferências se dão em termos de fluxo. Já em A4 – jornais impressos –, que opera com uma temporalidade diferenciada dos demais dispositivos, porque presa a um fluxo de 24 horas, a mudança mais visível, para além do fluxo de informações, se dá em termos de produção, à medida que, mesmo havendo tempo para veicular a notícia, este é curto e não permite que o mesmo seja aprofundado, o que ocorrerá nas edições seguintes.

Algo semelhante pode ser dito em relação às revistas, no gráfico abaixo representadas por (A5), que, neste caso, têm uma temporalidade ainda mais dilatada que os jornais impressos, ou seja, uma semana. Em nosso exemplo, a *Veja* é igualmente afetada pela processualidade da midiatização, mas ela tem capacidade de resposta ao sistema em um período diferenciado, o que restringe a interferência, em um primeiro momento, ao âmbito da produção. Isso faz com que a abordagem da cobertura do acontecimento pela revista, como

salientamos anteriormente, se verifique de forma diferenciada dos demais dispositivos, porque de cunho analítico-interpretativo, e não apenas factual. A opção foi tratar o assunto a partir do que ele tem de mais inusitado – neste caso não apenas o acidente, mas a probabilidade de acidentes desta natureza ocorrerem – e, a partir de então, propor ao sistema midiático – no gráfico personificado pelos dispositivos representados por A1, A2, A3 e A4 – novos diálogos como forma de acoplamento operacional a este. Este movimento se personifica à medida que os sites passam a reproduzir conteúdos oferecidos pelas páginas da revista. Quando isso ocorre, o que é representado no gráfico abaixo por uma seta dupla em A5, tem-se, então a processualidade do sistema midiático.

GRÁFICO 13 – A processualidade do sistema midiático



Fonte: elaboração do autor

3.4.4 A midiatização dos demais campos sociais

Uma vez afetado todo o sistema midiático pela processualidade da midiatização, o que ocorre nos dias posteriores ao acidente aéreo, este devolve o acontecimento à sociedade e passa a irritar os demais campos sociais, em nosso caso a começar pelo Judiciário e Legislativo. Estes também se valem da internet, por meio da emissão de informações, para dialogar com o sistema midiático e entre si. A estrutura de interferência entre os campos sociais vai se complexificando gradativamente à medida que outros setores da sociedade vão

se incorporando ao diálogo midiático e se tencionando mutuamente.

A afirmação pode ser comprovada à medida que, quando os controladores de vôo – sistema militar – são apontados como responsáveis pelas denúncias, estabelece-se uma crise na aviação civil brasileira, por meio do que se convencionou chamar “Apagão Aéreo”, e que teve conseqüências em todos os setores da sociedade. Isso ao ponto de os dois eventos – a queda do avião da Gol e o Apagão Aéreo – em muitos momentos parecerem distintos, quanto, na verdade, estão inseridos em uma lógica complexa que chamamos de midiatização.

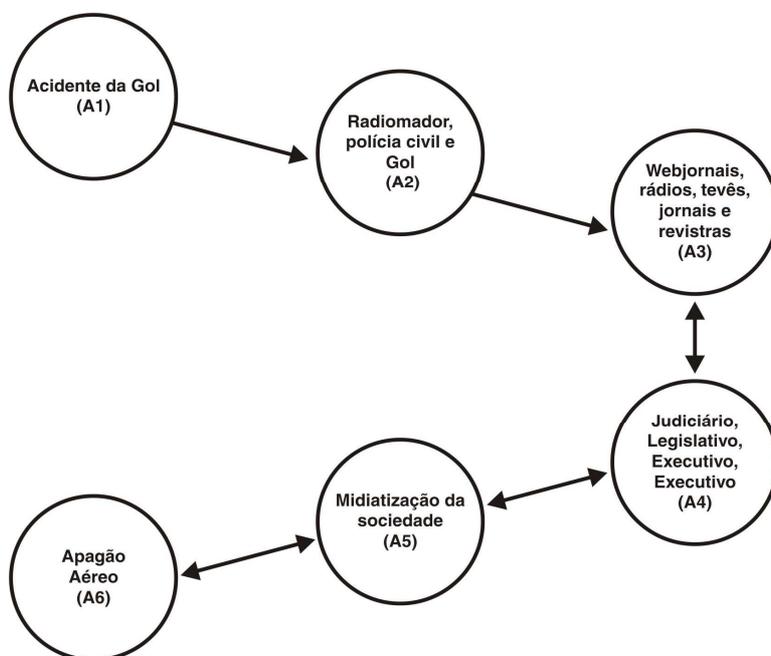
Quer nos parecer que a midiatização, ao atingir os seus próprios agentes – neste caso os dispositivos jornalísticos responsáveis por sua processualidade – não apenas segue afetando, por meio da criação de novas realidades, os demais campos sociais, como o faz para que haja possibilidade de retroalimentação do próprio sistema midiático, à revelia do entorno. A afirmação parece se comprovar em especial quando se observa a criação de uma nova realidade – o Apagão Aéreo – a partir de um acontecimento diferenciado – a queda do avião da Gol – e quanto estas, juntas, afetam todo o entorno social, para serem reabsorvidas novamente pelo sistema midiático.

Vale recordar que, em um primeiro momento, soube-se de um comunicado feito por meio de um radioamador, dando conta de um suposto acidente. Logo mais, notícias davam conta de um avião que não havia chegado a seu destino. Foi o suficiente para que todos os dispositivos eletrônicos, a partir da internet, focassem sua atenção para aquele fato. Ato contínuo, por uma questão de temporalidade diferenciada, jornais e revistas começam a alterar suas lógicas produtivas, modificando as edições que estavam em andamento naquele momento e que viriam a se materializar mais tarde.

Quando este acontecimento começa a fluir por todo o aparato midiático, modificando e sendo modificado por ele, os demais campos sociais são irritados de forma mais visível. Isso acaba fazendo com que, aos poucos, a notícia do acidente perca importância e dê lugar a uma outra situação: o caos nos aeroportos, ou Apagão Aéreo. Além do campo da aviação civil, são mobilizados os campos político, em suas mais diferentes esferas, e o social. Isso tudo a partir de notícia de presidentes e ministros justificando crises, pessoas dormindo em aeroportos, transplantes deixando de ser realizados por falta de possibilidade de vôo etc. Todos estas realidades geram novos sentidos, que por sua vez são absorvidos novamente pelo sistema

midiático, transformando-o, e uma vez mais devolvidos à sociedade, em um ciclo contínuo e concêntrico. Graficamente, podemos ver a questão da seguinte forma:

GRÁFICO 14 – A transformação dos acontecimentos



Fonte: elaboração do autor

Em A1, temos o acidente da Gol absorvido pelo sistema midiático (A3) por meio de um tensionamento do campo social (A2), que se dá com a comunicação do acidente, por um radioamador, à polícia e à empresa Gol. Uma vez no sistema midiático, e tendo interferido nos dispositivos jornalísticos-comunicacionais de que é formado (webjornais, radiojornais, telejornais, jornais impressos e revistas, em nosso exemplo), afeta os demais campos sociais (A4), – judiciário, legislativo, executivo, militar etc, –, midiatizando-os, que afetam, posteriormente, a sociedade (A5), que se midiatiza à medida que passa a conviver com novas e sucessivas gerações de sentido provocadas pela processualidade em andamento. A face mais ilustrativa do que este fluxo provoca são imagens de gente dormindo em aeroportos e a confusão que se estabeleceu a partir da greve dos controladores de vôos. Neste momento, tem-se a criação de uma nova realidade – o Apagão Aéreo (A6) –, que dialoga processualmente com A3, A4 e A5.

3.5 PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS

Tendo-se analisado como se estabelece a processualidade da midiaticização em cada um dos casos analisados por meio do fluxo de informações de um e outro, é chegado o momento de observarmos, comparativamente, as proximidades e os distanciamentos entre os dois modelos. Isso para que possamos analisar, por meio deles, como se estabelece a midiaticização do sistema midiático-comunicacional, e as complexificações que esta passa a estabelecer no campo jornalístico, agora midiaticizado. Do ponto de vista metodológico, analisaremos comparativamente os movimentos identificados a partir das marcas de natureza espaço-temporais, que são comuns a um e outro, o que será possível por meio da observância de resíduos textuais encontrados no corpus de análise. Começemos observando como se estabeleceu a deflagração da processualidade.

3.5.1 A deflagração da processualidade

No primeiro caso – o Escândalo da Arbitragem –, para além do acontecimento, a deflagração da processualidade midiática se iniciou a partir do momento em que a revista *Veja*, uma vez tendo apurado o acontecimento, disponibilizou uma matriz do mesmo, por meio de uma *newsletter*, ao sistema midiático-comunicacional. Ou seja, o acontecimento nasce da mídia. A *newsletter*, mais que adiantar o assunto que seria veiculado na próxima edição da revista, oferecia, por meio da internet, às redações de jornais, revistas, rádios, televisões e sites de todo o País um resumo dos principais eventos do evento batizado como o Escândalo da Arbitragem.

Em um primeiro momento, quando os sites noticiosos, mas também as emissoras de rádio e televisão, passaram a repercutir o conteúdo da *newsletter*, as referências ao acontecimento diziam respeito, em primeiro lugar, ao trabalho da revista, e não necessariamente ao evento que o originou. Neste sentido, a notícia em pauta era a apuração da revista, e não necessariamente seu conteúdo. Este era apresentado em caráter complementar ao fato de a *Veja* ter apurado o Escândalo da Arbitragem. Com isso, a notícia parece ter sofrido uma espécie de deslocamento de valor, tornando-se, desta forma, a cobertura que a revista realizou mais importante que o conteúdo desta. Por outro lado, quando os dispositivos buscam as informações de que necessitam em outros dispositivos, estamos diante de um movimento de natureza auto-referencial, porque voltado para as operações do próprio sistema,

e não de seu entorno.

Ou seja, à medida que a midiaticização se estabelece no interior do próprio sistema midiático, e a internet, ao estruturá-lo fisicamente e discursivamente em rede, mostra-se decisiva neste processo, porque estabelece dinâmicas de fluxos e lugares diferenciados, novas processualidades e novas interpretações têm lugar. E, com elas, papéis – caso do secularmente estabelecido pela notícia, em que esta sempre foi tida como razão e causa do fazer jornalístico, à revelia do suporte em que eram veiculadas – sofrem deslocamentos. Isso é sugerido, por exemplo, a partir da manchete do UOL Esportes veiculada às 23h01 do dia 23 de setembro de 2005: “Manipulação de resultados chega ao Brasil e envolve árbitro da Fifa, **diz revista**”. Ou a manchete do site Terra, veiculada às 23h16 do mesmo dia: “**Revista denuncia** suposta fraude em resultados do Brasileiro”. O que parece interessar, em primeiro lugar, não são os fatos; os acontecimentos em si, mas sim quem se refere a eles, neste caso a revista Veja, que “afirma” e “denuncia” o acontecimento em questão.

No segundo caso – A Tragédia do Vôo 1907 – o acontecimento é inicialmente apropriado pelo sistema midiático por meio de uma informação oriunda de outro sistema – neste caso o social, representado, em primeiro lugar, por testemunhas oculares do acidente, por uma transmissão de um rádio amador, seguido da polícia e da empresa Gol, que comunicou o incidente à imprensa. Diferentemente do que houve no Escândalo da Arbitragem, neste evento as marcas indicando a procedência (testemunhas oculares, radioamador, polícia, companhia aérea etc.) do acontecimento aparecem com mais clareza nos informes, ainda que em um diálogo estreito com as unidades constituintes do sistema midiático-comunicacional. É o que ocorre às 20h56, em trecho da matéria veiculada pelo site do jornal O Globo: “O avião da Gol, **segundo José Carlos Pereira** [presidente da Infraero] informou há pouco **ao jornal ‘O Globo’**, continua desaparecido. Segundo ele, **um fazendeiro da região teria visto um avião de grande porte voando baixo**”. Há se considerar, ainda, que, em comparação com o caso anterior, quem informa em primeiro lugar, aqui, é um fonte humana, ou seja, alguém localizado em um sistema que não o midiático.

Às 22h30 da mesma data, no entanto, os acontecimentos relatados por sites como UOL, Globo.com e Estadão.com, para ficarmos em alguns exemplos, começam a deixar as fontes primárias – ou seja, as testemunhas oculares do evento – e passam a basear seus relatos no que a Infraero torna público por meio dos demais dispositivos midiáticos. Isso se verifica,

por exemplo, em site do jornal Folha de Londrina, do Paraná, cuja matéria afirma que “**Em entrevista à rádio CBN** o presidente da Infraero, José Carlos Pereira, afirmou que houve uma colisão da aeronave da Gol com um avião Legacy, de pequeno porte”. Outro exemplo tem lugar às 22h36, quando o site Folha Online disponibiliza matéria cujo enfoque não é o acidente propriamente dito, ainda que este esteja contemplado, mas sim o que a mídia de outros países tem a dizer sobre o assunto. “Logo após a confirmação pela Infraero, **a CNN, rede norte-americana de televisão**, entrou ao vivo com o relato de "breaking news" (notícia urgente).”, afirma um trecho da matéria, para completar mais adiante: “O **jornal americano "The New York Times"** também já noticiou o caso, em **seu site**, reproduzindo um despacho da **Associated Press**. **Sites de jornais argentinos**, como o "**La Nacion**", também destacaram o desaparecimento do avião na Amazônia, em seu noticiário on-line”.

Comparativamente, em termos de deflagração da processualidade da midiaticização no interior do sistema midiático, temos, portanto, dois momentos operacionais distintos: no primeiro, os problemas ligados ao futebol, a irritação se estabelece por meio de um dispositivo do próprio sistema, neste caso a *newsletter* da revista Veja, cuja cobertura acaba por se transformar ela própria em acontecimento, deslocando a notícia propriamente dita para uma espécie de segundo plano da escala de importância. Esta segue compondo o ambiente, mas como elemento constituinte deste. No segundo momento, o acidente aéreo, o sistema, uma vez irritado pela informação, repete esta mesma estratégia – centrar a atenção no movimento dos dispositivos –, mas focaliza sua atenção inicialmente na forma como a notícia foi trazido à público. Ainda assim, observe-se que o relato do acontecimento – por meio de testemunhas oculares, mas também por radioamador, ou seja, um dispositivo comunicacional – divide espaço nos primeiros momentos, em termos de relevância, com o acidente propriamente dito. A percepção de que o sistema midiático-comunicacional parece buscar, em sua processualidade, marcas de suas próprias operações como forma de se legitimar se acentua à medida que a fonte das informações passa a ser, mais adiante, os comunicados oficiais da Infraero e da Gol (o primeiro foi expedido às 21h50 do dia 29 de setembro de 2006), e a partir de então, os próprios sites.

Com isso, observa-se, para além da auto-referência, outra operação própria do sistema midiático, ou seja, a busca pela redução da complexidade como forma de manutenção do próprio sistema. Redução de complexidade, neste sentido,

(...) significa que uma estrutura de relações entre elementos (de um sistema, de um entorno, do mundo) se reconstrói em um número menor de relações em um sistema particular. A complexidade se realiza e mantém no sistema somente mediante reduções: redução e manutenção de complexidade não estão em contradição, mas dependem uma da outra. Redução de complexidade significa manutenção seletiva de um âmbito de possibilidades com bases estruturais. Quem determina quanta complexidade interna pode criar e tolerar um sistema são as estruturas. A manutenção e a redução da complexidade dependem destas estruturas, que pré-selecionam as possibilidades de elementos se relacionarem entre si. (CORSI; ESPOSITO; BARALDI, 1996)

Equivale a dizer que as operações de natureza sistêmica, em nosso caso as do sistema jornalístico-comunicacional, estão voltadas, desde o momento em que sofrem irritações do ambiente em que se inserem, à redução de complexidade do próprio sistema. Neste sentido, o relato de um acontecimento precisa ser “uniformizado”, ou seja, ser desprovido de complexidade, para que tenha chances de viabilizar, o que ocorrerá por meio dos fluxos de informações, o diálogo entre os mais diversos dispositivos. Isso acaba por afetar, como observamos anteriormente, a natureza da própria notícia, mas também os mecanismos por meio dos quais ela é apropriada (de dispositivo para dispositivo, por exemplo) e transmitida (entre os dispositivos, em primeiro lugar, e somente então ao entorno, onde se localizam os demais sistemas, para, então, serem novamente absorvidas pelo sistema midiático).

3.5.2 Outras afetações no sistema midiático

Analisando comparativamente os dois casos, verificaremos, ainda, que a afetação dos dispositivos jornalísticos-comunicacionais na processualidade da midiática se deu de forma distinta, e a temporalidade operacional de cada um se mostrou decisiva neste sentido. No caso do Escândalo da Arbitragem, poucos jornais e revistas impressos puderam tratar do assunto na dimensão que lhes era exigido, ou seja, com uma cobertura ampla, como seria de se esperar de uma revista. Isso se deu desta forma porque a *newsletter* da Veja foi veiculada na sexta-feira à noite, por volta das 23 horas, período em que as edições semanais dos jornais já estão fechadas⁸⁸; que as revistas já foram impressas e começam a ser distribuídas. Ainda assim; quando houve possibilidade de interferência – e este foi o caso do jornal ABC Domingo, que, à época, possuía um horário diferenciado de fechamento em relação aos demais jornais impressos, às 23 horas de sábado – esta se verificou de forma que todas as atenções se voltassem à pauta proposta pelo sistema midiático. As fontes, uma vez mais, foram principalmente os dispositivos que compõem o sistema jornalístico-comunicacional,

⁸⁸ Sinônimo de concluídas, no jargão jornalístico.

como pudemos observar anteriormente.

No exemplo do acidente da Gol, também ocorrido em uma sexta-feira à noite, tem-se algo semelhante. A diferença, neste caso, é que o acontecimento irritou o sistema midiático comunicacional por volta das 20 horas, ou seja, a tempo de ser trabalhado pelos jornais impressos também, ainda que de forma pouco aprofundada. As fontes utilizadas inicialmente na cobertura foram, uma vez mais, principalmente os dispositivos que têm suporte na internet e os comunicados oficiais da companhia aérea. Desta vez, todas as revistas circularam sem a notícia, à medida que suas edições já estavam fechadas. Isso fez com que, na semana seguinte, estas tratassem o tema de forma diferente do que estava sendo feito pelos demais dispositivos impressos e eletrônicos: a factualidade deu espaço à interpretação. É o que se infere, por exemplo, quando a Veja aborda não apenas o acidente, mas a pouca probabilidade de ele ter ocorrido. É também o que sugere o enunciado da capa da edição seguinte: “Choque em pleno vôo: como se produz a tragédia **cujo risco é 1 em 200 milhões**”.

Estas observações sugerem que, em uma perspectiva de mediação, o trânsito das informações ao longo dos dispositivos acaba por fazer com que estas se transformem constantemente ao longo do fluxo informativo entre as UCs. Esta transformação pode estar relacionadas à profundidade com que o tema é tratado ou, ainda, à linguagem utilizada em seu tratamento, para ficarmos em duas possibilidades. Mas sugerem, sobretudo, que a adequação se dá principalmente no sentido de o conteúdo informativo se adequar da melhor forma possível ao conteúdo que já está presente nos demais dispositivos que compõem o sistema midiático. Caso entendamos este movimento de adequação de linguagem como um movimento de redução de complexidade que se verifica no interior da UC jornal impresso, por exemplo, veremos que esta co-referencia uma lógica mais ampla, do próprio sistema em que se insere, e que tem o mesmo sentido: tornar possíveis as operações do sistema midiático por meio da redução de complexidade de suas operações. Neste sentido, podemos afirmar que o acontecimento se transforma à medida que flui pelos dispositivos que constituem o sistema midiático.

3.5.3 A afetação dos demais sistemas sociais

Os demais sistemas sociais também foram afetados de forma diferenciada a partir do momento em que o sistema midiático-comunicacional, uma vez mediado, passou a

estabelecer seus diálogos processuais com estes. No primeiro caso, do Escândalo da Arbitragem, além do sistema esportivo (por meio da Confederação Brasileira de Futebol e da Justiça Desportiva, principalmente), também foi afetado o sistema judiciário, por meio da Polícia Federal e do Ministério Público de São Paulo, onde os eventos tiveram palco, e o sistema político, pelo viés de manifestações públicas realizadas por políticos. O diálogo entre os sistemas de deu principalmente de maneira normativa, ou seja, porque, mesmo os delitos tendo ocorrido na esfera esportiva, eles infringiam regras da esfera judicial, haja vista que diziam respeito a práticas consideradas ilegais no Brasil, caso dos jogos de azar. Assim, depois de ter se estabelecido em termos de fluxo no interior do sistema midiático, o tema Escândalo da Arbitragem passou a irritar os sistemas Esportivo e Judiciário, para, uma vez absorvido por estes, provocar novas irritações no sistema midiático até que o assunto deixasse de interessar a um e outro sistema. Chamaremos de refluxo informativo o movimento por meio do qual uma informação do sistema midiático-comunicacional, uma vez tendo irritado, sendo absorvido, e, portanto transformado outro sistema, à revelia de sua natureza, retorna ao sistema midiático sob a forma de um novo tema. Observe-se que o movimento, neste processo, é de natureza heteroreferencial, à medida que se estabelece, a partir de temas, no diálogo entre os sistemas, e não no interior destes.

Quanto o assunto disse respeito ao acidente da Gol, por outro lado, a afetação dos demais sistemas sociais se deu em uma escala substancialmente maior que a do Escândalo da Arbitragem. Em um primeiro momento, quando um acontecimento ocorrido no sistema social fez funcionar, por meio de irritação, a processualidade da midiatização no interior do sistema midiático-social, as afetações ficaram restritas a este último, que tratou de reduzir a complexidade do acontecimento até que ele finalmente tivesse circulado por todo os dispositivos que compõem o sistema. Em um momento posterior, os sistemas Judiciário, Legislativo, Executivo e Militar passam a ser irritados pelos informes oriundos do sistema midiático, apropriando-se deles e transformando-os a partir de operações auto-referenciais, para irritar, a partir de então, os demais sistemas sociais, entre este o midiático. Com isso, observa-se a processualidade da midiatização da sociedade em andamento, cuja face mais visível é o fato de o acontecimento inicial – o acidente aéreo – ter ser transformado em algo diferente: o Apagão Aéreo. Os dispositivos jornalístico-comunicacionais têm, também por ocasião do Apagão Aéreo, um papel decisivo na processualidade da midiatização, seja no interior do sistema midiático, nos demais sistemas ou no diálogo entre estes. Isso porque coube a eles a veiculação de imagens de pessoas dormindo nos saguões de aeroportos de todo

o País; de relatos de férias sendo transferidas ou canceladas e de notícias dando conta de uma crise político-administrativa que se instaura no Brasil.

A internet desempenhou um papel decisivo em ambos os casos. Se, de um lado, parece correto afirmar que os dois acontecimentos não teriam deixado de ocorrer sem ela; ou seja, seriam igualmente transmitidos de um lugar a outro, provocando afetações as mais diversas, sob outro ângulo parece sensato dizer que a rede imprimiu a este processo uma velocidade substancialmente mais rápida. Mas não apenas: por meio de seus nós e conexões estabeleceu novas ambientações na sociedade e nos sistemas de que esta é composta a partir principalmente do sistema midiático-comunicacional, que ganhou autonomia em relação aos demais sistemas a partir do momento em que passou a dialogar em rede.

NOTAS EM CONCLUSÃO

Se, até este momento, buscamos observar o percurso por meio do qual os dispositivos jornalísticos, mais do que vetores de midiaticização, tornaram-se eles próprios midiaticizados, alterando, assim, formas, gramáticas e processos secularmente instituídos, – permitindo, com isso, que a atividade se autonomizasse em relação aos demais campos sociais –, é preciso, agora, analisar o que significa este movimento sobre o fazer jornalístico. Ou seja, compreender o que representa, à prática do jornalismo e às teorias que lhe dão sustentação enquanto especificidade acadêmica, este novo território de matizes tecnológicas, mas também discursivas e sociais, que chamamos de jornalismo midiaticizado; ao mesmo tempo semelhante e distinto do que sempre se entendeu por jornalismo.

O semelhante fica por conta do fato de ainda estarmos falando de jornalismo, ou seja, de uma forma social de conhecimento que se estabelece a partir da aceitação do singular⁸⁹ como categoria analítica (GENRO FILHO, 1987), e que se distingue das demais formas de ciência, enquanto disciplina acadêmica, entre outros, a partir da percepção que o senso-comum⁹⁰ é uma dimensão do conhecimento. Já o distinto se justifica porque o fazer jornalístico, em uma perspectiva de midiaticização, portanto de profunda imersão tecnológica da sociedade, parece se distanciar cada vez mais das formas por meio das quais a prática tradicionalmente dialogou, por exemplo, com a notícia, sua matéria-prima, seja em termos de captação, produção, circulação ou mesmo pesquisa. Nossa atenção estará focada principalmente sobre as ofertas de sentido que se estabelecem a partir da análise dos dois casos analisados no capítulo anterior – o “Escândalo da arbitragem” e o “Acidente da Gol”.

Podemos começar nos perguntando se a internet impõe regularidades, mas também construções, a este que consideraremos um novo modo de midiaticizar os acontecimentos. A resposta pode ser alcançada se começarmos por observar a natureza dos acontecimentos que, em nossa mostra, colocaram a midiaticização em processo. Entendemos que ambos são

⁸⁹ Segundo Genro Filho (1987), o jornalismo é uma forma de conhecimento centrada no “singular”, que surge com a indústria moderna e é indispensável na relação entre o indivíduo e a sociedade.

⁹⁰ “Ao se fixar na imediaticidade do real, o jornalismo opera no campo lógico do senso comum, e esta característica definidora é fundamental. (...) O conhecimento do senso comum foi até bem pouco tempo desprezado pela teoria, uma vez que toda a ciência moderna se constituiu com base em sua negação” (MEDITSCH, 1997, p. 6).

diferenciados à medida que afetam, em sua essência, de um lado, um grande número de pessoas por meio do rompimento de valores que lhe são caros – aviões sempre foram considerados seguros; o futebol, em termos de Brasil, é uma “paixão nacional”, portanto não pode ser maculada –, enquanto que, sob outro ângulo, e em decorrência do anterior, complexificam-se depois de terem sido absorvidos pelo sistema midiático. No caso do Acidente da Gol, ao ponto de se transformar em um novo acontecimento. Com uma diferença: os novos cenários que se apresentam após a absorção dos acontecimentos pelo sistema midiático têm no interior do sistema uma espécie de lugar a partir do qual todos os outros sistemas, à revelia de sua natureza, estabelecem suas relações, interferindo e sendo interferidos por este.

Não se trata de estabelecer uma centralidade ao sistema midiático-comunicacional em relação aos demais sistemas, mas admitir que, nesta perspectiva, ele passa a se tornar indispensável, em sua autonomia, ao funcionamento dos demais sistemas. É o que se verifica, por exemplo, quando o Acidente da Gol acaba por se transformar em um evento completamente distinto deste – o Apagão Aéreo. Se isso se deu desta forma, é porque novas e sucessivas construções foram se estabelecendo a partir do momento em que o acontecimento original – o Acidente da Gol – foi sendo processado pelo aparato midiático-comunicacional e posteriormente devolvido, por meio de seus enunciados, aos demais sistemas, fossem eles políticos, sociais ou econômicos, para ficarmos em três, até se transformarem em um acontecimento distinto do original. Consideramos ele distinto porque diz respeito, antes, a uma crise institucional, personificada no mal gerenciamento do espaço aéreo brasileiro, do que a um problema envolvendo um choque entre duas aeronaves em algum lugar ao norte do Brasil.

Entendemos que estes movimentos se tornam possíveis, entre outros, a partir de regras discursivas que são próprias do jornalismo que denominamos, nesta pesquisa, de midiaticizado e que se distinguem das formas anteriores, próprias da Modernidade. A primeira e mais evidente delas diz respeito à relação que os dispositivos estabelecem com suas fontes: elas parecem, de um lado, cumprir o papel de avalizadoras do que está posto a título de notícia, enquanto que, de outro, assumem papéis até então pouco conhecidos. No primeiro momento, relacionado à função avalizadora das fontes, deve-se ao fato de elas exercerem um papel quase acessório na composição das notícias, à revelia de estarem dentro ou fora do sistema. Isso fica claro quando não é a Polícia Federal, por exemplo, quem é referenciada nas matérias

sobre as denúncias envolvendo fraudes no futebol, mas a revista *Veja*, que não apenas denunciou estas fraudes, como traduziu-as e forneceu subsídios aos demais dispositivos do sistema midiático-comunicacional a este respeito.

À Polícia Federal coube, neste contexto, um papel de composição da notícia, e não de deflagrador, o que reforça a percepção de que a notícia se constrói como tal quando algum acontecimento entra em contato com o sistema midiático e é absorvido por este por meio de um processo de acoplamento. Ou seja, pelo viés da irritação. Ocorre que, em uma perspectiva sistêmica, irritações são construções internas do sistema, o que nos permite pensar a notícia se constrói também na processualidade do sistema midiático, e não apenas na relação deste com o ambiente externo, o meio. Isso nos ajuda a compreender porque o nome da Polícia Federal simplesmente não é citado nos primeiros relatos, apesar de ter sido ela quem realizou as investigações que culminaram nas denúncias.

Os papéis, até há pouco lineares, dos dispositivos em relação às suas fontes, em uma perspectiva de jornalismo midiaticizado, estão relacionados ao diálogo que se estabelece, neste contexto, entre os dispositivos. Ou seja, o emissor não apenas é emissor: agora ele também exerce o papel de receptor e fonte, o que, em nossa amostra, pode ser observado pelas marcas textuais indicando que as notícias são procedentes deste e daquele dispositivo ao longo do fluxo de informações. Com isso, chegamos à segunda regra discursiva que se estabelece a partir da midiaticização do jornalismo, a co-referência.

A dinâmica imposta por uma arquitetura de natureza rizomática, porque em rede; complexa, em contraposição ao modelo axiomático (um para muitos), acaba por fazer com que os dispositivos que compõem o sistema midiático-comunicacional estabeleçam seus diálogos principalmente entre eles próprios, referenciando-se mutuamente. Como sugerimos anteriormente, isso faz com que o sistema possa ser identificado como tal à medida que reitera os locais por meio dos quais os fluxos se estabelecem, emprestando identidade ao todo, mas também atende a uma necessidade que é própria da atividade sistêmica. Ou seja, reduz a complexidade desde o ponto de vista operacional (não é preciso checar, escrever novamente, inserir novas fontes etc.), tornando mais dinâmicas as operações do sistema e garantindo, desta forma, sua manutenção.

Poderíamos elencar, ainda, como uma terceira regra discursiva, a instauração de novos

mecanismos por meio dos quais os dispositivos estabelecem suas co-referências na processualidade da midiaticização. A delimitação se torna necessária à medida que, se admitimos que existe um diálogo entre os dispositivos, e que é este que personifica o sistema midiático-comunicacional, devemos pensar também no que provoca a aproximação entre um e outro. O cenário torna-se mais possível se observarmos, como nos sugere o gráfico 2 (Cap. 2, pág. 71), que a geração de sentidos também se estabelece no interior da instância meios. Ou seja, a criação de realidades faz parte das operações do próprio sistema, e esta tem lugar também na intersecção que existe entre os dispositivos. Mas o que, afinal, faz com que este e não aquele acontecimento seja absorvido pelos demais dispositivos, configurando, na intersecção deste diálogo, o sistema midiático-comunicacional?

Assim como ocorre na relação entre sistema e ambiente, no interior do sistema midiático também se produzem irritações, neste caso acontecimentos gerados dentro do próprio sistema e que são capazes de interferir na dinâmica operacional deste. A diferença, neste caso, é que a aproximação, no interior do sistema, dá-se por meio de relatos das informações que inicialmente irritaram e já foram absorvidas pelo sistema. Ou seja, elas já estão conformadas às regras do próprio sistema. É o que ocorre quando, por exemplo, o conteúdo de um dispositivo do sistema midiático é absorvido por outro dispositivo deste mesmo sistema. Este movimento, por sua vez, pode ocorrer espontaneamente ou por indução. No primeiro caso, a notícia simplesmente está disponível nos dispositivos e é apropriada pelos demais por meio de fatores como relevância (é considerada importante) e amplitude (interessa às operações do sistema). No segundo caso, a indução, pelo viés de mecanismos como as *newsletter*, que, por e-mail, alcançam os mais diferentes dispositivos momentos após seu envio.

Independente da forma, o fato de o acontecimento se vizibilizar a partir do momento em que se encontra disponível em todo o sistema midiático por meio de fluxos informativos nos permite observar que a construção do acontecimento se localiza no próprio fluxo. Com isso, verificamos a instauração de uma nova ambientação cujas regras são cada vez menos privadas; ou seja, cada vez pertencem menos a este ou aquele dispositivo, tornando-se gradativamente próprias do sistema midiático-comunicacional como um todo, e não de seus dispositivos em particular. Se, de um lado, não podemos desconsiderar o fato de que a produção discursiva ainda é heterogênea, – a heterogeneidade se estabelece à medida que os dispositivos interferem, cada um a seu modo, nos enunciados, deixando nestes as marcas de

seus processos produtivos –, também devemos levar em conta que estas são cada vez mais homogêneas. Ou seja, estabelecem-se com cada vez mais frequência a partir do fluxo informativo, e não necessariamente do resultado deste com os processos produtivos de cada dispositivo. Ao fazê-lo, homogenizam-se discursivamente.

É claro que podemos reconhecer, e nossa mostra sugere isso nos relatos produzidos pelos dispositivos midiáticos analisados, aquilo que chamamos genericamente de linguagem jornalística no sistema, à revelia do suporte (jornal, tevê, rádio etc.). Assim como podemos observar que, nestes mesmos relatos, normas até então caras ao jornalismo são cada vez menos frequentes, caso da checagem das informações; da presença de repórteres no contexto da narrativa e questões de natureza estrutural das notícias, para ficarmos em três. O que nos permite concluir que, se há dois momentos evolutivos convivendo lado-a-lado, – um referencial e um midiático –, é porque o momento é de transição.

Isso posto, e considerando as observações acima, podemos nos perguntar em que direção a prática se dirige. Ou, por outra, e sem pretensões de cunho futuroológico, ou totalizante, o que será do jornalismo enquanto prática social de sentido inserido em um contexto de profunda imersão tecnológica, portanto midiático. Acreditamos que a resposta deve partir, em primeiro lugar, da aceitação que o jornalismo nunca foi, ao longo de sua escala evolutiva, uma prática dissociada do entorno em que se inseria. Neste sentido, sempre que houve desenvolvimento – seja ele social, político, tecnológico etc. – o jornalismo valeu-se desta condição para também se desenvolver. Com isso, alterou, ao longo dos séculos, sua linguagem, seus códigos, suas operações e a maneira por meio do qual se relacionava com seu entorno, seus valores etc. E é por isso que entendemos que o momento, – de um jornalismo midiático –, mais que uma desterritorialização, ou uma descontinuidade, representa um novo território e a decorrente instauração de uma nova continuidade, ou ambientação, à atividade; nem melhor, nem pior que as etapas anteriores: diferente. A tarefa que se coloca, portanto, é entender o que significa este novo momento, o que requer uma visada em direção ao que sempre se entendeu por jornalismo até então, seja do ponto de vista da pesquisa ou da prática.

Uma estratégia possível é observarmos as possíveis complexificações que este modo teórico de análise tem sobre duas das principais teorias utilizadas para explicar o jornalismo em uma perspectiva acadêmica: a Teoria do Newsmaking e a Teoria, ou Hipótese, do

Agenda-setting. Mais que reduzir o olhar teórico-analítico do jornalismo a apenas duas perspectivas, a escolha de ambas se deve ao fato de elas representarem, cada uma a seu modo, dois dos principais momentos da pesquisa em comunicação com interface com o jornalismo, objeto de nosso estudo. Buscaremos observar se estes modelos analíticos, e os conceitos que derivam deles (caso do *newsmaking* em relação ao *gatekeeper*, por exemplo), até então largamente utilizados para analisar as operações do jornalismo, por meio de experimentações envolvendo os processos produtivos das redações e a emissão/recepção de informações, podem ser aplicados em uma perspectiva onde parece importar antes o fluxo que o próprio acontecimento.

Começemos pela Teoria do *Newsmaking*.

Partiremos do pressuposto que o *newsmaking*, ou *networking informacional*, na nomenclatura utilizada por Traquina (2001), está assentado, enquanto base explicativa da Teoria da Noticiabilidade, em uma perspectiva etnometodológica. Ou seja, busca entender a notícia como o resultado de um complexo processo de inter-relações de natureza social, mas também econômica e política, que se estabelece principalmente no interior das redações. Esta estratégia metodológica parte do pressuposto que, a partir de uma formulação de hipóteses de pesquisa e problemas consistentes, o observador poderá buscar, no ambiente em que as notícias são produzidas (WOLF, 1995), a partir de técnicas como observação participante e entrevista aberta, para ficarmos em duas, respostas a respeito dos processos por meio dos quais as notícias são formadas.

Observe-se que a perspectiva avança em relação às teorias da comunicação vigentes nas décadas de 70 e 80, cujas análises apontavam, entre outros, para as distorções intencionais das notícias, mas também mantinham seu foco analítico no processo de produção de notícias. Seu desenvolvimento remonta aos primeiros anos da década de 50 do século passado, a partir de pesquisas como as desenvolvidas por Kurt Lewin em 1947, e adaptadas aos processos comunicacionais por David White mais tarde, em 1950; que buscavam observar em que pontos do processo de transmissão de informação as escolhas eram feitas. As observações redundaram na formação de conceitos como o *gatekeeper*, ou seja, aquele que, no fluxo de informações, faz as escolhas, e mais tarde também de teorias como a *organizacional*, segundo a qual o meio interfere na produção da notícia; ambos períodos pré-embriônicos à *Teoria do Newsmaking*.

Entendemos que esta lógica diz respeito a um tempo evolutivo específico, em que os processos produtivos das redações eram vistos como hegemonicamente lineares e afeitos, portanto, à Modernidade. Mas o que dizer quando a lógica produtiva e de transmissão é cada vez menos axiomática (um para muitos, em uma perspectiva hierárquica) e mais rizomática (diálogo de muitos para muitos); e quando o fluxo das informações parece ter se tornado mais importante que o próprio acontecimento? Ou, por outras palavras, quando o que parece importar, aos dispositivos jornalísticos-comunicacionais, é, em primeiro lugar, a veiculação das informações, e não necessariamente o que ocorre com elas nas intersecções existentes nas redações onde os jornalistas trabalham? Proclamar o fim do jornalismo seria leviano, porque apressado, assim como não seria sensato dizer que não há nada de novo na atividade.

A partir do que observamos em nossa análise empírica, acreditamos que as escolhas seguem sendo feitas em uma perspectiva de jornalismo midiaticizado. É o que se verifica, por exemplo, no entorno do momento em que o sistema midiático é irritado por uma informação do próprio sistema – a *newsletter* da revista *Veja*, por exemplo, dando conta da manipulação de resultados no futebol. Ou, ainda, por uma informação que surge do ambiente por meio de um rádio amador dizendo que houve uma queda de um avião em algum lugar do interior do Brasil. Em ambos os casos, no interior do sistema, ou na irritação que se produz na intersecção entre ambiente e sistema, escolhas são feitas e comandos são acionados, evidentemente, mas com uma diferença em relação às formas de operação anteriores à sociedade midiaticizada: quem estabelece o que será referenciado pelo sistema é, antes, ele próprio, em suas operações, que seus agentes. Não que o sistema, e seus dispositivos, dispensem a presença de agentes individuais, neste caso os jornalistas que trabalham nas redações. Estes seguem existindo e sendo necessários, mas cada vez mais como elementos constituintes do sistema, sem a centralidade que ocupavam até há bem pouco tempo.

Se isso se dá desta forma, é porque os acontecimentos em questão irritam, cada um a seu modo, o sistema. Ao fazê-lo, transformam e são transformados por estes, o que nos permite reiterar, como observamos acima, a idéia de que o acontecimento é criado pelo sistema midiático a partir do momento em que entra em contato com este. Ou seja, passa a existir como tal somente a partir do momento em que é referenciado pelos dispositivos midiáticos. No primeiro exemplo, da *newsletter*, a informação irrita o sistema por meio de uma operação auto-referencial, que tem lugar no interior do próprio sistema. Luhmann (2005) chama este movimento de *re-entry*, ou seja, a capacidade que o sistema tem de repetir em seu

interior as operações que ocorrem em sua relação com o ambiente em que se insere. No segundo exemplo, o acidente irrita o sistema midiático por meio de um comunicado feito inicialmente por um radioamador. O diferencial, neste segundo caso, é que a irritação se estabelece na relação do ambiente com o sistema. Em ambos os casos, temos diferenças (a irritação propriamente dita) produzindo distinções, à medida que, por meio delas, o sistema estabelece sua própria forma em relação aos demais sistemas, autonomizando-se.

Equivale a dizer, por outras palavras, que a presença dos acontecimentos “Escândalo da Arbitragem” e “Acidente da Gol” no sistema midiático, interferindo e sendo interferido por este, deve-se, claro, à presença de agentes, mas, antes e também, a movimentos que são próprios do sistema. A constatação nos permite observar que estamos em um momento evolutivo distinto do jornalismo, porque midiaticizado, à medida que se observa uma complexificação dos processos de escolha do que vai ser notícia ou não. A evidência de que isso se dá desta forma, em primeiro lugar, é o fato de que, os agentes individuais, antes centrais nesta processualidade, agora operam principalmente como viabilizadores do processo. É o que se constata quando é uma *newsletter*, e não a matéria feita por um jornalista, quem deflagra a processualidade da midiaticização. Ou quando os dispositivos, uma vez alertados pela *newsletter*, simplesmente reproduzem o conteúdo que Veja antecipa em seu site, sem maiores preocupações de checagem e em um processo de co-referência.

Acreditamos que, quando isso ocorre, estamos diante de um cenário analítico diferenciado, que requer aproximações distintas das que se utilizava até então, sem desconsiderar totalmente as que lhe antecederam. Ele é diferenciado, em primeiro lugar, porque, como dissemos, não se estabelece a partir de lógicas próprias da Modernidade, lineares, onde os lugares e os processos são tão visíveis quanto identificáveis; não obstante suas complexificações e a instauração de um novo paradigma na sociedade, neste caso informacional e estruturado em rede. Nesta perspectiva, não é mais possível explicar a notícia apenas a partir de suas intersecções de natureza social, como sugere a Teoria da Noticiabilidade. Muito menos centrar apenas nela uma base explicativa fundante para a Teoria do Jornalismo, como propôs Souza⁹¹ (2004) a partir dos efeitos que ela produz em sua processualidade. Há de se levar em conta o papel que a tecnologia desempenha neste processo, como já havia sugerido Vizer (2006), entre outros, que acaba por deslocar o sentido

⁹¹ Disponível em: [<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-multifactorial-jornalismo.pdf>]. Acesso em: 14 de abril de 2007.

de histórico de informação de natureza jornalística à medida que esta passa a ser construída ao longo do fluxo em que se insere, como já havia apontado Ferreira (2008).

O fluxo dos acontecimentos observado em nossa análise nos permite observar que a informação de natureza jornalística parece ter sofrido uma espécie de deslocamento a partir do momento em que a sociedade, e nela o jornalismo, passaram a operar em rede. Até então, a notícia era construída principalmente a partir da presença do jornalista no local do acontecimento; de sua interpretação do que havia ocorrido; estava ocorrendo ou por acontecer, da tradução deste fato em linguagem apropriada em um dispositivo e posterior veiculação deste, até finalmente se atingir o receptor, considerado, pela pesquisa, à mercê de seus efeitos. Havia diálogos entre os dispositivos, é verdade, mas estes ocorriam de forma ocasional. Esta realidade começa a mudar quando os dispositivos passam a ser ligados em rede, e a internet, por meio de seus nós e conexões, é fundamental neste processo. Tem-se, a partir de então, um fluxo de informações assentado cada vez mais no que a própria mídia diz, o que acaba por complexificar a natureza da própria informação. Trata-se, portanto, de um problema de natureza tecnológica, mas também discursiva e social, à medida que instaura uma nova ambientação no jornalismo também a partir da compreensão do que é notícia neste contexto.

É o que se verifica, por exemplo, quando observamos, nos dois casos analisados – “Escândalo da arbitragem” e o “Acidente da Gol” –, que as informações não sofrem transformações substanciais na passagem entre um dispositivo e outro. Pelo contrário, o que se nota é a repetição do que havia sido posto anteriormente a título de notícia, com ligeiras alterações. É bem verdade que, nos momentos iniciais do Acidente da Gol, quem fornece a informação ao sistema midiático-comunicacional é o ambiente, externo a este, pelo viés da irritação, – uma forma de operação própria do sistema –, que se produz no contato de um e outro. A partir do momento em que a informação é absorvida pelo sistema, no entanto, a tendência é que o acontecimento circule no interior do próprio sistema, em uma perspectiva auto-referencial, deixando o entorno em uma espécie de segundo plano. Com isso, a elaboração das notícias e a posterior veiculação destas nos dispositivos jornalísticos deixa de representar um complexo processo produtivo, marcado por hierarquias as mais diversas (pauteiro, repórter, subeditor, editor, gerente etc.), e consulta a fontes externas, e passa se resumir, muitas vezes, em operações simples; em que o “copiar e colar” (CTRL C + CTRL V) toma o lugar do apurar e do checar, anteriores ao redigir.

Mesmo quando a processualidade da midiaticização afeta dispositivos presos a uma lógica temporal diferenciada, caso dos jornais impressos diários, cujas operações duram, em média, 24 horas entre uma edição e outra, interferindo nos processos destes, algo semelhante ao que ocorre com os dispositivos eletrônicos se verifica. Ou seja, o conteúdo das informações é buscado em outros dispositivos, e este movimento é perceptível por meio de marcas textuais. No caso do Escândalo da Arbitragem, isso está posto à medida que o jornal impresso praticamente repete o conteúdo do site de Veja, que antecipa do conteúdo da revista impressa, e que se torna conhecido, em primeiro lugar, por meio de uma *newsletter*. Muda, portanto, o modo por meio do qual a informação é dita. O mesmo pode ser dito em relação ao exemplo do Acidente da Gol, cujo material impresso, em nossa análise, foi elaborado, em sua maioria, a partir do que os sites jornalísticos noticiavam.

Seria pouco prudente afirmarmos que este movimento, auto-referencial, torna-se o único neste momento evolutivo do jornalismo, porque em transição para o midiaticizado, à medida que formas tradicionais convivem com ele em um mesmo contexto. A constatação sugere, principalmente, que estamos em um momento de transição paradigmática, – Piccinin (2007) chamou este momento de “híbrido”, porque preso a dois tempos evolutivos, neste caso a Modernidade e sua sucedânea, a Sociedade da Informação –, em que formas antigas convivem com novos processos.

É o que nos revela, em nossa análise empírica, a descrição das operações durante o fluxo dos acontecimentos, tanto em termos de “Escândalo da arbitragem” como de “Acidente da Gol”. No primeiro caso, a informação parte de um dispositivo – a revista Veja, por meio de uma *newsletter* –, que é referenciada desde a primeira notícia veiculada em um site noticioso e acaba por se tornar a fonte dos acontecimentos. Ao longo do fluxo das informações, novos dispositivos vão se incorporando ao processo, e, com isso, transformam-se, a um tempo, em emissores e receptores, à medida que passam a fornecer subsídios para os demais dispositivos do sistema midiático. Em um primeiro momento, são afetados os dispositivos eletrônicos, ou seja, aqueles que não estão presos a lógicas produtivas diferenciadas, caso dos sites, das rádios e das televisões. O “diferenciada” fica por conta do fato de os jornais e as revistas impressas, por exemplo, devido à sua natureza, necessitarem de mais tempo para viabilizarem suas operações.

A mostra revelou que, quando a processualidade da midiaticização alcançou a redação

de um jornal impresso, este repetiu o movimento que vinha ocorrendo até então nos demais dispositivos. Ou seja, buscou, a partir da *newsletter*, na versão eletrônica da revista Veja, mas também nos sites que vinham noticiando a informação, o conteúdo que precisava para dar conta da notícia. Este movimento fez com que lógicas produtivas que estavam em andamento na redação fossem alteradas e que a redação do jornal impressos passasse a dialogar, por meio da internet, com os demais dispositivos do sistema midiático desde sua etapa de produção, incluindo entre estes o site da revista Veja. Este movimento nos permite observar, de um lado, que estamos a) diante de um momento novo em se tratando de jornalismo, porque midiaticizado, enquanto que, de outro, b) ainda envoltos em processualidades tradicionais, que se complexificam em um contexto de alta imersão tecnológica.

Quando todos os dispositivos do sistema midiático foram finalmente afetados pela processualidade da midiaticização, à revelia de sua temporalidade, – se instantâneos ou presos a lógicas diárias ou mesmo semanais, caso das revistas –, as atenções se voltaram para os demais campos sociais. Ou seja, a partir do momento em que os sites, os jornais, as rádios e as televisões passaram a veicular a notícia de que os resultados das partidas do Campeonato Brasileiro de Futebol estavam sendo fraudadas, os demais campos sociais começaram a ser afetados pelo sistema midiático. Este movimento sugere que os campos sociais, tal como os conhecemos, não deixam de existir em um contexto de midiaticização, mas perdem sua centralidade no processo de geração de sentidos da sociedade e se complexificam. Desta forma, a sociedade se vê cada vez mais imersa em uma nova ambientação, de matizes discursivos-comunicacionais, mas também tecnológicas, que regula seu funcionamento.

É o que ocorreu, por exemplo, com o judiciário: o sistema midiático, ao propagar as notícias que Veja disponibilizou em primeira mão por meio de uma *newsletter*, acabou por fazer com que sites especializados no assunto passassem a pautar suas discussões a partir do sistema midiático. Ou seja, o acontecimento sofreu, uma vez mais, uma transformação substancial em sua gênese, à medida que esteve afeito, naquele momento, antes a um diálogo entre dos sistemas distintos – o midiático e o jurídico – que aos fatos que lhe deram origem, neste caso as fraudes. A internet possui um papel fundamental neste processo, à medida que permite, por meio de seus nós e conexões, não apenas que estes diálogos ocorram, mas que eles se dêem de forma mais rápida.

Algo semelhante se verifica em se tratando do “Acidente da Gol”, com uma diferença:

devido ao horário em que o evento ocorreu e irritou o sistema midiático pela primeira vez, pouco depois das 20 horas, os jornais impressos puderam repercutir, em suas edições do dia seguinte, o que o sistema midiático estava veiculando. As operações foram semelhantes às observadas no primeiro caso. Ou seja, uma vez absorvida pelo sistema midiático, a notícia passa a ser, principalmente, o que os dispositivos veiculam, deslocando o acontecimento para o interior do sistema. Aos dispositivos que não puderam, por uma questão operacional, veicular a informação concomitantemente com os demais dispositivos, – e este foi o caso da revista *Veja* –, restou-lhes abordar o assunto com angulação diferenciada. Assim, uma semana depois, quando chegou às bancas, a revista tratava o assunto a partir da probabilidade de um acidente desta natureza ocorrer do que necessariamente quanto ao fato de o acidente ter ocorrido. Isso como forma de estar “em sintonia” com as operações do sistema midiático e passar a dialogar com este.

Significa, em outras palavras, que as operações das unidades constituintes do sistema midiático, uma vez o sistema tendo sido irritado por meio de uma reentrada ou pelo ambiente, estão voltadas, antes, à uniformização dos acontecimentos, por meio dos relatos textuais, que à busca por novidades. Os objetivos destes movimentos são, em primeiro lugar, a redução da complexidade do próprio sistema midiático por meio da uniformização dos relatos, e, em decorrência disso, uma maior autonomia identitária do sistema em relação aos demais sistemas. Trata-se de uma especificidade que difere o jornalismo midiático das formas que lhe antecederam, à medida que prescindem de estratégias como a originalidade dos relatos, personificada no conceito de “furo” jornalístico, segundo o qual recebe mais atenção, e tem mais valor, quem detém as informações mais exclusivas.

Observamos que, quando a informação estava atrelada principalmente à lógica operacional dos veículos impressos, neste caso 24 horas (jornais) ou até mesmo uma semana (revistas) ou mais, o “furo”, ou a notícia dada em primeira mão, possuía, neste contexto, uma importância capital, à medida que distinguia os veículos por sua atualidade e originalidade. É bem verdade que os dispositivos eletrônicos – o rádio e a televisão, principalmente – conseguem desde há algum tempo romper esta lógica por meio de seus relatos instantâneos, mas há uma diferença: por o sistema jornalístico-comunicacional ainda estar amalgamado em rede há bem pouco tempo, a materialidade do acontecimento, – neste caso as palavras, as imagens e as ilustrações que o representavam –, era possível somente em termos de páginas impressas, o que acabava por tornar estes dispositivos mais referenciáveis que os demais em

termos de imaginário coletivo⁹².

Esta realidade começa a mudar a partir do momento que os sites, e mais tarde os blogues de natureza jornalística, integraram-se ao sistema midiático-comunicacional. Por serem convergentes, interativos, atualizáveis, hipertextuais, customizáveis e, sobretudo, possuírem memória (PALÁCIOS, 2003), acabaram por emprestar, a partir do local onde se estabeleceram como dispositivos, neste caso a internet, uma nova lógica processual ao jornalismo, onde o que importa mais é estar, e não necessariamente estar em primeiro lugar, ou dizer que soube antes da informação.

Há, por outro lado, uma diferença entre o evento “Acidente da Gol” e “Escândalo da Arbitragem”: a partir do momento em que passou a irritar os demais campos sociais, o que se deu quando todos os dispositivos já estavam veiculando o assunto, este acabou por se transformar em um evento substancialmente diferente do original. O “Apagão Aéreo”, ou a crise que se estabeleceu na aviação comercial brasileira após o “Acidente da Gol”, deve-se, antes, à processualidade da midiáticação no interior do sistema midiático do que necessariamente a fatores exógenos a este. A afirmação se justifica à medida que, ao irritar os demais sistemas sociais – político, econômico, jurídico etc. – as informações sofreram o que chamamos de um processo de refluxo, ou seja, passaram a irritar novamente o sistema midiático sob a forma de novas informações, provocando reentradas. Uma vez sendo absorvidas por este, e novamente tendo sua complexidade reduzida, passavam a interferir nos demais sistemas sociais, em um fluxo constante. É neste “ir” e “vir” informacional, uma operação de natureza sistêmica, que novas e sucessivas realidades foram sendo construídas ao longo do processo. Entre estas, uma crise institucional conhecida como “Apagão Aéreo”.

Diante destas constatações, poderíamos nos perguntar o que revelaria uma análise cujo olhar estivesse focado apenas sobre a rotina produtiva dos dispositivos, em especial os de natureza eletrônica. Entendemos que muito pouco, haja vista a redução de complexidade da operação, se comparada com o que ocorre em uma redação convencional. Isso não significa, evidentemente, que o *newsmaking*, enquanto método analítico, não possa mais ser utilizado nestas condições. Ele pode, e certamente faria revelações, particularmente nos dispositivos

⁹² Antes da internet, os jornais impressos ocupavam uma espécie de centralidade no fornecimento das notícias, à revelia de as rádios e as televisões eventualmente veicularem as notícias em primeira mão. Isso ocorria, entre outros, porque o ciclo de vida de um impresso, pelo viés da memória, era mais longo que o do rádio e da televisão.

presos a lógicas operacionais cujo temporalidade é diferente, caso dos jornais e das revistas impressos. Mas seu instrumental analítico, – marcado principalmente pela observação participante, entrevista aberta, questionários etc. –, não daria conta do novo ambiente que se apresenta. Isso porque a teoria observa, em sua gênese, basicamente o papel do sujeito jornalista como central no processo de formação da notícia. Neste sentido, o fluxo de informações fica relegado a um segundo plano, se é que chega a ser observado.

Se isso se dá desta forma, é porque, no atual momento evolutivo do jornalismo, o acontecimento passa a se construir não em um local específico e a partir da intervenção deste ou daquele agente, mas sim no diálogo que se estabelece entre os dispositivos do sistema, o que somente é possível imaginar em uma estrutura em rede, não linear. Neste sentido, o que importa, em uma estrutura por meio da qual os dispositivos dialoguem hegemonicamente em rede, não é mais informar em primeiro lugar, mas principalmente informar. Até porque, conforme podemos observar nas tabelas de fluxo de nossa análise, este “informar em primeiro lugar” não representa, muitas vezes, uma diferença superior a um ou dois segundos. Ou seja, mais cedo ou mais tarde, todos os dispositivos irão fornecer a informação, sendo que este “mais cedo ou mais tarde” muitas vezes não ocupa um espaço superior a alguns minutos.

Tendo sugerido a insuficiência⁹³ da *Teoria do Newsmaking* como modelo analítico para compreendermos o jornalismo midiaticizado, – e considerando que ela tem sido, até então, um dos pilares para se explicar o jornalismo enquanto especificidade acadêmica –, é preciso que se discorra, agora, a respeito da *Teoria do Agenda-setting*. Isso porque, ao defendermos que, em um contexto de jornalismo midiaticizado, importa antes o fluxo que o acontecimento, poderíamos inferir que esta abordagem poderia explicar o atual momento evolutivo da atividade, haja vista que seu olhar está focado no “movimento” da informação. Observada a questão mais de perto, no entanto, pode-se perceber que há diferenças a serem consideradas neste processo.

A análise do fluxo de informações nos dois casos que analisamos nos permite dizer que os lugares tradicionalmente ocupados pelo processo comunicacional – emissão e recepção, principalmente – tão caros à *Teoria do Agendamento*, complexificam-se em uma perspectiva de jornalismo midiaticizado. Se isso se dá desta forma, é porque, em primeiro lugar,

⁹³ A referência às teorias do *Agenda Setting* e *Newsmaking*, nesta tese, não busca esgotar tema, por isso a ausência de eventuais estudos específicos.

o modelo sistematizado por McCombs e Shaw (1972), neste caso o *agenda-setting*, debruça-se principalmente entre o que os dispositivos provocam em sua relação com o entorno, ou seja, seus receptores. Não considera, portanto, a relação que se estabelece entre os dispositivos, operações que são próprias do jornalismo midiático.

Os lugares se complexificam, também, à medida que o emissor, neste contexto, é, ao mesmo tempo, emissor e receptor, o que só é possível pensar em a) os dispositivos estando assentados em uma estrutura de rede, não-linear, portanto rizomática, e, b) o fluxo de informações se concentrar, hegemonicamente, no interior do sistema midiático-comunicacional, em uma perspectiva auto-referencial. Vejamos cada um dos fatores isoladamente.

No primeiro caso, – os dispositivos estando assentados em uma estrutura de rede, não-linear –, o “lugar” físico ocupado por eles é substancialmente alterado pelo fato de estarem ligados aos demais dispositivos pela internet. Isso à revelia de eles serem webjornais, blogs, jornais impressos ou revistas. A rede como lugar permite que os fluxos comunicacionais se estabeleçam principalmente no interior do sistema midiático-comunicacional à revelia de limitações temporais ou espaciais e sem maiores preocupações quanto à ordem da emissão e da recepção.

Podemos afirmar, por outras palavras, que a partir do momento em que o sistema midiático comunicacional é ligado por meio dos nós e conexões da internet – ao que chamamos de “amalgamento” – tem-se, com isso, a complexificação do processo comunicacional. Basicamente porque o movimento de construção dos acontecimentos passa a se concentrar cada vez com mais frequência no interior do próprio sistema midiático, em decorrência da facilidade de transmissão de informações de um lugar para outro. Os fluxos informativos que passam a se desenhar neste ambiente acabam, desta forma, tornando-se mais importantes que os próprios acontecimentos que lhes deram origem antes de serem absorvidos pelo sistema midiático-comunicacional. Os dispositivos passam a desempenhar, assim, a função de “nós” nesta rede de conexões, ou seja, lugares por onde o acontecimento transita e que nos permitem identificar o sistema do ponto de vista geográfico-espacial, e não mais como apenas emissores.

O fato de a mídia tematizar a própria mídia, e ser tematizada por ela em suas

operações, é um movimento próprio da midiaticização, que, para ser pensado, deve levar em consideração a necessidade de o aparato midiático estar estruturado em rede. Esta condição –, a natureza rizomática da estrutura do sistema midiático –, como observamos anteriormente, desloca “importâncias” as mais diversas, entre estas a de cada dispositivo enquanto lugar institucional. Estes não ocupam mais hegemonicamente os mesmos lugares que ocupavam até bem pouco tempo, por exemplo, apesar de ainda manterem ao redor de si, caso dos impressos, uma aura de sacralidade – e a queda na circulação de alguns dos maiores jornais do país em contraste com o aumento de suas vendas, como apontou Santa’Anna⁹⁴ (2008) –, é um indicativo disso. Eles estão se tornando, em uma perspectiva de sociedade midiaticizada, cada vez mais os nós e as conexões de uma complexa rede de relações do que lugares a partir dos quais verdades são sugeridas e hierarquizadas. Quem agora sugere o que os demais sistemas devem fazer é cada vez mais próprio sistema midiático, por meio de suas operações.

Estas constatações podem ser observadas em nossa análise empírica quando, por exemplo, as matérias veiculadas neste e naquele lugar passam a se referir aos próprios dispositivos como fonte dos acontecimentos. Assim, o dispositivo “Veja”, e não o repórter que nele trabalha, ou a Polícia Federal, é a fonte da informação, o mesmo podendo ser dito em relação a sites, jornais etc. Ou quando a notícia não é necessariamente o acontecimento, mas o fato de dispositivos localizados em outras partes do mundo estarem se referindo à repercussão, na mídia, que a queda de um avião ou denúncias envolvendo a arbitragem do futebol ocorreram. Mesmo quando há uma diferença de temporalidade entre a forma de um dispositivo e outro, caso das revistas ou dos jornais em relação aos sites, isso se verifica: o conteúdo destes tende a repetir o que está posto em termos de sistema midiático-comunicacional – e as referências a sites, blogs e demais dispositivos em suas páginas comprovam esta afirmação. Se, por um momento, a emissão parte dos sites em direção às revistas, por exemplo, a partir do momento em que seus conteúdos são veiculados são as revistas que passam a emitir aos sites, deslocando papéis secularmente instituídos.

Por outro lado, e agora nos referimos ao fato de o fluxo de informações se concentrar, hegemonicamente, no interior do sistema midiático-comunicacional, portanto em uma perspectiva auto-referencial, torna-se igualmente complicado afirmar, nestas condições, que

⁹⁴ Segundo esta perspectiva, os grandes jornais impressos – caso da Folha de São Paulo, que já teve tiragem de 1,5 milhão de exemplares – hoje imprimem, em média, 300 mil jornais/dia.

os dispositivos hierarquizam, ou mesmo tematizam, a pauta a ser tratada pelos demais dispositivos. É preciso lembrar que hierarquizar, tematizar, sugerir, e agendar são verbos caros à *Teoria do Agendamento*, e que acabam por lhe emprestar razão de ser. Mas pressupõe uma intencionalidade, que reside no diálogo entre o dispositivo, enquanto emissor, e nos elementos, – entre estes eventualmente dispositivos –, que cumprem o papel de receptor deste processo. Ou seja, que recebem as informações por eles enviadas e se transformam nesta relação. Em uma perspectiva de jornalismo midiaticizado, no entanto, o fluxo de informações se complexifica de tal forma que não parece ser mais possível pensar em emissão e recepção; pelo menos não no diálogo entre os dispositivos. Isso se dá desta forma porque, como dissemos, nesta perspectiva, os dispositivos perdem sua centralidade e passam a se estabelecer no sistema midiático como nós e conexões de uma rede mais complexa. A centralidade se desloca para o próprio sistema midiático, que passa a assumir um lugar institucional.

Não se trata de afirmar que os dispositivos perdem sua identidade em uma perspectiva de midiaticização, mas que esta parece se deslocar à medida que estes operam principalmente como vetores do fluxo de informação do próprio sistema midiático. Torna-se, assim, cada vez mais difícil identificar os dispositivos em sua singularidade, salvo pelos traços identitários (logomarca, design etc.). Isso parece ficar claro nos casos que analisamos quando, por exemplo, observamos que o conteúdo das matérias se repete continuamente, e, ao passo em que vai sendo retransmitida, simplifica-se, tornando-se cada vez mais visível e justificando, assim, uma das operações do sistema, que é a redução da complexidade no interior deste como forma de manutenção das operações do próprio sistema. Por simplificar subentende-se tornar-se facilmente compreensível. Temos, com isso, um deslocamento, ou uma desterritorialização, onde é o sistema midiático-comunicacional que passa a interferir nos demais sistemas sociais, e a ser interferido por estes, a partir de diálogos que estabelece anteriormente entre seus dispositivos, o que torna, a nossos olhos, a *Teoria do Agendamento* insuficiente para dar conta desta problemática.

Quer nos parecer que a chave hermenêutica para a observação das transformações neste ambiente é a midiaticização, neste caso a midiaticização do jornalismo. Ou seja, a constatação que estamos diante de uma nova ambiência, – de matizes tecnológicas, mas também sociais e discursivas –, que complexifica substancialmente as operações do campo jornalístico-comunicacional. E novas ambiências requerem gramáticas interpretativas apropriadas. Nesta perspectiva, acreditamos que se torne cada vez menos possível imaginar os

dispositivos apenas como emissores, ou mesmo receptores de informação, à medida que, ao passo que emitem, também recebem, e, ao fazê-lo, transformam-se e são transformados pelos fluxos informacionais. Como havia observado Mouillaud (1997), Charron (1998) e, mais recentemente, Ferreira (2008), para pensarmos a notícia, ou o acontecimento, passa a ser preciso, também, observarmos tanto o caminho como os locais por onde ela se dirige em termos de fluxo, haja vista que tanto sua materialidade quanto identidade, neste cenário, residem antes nas transformações provocadas pelo fluxo que no acontecimento em si.

Ou seja, pensar a notícia como elemento estruturante do jornalismo daqui para a frente implica observar, também, o fluxo das informações e o ambiente em que este se estabelece relacionalmente, bem como de que jornalismo estamos falando. Entendemos que se trata de um jornalismo midiaticizado, ou o jornalismo que, por meio de seus dispositivos, mais que ser vetor de midiaticização, é ele próprio afetado pela processualidade desta, complexificando formas, processos e linguagens secularmente instituídos; o que requer que se observe qual o status do jornalismo nesta nova realidade que se delineia. Ou, em palavras mais simples, o que é jornalismo midiaticizado.

Chamaremos de jornalismo midiaticizado o jornalismo que se estabelece a partir do momento em que a sociedade se midiaticiza, porque assentada em uma base de natureza sócio-técnica e discursiva, cujas origens são antigas, mas mais visivelmente perceptíveis a partir da digitalização, na década de 70, e da internet, na década de 90 no Brasil e dez anos antes no mundo. Tem-se com mais incidência, a partir destes dois momentos, a instauração de uma nova ambientação; um momento em que a sociedade, para ser compreendida, precisa ser pensada enquanto tal junto com os dispositivos, que até bem pouco tempo serviram de suporte para que esta mesma sociedade atingisse seus objetivos. Ou seja, eles não são mais apenas instrumentos de uso em uma perspectiva de midiaticização: eles são a sociedade, que não funciona sem eles. E, se isso ocorre com a sociedade, ocorre também com o jornalismo.

Com base em nossas observações, e no que foi dito nesta pesquisa até este momento, podemos sistematizar algumas características que são próprias do jornalismo midiaticizado, por meio das quais distinguimos este modelo daquele que Fausto Neto (2008) chamou de referencial, o jornalismo da Modernidade. Mais que apontar diferenças, nosso propósito é dar contorno às particularidades para que, desta forma, elas possam nos ajudar na compreensão do que é o jornalismo midiaticizado. Começemos pela característica que chamamos de descentralização.

Por se materializar em uma estrutura de rede, entendemos que o jornalismo midiaticizado não opera hegemonicamente com centralidades, aqui entendidas como lugares capazes de interferir em seu entorno, instituídos a partir de uma longa tradição cultural, e que são o resultado de um complexo processo evolutivo da sociedade de natureza econômica, social, discursiva, tecnológica etc. Isso porque a internet, ao amalgamar o sistema midiático-comunicacional, dá forma, de um lado, ao próprio sistema, à medida que interliga os dispositivos por meio de uma rede, mas também provoca um deslocamento das instituições jornalísticas dos lugares discursivos que tradicionalmente ocupavam. O movimento pode ser constatado, conforme observamos no segundo capítulo desta tese, a partir do momento em que os dispositivos passam a estabelecer diálogos cada vez mais constantes entre si, o que é possível a partir de uma estrutura em rede. Tornam-se, portanto, os nós e as conexões por meio dos quais os fluxos se estabelecem. Ou seja, não é a televisão que dialoga com o rádio ou o jornal que interfere na programação dos dois primeiros: os três, em um contexto midiaticizado, são, a um tempo, emissores e receptores, e passam a existir não mais apenas em termos de unidades, mas como peças de um sistema maior, que dá forma à sociedade. A centralidade, neste caso, o próprio sistema midiático-comunicacional.

À medida que isso ocorre, outros lugares perdem sua centralidade. É o caso, por exemplo, do papel exercido pelo jornalista, que em uma perspectiva de midiaticização não é mais o principal responsável pela centralidade na captação, tradução e geração de notícias. Ele segue sendo jornalista, com seus códigos, valores e deontologias, mas principalmente como um elemento constituinte do sistema em que se insere e principalmente como viabilizador de operações deste mesmo sistema. Esta característica pode ser observada em nossa amostra, por exemplo, quando do envio da *newsletter* no exemplo do “Escândalo da Arbitragem”. Quem fez com que a processualidade da midiaticização se instaurasse no interior do sistema por meio de uma reentrada foi a *newsletter*, e não a pessoa que determinou seu envio aos dispositivos do sistema midiático. A esta coube o papel de pressionar a tecla *send* e acionar o *mailling list* da revista Veja para que a mensagem anunciando a matéria da revista chegasse aos endereços cadastrados.

Também a noção de acontecimento sofre deslocamentos. Tomemos ainda como exemplo o caso do “Escândalo da Arbitragem”, matéria de Veja, anunciada por uma *newsletter* ao sistema midiático e antecipada pelo site da própria revista. Ao fechar-se operacionalmente, o sistema midiático-comunicacional passa a operar a partir de novas

lógicas. Dentre estas a de que o fluxo é mais importante que os acontecimentos, à medida que é por meio deste que o primeiro se constrói. Neste sentido, o acontecimento, em uma perspectiva de jornalismo midiaticizado, afeito a uma lógica de fluxos, é a revista *Veja* e o conteúdo prometido por ela, e não os eventos que deram origem às reportagens. Ou seja, o acontecimento, neste caso, é o dispositivo, que repete as operações do sistema em relação ao seu ambiente e passa a irritar, por meio de reentradas, os demais dispositivos do sistema midiático-comunicacional.

Outra característica do jornalismo midiaticizado, portanto, é a auto-referencialidade. Ou seja, o fato de as operações jornalísticas, em uma perspectiva de midiaticização, voltarem-se, em larga escala, para as operações do próprio sistema midiático-comunicacional. Esta característica altera a forma como o jornalismo, e nele os jornalistas, realizam suas operações. Até há pouco, para construir seus relatos, eles se valiam de uma série de regras e deontologias não apenas para identificar o que era notícia como para se legitimarem como mediadores e para tornarem estes acontecimentos de natureza “jornalística”, inserindo-os em um universo cognitivo específico. Isso segue ocorrendo até hoje, evidentemente, mas há de se observar que, a partir de 1995, com a transposição dos primeiros jornais para a internet, as fontes passaram a se localizar, cada vez mais freqüentemente, no interior do próprio sistema midiático.

Elias Machado (2003) já havia observado este movimento ao sugerir o ciberespaço como fonte para os jornalistas em uma perspectiva de jornalismo digital e destacar, neste contexto, o papel desempenhado pelas redes: ou elas são suportes por meio dos quais as operações tradicionais têm lugar, ou, por outra, fundam uma nova modalidade de jornalismo, em que todas as etapas estão circunscritas ao ciberespaço. Respeitando a perspectiva, porque fundadora, acreditamos que o fato de o sistema midiático-comunicacional estar amalgamado em rede acaba por legitimar uma nova dinâmica no jornalismo, porque de natureza auto-referencial. Não se trata de dizer, como Machado (2003), que as operações agora ocorram apenas em um lugar específico, neste caso o ciberespaço, mas em todo um sistema, o midiático, que inclui o ciberespaço, mas também as instâncias por meio das quais o sistema dialoga, entre elas o ambiente e os demais sistemas. Equivale a afirmar que, em comparação com modelos anteriores, o jornalismo midiaticizado faz com que as operações estejam voltadas principalmente para o que ocorre no interior do sistema midiático, e não apenas na relação deste com o ambiente onde se encontra.

Ao afirmarmos, com isso, que a notícia passa a ser gerada cada vez mais dentro do próprio sistema midiático, e não mais apenas na relação deste com seu entorno, seja ele o ambiente ou outros sistemas, – e que isso acaba por exigir novas gramáticas de reconhecimento –, chegamos à terceira característica do jornalismo midiaticizado: a co-referencialidade. Entendemos por co-referência o movimento por meio do qual os dispositivos jornalísticos, uma vez midiaticizados, referenciam aos seus pares em suas operações. Mais do que uma mera mudança no estatuto da fonte jornalística, este movimento salienta, de um lado, a natureza das operações sistêmicas – auto-referenciais –, mas também o fato de, neste contexto, o acontecimento se estabelecer ao longo dos fluxos informativos, e não no ambiente em que o sistema se insere. É nos dispositivos, por meio de seus relatos, que as transformações por que passa o acontecimento tornam-se mais visíveis. Por outras palavras, a co-referencialidade é um indicativo de que o acontecimento, no jornalismo midiaticizado, se estabelece a partir do momento em que o sistema se fecha operacionalmente e os dispositivos interagem de forma mais dinâmica entre si.

Descentralização, auto-referência e co-referencialidade. Mais que características da midiaticização, são indicativos que estamos diante de uma nova realidade quando o assunto é jornalismo. Não há como sabermos, com precisão, o que é este novo lugar, haja vista que ele está em construção, portanto em transformação, salvo o fato de que ele existe e opera em uma perspectiva sistêmica, cuja face mais visível é a auto-referencialidade, ainda que não apenas. A tarefa torna-se ainda mais complexa à medida que constatamos a coexistência, em um mesmo espaço de transição, de dois momentos distintos de jornalismo: o antigo, referencial, – próprio de uma sociedade de máquinas –; e o novo, midiaticizado, afeito a uma sociedade movida por fluxos informacionais. A existência desta zona de complexidade sugere, de um lado, que o jornalismo ainda vive sob a égide de novas regras, próprias da Modernidade, mas também que estas são cada vez menos suficientes para dar conta das problemáticas que se inauguram e sucedem.

Acreditamos que a chave-hermenêutica para compreendermos o que significa ao jornalismo ser midiaticizado se encontra nesta área de transição, o que requer, ainda, algumas considerações, particularmente a respeito do que se aprende com esta pesquisa. A primeira delas diz respeito à necessidade de se observar que o jornalismo, enquanto forma de conhecimento, como dissemos, está em constante mudança, e deve ser analisado como tal, sob o risco de não o apreendermos em sua complexidade. Esta mudança, por sua vez, opera de

forma sincrônica com o desenvolvimento da sociedade, ainda que de maneira autônoma a esta, porque afeita à lógica sistêmica, auto-referencial. Ou seja, sempre que a sociedade muda, o jornalismo muda; sempre que o jornalismo se transforma, a sociedade é alterada também.

A este movimento por meio do qual um momento evolutivo sucede a outro chamamos de territorialização/desterritorialização, frisando que o desterritório não é sinônimo de ausência de território, mas sim uma etapa imediatamente anterior à criação de um novo território, em uma perspectiva dialética. Com uma diferença: neste momento evolutivo, de profunda imersão tecnológica, o jornalismo se encontra diante de um cenário diferenciado; de uma nova descontinuidade, o que nos exige novas gramáticas interpretativas, caso pretendamos compreender a complexidade do fenômeno, com o que chegamos à segunda constatação desta tese. Quer nos parecer que não é possível compreender este novo cenário, – ou território jornalístico –, com o mesmo instrumental analítico utilizado até aqui, sob o risco de reduzirmos a complexidade do fenômeno a uma lógica anterior a ele próprio. Compreender que ferramentas são estas passa a ser o desafio que se apresenta doravante em nossa pesquisa. Quanto às pistas, encontram-se diluídas nos dispositivos e suas formas, mas também em termos acadêmicos por meio da constatação que é expressivo o número de pesquisas e publicações que se debruçam sobre as transformações por que passa o jornalismo neste momento evolutivo, caracterizado principalmente por uma profunda imersão tecnológica da sociedade.

Acreditamos que futuros estudos sobre este tipo de objeto deverão observar, a título de hipótese, que os dispositivos jornalísticos, enquanto partes integrantes de um sistema autônomo em relação aos demais sistemas, operam cada vez mais em uma perspectiva auto-referencial, ou seja, voltados para suas próprias operações. Quando isso ocorre, complexificam-se formas e processos secularmente instituídos. Equivale a dizer, sob esta perspectiva, que já não é aconselhável pensarmos, em nossas análises, nos dispositivos jornalísticos apenas em separado, mas como nós e conexões de um sistema mais amplo, que afetam e são afetados uns pelos outros em suas operações, transformando-se mutuamente, movimento que se verifica no interior dos dispositivos jornalísticos, por meio de complexificações no interior das Unidades Constituintes que compõem o sistema midiático. Compreender o que isso representa passa a ser o desafio para as pesquisas que sucederem a esta.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Zélia Leal; NUNES RIBEIRO, Gilson de Souza. Jornalismo on-line e identidade profissional do jornalista. In: **Revista da Comunicação e Espaço Público**: Brasília, Unb, 2001.
- ADGHIRNI, Zélia Leal. Informação on-line: jornalista ou produtor de conteúdos. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001, Campo Grande. *Anais*. Campo Grande. Intercom, 2001. CD-Room.
- ALSINA, Miguel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.
- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra – D.C. Luzzatto Editores, 1996.
- AVILÉS, José Alberto Garcia; SALAVERRIA, Ramón; MASIP, Pere; PORTILLA, Idoia; SÁBADA, Charo. Métodos de investigación sobre convergencia periodística. In: I Colóqui Internacional Brasil-Espanha sobre cibermeios, 2007, Salvador. *Anais*. Salvador: Facom;UFBA, dezembro 2007.
- BARALDI, Cláudio; CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena (orgs). **Glossário sobre la teoria social de Niklas Luhmann**. México: Anthropos, 1996.
- BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1995
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, Ari, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997
- _____. **La distinción**. Madri: Taurus Humanidades, 1991.
- _____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutemberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.
- BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**: a dramática história dos índios norte-americanos. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- CANAVILHAS, João. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. In: BARBOSA, Suzana (org.) **Jornalismo de Terceira Geração**. Disponível em: [http://www.labcom.ubi.pt/livros/labcom/pdfs/barbosa_suzana_jornalismo_digital_terceira_geracao.pdf] Acesso em: [27 de junho de 2007] Covilha: Labcom - Universidade Beira Interior, 2007.

_____. **Webnotícia:** proposta de modelo periodista para la www. Beira Interior: Labcom, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2003. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 1).

_____. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHARRON, Jean. Los Médios Y las Fuentes: Los limites del modelo de agenda-setting. In: **Comunicación y Política.** Barcelona: Gedisa, 1998.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido. Cultura escrita:** entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

_____. **Cultura escrita, literatura e história.** São Paulo: Artmed, 2001.

_____. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp, 1998.

COHN, Gabriel. Qual é a forma da sociedade da informação? In: FAUSTO NETO, Antônio. et al (orgs.). **Práticas midiáticas e espaço público.** Porto Alegre: Edpucrs, 2001.

CORREA, João Carlos. **Jornalismo e espaço público.** Estudos em Comunicação. Beira Interior: Universidade da Beira Interior, 1998.

_____. **O Poder do jornalismo e a mediatização do Espaço Público.** Beira Interior: Universidade da Beira Interior, 1998. On-line. Disponível em: [http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=12] Acesso em: [novembro de 2006].

DEBRAY, Régis. **Manifestos midiológicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectivas, 1996.

EDO, Concha. El language y los géneros periodísticos en la narrativa digital. In: BARBOSA, Suzana (org.) **Jornalismo de Terceira Geração.** Disponível em: [http://www.labcom.ubi.pt/livros/labcom/pdfs/barbosa_suzana_jornalismo_digital_terceira_geracao.pdf] Acesso em: [27 de junho de 2007] Covilha: Labcom - Universidade Beira Interior, 2007.

FAUSTO NETO, Antônio. Mudanças da Medusa? A enunciação mediatizada e sua incompletude. In: FAUSTO, Antônio et al. (orgs.) **Mediatização e processos sociais na América Latina.** São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **Mediatização, prática social - prática de sentido.** ENCONTRO DA REDE PROSUL: Seminário Sobre Mediatização, Unisinos, São Leopoldo, 2006.

_____. Mutações nos discursos jornalísticos: da ‘construção da realidade’ à ‘realidade da construção’. In: **Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

FELIPE; Ângela; PICCINI, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo. **Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

FERREIRA, Jairo. Um caso sobre a midiaticização: caminhos, contágios e armações da notícia. In: **Fausto, Antônio et al. (orgs.) Midiatização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. O conceito de dispositivo: explorando dimensões de análise. **Ecos Revista**. Pelotas: Universidade católica de Pelotas – Educat, v. 7, n. 2, jul. – dez. 2003.

FORD, Aníbal. **La marca de la bestia**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

GALIMBERT, Umberto. **Psiche e techne: O Homem na Idade da Técnica**. São Paulo: Paulus, 2006.

GALINO, Luciano. **Dicionário de sociologia**. São Paulo: Paulus, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: por uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **Conversas com Antony Giddens**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOMES, Pedro Gilberto. **Filosofia e ética da comunicação na midiatização da sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

_____. Processos midiáticos como objetos de estudo. **Rede Prosul**, Rosário: Argentina. 2006-b.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

JOHNSON, Steven. **Emergência: a dinâmica da rede em formigas, cérebros, cidades e softwares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JONHSON, Alan. **Dicionário de Sociologia** – Guia Prático da Linguagem Sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

JORGE, Thaís de Mendonça. **A notícia em mutação. Estudo sobre o relato noticioso no jornalismo digital**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Tese. Faculdade de Comunicação, Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2007.

KATZ, Elihu. Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru : Edusc, 2001.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul**. São Paulo: Edusp, 2001.

LASH, Scott. **Crítica de la información**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

LUHMANN, Niklas. **Confianza**. México: Anthropos, 2005.

_____. **Poder**. México: Anthropos, 2005-b.

_____. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005-c.

_____. **La realidad de los medios de masas**. Rubi/México: Anthropos/Universidad Iberoamericana, 2000.

_____. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Vega, 2001.

_____. O conceito de sociedade. In: BAETA NEVES, Clarissa Eckert; BARBOSA SAMIOS, Eva Machado (orgs.) **Niklas Luhmann: a nova Teoria dos Sistemas**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

_____. **Glossário sobre la teoria social de Niklas Luhmann**. México: Iberoamericana. 1996.

_____. **A nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: Ufrgs, 1997.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.

_____. **O jornalismo digital em base de dados**. Salvador: Calandra, 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

_____. **O escavador de silêncios: Formas de construir e de desconstruir sentidos na Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

MARQUES, Francisca Ester de Sá. O processo de televizamento do texto jornalístico. In: MOUILLAUDO, Maurice; PORTO, Sérgio. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo

15, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Ciências de la Comunicación: **Revista Latino Americana de Comunicación**. Ano 1 – nº 1. Dezembro de 2004.

_____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARRÉ, Jacques. **A construção do objetivo científico na investigação empírica**. Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

MAZLISH, Bruce. **La cuarta discontinuidad: la coevolución de hombres y máquinas**. Madrid: Alianza, 1995.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003.

MORAES, Dênis (org.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano – do sendo comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Paralelo 15, 1997.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa. **Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, 1997.

OROZCO GÓMES, Guillermo. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis (org.) **Sociedade Mdiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1991.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PALÁCIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003.

PAVILIK, John V. **El periodismo y los nuevos médios de comunicación.** Barlenola: Paidós, 2005.

PICCININ, Fabiana. **Veja a seguir:** a transição do telejornal entre a linha de montagem e a rede. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. Tese. Faculdade dos Meios de Comunicação Social, Programa de Pós Graduação em Comunicação Social, 2007.

PRADO, Ana Lúcia. Uma notícia a cada 90 segundos: estudo de caso de um jornal on-line. **Pauta Geral, revista de jornalismo.** Salvador: Calhandra, 1993.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação.** São Paulo: Ática, 1995.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Experiência, modernidade e campo dos media.** Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 1999. On-line. Disponível em: [http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=2] Acesso em: [novembro de 2006].

_____. A emergência dos campos sociais. **Reflexões sobre o mundo contemporâneo:** Círculo de Debates sobre o Mundo Contemporâneo. Piauí: Revan, 2000.

_____. **Comunicação e cultura:** a experiência cultural na era da informação. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

_____. **As técnicas da comunicação e da informação.** Lisboa: Editorial Presença, 1999-b.

_____. **Estratégias da comunicação.** Lisboa: Editorial Presença, 1997.

RUIZ, Castor. **Os labirintos do poder.** Porto Alegre: Escritos, 2004

SANTANA, Lourival. **O destino do jornal:** A Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço:** diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Unictec, 1997

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: CHAVES, Denis Moraes (org.) **Sociedade midiatizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. O ethos midiático. In: **Antropológica do espelho.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. Jornalismo midiatizado: a mídia diante do espelho. In: **Metamorfoses jornalísticas:** formas, processos e sistemas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

_____. Ensino de edição em jornais impressos: uma abordagem metodológica. In: **Edição em jornalismo:** ensino, teoria e prática. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

_____. **Webjornalismo, velocidade e precisão:** o caso do site “UOL Eleições 2002”. Porto Alegre: Ufrgs, 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

THOMPSON, John. **Los media y la modernidad** – Uma teoria de los medios de comunicación. Barcelona: Paidós, 1989.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **O poder no jornalismo**. – Análises e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

_____. **Semióses de lo ideológico y del poder:** la mediatización. Buenos Aires: Oficina de Publicidade del C.B.C., 1995

_____. **Construir el acontecimiento**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995

_____. Esquema para el analisis de la mediatización. In: **Revista Diálogos de la Comunicación**. Lima: FELAFACS, 1997.

VIRILIO, Paul. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1976.

VIZER, Eduardo Andrés. **Procesos sociotécnicos y mediatización em la cultura tecnológica. Rede Prosul**, Rosário: Argentina. 2006.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço:** de Dante à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

YAZBECK, Ivan. A era das cores. In. CALDAS, Álvaro. (org.) **Deu no jornal:** o jornalismo impresso na era da internet. São Paulo: Loyola, 2002.

Sites Consultados

ADGHIRNI, Zélia Leal. **Quem matou o jornalista?** Disponível em: [<http://e-comunicadores.blogspot.com/2006/09/quem-matou-o-jornalista.html>] Acesso em: [16 de fevereiro de 2008].

COSTA, Caio Túlio. **Por que a nova mídia é revolucionária.** Disponível em: [<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=434DAC001>] Acesso em: [8 de março de 2008].

LEMOS, André. **Ciber-cultura-remix.** In. Seminário Sentidos e Processos. 2005. São Paulo. [Trabalhos apresentados]. São Paulo, Itaú Cultural, ago 2005. Disponível em: [<http://www.facom.ufba.Br/ciberpesquisa/andrelemos/remix.pdf>]. Acesso em: [16 de novembro de 2008].

SOUZA, Jorge Pedro de. **Construindo uma teoria do jornalismo.** Disponível em: [<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf>]. Acesso em: [20 de março de 2007].

_____. **Construindo uma Teoria Multifactorial da Notícia como uma Teoria do Jornalismo** Disponível em: [<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-multifactorial-jornalismo.pdf>]. Acesso em: [14 de abril de 2007].